

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em História

Roberto Mendes Ramos Pereira

DEMANDAS E REPRESENTAÇÕES POPULARES NA VIVÊNCIA POLÍTICO-
RELIGIOSA EM MONTES CLAROS – MG (1996 – 2004).

Uberlândia - MG
2009

ROBERTO MENDES RAMOS PEREIRA

DEMANDAS E REPRESENTAÇÕES POPULARES NA VIVÊNCIA POLÍTICO-
RELIGIOSA EM MONTES CLAROS – MG (1996 – 2004).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Área de Concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz.

Uberlândia – MG.
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- P436d Pereira, Roberto Mendes Ramos, 1973-
 Demandas e representações populares na vivência político-religiosa em Montes Claros – MG (1966 -2004) / Roberto Mendes Ramos.
 – 2009.
 174 f. : il.
- Orientador: Guilherme Amaral Luz.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em História.
 Inclui bibliografia.
1. História social - Teses. 2. Representações sociais - Montes Claros (MG) - Teses. I. Luz, Guilherme Amaral. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

Roberto Mendes Ramos Pereira

Demandas e representações populares na vivência político-religiosa
em Montes Claros – MG (1996 – 2004).

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: História Social.

Uberlândia, 27 de fevereiro de 2009.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz – INHIS/UFU (orientador)

Prof. Dr. Antônio de Almeida – INHIS/UFU

Prof. Dr. Marcos Otávio Bezerra (UFF)

Aos meus pais, Maria Mendes
Ramos e Corional Ramos
Pereira, meus irmãos e também
aos meus alunos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela luz e bênçãos durante a elaboração deste estudo; aos meus pais, Corional Ramos Pereira e Maria Mendes Ramos, por serem exemplos de vida e inspiração no meu processo de formação; aos meus irmãos, Regiane e Robson, pelo companheirismo; à Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, pelo apoio concedido para que aperfeiçoasse meus conhecimentos; à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG, pelo auxílio financeiro e pela confiança depositada em mim; aos amigos de trabalho Mary, Mékie, Irineu, Marta Sayago, Susy, Edi, Rejane e Vilma, por parcelas importantes de contribuição neste estudo e na minha vida profissional na Unimontes; a Dalva, Iara e Werley, funcionários do arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros, pela atenção durante todo período de pesquisa; aos amigos-irmãos Alair, Bito, Brunna, Carla, Igor e Neto, referenciais de carinho e atenção na minha existência; aos professores e colegas de turma da UFU e, em especial, ao meu orientador, Guilherme Amaral Luz, por apontar-me o caminho correto durante essa pesquisa e pelo tratamento humano e de cordialidade.

“E eu vos digo a vós: Pedi, e dar-se-vos-á; buscai, e achareis; batei, e abrir-se-vos-á; Porque qualquer que pede recebe; e quem busca acha; e a quem bate abrir-se-lhe-á”. (LUCAS, 11, 9-10)

Resumo

Este estudo teve como proposta principal, em face das características sociopolíticas e econômicas da cidade de Montes Claros - MG, analisar práticas e representações populares na vivência político-religiosa entre os anos de 1996 e 2004. Com a hipótese de que as pessoas, imbuídas de carências de toda ordem, dirigiram seus pedidos particulares tanto aos santos (e Deus) quanto aos vereadores (seus representantes políticos mais acessíveis), a pesquisa mostrou-se significativa para fazer compreender os elementos que fundamentam tal prática do pedir. O estudo buscou identificar as imbricações existentes nas relações de poder entre o povo e os vereadores nesta localidade em que o pedir e o atendimento deste trazem consigo um sentido próprio para solicitante e político. Também focando a cultura do pedir, tentou-se discutir algumas manifestações religiosas que se propagaram em meio à população, tidas também como formas legítimas de satisfação às suas necessidades. Não bastasse isso, também o entendimento do complexo jogo político que se dá no interior das redes de contato dos vereadores apresentou-se como meta em nossas investigações. Em torno desses pontos norteadores e rumo a uma compreensão de como essas pessoas experimentaram a vida, em suas sensibilidades e emoções, e a representaram nas relações que teceram em sociedade, foram utilizadas como fontes não apenas os depoimentos de cidadãos, fiéis e políticos nas esferas municipal e estadual, mas também testemunhos escritos no período analisado, cartas de pedidos, bilhetes de pedidos escritos em grupos religiosos, documentos do arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros, jornais locais e uma agenda de marcação de missas da Comunidade Santo Expedito. Entre tantas chaves de leitura, percebeu-se que ter num agente político ou num santo um instrumento facilitador para resolver seus problemas tem sido uma prática comum no meio social, onde as pessoas, valendo-se de suas táticas, utilizam-se dos meios possíveis e disponíveis para alcançar seus objetivos. Numa análise interdisciplinar, entendemos que a reconstrução da história vivida por este povo e o empreendimento de sentidos sobre seu comportamento político e representações se mostraram como caminhos válidos para uma compreensão histórica em torno da política e da religiosidade vivenciada em Montes Claros.

Palavras-chave: Vereadores, Demandas, Pedir, Representações, Religiosidade.

Resumen

Este estudio tubo como propuesta principal, en virtud de las características sociopolíticas y económicas de la ciudad de Montes Claros-MG, analizar prácticas y representaciones populares en la vivencia político-religiosa entre los años de 1996 y 2004. Con la hipótesis de que las personas imbuídas de carencias de todo orden, dirigieron sus pedidos particulares tanto a los santos(y Dios) cuanto a los concejales (sus representantes políticos más accesibles), la investigación se mostró significativa para hacer comprender los elementos que fundamentan tal práctica del pedir. El estudio buscó identificar las imbricaciones existentes en las relaciones de poder entre el pueblo y los concejales en esta localidad en que el pedir y el atendimiento de este, traen consigo un sentido propio para solicitante y político. También enfocando la cultura del pedir se tento discutir algunas manifestaciones religiosas que se propagaron en medio de la población, tenidas igualmente como formas legítimas de satisfacción a sus necesidades. No bastase esto, también el complejo juego político que se da en el interior de las redes de contacto de los concejales, se presentó como meta en nuestras investigaciones. En torno de estos puntos norteadores y rumbo a una comprensión de cómo esas personas experimentaron la vida en sus sensibilidades y emociones, y la representaron en las relaciones que tejieron en sociedad, fueron utilizados no apenas los depoimientos de ciudadanos,fieles y políticos en las esferas municipal y estadual mas también testimonios escritos en el período analizado, cartas de pedidos escritos en grupos religiosos, documentos del Archivo de la Cámara Municipal de Montes Claros, periódicos locales y una agenda de marcado de misas de la Comunidad Santo Expedito.Entre tantas llaves de lectura se percibe que tener en un agente político y en un santo, un instrumento facilitador para resolver sus problemas,ha sido una práctica comun en el medio social donde las personas, valiendose de sus tácticas, utilizan los medios posibles y disponibles para alcanzar sus objetivos.En un análisis interdisciplinar entendemos, que la reconstrucción de la historia vivida por este pueblo y el emprendimiento de sentidos sobre su comportamiento político y representaciones, se mostraron como caminos validos para una comprensión en torno de la política y la religiosidad vivenciada en Montes Claros.

Palavras-clave: Concejales, Demandas, Pedir, representaciones, religiosidad.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste

AMAMC - Associação dos Moto-taxistas Autônomos do Município de Montes Claros

AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CAGED - Cadastro Geral de Emprego e Demissão

CEMIG – Companhia Elétrica de Minas Gerais

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A.

DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

FACIT - Faculdades de Ciência e Tecnologia de Montes Claros

FACOMP - Faculdade de Computação de Montes Claros

FASA - Faculdades Santo Agostinho

FASI - Faculdades de Saúde Ibituruna (FASI)

FEMC - Fundação Educacional de Montes Claros

FIP – MOC - Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros

FUNORTE – SOEBRAS - Faculdades Unidas do Norte de Minas

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística Ltda.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISEIB - Instituto Superior de Educação Ibituruna

ISTA - Instituto Santo Tomás de Aquino

JK – Juscelino Kubitschek

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

ONG'S - Organizações Não-Governamentais

PC DO B - Partido Comunista do Brasil

PDC - Partido Democrata Cristão

PDC - Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Brasileiro

PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal
PFL - Partido da Frente Liberal
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB - Partido Progressista Brasileiro
PPS - Partido Popular Socialista
PSD - Partido Social Democrata
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PV - Partido Verde
RCC - Renovação Carismática Católica
RMNe - Região Mineira do Nordeste
SINE - Sistema Nacional de Emprego
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDENOR – Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil
UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros
UNIP - Universidade Paulista
UNIPAC - Universidade Presidente Antônio Carlos
UNIUBE - Universidade de Uberaba
UNOPAR - Universidade Norte do Paraná

LISTA DE FIGURAS, TABELAS, QUADROS, FOTOS, ESQUEMAS, IMAGEM E MAPA

Figuras

Página

Figura 01 – Montes Claros: II entroncamento rodoviário nacional	29
Figura 02 – Santinho de Santo Expedito	104
Figura 03 - Índice de Confiança nos Políticos no Brasil	110

Tabelas

Tabela 01 - Número de Estabelecimentos do Mercado Interno de Montes Claros Indústria / Comércio / Serviços	41
Tabela 02 - Comparativo entre as posturas dos vereadores frente às demandas	66
Tabela 03 – Relação e frequência de intenções nas missas da Comunidade Santo Expedito entre outubro/2004 e junho/2006	91

Quadros

Quadro 01 - Número de Vereadores em Montes Claros, segundo as siglas partidárias	44
Quadro 02 – Comparativo: confiança nos santos e nos políticos	107
Quadro 03 – Vereadores que mais fizeram indicações/requerimentos	130
Quadro 04 – Vereadores que menos fizeram indicações/requerimentos	130
Quadro 05 – Indicações realizadas pelos vereadores: quantidade e caracterização	148

Fotos

Foto 01 – Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira	37
Foto 02 – Quadro no hall da Câmara Municipal de Montes Claros	48
Foto 03 – Cerimônia de entrega de títulos honorários em Montes Claros	123

Esquemas

Esquema 01 – Relação devoto X Santo X Deus	106
Esquema 02 - Conceito de Rede: Web ou Network	117
Esquema 03 – Rede política em torno do vereador	118

Imagem - Imagem 01 - Intenção de Missa na Igreja Santo Expedito	93
--	----

Mapa - Mapa 1 – Localização de Montes Claros no Estado de Minas Gerais	26
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - MONTES CLAROS: UMA CIDADE DE DEMANDAS	26
CAPÍTULO 2 - O PÃO DE CADA DIA NOS DAI HOJE, ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU: A PRÁTICA DO PEDIR EM QUESTÃO	46
2.1. Pedidos aos Vereadores	48
2.2. Emprego: a complexidade de um atendimento	71
2.3. Pedidos pessoais x pedidos comunitários	79
2.4. “Na terra como no céu”: pedidos aos Santos e a Deus	86
CAPÍTULO 3 - AS REDES DE CONTATO	115
3.1. Redes políticas: suas características e alcances	125
3.2. Vereadores x Prefeito: entre a dependência e a autonomia	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	152
ANEXOS	163

INTRODUÇÃO

O município de Montes Claros apresenta-se como um lugar marcado por uma paisagem que traz não apenas os currais de gado e a agricultura de subsistência como características da economia, mas definível também como um pólo industrial e educacional considerável. A informalidade no mercado de trabalho, a pobreza, entre outros aspectos, completam um quadro complexo repleto de contradições e que mescla modernização e atraso num mesmo espaço.

Quando se considera o conjunto da região, observa-se que os indicadores sociais permitem caracterizá-la como “uma área onde a precariedade ainda persiste”.¹ Segundo Gilmara Emília Teixeira “a Microrregião de Montes Claros possui índices elevados de desigualdade acompanhados de altos índices de pobreza”.² A simplicidade do estilo de vida das pessoas convive, no entanto, com uma riqueza religiosa e cultural marcante na região. Expressões religiosas e artísticas³ das mais diversas formas retratam a diversidade cultural desse povo que tem o sol, a seca e o calor como espectadores da sua luta diária pela sobrevivência.

No ano de 2007, Montes Claros constava como o sexto município em população do estado de Minas Gerais, ficando atrás apenas de Belo Horizonte, Uberlândia, Contagem, Juiz de Fora e Betim.⁴ Apesar de ser um lugar que até bem pouco tempo apresentava um aspecto de cidade interiorana, a realidade foi paulatinamente se transformando e atualmente ela desponta como um importante núcleo populacional que tem aglomerado, no decorrer das cinco últimas décadas do século XX, uma mão-de-obra originada da crescente migração ocorrida na região norte-mineira. Assim, o que se percebe em relação a esta cidade, que cresce a cada dia, é que ela tem se configurado como um espaço onde anseios, buscas, esperanças, conflitos e frustrações são constantemente aflorados na realidade das pessoas que lá chegam para se fixarem.

¹ PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: ____; ALMEIDA, Maria I. S. (orgs.) **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004. p.28.

² TEIXEIRA, Gilmara Emília. **Pobreza e desigualdade de renda: um estudo comparativo entre as microrregiões de Montes Claros e Uberlândia**. Disponível em <www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A100.pdf>. Acesso em: 21 maio 2008.

³ Em Montes Claros existem as congadas, que se traduzem nos catopês, marujos e caboclinhos; foliões, violeiros, seresteiros e repentistas; estilos musicais que vão do “erudito ao popular”, grupos de ópera, cantores líricos e cantadores populares. Além disso, regularmente ocorre na cidade o Festival Internacional de Folclore, dentre outros movimentos artísticos.

⁴ Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagem Populacional; para os anos intercensitários, estimativas preliminares dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popmg.def>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

Segundo Paula e Cleps Jr.⁵, a opção de migrar para Montes Claros, um centro de economia diversificada da região norte-mineira, tem como principal motivo a possibilidade de ocupação com o mercado de trabalho formal ou informal. Esse processo de chegada a Montes Claros tem ocorrido de forma bastante conflituosa, permeada de frustrações para essa população, uma vez que o município, em face de suas características, mostra-se como um espaço contraditório, trazendo em seu bojo riqueza e pobreza, desenvolvimento e miséria social.

Desde o início do século XX, com a instalação da Rede Ferroviária na cidade, passando pelo entusiasmo vivido nos anos 50 em virtude da “comemoração” do centenário municipal e pelos investimentos e desenvolvimento obtidos através das ações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE⁶, Montes Claros tem representado esperança de melhoria de vida para muitos que a este município recorreram. Ao lado da industrialização local, a partir dos anos 60, todos estes fatores se mostraram como atrativos para os moradores da Região Mineira do Nordeste – RMNe que se conglomeraram neste mesmo espaço. Noutras cidades da região, não havia tantos fatores juntos, capazes de lhes proporcionar o mesmo símbolo de modernidade, como significou Montes Claros. Pelo contrário, eram cidades mais pobres e possuidoras de pouca infra-estrutura.

O que buscamos neste estudo é, acima de tudo, entender o que há de comum na vida de algumas pessoas dos setores populares de Montes Claros e que trazem consigo práticas políticas e religiosas semelhantes, fundadas numa racionalidade própria de agir e de conceber a realidade, mas que, no entanto, não lhe é exclusiva. Nas histórias de vida, através dos discursos e depoimentos de agentes políticos e sociais da cidade (eleitores e fiéis católicos de baixa renda), identificamos elementos capazes de oferecer maior inteligibilidade ao hábito de buscar nos campos político e religioso soluções para problemas cotidianos. Acreditamos que a unicidade encontrada nos discursos e representações dessas pessoas evidencia formas comuns de pensar a realidade e agir sobre ela. Nesta direção, compactuamos com a idéia de Gramsci, para quem a concepção de mundo que um grupo possui responde sempre a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e originais em sua

⁵ PAULA, Andréa M. N. R. de; CLEPS JR., J. As migrações campo-cidade: os diferentes enfoques interpretativos. **Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Disponível em <<http://www2.prudente.unesp.br/agraria/Trabalhos/Artigos/Andrea%20Maria%20Narciso%20Rocha%20de%20Paula.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2007.

⁶ Hoje sua denominação é Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

atualidade⁷. Todos os problemas sociais de um contexto vivido nestas circunstâncias se mostram, assim, como pressupostos para a construção de um modo de ver a vida.

Por mais que seja sedutora a imagem ou a idéia de que numa determinada cidade há emprego, desenvolvimento e condições reais de melhoria de vida, nem sempre isso significa ou resulta na concretização do que se foi imaginado. Pelo contrário, para muitos que em Montes Claros se fixaram, a realidade encontrada e construída foi a da pobreza e do aumento das dificuldades no dia-a-dia.

Para Pereira e Soares⁸, ao exercer atração para os fluxos migratórios regionais, Montes Claros enfrentou um crescimento urbano em total desajuste com a capacidade de absorção da mão-de-obra que para ela afluíu, contribuindo, assim, para uma rápida expansão horizontal da cidade e agravando, ainda mais, os problemas urbanos, principalmente aqueles relacionados à falta de moradias e de infra-estrutura. A cidade de Montes Claros não estava preparada para receber tanta gente em tão pouco tempo e que isso fez com que as pessoas procurassem, a seu modo, meios de resolução para suas carências. Analisando solicitações e requerimentos dos vereadores junto à Prefeitura Municipal e suas secretarias entre os anos de 1996 e 2004, é perceptível que as demandas sociais a eles dirigidas, mesmo no alvorecer do século XXI, ainda eram demandas típicas de uma cidade em crescimento ou em formação, isto é: eram pedidos referentes a asfalto, construção e manutenção de ruas e estradas, redes de energia elétrica e água, esgoto, instalação de telefones públicos, etc. Para todos os lados, o município crescia (como até hoje cresce), reflexo direto do aumento demográfico.

A história de Montes Claros nos mostra que o desenvolvimento industrial e a confirmação da cidade como núcleo urbano integrador da região não significou, nos últimos 50 anos, um aumento da qualidade de vida para o conjunto dos seus moradores. As carências sociais dessa região nunca desapareceram do cenário e, ainda no século XXI, a cidade, mesmo sendo um pólo aglutinador de indústrias e de pessoas, continua sendo uma das mais pobres de Minas Gerais e do Brasil, destacando-se, nos estudos de Pereira e Soares, como o município com o maior nível de indigência do estado de Minas Gerais.⁹

Podemos falar que boa parte da população montesclarenses que buscou trabalho na cidade não se mostrou passiva diante dos problemas vivenciados, principalmente quanto ao desemprego, mesmo quando suas tentativas não obtiveram sucesso. Só para se ter uma noção

⁷ GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ªed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984, p. 13.

⁸ PEREIRA, Anete M.; SOARES, Beatriz R. Tendências e problemas da urbanização de cidades médias: o caso de Montes Claros. **Anais do II Simpósio Regional de Geografia**. Perspectivas para o Cerrado no século XXI. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/2srg/5/5-122A.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2007.

⁹ Ibid, p. 6.

dessa realidade, segundo dados do Sistema Nacional de Emprego – SINE, somente no ano de 2000 foram 6.164 inscritos para se conseguir uma vaga. Entre migrantes rurais e não migrantes, todos em busca de trabalho, somente 265 destes foram colocados no mercado de trabalho.¹⁰

As dificuldades que esta região do semi-árido mineiro apresenta até hoje foram, ao lado dos acordos políticos da época, a razão principal para que, já na década de 60, o Governo Federal a incluísse nos programas de desenvolvimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE¹¹, criada para minimizar os reflexos do subdesenvolvimento e da seca na região nordeste do Brasil. Seja na área urbana ou na zona rural, este espaço que tentamos analisar evidencia dificuldades e demandas que vão além daquelas de cunho econômico.

Há, neste estudo, um interesse sobre como as pessoas se comportam no meio social, principalmente no campo político. No interior de suas ações e práticas neste espaço existe uma forma própria de as pessoas se olharem e se conceberem. Acreditamos que essas ações denotam o que elas gostariam de ser, de conseguir, de realizar, de alcançar enquanto sujeitos. Entendemos também que suas demandas e anseios são contornados por um conjunto de representações. Em ambas as direções, pensamos que a identidade dessas pessoas se manifesta, pois, conforme nos ensina Habermas:

O modo como alguém compreende a si mesmo não depende apenas de como ele se descreve, mas também dos modelos pelos quais se empenha. A identidade própria determina-se ao mesmo tempo segundo o modo como alguém se vê e como se gostaria de ver — isto é, tal como alguém se encontra e por que ideais projeta-se a si e a sua vida.¹²

Entender as demandas desses moradores de Montes Claros, que compartilham o mesmo espaço, as mesmas dificuldades, o mesmo desemprego, os mesmos problemas, e, além disso, as mesmas representações e práticas construídas para solucionar tais demandas, significa, para nós, compreender a complexa trama histórica que suas vidas constroem no espaço investigado. Ao mesmo tempo, significa compreender que esta trama não se dissocia de tradições e culturas políticas que lhe completam o sentido.

No desenrolar deste estudo, foi nosso objetivo identificar e traduzir as demandas geradas no contexto analisado, a partir das práticas sociais e das relações tecidas entre

¹⁰ PAULA, Andréa M. N. R. de; CLEPS JR., J. **Op. Cit.**, p. 15.

¹¹ OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, p. 100.

¹² HABERMAS, Jürgen. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n.7, Set./Dez., 1989, p.8.

população e os vereadores, bem como de sua religiosidade. Então, tivemos como objetivo entender as formas de solução adotadas para tais necessidades e carências no meio social.

Nesta busca, o político surgiu em evidência como espaço privilegiado para a solução dessas demandas, dada sua relação com o exercício do poder. Na procura por uma definição deste conceito, compartilhamos com Bobbio, Matteucci e Pasquino, que entendem a *política* como uma “forma de atividade ou de práxis humana associada ao poder e, conseqüentemente, como um meio de adquirir vantagens”¹³. Esta concepção é adequada aos nossos objetivos de perceber o político como campo em que se desenvolvem estratégias viáveis e coletivamente aceitas para a satisfação das necessidades populares. Necessidades estas que, nos casos analisados, têm, recorrentemente, caráter particularista, como iremos demonstrar. Como veremos nesta pesquisa, a pessoa do vereador é vista pela população de Montes Claros como figura palpável, próxima, popular, acessível e com a qual se pode encontrar com maior facilidade, na esquina, no comércio, no dia-a-dia, diferentemente do prefeito e dos deputados estaduais e federais. A centralidade deste estudo está nas relações que as pessoas constroem com esse agente político municipal.

O tratamento que damos à figura do vereador é justificável por todas as mudanças que ocorreram em nível local e nacional desde a década de 1980. Naquela época, em função da redemocratização, as eleições levaram ao poder não mais exclusivamente pessoas oriundas de elites, como “coronéis”, médicos, engenheiros e advogados, mas também sapateiros, radialistas, líderes comunitários, enfim, pessoas com as quais a população mais humilde convivia no mesmo espaço social. Na emergência das demandas sociais e pessoais, este vereador se configura como o alvo principal das diversas e incontáveis necessidades populares, já que este se coloca como seu legítimo representante. Entendemos legitimidade aqui como algo carregado de sentido, pois, como ressaltamos, o vereador é aquele com o qual se tem mais contato, ao qual se recorre com mais frequência nos momentos de dificuldade no campo social, além de ser “um do povo” antes de ser eleito, com o qual já compartilhou as mesmas dificuldades.

Durante a pesquisa, vimos que a Câmara Municipal, de casa do Poder Legislativo, tem tomado forma semelhante à de uma “secretaria de assistência social”, onde se recebem pedidos que vão de consultas médicas e dinheiro para a compra de remédios a empregos para parentes em dificuldades. Apenas secundariamente a Câmara Municipal é vista como lugar legislativo de elaboração de projetos de lei para o município. Uma evidência disso foi a

¹³ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11^a ed. Brasília: Ed. UNB, 1998, v.2, p. 954.

disparidade que identificamos entre a quantidade de requerimentos e solicitações dos edis em direção ao prefeito e aos diversos órgãos públicos na tentativa de encontrar soluções para os problemas da comunidade e o número de projetos de lei elaborados por eles (que seria a principal função relativa ao seu poder, segundo a Constituição Federal), sendo estes projetos em quantidade reduzida.

Buscar vereadores para solucionar seus problemas parece uma prática cristalizada na vivência dos grupos em seu *habitus*¹⁴, isto porque tal prática não se restringe apenas ao período investigado nesta pesquisa, e tampouco é característica exclusiva do norte mineiro. Em outros estudos¹⁵, referentes a outros espaços, também encontramos exemplos de pedidos populares diversos, principalmente de cunho particularista, dirigidos à esfera política.

Como entender esse fenômeno? O que está velado sob essa realidade? O presente estudo buscou pistas para uma melhor compreensão das relações construídas entre população e vereadores em Montes Claros em que racionalidades e sensibilidades compartilhadas socialmente instituíram o espaço político como *locus* privilegiado para a expressão das demandas populares. Buscamos trazer à luz uma discussão em torno dessas necessidades, suas formas de satisfação no campo político e das relações tecidas entre vereadores e população, compreendendo inclusive as forças de ação e reação existentes neste contato.

Em face das carências sociais sentidas na região norte mineira e em Montes Claros, o que percebemos foi que cada um luta com os instrumentos de que dispõe para saná-las. É aí que outras práticas são relevantes como meios de solução para os problemas pessoais (e sociais). A esfera religiosa mostra-se, para os sujeitos das demandas que estudamos, como caminho viável no intuito de conseguirem condições ou a *graça*¹⁶ de ter uma vida melhor, quando se trata de saúde, emprego, moradia, entre outras necessidades. O vereador, nesse sentido, mistura-se, no imaginário popular, com figuras sagradas (Jesus Cristo, Nossa Senhora, os Santos, entre outros) como um meio a mais de solução para esses problemas cotidianos, compartilhando o mesmo espaço social. Em nossa análise, eles apresentam-se como caminhos, estratégias ou mesmo intercessores para a satisfação das demandas dessas

¹⁴ Pierre Bourdieu, em *A economia das trocas simbólicas*, concebe *habitus* como princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares', sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro.

¹⁵ Entre os mais significativos há o importante trabalho da antropóloga Karina Kuschnir *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*, o livro de Marcos Otávio Bezerra *Em nome das "bases"* e o texto de Félix G. Lopes, *A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso de Araruama*.

¹⁶ A expressão "graças alcançadas" é presente nos discursos da maioria das pessoas em suas manifestações religiosas.

pessoas, na intermediação que operam entre o mundo das dificuldades e o acesso aos recursos disponíveis e às possíveis soluções mais imediatas dos problemas.

A realidade das relações vividas pelas pessoas dessa localidade está carregada de significados nem sempre compreensíveis para a racionalidade dos historiadores. No entanto, desvelar tais significados, compreendendo os fragmentos reais da existência compartilhada pelos indivíduos não foi tão simples. Mostrou-se com um desafio interessante. Isto porque as representações (representação aqui “entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente”¹⁷) cristalizadas nos discursos dessas personagens mostraram-se como enigmas que instigaram e desafiaram a compreensão da racionalidade dos historiadores em torno das demandas sociais neste espaço analisado.

As questões norteadoras foram muitas para a elaboração deste estudo, mostrando-se fundamentais para a concretização dos nossos objetivos. Instigou-nos, particularmente, o comportamento político dessas pessoas na busca de realização de suas necessidades cotidianas, além da concepção popular de representatividade existente sobre a figura dos vereadores. Fora isso, perguntamo-nos: quais os meios utilizados pelos vereadores para satisfazer as necessidades da população? O que mais os vereadores ouviam dessas pessoas? Por que se pedia tanto a Deus benefícios que deveriam se conquistar na esfera política? Como este povo se orientou nas próprias práticas sociais e políticas e como agiu política e religiosamente a partir disso?

Em face às questões expostas, este estudo trouxe como objetivo geral analisar discursos e práticas sociais na vivência político-religiosa de Montes Claros entre 1996 e 2000, período interessante de análise, já que mesclou em si a modernização proporcionada pela abertura econômica no país (globalização) com os problemas sociais e com a cultura política historicamente vigentes nesta região norte - mineira e, principalmente, em Montes Claros. Objetivou ainda analisar o alcance das principais demandas populares nos campos religioso e político, caracterizar o poder legislativo local cristalizado no olhar popular, avaliar a (in) compatibilidade entre o poder legislativo na prática e na teoria, identificar as especificidades e imbricações das relações de poder existentes entre alguns grupos sociais das classes populares e os vereadores além de compreender as redes de contato estabelecidas pelos vereadores no intuito de alcançar tanto uma legitimação junto aos “seus eleitores” como a satisfação das necessidades desses.

¹⁷ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n.5, 1991, p.184.

O caminho metodológico, além de constituir-se de forma interdisciplinar – pressupondo um diálogo permanente com a antropologia, a doutrina católica, a geografia, entre outros campos – deu-se através de uma investigação sistemática em torno de fontes (escritas, orais e iconográficas) sobre os pedidos da população montesclarenses aos vereadores e dos requerimentos e solicitações dos edis ao prefeito, aos secretários municipais, aos deputados da região e outras esferas de poder, de onde identificamos uma rede consistente de contatos firmada entre estes agentes.

Vale ressaltar que utilizamos fontes que expressam as demandas das pessoas no cotidiano. Nesta direção, no espaço político, mostraram-se como importantes objetos de análise as cartas, muitas delas escritas à mão por eleitores ou políticos, dirigindo-se aos vereadores e a outros agentes investidos de poder. Como fonte, também utilizamos um conjunto de formulários disponíveis numa base histórica de dados do Congresso Nacional, contendo pedidos e sugestões diversificadas do povo brasileiro aos senadores e deputados federais quando da organização da Constituição de 1988. Na investigação diária realizada no arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros, outros documentos foram se despontando peças importantes para compreensão das relações tecidas entre os vereadores e as pessoas que lhes procuram: indicações, requerimentos e ofícios de vereadores dirigidos ao presidente da Câmara, ao prefeito, às secretarias e políticos da esfera estadual e federal; relatórios de atividades referentes ao período investigado; fotografias e jornais locais. Outros espaços em que pesquisamos esses jornais foram o arquivo pessoal do senhor Américo Martins, localizado no seu sítio em Montes Claros, onde tivemos contato com o Jornal do Norte, e o arquivo do Jornal de Notícias, no bairro São José.

Ainda sobre a investigação no território político, tivemos contato com quatro vereadores, sendo dois com um trabalho mais assistencialista e os outros dois com um perfil diferente, com um trabalho de fiscalização e de conscientização, tudo isso para mostrar pontos divergentes e em comum entre essas duas categorias de parlamentares. Além disso, contatamos quatro deputados estaduais e um federal, dois ex-prefeitos de Montes Claros, dois assessores parlamentares na esfera municipal e dois na estadual, presidentes de associações de bairros e, principalmente, quatorze pessoas da população montesclarenses. Com todas essas pessoas, políticos ou não, tivemos a oportunidade de coletar depoimentos através de entrevistas, somando, ao todo, aproximadamente seis horas de gravação. Nesta coleta de dados, por meio desses depoimentos, foi questionado aos eleitores e fiéis sobre seus estilos de vida, sobre os meios adotados para resolver seus problemas cotidianos, sua visão sobre os políticos, se participam de movimentos no bairro e suas motivações para participar ou não.

Além disso, procuramos saber como era a relação que essas pessoas tinham com os vereadores do município bem como sua vivência religiosa. No contato com quatro vereadores que estiveram presentes no quadro da Câmara Municipal de Montes Claros durante os anos de 1996 e 2004, questionamos sobre seu histórico na vida política, sua forma de trabalho, o que consideravam que o eleitorado esperava deles, como se portavam diante das demandas da população, se costumavam atender às demandas daqueles que lhes procuravam com a finalidade de resolver problemas imediatos. Além disso, buscamos entender as dificuldades que eles tinham na função de vereador, se era difícil manter sua popularidade e ainda compreender sua rede de alianças e contatos políticos nas esferas municipal, estadual e federal. Junto aos ex-prefeitos, Jairo Ataíde e Luiz Tadeu Leite, buscamos entender qual era sua forma de trabalho como prefeito, qual a importância do vereador para o prefeito, sobre o que os vereadores procuravam neles e ainda que dificuldades mais encontravam na função de prefeito. Por fim, diante dos assessores parlamentares procuramos entender sua visão sobre as demandas populares e sobre os trabalhos do vereador. Para a realização dessas entrevistas, estivemos presentes nos gabinetes dos vereadores em Montes Claros, nos gabinetes de deputados estaduais na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e ainda nas residências de muitos desses entrevistados. Mais do que ouvir essas pessoas, foi rica a experiência de estar com elas, ver e sentir as condições em que se encontram e de onde elas falam.

No campo religioso, investigamos espaços em que os pedidos e anseios das pessoas analisadas eram expressos em orações, rituais, encontros e outros. Os principais focos de atenção foram uma agenda de marcação de missas da Comunidade Santo Expedito, situada no bairro Santo Expedito; uma pasta de testemunhos escritos pelos fiéis da Comunidade Boanerges; “santinhos” dos mais diferentes; bilhetes e cartas de pedidos aos santos; dentre outras. Os grupos religiosos analisados foram os fiéis e devotos da Comunidade Santo Expedito e da Renovação Carismática Católica, tanto da Comunidade Boanerges quanto da Catedral.

Num e noutro espaço, no que se refere às entrevistas, foi-nos exigida uma atenção apurada sobre as palavras ditas, os olhares, os conceitos e preconceitos expressos pelos entrevistados, as dissimulações e, ainda, sobre os momentos mais propícios de questioná-los quanto às idéias confusas ou mal entendidas. Somado a isso, utilizamos o recurso metodológico da “observação participante”, existente no campo da antropologia, buscando

compreender “códigos e valores do outro por meio da interação e da convivência”.¹⁸ Nesta direção, participar de reuniões de campanha das eleições municipais, comícios, inaugurações de comitês eleitorais, missas, encontros religiosos, tudo isso foi-nos bastante frutífero para compreender muitos aspectos da vivência política e religiosa das pessoas na cidade de Montes Claros, uma vez que nos proporcionou chaves de leitura não disponíveis na bibliografia analisada. Disso, entendemos que, apesar deste estudo constituir um trabalho da área de história, o olhar da antropologia da política se mostrou útil às nossas pretensões, dado que ela tem por objetivo “entender como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como interagem e atribuem significado aos objetos e às práticas relacionadas ao universo da política”.¹⁹

No trato com todos os textos disponíveis associados ao assunto abordado neste estudo e com as fontes e dados coletados durante a estada em Montes Claros, buscamos realizar uma análise descritiva, porém crítica, dos aspectos relevantes da vivência política e religiosa das pessoas analisadas, no intuito de alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Traçar comparativos entre posturas existentes em diversos espaços temporais e sociais, buscando identificar sentidos comuns e divergentes nas relações tecidas nos campos político e religioso mostrou-se como uma estratégia interessante para tornar compreensíveis as práticas e representações populares nestes campos. Além disso, válidas foram as tarefas de confrontar visões dos mais diferentes teóricos e, à luz de um conjunto de análises, juntar indícios cristalizados em cartas, fotos, bilhetes e outros documentos capazes de nos incitar para a compreensão de fenômenos existentes na prática do pedir, mas nem sempre manifestos ou óbvios. Entrelaçar presente e passado, trazendo exemplos de outras realidades, e relacionando-os de modo dialético, mostrou-se eficaz para nossa compreensão em torno do caráter polivalente e com inúmeras possibilidades com que se apresentam as relações pessoais no campo político.

Ainda tratando dessa questão metodológica, é importante notar que, nas entrevistas junto aos vereadores, optamos, a partir de leituras do texto *Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal*, do antropólogo Marcos Otávio Bezerra, por não revelar a identidade dos mesmos, principalmente porque todos ainda estão em atividade no campo político e também em razão de firmarmos um termo de consentimento, no qual esclarecemos que haveria sigilo quanto às suas identidades. Mesmo assim, utilizando nomes fictícios, acreditamos que o conteúdo do trabalho não perderá qualidade no que se refere às discussões,

¹⁸ KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007, p. 54.

¹⁹ Ibid, p. 9.

uma vez que interessam as representações e práticas existentes na relação entre vereadores e população, e desta com os santos, e não a identidade dos parlamentares.

Tratar de um tema complexo como o das demandas sociais num determinado contexto, dado seu entrelaçamento com questões socioeconômicas e político-ideológicas específicas, significa tentar compreender uma trama tecida historicamente e que traz, como elementos constitutivos, fatos econômicos, ações políticas, fenômenos sociais e, ainda, traços culturais de um grupo, todos capazes de dar maior inteligibilidade às práticas envolvidas com suas demandas. É com tal pressuposto que, rumo à realização de uma pesquisa válida e com resultados relevantes, emergiu a exigência de uma conjunção de enfoques, olhares e leituras de diversos campos do conhecimento, como já mencionamos.

Acreditamos que a prática do pedir está vinculada a uma visão de mundo ou a um conjunto de representações compartilhado pelas camadas populares de Montes Claros, que nos proporciona a apreensão da racionalidade do comportamento dos sujeitos, construída, inconscientemente ou não, em torno de uma forma comum de agir e de se pensar a própria vida. Tais representações apontam para uma forma de entender, por exemplo, o poder que essas pessoas acreditam revestir a figura do vereador, sendo este investido de legitimidade para resolver seus problemas. Apesar de desafiador, o estudo das demandas e das representações sociais na vivência político-religiosa em Montes Claros, ajuda-nos a entender o alcance histórico da prática do pedir como um caminho tomado para a satisfação de suas demandas. Assim, ele se apresenta, segundo acreditamos, como necessário para dar maior clareza aos sentidos desse costume na cultura política da região.

Para o maior entendimento sobre os sentidos de termos utilizados neste estudo, vale ressaltar que, no corpo deste texto, o termo “representação” possui dois significados, sendo um relacionado a uma leitura da realidade situada no campo simbólico, assim como entende Roger Chartier, e um segundo sentido associado à competência com a qual é investida um agente político, como é o caso do vereador, na sua tarefa de fazer valer os anseios dos seus representados junto às esferas de poder.

Apesar de encontrar na historiografia uma resistência em relação ao tratamento de um assunto tão próximo no tempo, entendemos que o cotidiano e a História do Tempo Presente são objetos importantes no fazer histórico, principalmente se nosso objetivo é trazer à tona as sensibilidades de um tempo de forma mais fidedigna. Nesta direção, o olhar antropológico foi de suma importância para captação dos sentidos impregnados nas práticas e representações populares. Nesta ação, as premissas do trabalho do antropólogo expostas por Roberto Cardoso

de Oliveira²⁰, seja o olhar “estranhado”, sempre atento aos acontecimentos; o “ouvir” além do que se ouve; e o “escrever”, pois apenas através do registro é que podemos expressar de modo concreto e histórico nosso pensamento, se mostraram como importantes instrumentos norteadores neste estudo.

Maria Izilda Santos de Matos confirma essa tendência, mostrando que hoje o cotidiano também se faz presente nos estudos históricos. Para ela, os estudos do cotidiano encontram-se vinculados diretamente a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do estado para a esfera do privado e do cotidiano, com uma politização do dia-a-dia.²¹ Assim, essa visão confirma este nosso estudo dentro do paradigma da História do Tempo Presente.

O historiador do tempo presente é contemporâneo do seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é, pois, o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve.²²

Em busca da concretização dos objetivos propostos, trazemos como pressuposto teórico a concepção de pessoas que compartilham do mesmo cotidiano, mas que antes de tudo é visto na sua totalidade. Em outras palavras, trazemos como condição para a apreensão da racionalidade presente nas práticas e representações das pessoas no campo político uma visão holística dos sujeitos em foco neste estudo. Estes, por tal característica, são dotados de carências de toda ordem, seja material, espiritual, emocional e mental. Em face disso, não é de se estranhar que seus pedidos se mostram com uma diversidade assustadora, tendo como conteúdo não apenas um emprego, mas também uma casa, um namorado, paz, amor, saúde, dinheiro, etc.

Neste estudo, trilharemos um caminho que acreditamos ser o correto para proporcionarmos compreensão sobre a vivência político-religiosa das pessoas em Montes Claros (1996-2004). No primeiro capítulo, buscaremos traçar as principais características político-econômicas e sociais de Montes Claros no final do século XX. Nele, explanaremos alguns pontos relevantes para a compreensão das demandas vivenciadas pela população neste espaço. Focaremos, no capítulo seguinte, a prática do pedir nos campos político e religioso. Nele vamos perceber que as demandas populares direcionadas aos vereadores e a Deus, expressas através de bilhetes, pedidos informais e orações, se mostram complementares no

²⁰ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

²¹ MATOS, Maria Izilda Santos de. Na trama do cotidiano. **Cadernos CERU**. n.5, série 2, 1994, p. 14.

²² CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 216.

conjunto de uma população que se vê carente de muitas coisas. Táticas são criadas, hábitos se reafirmam no tempo e evidenciam uma racionalidade popular de se conquistar aquilo que se deseja ou que se tem necessidade. Por fim, num terceiro capítulo, complementando o sentido do relacionado aos pedidos, abriremos uma discussão sobre as redes políticas criadas pelos vereadores para auxiliá-lo no seu atendimento junto à população. Vamos ver que, sem ela, todo seu capital político ficaria em jogo, sendo este tipo de capital o reconhecimento social com que alguns indivíduos são revestidos e que, mais do que outros, são aceitos como atores políticos. Este capital político “é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa (...) os próprios poderes que eles lhes reconhecem”.²³

Vale ressaltar que o estudo direcionado à pesquisa das fontes empíricas, entrevistas e observações foi realizado entre os meses de janeiro de 2008 e setembro de 2008, elementos que, confrontados e entrelaçados à pesquisa bibliográfica, nos permitiram a construção desses três capítulos que buscaram traduzir e fazer compreender a complexidade da prática do pedir em Montes Claros - MG.

²³ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989, p.187.

CAPÍTULO I

MONTES CLAROS: UMA CIDADE DE DEMANDAS

Para que tenhamos clareza do alcance político e histórico das demandas da população de Montes Claros na segunda metade da década de 90, é preciso definir os sujeitos em sua identidade social mais geral, identificando os fatores político-econômicos, sociais e culturais presentes em suas vidas, para que, somente assim, entendamos suas posturas e representações no campo político, especificamente nas relações tecidas com o legislativo municipal. Para tanto, faz-se necessária uma digressão aos aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos do espaço investigado.

Nosso interesse aqui não é realizar uma descrição pura e simples destes aspectos estruturais, mas mostrar a trajetória pela qual Montes Claros passou até resultar nesta cidade que temos como objeto de análise em fins do século XX, proporcionando às demandas pessoais e sociais de sua população uma maior inteligibilidade.



Mapa 1 – Localização de Montes Claros no Estado de Minas Gerais

Fonte: MONTES CLAROS 1857-2007. Disponível em <<http://www.sesquicentenario.blogspot.com/>>.

Sabemos que a história de Montes Claros se confunde com a história de todo o Norte de Minas, sendo impossível dissociá-las. Sua importância econômica e política para a região fez de si, ao longo do tempo, um pólo aglutinador de pessoas, bem como de serviços, unidades comerciais e indústrias. É possível perceber, no entanto, em sua trajetória, que a cidade convive até os dias de hoje com contradições e conflitos historicamente acumulados,

trazendo, no seu bojo, realidades que mesclam a grandeza de um universo industrializado com os problemas de uma região que sempre trouxe como traço característico a pobreza e a miséria social. Neste sentido, atualmente mostra-se como válida e verdadeira a assertiva que considera seus problemas sociais, econômicos e políticos como “problemas de uma cidade pólo e pobre que se moderniza”.²⁴ No entanto, se hoje temos tal realidade, percebemos que ela é resultado de um conjunto de contradições, avanços e problemas que se sucederam ao longo do tempo.

A história desta cidade que se mostra atualmente como núcleo integrador da região tem início no século XVII, quando do início do seu povoamento. Segundo Marcos Fábio Martins de Oliveira, a ocupação deste espaço de modo efetivo ocorrido naquele período foi resultado da expansão dos currais de gado ao longo do Rio São Francisco, pelo norte, e das incursões das bandeiras paulistas, ao sul.²⁵

Tanto Hermes Augusto de Paula²⁶ quanto Urbino de Sousa Vianna²⁷ associam o início da ocupação da região onde está localizada Montes Claros à expedição de Francisco Espinosa e ao padre jesuíta Navarro, por quais nomes ficou a expedição conhecida como “Espinosa-Navarro”, ainda no século XVI, que partiu de Porto Seguro (BA), em 1553, subiu o rio Jequitinhonha, alcançou o Verde Grande e desceu em direção ao rio São Francisco.

A partir das primeiras doações de sesmarias na região, algumas povoações tomaram forma, principalmente à margem do rio São Francisco, como foram os casos das atuais cidades de Matias Cardoso, Januária, São Romão e Guaicuí. Vale ressaltar que nesta época, o rio São Francisco era o eixo econômico da região. Montes Claros, assim, ainda se mostrava isolada do principal núcleo de riqueza do espaço norte mineiro.

Essa situação é revertida quando, progressivamente, alguns acontecimentos transferem o centro econômico para o sertão e, conseqüentemente, para Montes Claros. Um deles foi, segundo Oliveira, a decadência das cidades ribeirinhas, já no século XIX, quando o Rio de Janeiro ascendeu como sede da Corte Portuguesa e também quando a Zona da Mata de Minas se despontava como importante produtora de café.²⁸ Deste modo, o que se viu neste século foi

²⁴ BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. **Industrialização na área mineira da SUDENE, um estudo de caso: Montes Claros**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 1985, p.6.

²⁵ OLIVEIRA, **Op. Cit.**, p. 78.

²⁶ PAULA, Hermes A. **Montes Claros e sua história, sua gente, seus costumes**. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1979.

²⁷ VIANNA, Urbino de Sousa. **Monographia do Município de Montes Claros: Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1916, p. 24.

²⁸ OLIVEIRA, **Op. Cit.**, p. 78.

a diminuição da importância do rio São Francisco para a economia nacional e provincial e uma crescente valorização do sertão, uma vez que este se tornou importante rota para escoar as riquezas do interior para o litoral.

Além destes, outros fatores se mostram relevantes para o entendimento sobre o aumento da importância de Montes Claros para a região. Segundo o mesmo autor, tanto a descoberta de jazidas mineiras em Itacambira, a leste de Montes Claros, como a existência de uma estrada que fazia ligação entre o sul de Minas e a Bahia e, portanto, dando a Montes Claros a condição de “passagem obrigatória” para tropeiros e viajantes, contribuíram para transformação do local em ponto de referência.

Maria Ângela Figueiredo Braga reforça esta concepção, identificando os diversos fatores que a cidade obteve ao longo dos séculos XVIII e XIX:

Montes Claros desenvolveu cedo uma estrutura funcional de grande e crescente complexidade: centro comercial desde os princípios do século XVIII (...); centro político e administrativo de grande importância na região; centro religioso (...); centro de serviços médicos; centro educacional; centro cultural e de difusão de informações (...).²⁹

Esta historiografia das origens de Montes Claros, desenvolvida nos anos 80, parte da percepção de uma realidade contemporânea, na qual Montes Claros tornou-se aglutinadora econômica e demográfica da região.

A posição hegemônica de Montes Claros em relação a outras cidades ou povoados parece ter sido confirmada na trajetória histórica da região durante todo o transcorrer do século XIX. No entanto, apesar das transformações que a cidade sofreu no desenrolar do século XIX, elevando sua importância para a província e para o país, nada se compara ao que estava por ocorrer no século XX. Impactos relevantes no campo econômico foram se sucedendo e sendo capazes de transformar Montes Claros.

Logo no início do século XX, um dos fatores de destaque desta transformação foi a implantação, pelo Governo Federal, da Rede Ferroviária na cidade, em 1926. Sua economia, favorecida pela trajetória histórica como entreposto e rota comercial, se viu otimizada com a chegada das linhas de ferro, que possibilitou um aumento na circulação de mercadorias, de pessoas e renda.

O entusiasmo era comum, ou ao menos se propagava como tal, tanto por parte das elites quanto por parte da população. Simone Narciso Lessa traduz o sentido de tal obra para a região:

²⁹ BRAGA, Op. Cit., p. 31.

A ferrovia era, desde o final do século passado, a maior reivindicação da elite do Norte de Minas ao governo da União. Ela se apresentava então como símbolo/metáfora de progresso. O trem-de-ferro era em si o progresso, a máquina de grande porte, a tecnologia, a velocidade, o tempo linear e abstrato do relógio. O que o tornava a própria presença do progresso, personificando-o.³⁰

Apesar da precariedade da malha rodoviária interligando Montes Claros a outras regiões, o próprio fato de elas existirem, somado à instauração da rede ferroviária, favoreceu a consolidação da cidade como principal núcleo urbano. A importância desta cidade foi sendo revelada pela quantidade de vias de acesso criadas em torno de si. Nas últimas décadas ela tem sido “servida por rodovias federais e estaduais que a colocam como o 2º maior entroncamento rodoviário nacional”.³¹



Figura 1 – Montes Claros: II entroncamento rodoviário nacional

Fonte: BRASIL, Henrique de Oliva, 1983, p. 154.

Numa análise sobre as consequências dessa obra para a cidade, podemos considerar a Rede Ferroviária como um divisor de águas para a caracterização de Montes Claros como um

³⁰ LESSA, Simone Narciso. Montes Claros – Uma cidade nas principais vias do sertão. **Caminhos da História**. Montes Claros, v.4, n.4, p.83-110, 1999, p. 101-102.

³¹ QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. **Performance Musical nos Ternos de Catopês de Montes Claros**. Dissertação (Doutorado em etnomusicologia) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, p. 39.

espaço tipicamente urbano. Essa qualificação surtiu efeitos sociais, econômicos e políticos para o local.

Um dos principais impactos sentidos foi o aumento vertiginoso da população na cidade. O fato de Montes Claros, em meados do século XX, ainda não possuir um parque industrial, leva-nos a identificar como elemento propiciador deste aumento demográfico a finalização das obras das linhas férreas, paralisadas na década de 30, terminadas durante toda a década de 40 e em plena atividade na década seguinte.³²

Lessa nos mostra que o fluxo migratório para Montes Claros foi intensificado ainda mais devido às diversas estradas de rodagem que foram cobrindo o sertão em todas as direções onde existiam apenas estradas de tropas. As estradas eram de construção do estado e de particulares, ligando fazendas, povoados e cidades³³.

Com o aumento demográfico a cada ano que passava, novos problemas também se somavam aos existentes. Laurindo Mékie, descrevendo a realidade da década de 50 em Montes Claros, relata: “O problema do desemprego era gravíssimo. Ao final da década de 1950, apenas 28% da população estava empregada”³⁴, sem contar com o incômodo da mendicância, dos furtos e roubos, além do aumento dos preços de artigos de primeira necessidade. O autor mostra que a população montesclarenses, principalmente os migrantes, vivia uma mescla de esperanças e frustrações num tempo em que, motivada pelo entusiasmo da elite local, “inventou” a comemoração do centenário da cidade, mobilizando toda a sociedade para o que entendiam como um salto para a modernização.

Num tempo de carestia, o emprego era uma das demandas mais presentes na vida das pessoas, principalmente se consideramos os longos períodos de seca, pelos quais a região norte mineira passava.

As dificuldades pareciam tomar grandes proporções quando se via o fraco desenvolvimento industrial da cidade e da região. Em face do atraso econômico e social do Norte de Minas, a intervenção governamental se mostrava como uma necessidade, principalmente quando as disparidades regionais eram vistas como um impeditivo para o desenvolvimento aspirado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, em fins dos anos 50. Nesta direção, Laurindo Mékie identifica a importância deste governo JK para Montes Claros, apontando a SUDENE como importante fator para o desenvolvimento da região:

³² LESSA, **Op. Cit.**, p. 104.

³³ Ibid, pp. 105-106.

³⁴ PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2002, p. 77.

A principal conquista do município e do Norte de Minas, durante a execução do programa desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, foi a inclusão da região na área de atuação da SUDENE. Foi através dessa que as demandas por serviços de transporte e energia elétrica foram sendo atendidas e foi graças aos seus incentivos fiscais que se efetivou a industrialização da cidade³⁵.

Interessante é perceber que Montes Claros passou a sentir os ventos da modernidade que pairavam sobre o país em meados do século XX, sendo objeto de decisões políticas importantes, no sentido de integrar toda a região no processo de desenvolvimento no qual o país se adentrava.

É claro que a SUDENE, criada em 1959 pela Lei 3.692, não significou uma ação isolada e repentina por parte do Governo Federal para sanar os problemas que assolavam o nordeste brasileiro e o Norte de Minas. Também não significou um projeto de desenvolvimento apenas exclusivamente porque o que o Brasil vivia era a política desenvolvimentista de JK. A SUDENE era a cristalização de um projeto maior, já desejado há muito tempo. Segundo Stella Daiane Ramires Santos,

No decorrer dos séculos XIX e XX vários projetos políticos se materializaram em obras e ações, na intenção de diminuir essas disparidades regionais. A criação da SUDENE representou o ápice de todo esse processo, e foi, especificamente, com o apoio dos Governos Federal e Estadual, e este, de forma mais reduzida, que a região do Norte de Minas beneficiou-se dos recursos disponibilizados para este fim³⁶.

Com a SUDENE e seus incentivos fiscais para a instalação de empresas, e já com a ligação à Hidrelétrica de Três Marias, Montes Claros se viu industrializar de forma acelerada, principalmente na década de 1970, gerando mais migração e um aumento significativo da população.

No setor industrial não havia como não perceber as mudanças. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em 1970 o número de estabelecimentos ou unidades locais de indústria em Montes Claros era de apenas 102, aumentando para 262 em 1980, significando, assim, um aumento de 157%, um crescimento nunca visto antes em toda a região.

Não nos esqueçamos de que no início dos anos 70 o Brasil vivia o entusiasmo do “Milagre Econômico” que, somado aos investimentos da SUDENE, propiciavam mais investimentos em Montes Claros por parte das empresas privadas. Não faltavam motivos para acreditar neste projeto de industrialização na região norte mineira, tanto para empresários

³⁵ PEREIRA, L. M. **Op. Cit.** p. 87.

³⁶ SANTOS, STELA DAIANE RAMIRES. **Desmistificação das causas do fechamento de indústrias incentivadas em Montes Claros.** (Monografia de Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006, p. 20.

quanto para os moradores da região, que se dirigiam para a maior cidade do Norte de Minas em busca da realização de seus sonhos. As condições favoreciam o desenvolvimento industrial: investimentos governamentais, incentivos fiscais, energia elétrica e planejamento³⁷.

Se nosso objetivo é tratar das demandas sociais da população de Montes Claros dirigidas ao poder público, é importante que fiquemos atentos a esta migração crescente em todo o século XX, pois nela identificamos elementos capazes de nos apontar para a criação ou manutenção de carências historicamente construídas, ponto central de análise neste estudo.

É importante ressaltar que a criação da SUDENE, mesmo simbolizando um incentivo para o desenvolvimento de Montes Claros e da região norte mineira, significou um impacto na própria estrutura de poder historicamente tecida no local. Isto porque o Norte de Minas sempre foi palco dos mandos de coronéis e latifundiários, acostumados com um sistema de poder em que as regras eram ditadas por eles.

Laurindo Mékie descreve assim a situação política vivenciada pela população em meados do século XX em Montes Claros, dando à figura do coronel uma centralidade na ordem política e social neste espaço: “Desprovida de renda, serviços públicos decentes e instrução razoável, a população é afastada do exercício livre de seus direitos políticos, seu papel restringe-se a votar no homem, ‘dotado de virtudes pessoais’, capaz de guiá-la e de ‘resolver o problema’ por ela”³⁸. Acreditamos que a partir deste momento, em que os fenômenos da urbanização, modernização e industrialização passam a configurar a realidade social de Montes Claros, essa centralidade da imagem do coronel começa a perder razão de ser, num processo lento e progressivo.

Acreditamos ainda, como hipótese forte a ser considerada, que esta instituição, a SUDENE, foi apenas mais um dos elementos que passou a compor a realidade da região. Ela teria feito, pouco a pouco, as relações de poder irem tomando outras feições, já que as fazendas deram lugar às indústrias como núcleo de produção, o campo foi perdendo espaço para a cidade, e, principalmente, o lavrador ou os subordinados aos mandos coronelistas tomaram a roupagem dos operários ou trabalhadores urbanos. Ou seja, nos anos 70 tais transformações econômicas na cidade tiveram implicações diretas no universo político e nas relações sociais, processo de profundas mudanças e que parecia fugir ao controle exclusivo dos coronéis. Os anos 80, por tantas mudanças estruturais no país e em Montes Claros que

³⁷ Sobre a questão do planejamento, é importante ressaltar que durante os anos 50 foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN (1956) com a finalidade de realizar estudos em profundidade sobre a economia da região, equacionar os problemas e definir prioridades.

³⁸ PEREIRA, Laurindo Mékie. **Op. Cit.** p. 92.

lhes foram inerentes, deram mais evidência a este quadro político em gestação, ponto que discutiremos mais à frente.

Adentrando na análise das décadas posteriores aos anos 70, e procurando identificar o elemento humano que perfaz a realidade política, econômica e social em transformação, já que nosso foco são suas demandas, encontramos como figura central os migrantes que chegam à cidade desde a década de 50.

O principal protagonista da nova realidade da década de 1980, sem dúvida, foi este migrante. Não apenas fazendo o papel de protagonista no novo palco que se moldava no município e no Brasil, ele se revelou, pela sua própria presença na cidade e pelos “problemas” que ela significou, como o principal responsável pelas transformações sociais ocorridas a partir daí. Assim, da migração que no início do século era intensa, resultou, nos anos 80, uma Montes Claros eminentemente “estrangeira” ou “migrante”, fato que influenciou de modo direto na emergência de inúmeras demandas (pessoais ou sociais) e no surgimento de práticas (também pessoais e sociais) adotadas frente a elas. Apesar disso, é importante notar que neste espaço, os não-migrantes ou os “nativos” também compartilharam da mesma realidade, dos mesmos problemas e de uma visão de mundo semelhante à dos migrantes.

Em seu trabalho sobre a urbanização do sertão norte mineiro, Anete Marília Pereira cita Oliveira, mostra que esta peculiaridade da migração em Montes Claros tem acentuado ainda mais a condição de carência social na cidade. A grande maioria (62%) desses migrantes vêm da área mineira do Nordeste.³⁹ Em face dessa aglomeração demográfica, a autora identifica como um de seus fatores uma pobreza que caracteriza-se como urbana, configurando um espaço complexo, dinâmico e contraditório.

As décadas de 1980 e 1990 assistiram aos dois lados de uma cidade que buscou modernizar-se a todo custo: o lado da industrialização incentivada, acelerada e da urbanização e, também, um outro lado, o da manutenção da pobreza, da indigência, do desemprego e de um novo elemento no quadro econômico e social a saber: o aumento da informalidade no mercado de trabalho, em decorrência das transformações ocorridas na história recente do Município, acompanhando a realidade nacional.

Se, nas décadas de 50 e 70, o aumento demográfico em Montes Claros foi notável devido aos atrativos de cunho econômico (ferrovia, industrialização, aumento de estradas), nas de 80 e 90 o crescimento populacional continuou existindo, sem, contanto, ter a mesma proporção. No entanto, o que se percebeu nas últimas décadas do século XX,

³⁹ PEREIRA, Anete Marília **Op. Cit.**, p 27.

concomitantemente ao número de pessoas, foi um aumento considerável das atividades comerciais e de serviços, aumento da violência, do número de loteamentos, dentre outros fatores, fazendo com que a cidade se visse imersa em meio a novas e velhas demandas sociais.

Neste novo contexto, um dos fatores que se somaram aos outros como estimuladores do aumento populacional foi a criação ou instalação de instituições de educação superior, reforçando a posição da cidade não mais apenas como um pólo industrial, mas também educacional. Hoje, sem dúvida, Montes Claros se mostra como um importante núcleo educacional na região e em Minas Gerais, resultado de um processo de chegada dessas instituições nos últimos 30 anos. Além da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, atualmente existem como entidades superiores de educação a Faculdade de Computação de Montes Claros (FACOMP), a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, as Faculdades de Ciência e Tecnologia de Montes Claros (FACIT), as Faculdades de Saúde Ibituruna (FASI) - Santa Casa, as Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIP-MOC), as Faculdades Santo Agostinho (FASA), as Faculdades Unidas do Norte de Minas (FUNORTE/SOEBRAS), o Instituto Superior de Educação Ibituruna (ISEIB), a Universidade de Uberaba (UNIUBE), a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), a Universidade Paulista (UNIP) e a Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), ou seja, duas instituições públicas e 12 privadas, todas atendendo as demandas tanto de Montes Claros como da região norte mineira e se mostrando como atrativos de um contingente cada vez maior de pessoas para a cidade, sendo que muitas destas acabam se fixando definitivamente no local.

Este *boom* de possibilidades no campo educacional ocorreu após a cidade de Montes Claros ter respirado os “novos” tempos que a Nova República representava. Em nível nacional, os movimentos grevistas do ABC Paulista foram emblemáticos para anunciarem no país os novos tempos que se aproximavam. Apesar de a mobilização das “Diretas Já” não ter conseguido seu principal objetivo em 1984, a semente foi lançada em todo o país.

Numa tendência natural do período de reabertura política e de redemocratização, tanto em Montes Claros como no Brasil como um todo, os partidos políticos foram se multiplicando, expressão dos anseios sociais e da diversidade de demandas censuradas até o momento. Liberais, ecológicos, trabalhistas, dentre outras características, esses partidos foram (re)ssurgindo no cenário nacional para lutarem por direitos antes renegados à população, expressando-se, assim, como uma das principais estratégias institucionais rumo à transformação da realidade.

Ao lado dos partidos políticos, que se multiplicavam, Maria da Glória Gohn, escrevendo *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*, percebeu uma alteração nos próprios movimentos sociais nesta conjuntura política, apontando, inclusive, que esses movimentos (como o das mulheres, dos negros, dos índios, dentre outros) ganharam expressão nacional nesta década, embora representassem lutas antigas que ressurgiram já no final dos anos 70.⁴⁰

A Constituição de 1988 foi decisiva para que houvesse uma consolidação, na lei positiva, dos anseios e direitos sociais aspirados pela população e, particularmente, pelos grupos democráticos, neste momento importante da história do Brasil.

O período compreendido entre a promulgação da Constituição de 1988 e o processo de abertura econômica ocorrida na década de 90 foi de grande significado para a sociedade brasileira. A incorporação de direitos sociais à Carta Magna, antes negados nos governos militares, simbolizando, assim, um divisor de águas no que se refere à defesa de garantias fundamentais para a população, proporcionou que inúmeras e diversas demandas ganhassem espaço em discursos políticos e nas falas populares, agora não mais controlados pela censura. Anseios, pedidos e desejos das camadas menos favorecidas reencontravam meios de manifestação na relação entre as pessoas e seus “representantes” políticos das esferas municipal, estadual e federal. Nesta direção, acontecimento significativo foi o envio de mais de setenta mil cartas⁴¹ oriundas de várias partes do Brasil dirigidas aos senadores, deputados federais e Presidência da República na ocasião na formulação da Constituição, contendo sugestões, pedidos, solicitações, anseios, denúncias, indignação, enfim, expressões de sonhos e necessidades das mais diversas e que contribuíram para a escrita das leis que deveriam reger o “novo país” que acabara de emergir das contradições do regime militar.

Um símbolo da estabilidade econômica dos anos 90 foi o Plano Real, que, implantado depois de outros planos econômicos mal sucedidos na contenção da inflação e da dívida externa brasileira – Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor (1990) e Collor II (1991) –, finalmente ofereceu um quadro econômico estável e de confiança à economia nacional. Paralelamente ao Real, a abertura econômica iniciada no Governo Collor no início da década de 1990, envolveu o país na lógica econômica globalizante vivenciada pela maior parte dos países do ocidente. No Brasil e, localmente, em Montes Claros, alguns efeitos foram

⁴⁰ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1997, p. 283.

⁴¹ Essas cartas deram a um livro, a um DVD e a um site. Elas fazem parte dos arquivos históricos do Senado Federal em Brasília-DF. CARTA AO PAÍS DOS SONHOS. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/tv/cartas/>>. Acesso em: 02 set. 2008.

sentidos. Luciana Maria da Costa e Maria de Fátima Rocha Maia assim descrevem este período de transição no Brasil:

Em fins da década de 80, com o início do governo Collor, e, em seguida, com o Plano Real, inicia-se no Brasil uma política “neoliberal” que visa atender as propostas do Consenso de Washington, quais sejam: reforma do Estado com privatização das empresas estatais; abertura financeira ao exterior, facilitando as entradas e saídas de capitais, especialmente especulativos; desregulamentação da economia, eliminando as proibições que impediam a entrada de capitais estrangeiros em determinados setores; abertura radical da economia ao exterior, com redução expressiva das barreiras tarifárias e não tarifárias às importações. A abertura da economia constitui o principal cerne dessa análise, tendo em vista que o processo acelerado de abertura trouxe impactos para a estrutura industrial brasileira, uma vez que as facilidades concedidas à importação, associada à sobrevalorização cambial, provocaram o aumento da concorrência, colocando em risco a sobrevivência de vários setores da economia. Além disso, provocou a desintegração da indústria ao tornar mais vantajosa a importação de insumos componentes e equipamentos do exterior, do que a compra dos mesmos no mercado interno.⁴²

A década de 1990 foi de grande significado histórico, se observarmos a evolução dos acontecimentos nas décadas passadas, tanto em Montes Claros quanto no país como um todo. A necessidade de enquadrar o país numa nova era, a da globalização econômica⁴³, fez com que governos e população assistissem à entrada em massa do capital estrangeiro e das indústrias multinacionais, refletindo diretamente na vida da população. Um rearranjo das forças econômicas teve que ocorrer para que, num processo de adaptação à nova realidade, tanto as empresas nacionais quanto os trabalhadores não sofressem tanto com a entrada de “concorrentes” no mercado nacional.

Nesta direção, percebemos que no período posterior ao Plano Real o Brasil viveu uma explosão de investimentos por parte das multinacionais, sem contar com as privatizações de empresas públicas, realizadas pelo Governo Federal. Segundo o Instituto Observatório Social, organização que analisa e pesquisa o comportamento de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores, três processos explicam esta realidade: abertura econômica, estabilização com expectativas de crescimento econômico e

⁴² COSTA, Luciana Maria da; MAIA, Maria de Fátima Rocha. Caracterização setorial da Mesorregião de Montes Claros via método de análise diferencial estrutural e quociente locacional considerando-se os efeitos da abertura econômica. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v.3, n.3, jun./2002, pp.2-3.

⁴³ O professor do Instituto de Economia da UFRJ, Ph.D em Economia pela Universidade de Londres, Luiz Carlos Delorme Prado, define globalização como o processo de integração de mercados domésticos, no processo de formação de um mercado mundial integrado. O autor divide o fenômeno da globalização em três processos, que, no entanto, estão profundamente interligados: globalização comercial, globalização financeira e globalização produtiva. Globalização Comercial é a integração dos mercados nacionais através do comércio internacional. A Globalização Financeira é a integração dos mercados financeiros nacionais em um grande mercado financeiro internacional e, por fim, a Globalização Produtiva se apresenta como o processo de integração das estruturas produtivas domésticas, em uma estrutura produtiva internacional. PRADO, Luiz Carlos Delorme. **Globalização: notas sobre um conceito controverso**. Disponível em <www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/17.pdf> Acesso em: 10 maio 2008.

privatizações. Por outro lado, percebe-se que o governo exerceu, neste momento, um papel ativo na atração de capitais externos, com a aprovação de emendas constitucionais, que quebraram o monopólio público em setores como telecomunicações, petróleo e gás, removendo a diferenciação entre "empresa brasileira de capital nacional" e de "capital internacional". O ano de 1998 representou o ápice da participação brasileira nos investimentos dessas multinacionais durante o período recente⁴⁴. E tudo isso, mesmo em Montes Claros, surtiu efeitos devastadores sobre as indústrias existentes, com o fechamento de muitas delas, num processo que foi ocorrendo desde a década de 80 e dando, por exemplo, ao parque industrial de Montes Claros, incentivado pelas políticas de desenvolvimento praticadas pela SUDENE, a denominação de “cemitério de indústrias”.⁴⁵

Concomitantemente a tais eventos, a informalidade despontou-se no país e na realidade montesclarenses como um dos fenômenos mais visíveis socialmente. O que mais se viu nessa década de 90 foi o surgimento de camelôs, moto-taxistas, vendedores ambulantes, dentre outras funções que passaram a sobressair como atividades econômicas viáveis e necessárias para a nova conjuntura econômica municipal e nacional.

Em entrevista⁴⁶ realizada no dia 23 de novembro de 2004, o secretário da então Associação dos Moto-taxistas Autônomos do Município de Montes Claros – AMAMC, senhor Dimas Cordeiro Aguiar, o serviço de moto-táxi foi regulamentado na cidade em 27 de junho de 2004, constituindo 670 moto-taxistas cadastrados e regulamentados. Entendemos que esse número demonstrava naquele período um reflexo da informalidade em expansão. Em nossa pesquisa, já no ano de 2008, de volta ao local onde funcionava tal associação, identificamos um crescimento assustador do número de moto-taxistas em toda cidade. No entanto, de acordo com a secretária do ponto de moto-táxi, Shirley Lopes, o número de trabalhadores regulamentados diminuiu para menos de 300, e qualquer pessoa com uma moto (sem placa vermelha e sem ter que pagar imposto por tal serviço à prefeitura), dependendo do seu interesse, pode ser considerado um moto-taxista.

Como expressão do crescimento do trabalho informal, em 2003 foi inaugurado no centro da cidade um grande ponto de comercialização de produtos diversos, o shopping

⁴⁴OS INVESTIMENTOS das multinacionais no Brasil. Disponível em <http://www.observatoriosocial.org.br/portal/index2.php?option=content&do_pdf=1&id=347> Acesso em: 10 mar. 2008.

⁴⁵ SILVEIRA, Áurea Viviane Fagundes. **Desenvolvimento local e o processo de territorialização de elite: os condomínios como fator de segregação espacial em Montes Claros – MG.** 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, p. 50.

⁴⁶ Entrevista realizada em 23 de novembro de 2004 pelo estudante Diego de Souza Fonseca, 1º período de Geografia. Universidade Estadual de Montes Claros.

popular Mário Ribeiro da Silveira (Cf. FOTO 1), mostrando-se, pois, como uma forma de minimizar o problema da escassez de emprego formal para muitas famílias.



Foto 1 - Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira

Fonte: Arquivo pessoal de Roberto Mendes Ramos Pereira

Anete Marília Pereira, referindo-se aos fenômenos sociais que ocorreram em Montes Claros nos últimos anos, chega a sustentar a idéia de que na cidade verificou-se a expansão de atividades urbanas instáveis e precárias, favorecendo a alteração da paisagem urbana através da informalidade do setor de serviços e o intenso processo de favelização.⁴⁷

Gohn, tratando deste momento em que o país vivia, escreve:

A economia informal, ao ganhar proeminência sobre a economia formal, transfigura o que antes era tido com alternativo, e usualmente descartado, em algo bom e preconizado como saudável e recomendável. As relações de trabalho deixam de ser o principal foco das lutas dos trabalhadores. A luta básica passa a ser pela manutenção de um emprego, qualquer que seja, e não mais pelas condições de trabalho dentro de uma categoria.⁴⁸

Isso mostra que os impactos sentidos pela economia nesta década de 90 transformaram a realidade não somente dentro das empresas, aliás, dentro das que conseguiram fugir da bancarrota, como também tiveram um significado bastante profundo para quem esteve fora delas, forçando-os à criatividade para geração de novas fontes de renda para si e suas famílias.

⁴⁷ PEREIRA, Anete Marília. **Op. Cit.**, p. 27.

⁴⁸ GOHN, **Op. Cit.** p. 206.

Um dos fatores que explica tal realidade é a redução dos investimentos das empresas durante este período. Coelete e Rodrigues⁴⁹ dizem que ao longo dos anos 90, a estratégia marcante das corporações transnacionais foi a de procurar permanecer o mais livre possível de investimentos de longa duração, para aproveitar oportunidades mais lucrativas, abrindo e fechando plantas na medida das necessidades. O emprego industrial que em 1980, correspondia a 19,2% do total das ocupações internas, reduziu, em 1999, para 11,8%.

A última década do século XX foi marcada, assim, pela concorrência entre empresas nacionais e transnacionais, resultando daí uma diminuição de postos de trabalho formais, quadro que só vai sofrer alterações já na década seguinte. Conforme dados do Cadastro Geral de Emprego e Demissão – CAGED, o número de admissões e demissões em Montes Claros esteve em declínio no período 2000 a 2002/2003, voltando a crescer a partir de 2004. Para o ano de 2006, o número acumulado de admissões e demissões até o mês de abril manteve-se em equilíbrio. O número de admissões elevou-se de 16.761 em 2000 para 19.193 em 2005, o que representou um acréscimo da ordem de 15%. Quanto ao número de demissões, no mesmo período houve acréscimo de 2,6%.⁵⁰

O que procuramos mostrar aqui é que Montes Claros sentiu, como outros centros urbanos, os reflexos da globalização e, por causa disso, também teve que se adaptar às transformações macroeconômicas ocorridas no Brasil e no mundo.

Se na década anterior, nos anos 80, houve em Montes Claros (e também no Brasil) um alvorecer das aspirações populares no campo político, notamos que este mesmo momento significou um período de frustração para sua população. E se em âmbito nacional a visão em torno desse período leva a considerá-la uma “década perdida”, dada a retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo, em Montes Claros o entusiasmo da industrialização oriunda das ações da SUDENE logo foi sendo minado por tal crise. E o desemprego formal e, conseqüentemente, a informalidade, cresceram de forma assustadora neste tempo, configurando a realidade da década posterior.

Apesar do fato de muitas indústrias, depois de sua bancarrota, jamais terem reaberto no parque industrial, Stella Ramires Daiane Santos ressalta que em Montes Claros ocorreu o

⁴⁹COLOÊTE, Emanuel Malta Falcão; RODRIGUES, Luciene. Fatores determinantes do emprego formal na região norte-mineira: uma comparação com o Brasil e o estado de Minas Gerais – 1986 – 1997. **Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira**, 2000, v. 2, pp 1031-1054. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em < <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/EMANUEL.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

⁵⁰MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal de Montes Claros. **Coletânea de Informações sobre o Município de Montes Claros**. Junho, 2006. Disponível em <www.acimoc.com.br/docs/montesclaros.PDF> Acesso em: 15 abr. 2008.

“fechamento” de umas indústrias e o aparecimento de outras, evidenciando a dinamização que o mercado interno sofreu a partir da abertura para o capital externo. Em sua pesquisa sobre a *Desmistificação das causas do fechamento de indústrias incentivadas em Montes Claros*, Santos é incisiva em suas palavras quando fala da necessidade de entender as causas do fechamento das indústrias em Montes Claros nos anos 80 como resultado de um processo dinâmico de ação e reação por parte das indústrias, no qual elas responderam de forma positiva ou negativa às atribuições do mercado.⁵¹ Este estudo nos aponta que por mais que se incentivasse a industrialização em Montes Claros, ela estava submersa numa lógica que extrapolava as fronteiras nacionais e que, portanto, modelava a ação industrial na região. Ora, como funciona tal lógica?

Em face do nosso objetivo de entender o mundo em que a população montesclarenses se encontrava em fins dos anos 90, buscando entender, dentre outros fatores, a forma do capitalismo que se estruturou no Brasil e, particularmente em Montes Claros neste período, auxiliemo-nos nas colocações do professor de história da Universidade Federal Fluminense, Marcelo Badaró Mattos. Ele nos dá algumas pistas das principais características deste capitalismo que impôs uma ordem econômica à vida dessas pessoas neste contexto.

Segundo ele, o sistema capitalista possui algumas características fundamentais que foram se fazendo cada vez mais perceptíveis neste processo de redefinição. A primeira é a internacionalização do capital⁵², apontando para uma disseminação da lógica capitalista e mostrando que não há fronteiras para sua ação, adentrando-se nas mais variadas localidades, estejam onde estiverem. Esta realidade aponta para uma situação bastante peculiar do capitalismo recente, que é a inter-relação entre os mercados, entre as indústrias, entre os investidores, entre consumidores, enfim, o mundo parece ser concebido como um universo fechado em si mesmo, sem fronteiras para se comercializar ou se reproduzir práticas tipicamente capitalistas.

Assim, podemos considerar que o que ocorreu em Montes Claros, e no país como um todo, nunca esteve fora da dinâmica e da lógica existentes noutros países, principalmente do primeiro mundo. Os fenômenos que neste espaço ocorreram são apenas expressões parciais de uma realidade com raízes muito mais profundas do que imaginamos. O desemprego, a livre concorrência, entre outros aspectos da realidade, não são específicos de Montes Claros. Pelo

⁵¹ SANTOS, Op. Cit. p 43.

⁵² MATTOS, Marcelo Badaró. Políticas nacionais e poder sindical: uma perspectiva comparada. In: MENDONÇA, S.R; MOTA, M.M. **Nação e Poder: as dimensões da história**. Niterói: EDUFF, 1998, p.48.

contrário, o capitalismo, na internacionalização do seu elemento principal, o capital, expandiu não apenas este capital, mas toda uma lógica existente em torno dele.

Impondo-se como a segunda característica do capitalismo na sua remodelação enquanto sistema, a desindustrialização mostra-se como uma das marcas mais presentes no mundo ocidental capitalista atual. Através dela, notamos que o setor de serviços tem ganhado mais força do que o setor secundário, pelo menos em Montes Claros, como indica a Tabela 01. Isto implica, segundo Badaró, uma diminuição do número de postos de trabalho nas indústrias e até mesmo fechamento de várias empresas do setor produtivo.⁵³

Façamos, no entanto, uma ressalva (já exposta) a esta colocação, uma vez que o que ocorreu em Montes Claros não foi uma desindustrialização, mas uma readaptação do setor industrial aos novos tempos. Se analisarmos os números do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), temos os seguintes dados (Cf. TABELA 01) que revelam que tal concepção não se mostra com tanta veracidade, apontando, ao invés de uma suposta desindustrialização, uma dinamização da economia, onde novas unidades locais industriais (e também comerciais e de serviços) foram se proliferando. Pela tabela, percebemos que a concepção de um “cemitério de indústria” não pode ser levada como a única versão sobre a realidade, uma vez que também o setor industrial teve um crescimento. No entanto, é fato que os setores de serviço e o de comércio cresceram mais que o industrial.

Tabela 01 - Número de Estabelecimentos do Mercado Interno de Montes Claros Indústria / Comércio / Serviços

	Número total de estabelecimentos ou unidades locais – Indústria	Número total de estabelecimentos ou unidades locais – Comércio	Número total de estabelecimentos ou unidades locais – Serviços
1985	283	1488	2602
1995	602	5172	6288
Cresc. %	112,72	246,23	141,66

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Costa e Maia⁵⁴ acreditam que o processo acelerado de tal abertura econômica trouxe impactos para a estrutura industrial brasileira, uma vez que as facilidades concedidas à importação, associada à sobrevalorização cambial, provocaram o aumento da concorrência, colocando em risco a sobrevivência de vários setores da economia.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ COSTA; MAIA, **Op. Cit.**, p. 3.

Não só a abertura econômica, como as políticas liberais adotadas pelo governo, ao reduzir a sua participação na concessão de incentivos a atividades produtivas, inviabilizaram a sustentação das mesmas. Com a prática de políticas liberais, os principais instrumentos de fomento dessa região – os incentivos fiscais – foram reduzidos, fator que trouxe, como vimos, no caso de Montes Claros, impactos negativos para o desempenho econômico da mesma.

Se, por um lado, a lógica capitalista está mais internacionalizada, por outro, quando se trata dessa diminuição da industrialização, o que se percebe é que um dos fenômenos globais que lhe é inerente é a diminuição dos empregos formais nas indústrias. Acreditamos que os impactos que a indústria recebeu no período de abertura econômica ocorrido no Brasil na década de 90 se mostraram como fenômenos de um alcance devastador na vida concreta de cada pessoa que dependia delas. Em nosso estudo, é bom que fiquemos atentos a esta situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho em que elas se encontravam, pois, se é nosso objetivo entender o poder de suas demandas, cabe a nós fazermos uma leitura dessa própria condição de vulnerabilidade.

Outra faceta da realidade capitalista, ainda auxiliando-nos em Badaró, montada a partir dos anos 90, está associada a tal desaceleração da indústria, uma vez que se refere às transformações tecnológicas nas relações de trabalho: a globalização do mercado, sem dúvida, fez com que a qualificação da mão-de-obra se tornasse um dos principais pressupostos para a sobrevivência das próprias empresas, em face da concorrência entre elas em nível mundial e local.

Quando se trata de processo produtivo, parece que esta é uma condição *sine qua non* para o sucesso da empresa. Em Montes Claros, na década de 70, em face da industrialização incentivada pela SUDENE, e com uma mão-de-obra aumentada significativamente pelo êxodo rural, um fato significativo que se despontou neste contexto foi a criação, em 1976, da Fundação Educacional de Montes Claros – FEMC, com a finalidade de qualificar recursos humanos, operacionais e técnicos, necessários à implantação do Parque Industrial em Montes Claros,⁵⁵ uma vez que praticamente não existia qualificação na mão-de-obra disponível.

Os cursos superiores e técnicos instalados na cidade nos anos 90 nada mais fizeram do que auxiliar nessa necessidade que o sistema capitalista tem para dinamizar seu funcionamento em tempos de globalização. Nesta direção, e em consonância com outras transformações estruturais na cidade, não é de se admirar as taxas decrescentes no índice de

⁵⁵ SANTOS, Op. Cit. p 25.

analfabetismo durante as décadas: 1960 (56,50%), 1970 (32,80%), 1980 (22,17%), 1991 (20,17%), 2000 (12,73%).⁵⁶

Se sob o foco econômico, o que se viu no país na década de 80 foi estagnação econômica, desemprego, inflação e recessão, fazendo-a ser considerada como a “década perdida”, e nos anos 90, uma abertura econômica com reflexos em todos os setores da vida do brasileiro, politicamente o que pudemos notar no país, e também em Montes Claros, foi a solidificação de um processo de reabertura política rumo à redemocratização e à consolidação dos direitos sociais na lei positivada. A eleição de um presidente civil em 1989 após quase três décadas de subseqüentes governos militares e a Promulgação da Constituição de 1988 (denominada “Constituição Cidadã”) simbolizaram bem este momento.

Referimo-nos anteriormente ao quanto os partidos foram se multiplicando a partir do enfraquecimento do regime militar, apontando um momento de transformação no campo político. Em Montes Claros, essa transição foi perceptível no próprio quadro do poder legislativo municipal que foi se alterando ao longo do tempo. Se nos anos 70, pertencer à Aliança Renovadora Nacional – ARENA (partido que defendia o regime militar) era o “normal” dentro do quadro político instaurado, e fazer parte do Movimento Democrático Brasileiro – MDB era exceção, já que se caracterizava como uma oposição consentida pelos militares, nos anos 80 essa realidade progressivamente se alterou. A vontade popular por mudanças era tamanha nesta transição, que três foram as eleições municipais em Montes Claros vencidas consecutivamente por candidatos oriundos do Movimento Democrático Brasileiro, duas delas pelo ex-vereador e radialista Luiz Tadeu Leite, e que no momento desta pesquisa ocupava a posição de deputado estadual.

É interessante perceber que, com a reabertura política, o quadro foi mudando gradativamente tanto em termos numéricos como tipológicos no que tange às siglas partidárias (Cf. QUADRO 01), abrindo, assim, espaço para novos atores surgirem no cenário político. Sapateiro, radialista, professora, contabilista, líderes comunitários, comerciante, estudante, enfim, inúmeros agentes populares emergiam como vereadores eleitos nesta década de 1980, evidenciando a vontade popular naquele período, sem contar com a diversidade de ideologias que passam a compor os embates políticos (trabalhistas, socialistas, democratas, comunistas, liberais, cristãos, entre outros). Esse quadro difere das décadas anteriores, nas

⁵⁶ Dados dos 60 até 80, retirados de: OLIVEIRA, **Op.Cit.**, p.82. Dados dos anos de 1991 e 2000, coletados junto ao IPEA, considerando o analfabetismo apenas entre pessoas maiores de 25 anos.

quais os fazendeiros predominaram na Câmara Municipal de Montes Claros, conforme Laurindo Mékie demonstra.⁵⁷

Não tomando a fonte como certa e natural, mas apenas como expressão de alguém que vivenciou este contexto, Em *As Faces do Legislativo*, o memorialista Jorge Tadeu Guimarães, tratando da campanha eleitoral em 1982, relatou que “a participação maciça da população no comício de Luís Tadeu Leite, acabou por definir as eleições e terminar com um centenário reinado dos ‘chefes políticos’ de Montes Claros”.⁵⁸

LEGISLATURAS	SIGLAS	Nº PARTIDOS	NÚMERO DE VEREADORES
1973 – 1976	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	02	12
	Movimento Democrático Brasileiro – MDB		03
1977 – 1982	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	02	11
	Movimento Democrático Brasileiro – MDB		04
1983 – 1988	PDS (Antigo ARENA)	02	07
	Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (Antigo MDB)		10
1989 - 1992	Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB	06	07
	Partido Democrático Trabalhista – PDT		03
	Partido da Frente Liberal – PFL		04
	Partido Liberal – PL		01
	Partido Trabalhista Brasileiro – PTB		03
	Partido Democrata Cristão – PDC		01
1993 - 1996	Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB	07	04
	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB		04
	Partido Trabalhista Brasileiro – PTB		04
	Partido Democrático Brasileiro – PDT		04
	Partido Social Democrata – PSD		01
	Partido Comunista do Brasil - PC DO B		01
	Partido Democrata Cristão – PDC		02
1997 - 2000	Partido dos Trabalhadores – PT	11	01
	Partido Trabalhista Brasileiro – PTB		01
	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB		04
	Partido Verde – PV		01
	Partido Liberal – PL		01
	Partido Popular Socialista – PPS		02
	Partido Progressista Brasileiro – PPB		03
	Partido da Frente Liberal – PFL		02
	Partido Comunista do Brasil - PC DO B		01
	Partido Democrático Trabalhista – PDT		03
	Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB		02

Quadro 01 - Número de Vereadores em Montes Claros, segundo suas siglas partidárias.

Fonte: Resultado de análises de documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Elaboração de Roberto Mendes Ramos Pereira.

⁵⁷ PEREIRA, L. M. **Op. Cit.**, p. 217-219.

⁵⁸ GUIMARÃES, Jorge Tadeu. **As Faces do Legislativo**. Montes Claros: Sociedade Educacional Arapuim, 1997, p. 172.

Montes Claros, e o país, realmente viviam um período interessante de sua história no que concerne à defesa dos direitos, interesses e anseios da sociedade depois de duas décadas de regime militar, principalmente se levarmos em conta que as peculiaridades de cunho econômico da região norte mineira a colocou nestes anos 80 como um espaço em que sua população passou a vivenciar os reflexos da industrialização nas suas mais diversas formas. Assim, se politicamente, a cidade passava por momentos de euforia popular no sentido de fazer valer seus direitos, elegendo representantes das classes menos favorecidas para o exercício do poder público (vereadores e prefeitos), economicamente, tanto o país quanto Montes Claros, sentiram o período como um tempo de dificuldades.

No entanto, o foco que nos interessa é a década posterior, a de 1990, sendo que é sobre esta realidade que mescla contradições de uma cidade que se modernizou e que, ao mesmo tempo, tem carregado problemas historicamente construídos em seu espaço, que identificamos o ponto central deste estudo, o elemento humano que se evidencia, trazendo consigo suas demandas, anseios, buscas, desejos, carências.

Montes Claros, cidade considerada há muito “a princesa do Norte de Minas”, assistiu a todas essas transformações políticas e econômicas a seu modo. Em alguns pontos, compartilhando das mesmas dificuldades surgidas (basicamente estruturais) de outros centros urbanos, e em outros, se adaptando aos impactos sentidos por tamanhas transformações. O que vamos ressaltar nos capítulos seguintes não são apenas as condições sociais construídas a partir desta conjuntura econômica e política já delineada. O que buscamos entender são as estratégias de resolução dos problemas sociais advindos dela, centrando nossa atenção basicamente no tratamento que a população deu aos vereadores, vistos como seus “representantes”, e ainda, na estratégia de buscar o elemento religioso como forma de satisfação de suas necessidades materiais e sociais.

Se os acontecimentos econômicos, políticos e sociais expostos nesta primeira parte foram acontecimentos históricos, e que, portanto, puderam ser claramente compreendidos num tempo e num espaço específicos, assim também foram as demandas sociais e as práticas e representações criadas para sua solução. Este é o foco que tomaremos a partir de agora.

CAPÍTULO 2

O PÃO DE CADA DIA NOS DAI HOJE, ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU: A PRÁTICA DO PEDIR EM QUESTÃO

Um dos pressupostos que nos levou a pensar o tema da prática do pedir – seja direcionado aos vereadores seja no campo religioso – foi a necessidade de entendê-la em um contexto social em que a participação e o engajamento político poderiam se mostrar como canais de solução para demandas de uma população que não se vê assistida pelo Estado. Após contextualizar esta prática, buscamos, neste capítulo, compreender as representações e o comportamento político e religioso das pessoas na busca de realização de suas necessidades cotidianas.

No desenvolvimento da pesquisa, principalmente no contato direto com vereadores, deputados, assessores e pessoas de setores populares de Montes Claros, percebemos, nos discursos das pessoas entrevistadas, muitas representações que condenam hábitos historicamente presentes nas relações sociais, como a prática do pedir aos políticos para que resolvam problemas pessoais da população. No entanto, a sua permanência nas relações entre o povo e os políticos demonstra que outros elementos existem neste contato, e que devem ser considerados, se quisermos compreender o cerne da racionalidade que lhe é inerente. Os vereadores se mostram admirados quanto ao imenso poder que a população tem de pedir. Revelam-se, inclusive, impotentes diante de tantas demandas, não conseguindo sair dos laços que a população joga sobre eles; principalmente, porque as necessidades de cada pessoa são, de certa forma, utilizadas como meio para que eles aumentem ou potencializem seu capital político. Eis um grande paradoxo este na vida política dos vereadores em geral: não se vêem autorizados (ou mesmo instrumentalizados) a lidar com o pedir excessivo da população, mas dependem dele para construção da sua imagem frente aos eleitores.

Devido à sua impotência na eficácia do atendimento a tantos pedidos, os vereadores utilizam-se, para minimizá-la, de uma rede de contatos capaz de oferecer uma resposta satisfatória às pessoas que lhes procuram. Trataremos mais detidamente deste aspecto no próximo capítulo. Antes disso, contudo, é necessário tratar de um aspecto mais de fundo. Se nossa atenção está dirigida, nesta dissertação, aos campos político e religioso, é importante que tracemos os principais elementos explicativos da prática do pedir nestes espaços, mostrando de forma mais sistemática como isso se deu no contexto analisado e ainda evidenciando as representações políticas e religiosas da população de Montes Claros rumo a um maior entendimento da política e da religiosidade na região.

É importante aqui ressaltar que trazemos como pano de fundo a tal prática uma sociedade e um sistema econômico fundados na desigualdade entre seus membros. Isto porque entendemos que, se se pede a alguém é porque, geralmente, mas não necessariamente, existe o reconhecimento de uma desigualdade de recursos (e, logo, de poderes) entre as partes envolvidas. Na falta de meios para resolver de modo independente suas carências por emprego, atendimento médico, material de construção, etc., a tática adotada é, muitas vezes, o pedir. O pedido, assim visualizado, é fundamentado numa incompatibilidade entre os recursos (financeiros, econômicos e materiais) em posse da população e as demandas existentes no seu dia-a-dia. Por outro lado, o vereador é representado como alguém “rico”, com poder e com possibilidades de ajudar essas pessoas. Além disso, sua ajuda é lida como um compromisso firmado, uma vez que, já no jogo político eleitoral, alianças tácitas ou explícitas são tecidas entre vereadores e população.

Tendo como pressuposto uma concepção holística deste ser humano, no qual se encontram necessidades não apenas materiais na sua manutenção física, mas também necessidades mentais, emocionais e espirituais, percebemos que tais necessidades ou demandas também apontam ou resultam em pedidos ou ações para solução em cada um desses campos. À frente vamos perceber que os pedidos das pessoas tanto para os vereadores quanto para Deus, através dos santos, são de toda ordem, fundamentando bem essa noção holística que temos das pessoas.

Se neste estudo tratamos da prática do pedir, torna-se relevante a noção de que as pessoas são dotadas de necessidades que lhes são inerentes e que precisam ser sanadas, sejam estas de ordem objetiva ou subjetiva. Desta forma, compreendemos parte dos motivos que levam as pessoas a procurarem os políticos ou os santos/Deus para solucionarem suas demandas por um emprego ou aposentadoria (necessidade de segurança), por afeição do marido (necessidade de amor) ou ainda por uma promoção no emprego (necessidade de estima). Entendemos que sem uma clara noção de que somos imbuídos de necessidades das mais variadas formas, não nos seria possível entender a complexidade da prática do pedir.

Assim, a partir de uma visão holística do ser humano, existindo nele necessidades que extrapolam o universo da materialidade, ou seja, que as pessoas não buscam satisfazer apenas necessidades por comida, casa, carro, mas também por amor, afeto, pertença etc.; enveredamo-nos na pesquisa dos pedidos aos vereadores e a Deus como formas de satisfação dessas suas demandas, sem, contanto, pressupor que eles sejam os únicos meios de satisfação.

2.1. Pedidos aos vereadores

O vereador, também conhecido como edil, é um agente político que atua no âmbito dos municípios, configurando-se como poder legislativo, conforme a forma de governo constitucional. De modo geral, suas funções básicas são legislar sobre todas as matérias de competência do município, fiscalizar ações do poder executivo como a aplicação dos recursos municipais pelo poder executivo e, ainda, representar a população junto ao poder público, procurando viabilizar a governabilidade do município⁵⁹.



Foto 02 – Quadro no hall da Câmara Municipal de Montes Claros

Fonte: Arquivo pessoal de Roberto Mendes Ramos Pereira

Essas tarefas do vereador estão expostas, resumidamente, no hall da Câmara Municipal de Montes Claros (Cf. FOTO 02), sendo, pois, um ponto de discussão e polêmica.

⁵⁹ Cf. art. 39 da Lei Orgânica Municipal de Montes Claros. **Seção III - Das atribuições da Câmara Municipal.**
Art39 - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente: **I**-instituição e arrecadação dos tributos municipais; **II**-isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas; **III**-Orçamento Anual e Plano Plurianual de Investimentos, bem como autorização para abertura de créditos suplementares e especiais; **IV**-deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento; **V**-autorizar a concessão de auxílios e subvenções; **VI**-autorizar a concessão de serviços públicos; **VII**-autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais; **VIII**-autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais; **IX**-autorizar a alienação de bens imóveis; **X**-autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo; **XI**-criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara, observando o limite de 60% (sessenta por cento) da receita líquida municipal e o estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; **Redação dada pela Emenda nº 26/2001.** **XII**-criar, estruturar e conferir atribuições a Secretários e órgãos da administração pública; **XIII**-aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado; **XIV**-autorizar convênios com entidades públicas ou particulares; **XV**-delimitar o perímetro urbano; **XVI**-autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos municipais; **XVII**-estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento.

No cotidiano, captamos junto à população e aos vereadores uma concepção sobre as funções do vereador e que nos fez constatar que sua prática, de certo modo, não confere exatamente com o que a legislação lhes impõe como função básica, pois visualizamos a questão da seguinte forma: o vereador, em face das três funções básicas que deveria desenvolver (legislar, fiscalizar e representar), gasta boa parte do seu tempo em atendimentos particulares, dentro de uma noção própria de representação. Para muitas pessoas tal representação traz consigo a obrigação do atendimento às demandas da população⁶⁰.

Nesta direção, o que percebemos é que as demandas populares têm um forte impacto na vida política de um município, como estamos analisando em Montes Claros. A sociologia política entende tal fenômeno dentro de um modelo de “estímulo de demanda” (*input of demand*), segundo o qual as exigências da população são sempre incorporadas a um sistema político, transformando-o.

Na sociologia política, possivelmente sob influência das abordagens formais de conceito de representatividade, é forte a concepção de que a relação de representação desenvolve-se dentro do seguinte esquema: existem “demandas” ou “exigências” inerentes aos cidadãos e introduzidas no sistema político (*input of demand*); processadas, recebem uma “resposta” (*output*) do sistema representativo. Assim, o sistema representativo é explicado pela constante adequação entre *inputs* e *outputs*. Um processo de identificação entre a vontade dos eleitores e as atitudes dos representantes, qualificado como “modelo elementar de *input* de demanda”.⁶¹

Em face desse quadro, legislar e fiscalizar, consideradas “funções típicas”⁶² pelo professor Maurício Marques Trigueiro, da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ficam, de certo modo, em segundo plano. Um dos vereadores eleitos em 1996 e 2000 ratifica tal idéia do que seria função de um vereador:

Na minha ótica, hoje ser vereador em Montes Claros no período que eu fui é... vereador é legislar e fiscalizar o dinheiro público, mas você se torna um agente social, porque a carência é muito grande, as pessoas procuram mesmo. Muitos não precisam, mas a maioria precisa mesmo, então você se torna um agente social. Ou se torna um empregado de luxo.⁶³

⁶⁰ Felix G. Lopes, em *A política cotidiano dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso de Araruama*, analisando a dinâmica das relações entre vereadores e eleitores em Araruama, Rio de Janeiro, ressalta que o atendimento é a atividade em torno da qual se desenvolve o trabalho diário dos vereadores no município. Também Karina Kuschmir, em *Eleições e representação no Rio de Janeiro*, percebe tal realidade na política fluminense.

⁶¹ CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Representação Política**. São Paulo: Ática, 1988, p. 18.

⁶² TRIGUEIRO, Maurício Marques. Organização e competências do Poder Legislativo Municipal. In: _____; NORONHA, Leonardo Henrique. **O vereador e a agenda municipal 2005**: Organização, competência e funcionamento do Legislativo Municipal. Belo Horizonte: Escola do Legislativo ALMG. Mar/jun., 2005, p.15. O autor trata as funções julgadora, deliberativa e político-parlamentar como “atípicas”, pois são exercidas em decorrência da preservação de sua “independência” ou de sua autonomia enquanto Poder.

⁶³ Entrevista concedida pelo vereador “Arnaldo Gomes dos Santos” no dia 10 de julho de 2008 no gabinete de um deputado estadual em Montes Claros.

Outro vereador, com um perfil assistencialista⁶⁴, também compartilha dessa idéia, concebendo-se como um “empregado do povo”:

O que é ser vereador é ser primeiramente ter a condição de saber ser empregado do povo, porque de certa forma a gente é empregado porque é o povo que nos paga sabendo dessa obrigação, sabendo que a gente tá lá nesse contrato autorizativo do povo a gente tem que trabalhar para o povo (...).⁶⁵

Entendemos que esse papel de representar, através de um atendimento de necessidades particulares, é reforçado pela própria postura os eleitores, que os procuram principalmente para pedir benefícios. Um processo de ação e reação (*input* e *output*) é construído nesta relação. Atende-se mais porque se pede mais, mesmo que, nos discursos do cotidiano, haja uma idéia negativa sobre os vereadores que aderem a esta prática. O que parece evidente é que, nos diversos discursos coletados da população, o mau vereador é aquele que não atende a população nas suas necessidades imediatas, como a cidadã Renata Rodrigues ressalta:

Olha, vereador daqui no bairro pra mim não tá fazendo nada. Igual eu te falei, tô com esse problema [ela se refere ao fato de na porta da casa dela não ter luminária na rede de energia elétrica] já tem quatro anos, e tem vereador na câmara já tem 4 anos que tá lá, porque eles voltaram de novo, e não fez nada. Tem um [Nome do vereador] mesmo aí que vem aqui, faz mil e uma promessas, no dia não vem cumprir a promessa. [Outro vereador] é a mesma coisa. Aí como é que você coloca uma pessoa dessa de volta na prefeitura? Que tá com 4 anos que tá lá, não fez nada, com mais quatro vai fazer?⁶⁶

É importante analisar alguns elementos desse discurso dentro das condições em que foi enunciado. Primeiramente, porque no dia anterior a essa entrevista essa mesma jovem estava diante de um dos vereadores por ela citado numa inauguração de um comitê de campanha. Presenciar a cena foi importante para entendermos o modo pelo qual ela se direcionava ao político. Percebemos indignação e raiva diante do seu problema não resolvido (o beco que ela mora há muitos anos não tem rede de energia elétrica), mas também se dirigia a ele reverenciosamente com expressões tais como “senhor”, “por favor” e “pelo amor de Deus”, evidenciando o caráter de urgência com que concebia o seu problema. Interessante foi a forma como ela o descreveu na entrevista: um vereador que faz promessa, mas não as cumpre. Esta crença da Renata pode ser confirmada em pesquisa recentemente publicada,

⁶⁴ Por “perfil assistencialista” entendemos a característica do vereador que corresponde aos pedidos da população, enquadrando-se, dessa forma, como um político que atende às necessidades por emprego, alimentação, consultas médicas, dentre outros benefícios junto à população.

⁶⁵ Entrevista concedida pelo vereador “Manuel Cardoso de Moura” no dia 26 de junho de 2008 na Câmara Municipal de Montes Claros.

⁶⁶ Entrevista concedida pela cidadã Renata Rodrigues de Oliveira no dia 16 de agosto de 2008, na sua residência localizada no bairro Santos Reis.

mostrando que a maioria dos votantes não acredita em promessas de campanha.⁶⁷ Por outro lado, a atenção e as orientações dadas prontamente para que ela fosse ao gabinete no outro dia podem nos fazer pensar sobre os interesses do vereador em aumentar seu capital político naquele contexto de campanha eleitoral.

Outro elemento desse discurso é o tratamento que Renata dá à Câmara Municipal. O “lá” que ela cita de modo repetitivo parece referir-se ao poder, um lugar distante e que, de certo modo, para chegar até ele e ser atendida nas suas necessidades é necessário que haja um intercessor. Karina Kuschnir, citando Palmeira e Heredia quando falam de uma política ambígua, também percebe esta representação social. Para ela, na concepção popular, os conflitos geralmente precisam ser gerenciados por mediadores, pessoas poderosas ou de muito conhecimento, que são percebidos como indispensáveis na gestão e no atendimento às demandas da população.⁶⁸ Nesta direção, outros textos⁶⁹ também ressaltam o vínculo entre o prestígio do cargo ocupado pelo mediador e a idéia popular de que, através dele, é “mais fácil” ser atendido.

Vale ressaltar que a pesquisa que fundamenta esta dissertação foi realizada em meio ao “calor” das eleições municipais de 2008, quando foram escolhidos os novos vereadores e prefeito no dia 05 de outubro. Esse contexto nos auxiliou enormemente na compreensão das práticas e representações populares no campo político, assim como entende Pierre Ansart, para quem identifica os períodos eleitorais como um momento propício em que as emoções políticas são reavivadas, proclamadas ao paroxismo e pelos quais podemos melhor perceber o papel que desempenham no desenrolar da vida política.⁷⁰

Realizar o estudo neste momento da história de Montes Claros nos levou a perceber que, na relação entre vereadores e população, há um jogo intrigante em que um procura o outro em determinados momentos. Expressões como “eles só correm muito atrás nessa época. Passou, eles não fazem muita coisa (...)” e “(...) tá aparecendo um bocado deles aí (...)” ou ainda “(...) na época da política você vê muita coisa, todo mundo prometendo, mas depois que passa o período eleitoral, todo mundo some (...)” trazem uma noção popular de que os políticos “somem” após as eleições. É por isso que percebemos que, neste período, os conflitos, os choques, as simpatias ou hostilidades se mostram mais agudas, pois o encontro entre as duas partes, população e políticos, se dá de forma inevitável.

⁶⁷ JORNAL DE NOTÍCIAS. Eleitores de olhos abertos. n.5262, 14 de agosto de 2008.

⁶⁸ KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 35.

⁶⁹ Cf. HEYMANN, Luciana Quillet. **Quem não tem padrinho morre pagão: Fragmentos de um discurso sobre o poder**. Disponível em <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/273.pdf> Acesso em: 10 jul. 2008.

⁷⁰ ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos? **História & Perspectivas**. Uberlândia. n.25 e 26. jul/dez 2001, jan/jun 2002.

Por outro lado, questionamo-nos sobre os momentos em que as pessoas procuram os vereadores e com quais objetivos. Essa é uma questão central para visualizarmos com clareza o que as pessoas esperam e pensam sobre eles. A irmã do jovem Elton⁷¹ relatou, por exemplo, que precisou do vereador pra resolver um problema, ou seja, “para procurar serviço”. A jovem Renata Rodrigues, morando num dos bairros mais populosos e com altos índices de violência, também relatou que procurou auxílios junto aos vereadores:

Já pedi a luz, já pedi mais segurança para o bairro, já pedi assim ajuda assim, pra me ajudar murar isso aqui, sabe, porque isso aqui é aberto, tem hora que você tá dormindo, assustada, com medo de ladrão estar entrando na sua casa. Já pedi muita ajuda assim, só que até hoje ninguém me ajudou com nada.⁷² (grifos nossos)

No espaço em que este estudo foi realizado, uma cidade que apresenta diversas carências, tanto estruturais (água, luz, segurança pública, etc.) quanto pessoais (reforma da casa, dinheiro, alimentação, emprego etc.), percebemos que a relação das pessoas com os vereadores (candidatos), em geral, transita entre a esperança de solução dos seus problemas, a descrença que essa solução ocorra e a hostilização dos políticos, perfazendo-se como fases que se sucedem num “ritual”: ter esperança, pedir, não ser atendido, descrença e hostilizar diante do não atendimento, ou ainda, ter esperança, pedir, ser atendido, crer e votar no candidato.

Dessa forma, temos na esperança dessas pessoas um elemento bastante significativo para a constante procura das pessoas, mesmo que realizada sob a máxima desconfiança. Relembrando as orientações de um vereador para solucionar seu problema de falta de energia elétrica no beco onde sua casa está situada, problema que persiste desde 1996 quando do cadastramento das famílias, Renata diz:

Ontem aquele [nome do candidato e vereador] falou pra eu ir lá hoje, meio dia, que ele ia marcar com o advogado de novo. Eu vou lá, né, tudo é tentar. Mais uma vez, lá vai eu de novo. Eu falei esses dias: “nunca mais eu faço isso”. Mas a gente acaba fazendo. Nunca existe, né? E eu acabei de falar semana passada: “nunca mais eu ponho os pés naquela prefeitura”. E agora vai eu de novo.⁷³

Esse aspecto da esperança é bastante significativo na relação entre as pessoas e os vereadores, constituindo-se um elemento constantemente oferecido por alguns políticos à população. Isto fica claro na fala de um vereador que diz que nunca pode tirar a esperança da

⁷¹ No momento da entrevista com Elton, a irmã dele, estando próxima do irmão, emitiu seu parecer sobre a pergunta sobre se já procurou algum vereador. Mesmo não sendo a entrevistada, consideramos importante o seu relato, dada sua riqueza para fundamentação deste estudo.

⁷² Entrevista concedida pela cidadã Renata Rodrigues de Oliveira no dia 16 de agosto de 2008, na sua residência localizada no bairro Santos Reis. (grifos nossos)

⁷³ Entrevista concedida pela cidadã Renata Rodrigues de Oliveira no dia 16 de agosto de 2008, na sua residência localizada no bairro Santos Reis.

pessoa e que se não pode resolver, procura a solução através de um órgão ou de uma pessoa que possa ajudar.⁷⁴

O atendimento das demandas pessoais geralmente gera um aumento do capital político do vereador, materializando-se nos votos no tempo eleitoral. Nesta conjuntura, o que se nota por parte dos vereadores é que eles procuram atender as solicitações do povo para que sua popularidade esteja em alta neste momento central de manutenção do poder e, por parte da população, é que esta utiliza os meios de que dispõe para conseguir seus objetivos, sendo o seu voto o mais representativo:

Eu e meu marido a gente vota aqui, mas eu não vou dar voto pra uma pessoa que não tá fazendo nada, não fez nada pra mim. Não me ajudou com nada. Agora mesmo, estou aí parada, não acho um serviço, meu filho daqui um tempo tá estudando, uma faculdade não vai nem fazer porque eu não tenho condição de pagar.⁷⁵

Em entrevista com uma mãe de família, a noção que entrelaça esperança, atendimento e confiança no político, ratifica essa concepção popular. Questionada sobre o que a fazia votar em alguém, ela responde:

Depende das propostas, né? Você vendo as propostas, você vê que pode mudar a fazer algo. Porque hoje tá muito complicado confiar nas pessoas, hoje tá difícil. Mas, assim, você tem que acreditar. [E você acreditaria, se acontecesse o quê? ⁷⁶] Igual aconteceu aqui, estando ajudando a família, empregando as pessoas, ajudando outras famílias, aí a gente até tenta acreditar, né? Fica mais fácil.⁷⁷

Mais uma vez somos levados a pensar a noção da representatividade que as pessoas possuem. Isso porque elas se mostram representadas, ou ao menos dispostas a reconhecerem a legitimidade desta representação, apenas quando se têm os pedidos atendidos. Do contrário, elas se mostram indignadas e desconfiadas.

Acreditamos que algumas das chaves de interpretação sobre o que está implícito nessa relação entre vereadores e população, ou mesmo nas representações e na prática do pedir dessas pessoas, capazes de nos fazer compreender o comportamento político do povo na busca de realização de suas necessidades cotidianas, são as idéias contidas nos discursos dirigidos aos vereadores. Numa carta direcionada a um vereador em 1996, há os seguintes argumentos para fundamentar um pedido de postes para moradores de uma rua:

⁷⁴ Entrevista concedida pelo vereador “Manuel Cardoso de Moura” no dia 26 de junho de 2008 na Câmara Municipal de Montes Claros.

⁷⁵ Entrevista concedida pela cidadã Renata Rodrigues de Oliveira no dia 16 de agosto de 2008, na sua residência localizada no bairro Santos Reis.

⁷⁶ Pergunta feita no meio da resposta.

⁷⁷ Entrevista concedida pela cidadã Nádia Vianna de Souza no dia 15 de julho de 2008, na sua residência localizada no bairro São Judas I.

Vila Telma, rua Augusta Teixeira e Carvalho cruzada com a rua João Alves Veloso. Nós moradores desta rua, pede com urgência. Os órgãos copetentes (*sic*), prefeitura, cemigio (*sic*); Por favor, lembre de nós, aquin (*sic*), há dois anos nós fizemos o pedido, de três postes para esta rua e até hoje não lembrose (*sic*) de nós! E hoje nós através de um abaixo assinado, queremos que lembre-se que este benefício não é de graça, que nós estamos esperando treis (*sic*) poste desde mil novecentos e noventa e quatro. E isso não é de graça nós pagamos a vida inteira, só lembra de nós quando quer o voto. E hoje nós já combinamos só votamos no candidato que colocar estes treis (*sic*) poste. Somos dez moradores e é trinta votos. Desde já agradecemos. Moradores de Vila Telma.⁷⁸

No interior do pedido, podemos perceber muitos aspectos interessantes que se fazem presentes na relação que os moradores estabelecem com o vereador. Em primeiro lugar, é possível notar que a pessoa que escreve a carta, apesar de demonstrar pouca escolaridade, tem uma consciência bastante nítida do que o vereador precisa fazer: atender a população nas suas necessidades. Ele evidencia ainda sua noção de que existem “órgãos competentes” para solucionar seu problema. Neste sentido, vê no vereador uma pessoa capaz de intermediar ou representá-las junto a tais órgãos. Novamente, percebemos a situação de “esquecidos” na qual eles se encontram, pedindo de forma direta que as instituições e políticos “lembrem-se” deles. Mais direta é a expressão que eles utilizam, mostrando sua idéia de que somente são alvos da atenção dos políticos quando estes estão em busca de votos. Identificamos na construção do texto outros elementos interessantes na formação de um discurso: a) identificação minuciosa do problema; b) pedido em caráter de urgência; c) direcionamento do pedido aos órgãos competentes; d) explicitação do conteúdo do pedido; e) admoestações (“este benefício não é de graça”, “nós pagamos a vida inteira”); f) explicitação de uma condição para se votar no receptor; g) anúncio dos benefícios que o receptor ganhará caso atenda ao pedido dos moradores. O conjunto desses aspectos nos retrata a racionalidade que permeia um pedido popular, resumidamente exposto por meio de uma necessidade, da história dessa necessidade e a exposição de um benefício a trocar.

Não bastassem esses aspectos mostrados no depoimento, uma idéia central é a relacionada ao “poder” que o depoente tem diante do político, poder este cristalizado no voto. Quando ele diz “Somos dez moradores e é trinta votos”, percebemo-lo com alguém que tem algo de grande valor, seja para o prefeito ou para o vereador no que se refere à sua manutenção no poder político, já que a satisfação de trinta pessoas pode significar um aumento do capital simbólico dos políticos envolvidos e, conseqüentemente, o voto por parte dos eleitores atendidos.

⁷⁸ Carta de abaixo-assinados da Vila Telma, sem data expressa. Fonte: Arquivo Geral Ivan Lopes.

Uma das características interessantes desta fonte foi o fato de ela estar anexada a outras que formam um conjunto inteligível do processo de como o pedido surgiu, chegou ao vereador e como foi encaminhado para a fonte de recursos, no caso, o prefeito. Anexas a essa carta existem outras duas. A primeira anexada, não mais escrita à mão e sem erros ortográficos, com a assinatura do representante dos moradores. A formalidade com que foi escrita mostra uma lapidação do pedido feito sob o signo da gentileza, uma vez que as admoestações e a explicitação de condições para se votar nos políticos não aparecem no texto. A linguagem é outra e bem mais refinada:

Nós, moradores da Rua Augusto Teixeira de Carvalho cruzamento com a rua João Alves Veloso, vem por meio deste abaixo-assinado solicitar dos órgãos competentes, prefeitura e Cemig. Por favor, lembre-se de nós moradores, porque há “2” (dois) anos fizemos o pedido de “3” (três) postes para a referida rua e até hoje não lembraram de nós, sendo que este benefício será para atender mais de “10” (dez) famílias que moram na rua e desde do ano de 94 estamos esperando estes postes. Sendo o que temos para o momento, subscrevemos. Atenciosamente, Moradores da rua Augusto Teixeira de Carvalho. José Rodrigues Neves, 1º tesoureiro Assoc. Mor. B. Maria Cândida.⁷⁹

Uma segunda carta anexada, na forma de ofício, constitui parte do conjunto de pedidos que teve origem nos moradores com destino ao prefeito municipal. O pedido original, sendo dirigido ao vereador e este não tendo condições financeiras e legais de atender prontamente este pedido, acaba sendo encaminhado ao prefeito por este vereador através do recurso regimental mais adequado, que é a indicação feita ao presidente da Câmara. Mais uma vez percebemos outra linguagem e outra forma com que o pedido é construído:

O vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta a seguinte indicação: que seja encaminhado ofício ao prefeito municipal, Dr. Luiz Tadeu Leite, solicitando de S. Exa., todo empenho e providências no sentido de viabilizar a instalação de “3” (três) postes de luz na rua Augusto Teixeira de Carvalho no cruzamento com a rua João Alves Veloso, conforme solicitação dos moradores do referido bairro em abaixo-assinado anexo.⁸⁰

Fizemos questão de mostrar os três textos para fazer compreender como se dá a lógica de um pedido feito ao vereador e que o recurso solicitado não é da sua competência. No terceiro capítulo, onde trataremos sobre a questão das redes políticas do vereador, mostraremos outros elementos que fazem parte dessa lógica e que tornam o atendimento do pedido um objetivo nem sempre alcançado.

Por outro lado, estes pedidos não ficam apenas na ordem de bens ou serviços públicos como rede de água e luz, esgoto, asfalto etc. Na relação íntima com o vereador, em que se busca preferencialmente o atendimento das demandas, geralmente de caráter particular, outras

⁷⁹ Carta de abaixo-assinados da Vila Telma, sem data expressa. Fonte: Arquivo Geral Ivan Lopes.

⁸⁰ Indicação n.º 20, 21/05/1996. Fonte: Arquivo Geral Ivan Lopes.

necessidades aparecem, tornando a relação entre população e vereador muito mais complexa. Sob esta ótica, a ação do vereador torna-se totalmente desvirtuada da sua origem legal. Na visão popular, que minimiza as funções legislativa e fiscalizadora do vereador, este é procurado para sanar demandas pessoais de cada um. Os vereadores, em seus depoimentos, elencam uma gama de pedidos e demandas que fogem totalmente das funções do vereador. Nas falas de três vereadores isso fica bastante evidente:

Os pedidos são os mais inusitados que você pode imaginar. Desde o convencional que é que a pessoa pede pra encaminhar pra emprego, pede muito emprego, pede muito patrocínio (...).⁸¹ (grifos nossos)

(...) há demandas que vêm da população que a gente também separava como coisa que não é legítima. Às vezes a pessoa que procura o vereador em busca de dinheiro, em busca de pagamento de uma conta de luz ou de água. Claro que a gente compreende que isso se prende a uma situação de necessidade das pessoas, a uma situação de miséria pela qual muitas passam, e se prende a uma concepção que se tem do que é o papel do vereador, né? Às vezes as pessoas acham que o vereador serve pra isso mesmo, pra pagar minha conta, pra me ajudar numa necessidade particular minha e tal, né?⁸² (grifos nossos)

Tem coisa que até interessante. Em campanha, por exemplo, a pessoa procurava, achei isso interessante, o pessoal fala muito de dentadura, mas também procurava pra peruca, cirurgia, cirurgia plástica, coisa muito pessoal, entende?⁸³ (grifos nossos)

O não atendimento a esses pedidos acarreta conseqüências para o vereador. Como já ficou claro anteriormente, existem pessoas que não acreditam ou não votam em vereadores que não as ajudam nas suas necessidades. Talvez essa seja uma das representações mais fortes na vivência política popular. As tendências de hostilizar ou elogiar o vereador dependem diretamente desse atendimento, como ressalta um vereador:

As pessoas hostilizam às vezes porque ela pensa que é obrigação do vereador fazer isso, porque na cabeça dela o papel do vereador é esse, quer dizer, não é nem por uma má fé dessa pessoa ou por uma intenção de hostilizar. É porque como na cabeça dela esse é o seu papel e se você não atender a sua demanda particular ela pensa que você não cumpriu o papel que cabe a você e, portanto, às vezes ela hostiliza. Mas eu penso que este é um ônus que não tem como fugir dele, né? É impossível você fugir desse ônus, você vai estar sujeito a isso pelo simples fato de você ter vida pública.⁸⁴

⁸¹ Entrevista concedida pelo ex-vereador “Roberto Carlos Ferreira da Silva” no dia 15 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

⁸² Entrevista concedida pelo vereador “Guilherme Antunes Braga” no dia 18 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

⁸³ Entrevista concedida pelo ex-vereador “Arnaldo Gomes dos Santos” no dia 10 de julho de 2008, no gabinete de um deputado estadual.

⁸⁴ Entrevista concedida pelo vereador “Guilherme Antunes Braga” no dia 18 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

A forma de este vereador olhar para essa questão nos oferece uma chave de interpretação para um fator importante deste estudo: o entendimento popular sobre a função do edil no âmbito municipal. Tal aspecto está intrinsecamente associado à “educação política” a que estas pessoas tem sido submetidas no interior de práticas bastante enraizadas. Entendemos que essa prática do pedir não se restringe nem em relação ao vereador nem ocorre apenas em Montes Claros. Identificamos vários episódios na história que confirmam isso. Referindo-se ao Rio de Janeiro do início da República, Eduardo Silva, em *As queixas do Povo*⁸⁵, identificou muitas pessoas que dirigiam suas reclamações ao Jornal do Brasil solicitando benesses de toda ordem. Se em nosso estudo visualizamos as figuras do vereador e dos santos como mediadores ou meios de resolução dos problemas sociais, aqui o autor percebe no jornal um instrumento popular, acessível e legítimo, já que as queixas populares eram publicadas gratuitamente e não era necessário que as pessoas soubessem escrever, servindo-se como instrumento mediador na busca de benefícios sociais que o Estado não conferia à população.

Luciana Quillet Heymann, em *Quem não tem padrinho morre pagão: fragmentos de um discurso do poder*⁸⁶, também analisa o conteúdo de uma rica documentação de posse de um chefe de polícia do Distrito Federal entre 1933 e 1942. Por esses documentos, a autora nota uma diversidade de pessoas pedindo para o chefe militar Filinto Muller não apenas emprego, mas promoção profissional, transferência e nomeação, auxílio monetário entre outros. Entendemos esse estudo como significativo para nossa pesquisa porque se fundamenta na mesma lógica com a qual os pedidos aos vereadores e santos é instituída: a necessidade de uma “forcinha” ou de um “mediador” para se alcançar benefícios particulares. Também sobre este mesmo período, mas com um foco sobre a figura de Getúlio Vargas, Jorge Luiz Ferreira⁸⁷ faz uma leitura bastante interessante sobre as cartas que a população escrevia ao presidente. Neste caso, os pedidos não encontravam mediadores estratégicos para se chegar ao seu destino final, apenas a própria secretaria da presidência, que tinha a tarefa de encaminhá-las e respondê-las. No entanto, é possível perceber que a lógica da necessidade de um agente político poderoso para se chegar à conquista do emprego, da transferência ou de outro benefício particular, esta lógica é similar aos outros fatos anteriormente descritos.

⁸⁵ SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁸⁶ HEYMANN, Luciana Quillet. **Quem não tem padrinho morre pagão**: fragmentos de um discurso sobre o poder. Disponível em <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/273.pdf> Acesso em: 10 jul. 2008.

⁸⁷ FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Concomitantemente ao que ocorria em nível nacional, cristalizando em meio à população um imaginário social sobre a figura paternalista do presidente Vargas, em Montes Claros as pessoas compartilhavam dessa mesma estratégia de buscar no poder público um meio de alcançar vantagens. Com atenção no período entre 1930 e 1964, mas já percebendo que tal cultura política existe até os dias atuais, Edi de Freitas Cardoso Júnior, em *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*, faz uma leitura interessante sobre o que ocorria naquele contexto:

O arraigamento da prática popular de “pedir” ou “reclamar” diretamente aos políticos ainda nos dias de hoje, especialmente na rotina do poder legislativo e nas campanhas eleitorais, permite-nos depreender que, em tempos mais acentuadamente paternalistas, fora ela meio utilizado com frequência para se intervir na esfera política municipal e expor demandas. Entre 1930 e 1964, sobretudo na primeira metade do período, no desvã da informalidade, indivíduos carentes de auxílio dirigiam-se em grande número às autoridades solicitando ajuda.

88

Seja esta uma tática popular de sobrevivência, seja uma prática cultural e politicamente mantida no tecido social, pedir benefícios particulares a pessoas investidas de poder parece constituir um dos elementos centrais da cultura política experienciada e compartilhada pela sociedade brasileira. Isso ficou bastante claro num evento que classificamos como uma das grandes oportunidades que a população teve para ser expressar e fazer valer seus sonhos e anseios através da participação da elaboração texto constitucional em 1988. Num momento de grande mobilização social após a queda do Regime Militar e na necessidade da confecção de uma nova e democrática constituição, o Senado Federal distribuiu milhões de formulários às agências de correios de todo o país, abrindo espaço para sugestões da população sobre temas e assuntos da vida social para que os mesmos fizessem parte da carta magna do país. As sugestões foram digitadas na época e hoje fazem parte de um banco de dados do Senado Federal, contendo mais de 72 mil cartas.⁸⁹

O que achamos de grande significado foi o fato de empresários, fazendeiros, estudantes, bóias-frias, artistas, dentre outros, terem uma enorme oportunidade de participação política após 20 anos de ditadura militar, enviando suas sugestões para elaboração das novas leis do país, mas o que ocorreu, em grande medida, não foram sugestões, mas sim, a prática do pedir. As constantes solicitações de benefícios particulares ou ainda as tentativas de, através de mediadores (senadores, deputados federais e presidente), de

⁸⁸ CARDOSO JR., Edi de Freitas. **Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular”** em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 100.

⁸⁹ CARTA AO PAÍS DOS SONHOS. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/tv/cartas/>> Acesso em: 02 set. 2008.

conseguirem vantagens, serviços ou recursos de ordem pública, acabaram por fazer os próprios membros do Congresso Nacional classificarem tais solicitações como “pedidos pessoais” ou “sugestões impertinentes”.

Selecionamos alguns exemplos de pedidos de várias partes do Brasil e que são representativos dessa concepção de que o político tem poder, capacidade e até o dever de atender a população nas suas necessidades imediatas e particularistas:

Eu João estou necessitando de um auxílio para concluir o convindo (sic) preciso de tijolo, luz, cimento, pendo, telha pois moro de aluguel. Sou casado, tenho dois filhos, tem vez que passo necessidade por que ganho pouco por isso estou contando com você. Termino votando para você.⁹⁰ (grifos nossos)

Caro deputado, o meu caso não é uma sugestão, mas sim um pedido que quero fazer ao senhor. Sabe, eu ganho muito pouco, então eu queria que me ajudasse a conseguir uma geladeira. Mesmo sendo usada serve. Pois o senhor sabe, tenho uma filha que foi operada de uma doença que não posso discriminar. Então o médico falou que ela tem que tomar muito leite puro, coisa fresca se for possível o senhor conseguir tirar-me desta situação, eu lhe retribuirei em qualquer campanha sua.⁹¹ (grifos nossos)

A minha humilde sugestão é para que a Exa., me empregue, pois estou desempregado faz tempo. Tenho 27 anos de idade, sou pai de família, sou datilógrafo com o 1º grau em mao e a cada dia que passa as coisas ficam mais difícil já que a Exa, lembre-se de mim pois, peço-lhe que me ajude há conseguir um emprego, pois se depender de mim, será senador, pois (30) votos eu arrumo com certeza, não lhe prometo mais do que isso, porque estes todos votos sao de meus familiares.⁹² (grifos nossos)

Sobre esses discursos percebemos alguns elementos também presentes nos pedidos junto aos vereadores. Em primeiro lugar, é importante perceber que os pedidos por benefícios particulares aos políticos não se restringem à figura do vereador, apesar de este ser o mais próximo da população ou do eleitor. Tais pedidos têm uma direção difusa, sendo seus alvos deputados, senadores, dirigentes de órgãos públicos, prefeito, entre outros.

É preciso que nos atentemos ao discurso dessas pessoas, pois acreditamos que através dele somos capazes de compreender outras faces da racionalidade embutida na prática do pedir. Cardoso e Vainfas⁹³ argumentam que “trata-se de relacionar texto e contexto, buscar os nexos entre as idéias presentes nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extra textuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos”.

⁹⁰ Sugestão de João Alves de Almidor Moura (município de Jacaré - SP) ao deputado Oswaldo Vicente. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

⁹¹ Sugestão de Nilton dos Reis Andrade (Município de Codó-MA) destinado ao deputado Eptácio Cafeteira. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

⁹² Sugestão de Rubens Costa Ferreira (Município de São Luis – MA) ao senador Américo de Souza. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

⁹³ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____ **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, p.378.

Assim, entendemos que tanto num contexto, o associado aos deputados e senadores, quanto no outro, da realidade do vereador, identificamos uma exacerbação das condições precárias nas quais o pedinte se encontra, numa tentativa de sensibilizar o político para seu problema, com fim num conseqüente atendimento da solicitação. Apresentar-se como carente ou que está passando por dificuldades extremas a ponto de dar detalhes das condições de pobreza e de dificuldade são como meios legítimos na conquista da solução para os problemas apresentados. Em carta a um vereador de Montes Claros, um senhor seguiu a mesma estratégia para conseguir benefícios para sua comunidade:

Quero pedir a você para distribuir cursos grátis de costura, pintura, etc. aqui no Jardim Alegre porque a muitas pessoas passando dificuldades num tem nem como ajudar os seus maridos dentro de casa você pode procurar as pessoas da igreja católica na facela⁹⁴ a muita gente vigarista por que na facela tem muitas pessoas que tem condições recebem dinheiro do governo e os que são pobres não recebem nada porque só tem o leite das pessoas não vive só com leite.⁹⁵

Outro ponto característico dos pedidos feitos tanto aos vereadores como aos deputados e senadores é a noção popular de que cada um tem algo para oferecer para os políticos, o voto, sendo este o argumento comumente utilizado para conseguir a solução dos seus problemas. O que parece ficar evidente é que, se por um lado, as promessas políticas são feitas à população como uma estratégia de se conseguir a confiança e o voto dos eleitores, por outro, estes utilizam da mesma arma, a promessa, agora do voto, para se conquistar o que eles esperam dos políticos. Neste sentido, é possível visualizar uma troca de benefícios entre as partes dessa relação. Karina Kuschnir, analisando a realidade do Rio de Janeiro, também percebe o mesmo fenômeno. Segundo ela, a conquista e a oferta de votos estão sempre presentes nessas trocas, pedidos e retribuições.⁹⁶ No entanto, compreendemos que tal relação não se caracteriza como meramente comercial, na qual clientes e consumidores mantém laços fundados na conquista de lucro pra uns e de benefícios para outros. Compartilhando a visão de Karina Kuschnir, outros elementos de grande significado também aparecem nessa relação, tais como a amizade, a confiança, os laços familiares. Há nesse sentido, um caráter ambivalente no entrelaçamento de pedidos e atendimentos, ora sendo regido por laços pessoais ora por interesses particulares.

Questionada sobre o critério básico que a faz votar numa pessoa, a cidadã Valdinéia Almeida ressalta tais elementos: “Vou mais pela amizade, pelas pessoas que eu conheço. Se

⁹⁴ Facela é um apelido do bairro Jardim Alegre.

⁹⁵ Carta de pedido endereçada ao vereador Júlio de Samambaia em 25 de fevereiro de 2008.

⁹⁶ KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política. 1999, p. 39.

não conhecer, eu passo a ver a história do candidato pra decidir. Vereador é mais fácil, por ser mais populares, pois muitos são amigos, são próximos ou por ser alguém do bairro”.⁹⁷

Outra idéia, a de que o político tem poder, capacidade e possibilidades de “ajudar”, “auxiliar” ou “interceder” pelo solicitante na sua necessidade, também é bastante significativa. Um aspecto se mostra relevante nessa concepção política. Ele nos remete à cultura patrimonialista que permeia a história da sociedade brasileira, em que as pessoas se dirigem ao poder público como um espaço possível de se chegar à realização de interesses privados. Os pedidos feitos tanto aos vereadores de Montes Claros como aos deputados e senadores nas fontes analisadas nos indicam uma representação popular do poder público como um meio legítimo para sanar suas necessidades, mesmo que seu atendimento não seja, nos regimentos legais de suas funções, uma tarefa de sua responsabilidade. Neste sentido, a evidência de uma consciência popular que trata a política como solução para tudo se confirma, respaldando, inclusive, a noção de política do historiador René Remond, para quem “a constatação de que tudo é político torna a política responsável por tudo. (...) e a utopia leva a crer que é também a política que detém a solução de todos os problemas, inclusive os das vidas pessoais”.⁹⁸

Sobre este aspecto, é possível visualizar dois perfis distintos e contrários de vereadores. Existem os que se apropriam dessa concepção popular e procuram atender aos pedidos, ou no mínimo encaminhá-los para outras pessoas capazes de atendê-los, fundamentando-se, inclusive, na idéia de que a população precisa do seu auxílio. E aqueles que, diante dos pedidos, procuram explicar que o seu atendimento não é o papel do vereador. Questionado sobre como se comportava diante das demandas das pessoas, um vereador faz um relato significativo, expondo diversos elementos capazes de explicar como o vereador se vê acuado diante da enorme gama de pedidos que recebe:

Primeiro procurando fazer uma diferenciação das demandas da população. Porque há demandas que são, eu diria que são demandas legítimas e outras que nem tanto. Demandas legítimas, por mais secundárias que elas sejam, são legítimas porque elas refletem uma necessidade real da população. É um serviço público que um determinado bairro não tem, é um bairro que não tem asfalto, que não tem rede de esgoto, que o médico não atende o posto de saúde, que tem carências dessa natureza, assim, né? Esse tipo de demanda, a gente procura atender com as dificuldades que eu sempre tive por ser um vereador de oposição. (...) Então trabalhávamos compreendendo a legitimidade das demandas procurando encaminhá-las pra quem pudesse resolver. Eventualmente pudemos resolver algumas e outras, não, né? E há demandas que vêm da população que a gente também separava como coisa que não é legítima. Às vezes a pessoa que procura o

⁹⁷ Entrevista concedida pela cidadã Valdinéia Almeida no dia 19 de agosto de 2008, em sua residência no bairro Dona Gregória.

⁹⁸ RÉMOND, René. Uma História Presente. In: ____ (org.). **Por uma História Política**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 25.

vereador em busca de dinheiro, em busca de pagamento de uma conta de luz ou de água. Claro que a gente compreende que isso se prende a uma situação de necessidade das pessoas, a uma situação de miséria pela qual muitas passam, e se prende a uma concepção que se tem do que é o papel do vereador, né? Às vezes as pessoas acham que o vereador serve pra isso mesmo, pra pagar minha conta, pra me ajudar numa necessidade particular minha e tal, né? Essas demandas, a gente procurava dizer para as pessoas que não é o papel do vereador, ou isso que não nos competia, que havia outros mecanismos ou outros canais pra se resolver, né? Então a questão principal é essa, separar as demandas, porque a população apresenta demanda justas, na maioria das vezes, e pessoas específicas apresentam demandas particulares ou muitas vezes apresentam demandas tipicamente oportunistas, pessoas que batem na porta de 5 ou 6 vereadores, prometendo voto a todos os cinco, como se isso fosse possível, e tentando obter um favor pessoas de cada um desses cinco vereadores. É uma forma distorcida de lidar com o papel da representação política.⁹⁹

Parte desse discurso já foi citada anteriormente, mas optamos aqui por transcrevê-lo na íntegra, pois acreditamos que ele traz muitas idéias importantes que confirmamos tanto no contato com os outros vereadores como junto à população. Em primeiro lugar, como já vimos, nota-se que a concepção popular de que o vereador serve para pagar suas contas ou ajudar a população em suas necessidades reflete uma noção de representação política restrita ao atendimento das demandas do povo. Essa idéia ficou clara no depoimento de uma senhora que, questionada sobre o que a faria votar em alguém, respondeu que votaria num que a atendesse na conquista de um emprego. Novamente a troca de bens entre população e vereadores é visualizada como um elemento constitutivo da relação entre essas partes.

Se, por um lado, o não atendimento à necessidade da pessoa gera desconfiança, por outro, como já citamos, gera hostilização ao político, uma vez que as promessas nem sempre são tidas como objetos da credibilidade popular, como a cidadã Renata evidencia:

Agora eu vou falar mesmo, com toda sinceridade, quem trazer minha luz eu voto. Se não trazer eu não vou votar pra ninguém, nem eu nem meu marido. Meu marido ta mais nervoso do que eu. Esses dias teve um candidato aqui na porta, eu nem sei o nome dele porque nem deu tempo de perguntar, meu marido falou tanta coisa com ele, que eu disse “vixe Maria, descarregou a bateria em cima do homem” e ele disse “eu to nervoso mesmo, porque eles só conhecem a gente nessas épocas, quando vai chegando época de política vem vereador na sua porta que você nem ouviu falar”.

100

O que parece ficar claro é que deparamo-nos com um jogo entre político e população, entre representante e representado, no qual o vereador se mostra numa posição bastante incômoda, sendo forçado a agir em campos que extrapolam seu espaço de ação política.

⁹⁹ Entrevista concedida pelo vereador “Guilherme Antunes Braga” no dia 18 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

¹⁰⁰ Entrevista concedida pela cidadã Renata Rodrigues de Oliveira no dia 16 de agosto de 2008, na sua residência localizada no bairro Santos Reis.

Por outro lado, entendemos que o vereador também participa do monopólio do campo político, tornando-se um dos profissionais deste universo. Visualizando essa sua posição monopolizadora e, percebendo que a população em geral está distante desse universo, somos capazes de compreender o que Karina Kuschnir quis dizer quando o vereador também age enquanto “mediador cultural” nas relações que tem com as pessoas.¹⁰¹ Entendemos que ele faz essa ponte entre população e o mundo político como um todo, sendo seu intercessor no universo político. Mais detalhado no capítulo 3, esse aspecto da relação tecida com as pessoas que o procuram para sanar suas necessidades se mostra como uma das chaves de leitura para entendermos o imaginário popular sobre o vereador em Montes Claros, cristalizando nele uma figura importante capaz de atender seus pedidos, ora porque possui dinheiro ora porque é detentor de poder suficiente para isso.

Neste sentido, foi interessante notar em meio aos discursos das pessoas esta posição de mediador na qual elas acreditam que o vereador está. Fica evidente em suas falas que o poder ou o mundo das decisões (o universo político) é algo muito distante. Na esfera lingüística, tratam este mundo como “lá”. Dessa forma, o “vir atrás” e o “aparecer” apenas no tempo das eleições, ou o “sumir” após este período, parecem expressões de grande sentido no interior desses discursos, pois denotam uma noção popular de que o político deve estar sempre próximo ao povo.

Essas representações populares ou outras que hostilizam a figura do vereador e de outros políticos não são, no entanto, hegemônicas, únicas e coerentes, se analisarmos o comportamento das pessoas. Ao mesmo tempo em que alguém repugna o político por esta ou aquela razão, se esta pessoa for atendida no jogo interno de trocas no campo político, as críticas desaparecem. Nesta direção, relevante para nosso estudo foi uma das reuniões de campanha das eleições para vereador em 2008 em que estivemos presentes. Marcada para as 20h30min, chegamos às 19h30min. Durante este tempo anterior à reunião, foi realizada uma entrevista, em que recolhemos colocações interessantes por parte do entrevistado. Nos seus depoimentos, expressões como “aqui pra mim fica difícil, um chega diz uma coisa, o outro fala outra” ou “eles fazem muito pouco pelo salário que ganham” foram emitidos numa entonação de desconfiança e distanciamento em relação ao universo político. No entanto, quando o candidato à reeleição chegou, tanto o discurso quanto a postura mudaram, uma vez que o vereador ora presente conseguira um emprego para dois membros da família. O que se presenciou a partir daí foi uma postura de gratidão e de apoio à sua candidatura.

¹⁰¹ KUSCHNIR, Karina. **Op. Cit.** p. 48.

Sabemos que não é habitual a história tratar de assuntos e realidades tão presentes como objeto de análise, principalmente por trazer diversas dificuldades metodológicas e conceituais. Mas entendemos também que estes aspectos mais atuais e presentes da história política não podem deixar de ser analisados na sua especificidade e com o auxílio das outras disciplinas que temos hoje disponíveis. Isto posto, faz-se necessário olharmos com a mesma propriedade e necessidade de entendimento sobre o presente, já que nossa concepção da história traz consigo o processo dialético entre passado e presente pelo qual o cotidiano emerge como um rico espaço de investigação.

Sob tal perspectiva, trazemos como objeto de análise o comportamento e discursos das pessoas nesta ocasião. Na reunião de campanha política citada, ocorrendo uma recepção repleta de cordialidade e respeito, aproximadamente dez pessoas se fizeram gentis na acolhida ao vereador. Neste ambiente, o que pudemos perceber foi um emaranhado de discursos que configuravam de modo direto como realmente cada uma das partes concebe a política. Primeiramente, a expressão do vereador de que “infelizmente, hoje em dia tudo é política” mostra a visão do candidato que ressalta a centralidade dos acordos políticos no campo social, concebidos como única forma para a conquista de benefícios. Em meio ao seu discurso, foi emitida a frase: “me dá uma força e, se precisar de algum favor, pode me procurar”. Neste ponto, percebemos a dupla dependência existente na relação entre população e político. O candidato tinha clara noção de que precisava dos votos das pessoas para manter seu mandato. Em outro momento, no seu gabinete na Câmara Municipal de Montes Claros, questionado sobre o que ele acredita ter sido mais difícil, ser eleito ou manter, após a eleição, a sua popularidade em alta, este vereador é direto em sua resposta:

Eu acho que o mais difícil não foi ser reeleito não porque o povo acredita que a gente veio para a vida pública para trabalhar, para defender, e conseguir aquilo que eles reivindicam. O mais difícil é manter, porque se você não procurar atender esses pedidos (...) a pessoa às vezes não acredita. Então a gente dificulta muito evitar o dia-a-dia e para o eleitorado (...) porque nós sabemos que o político ele assina um contrato de quatro anos com os eleitores. Caso ele não faça aquilo que foi reivindicado, ele perde esse contrato. É a mesma coisa de ter um comércio porque em um comércio você tem ali um contrato de um mês ou dois meses: se o seu patrão não te quiser mais ele te manda embora. A mesma coisa é a política: você assina um contrato de quatro anos, então os eleitores caso eles acharem que não estão sendo atendidos, automaticamente eles vão desfazer esse contrato e vai contratar outra pessoa para colocar no lugar para fazer o desenvolvimento.¹⁰² (grifo nosso)

Partindo de um vereador, torna-se de grande significado a analogia realizada por ele comparando política e comércio. No sentido que o edil expôs, o patrão não seria ele, investido

¹⁰² Entrevista concedida pelo vereador “Manuel Cardoso de Moura” no dia 26 de junho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

de poder, mas as pessoas que o elegeram. A não-realização do trabalho que lhe foi confiado significa, pois, em sua visão, sua “demissão” ou, no campo político, a não-reeleição. Dessa forma, identificamos neste discurso uma certa sensação de pressão vinda do povo que o elegeu, como se ele se sentisse “obrigado” a corresponder aos anseios populares. Assim, fica fácil entender sua auto-denominação de “empregado do povo”, exposta em outra parte da entrevista.

Outro ponto importante dessa relação entre vereadores e população foram os discursos das pessoas presentes, todos extremamente significativos para entendermos a racionalidade das práticas populares no campo político:

“O que a gente puder fazer, estamos prontos”; “Uma mão lava a outra, como se diz”; “A gente já tem que votar, é obrigado. Então a gente vota em quem ajuda a gente”; “Em casa a família é grande e a gente ainda não tem compromisso com ninguém”; “Nós vamos te ajudar, mas vamos ficar no pé pra arrumar um emprego”; “Não adianta, se ajuda uma pessoa da família, toda a família vota”.¹⁰³

Os elementos que compõem esses depoimentos configuram a forma real de como as pessoas visualizam o vereador. Dentre eles percebemos não apenas a noção popular de que ele, o vereador, está numa situação de dependência, precisando do voto de cada um ali. Simbolicamente, o eleitor se encontra em condições de exigir (“nós vamos ficar no pé”) e de impor condições, mostrando claramente que eles votam em quem os ajudar e os benefícios que o candidato terá caso ele os atenda (“lá em casa a família é grande”), traduzindo o que acontecia naquele momento: se o político ajuda uma pessoa da família, todos com certeza votam nele. Não apenas neste encontro, mas em outros contextos, interessante foi notar que nesta barganha com o vereador, conta, como capital para o pedinte, a sua posição de *pater* ou *mater familias* ou ainda de alguém com ascendência sobre outras pessoas, seja este um líder de uma comunidade ou ainda presidente de alguma associação de bairro. Neste ponto, identificamos novamente uma auto-valorização da comunidade e do solicitante quando se tem muitos votos “à disposição” do candidato, sendo condicionados pelo atendimento ou pela atenção do político para com a necessidade daqueles. Nesta concepção, mais uma vez percebemos uma lógica que a população em geral segue no período eleitoral: os votos são vistos como instrumentos de conquista de benefícios ou mesmo como “moeda de troca” para se alcançar benefícios comunitários e/ou particulares.

Que o vereador, ou o candidato, se sente acuado e na responsabilidade de atender às pessoas que lhes procuram, sobre isso tivemos clareza nos discursos de alguns vereadores

¹⁰³ Frases coletadas na reunião de campanha eleitoral em 26 de junho de 2008, entre o vereador “Manuel Cardoso de Moura” e três famílias no Bairro São Judas I.

entrevistados. Mas nem sempre essa se mostra como uma sensação que todos têm diante da população. Não é uma regra geral. Alguns, principalmente aqueles com um perfil “fiscalizador” ou que trazem a conscientização popular como uma meta, não relatam tal postura. Um dos elementos explicativos para este fator é uma noção de que a postura de um vereador geralmente reflete ou otimiza a mesma ação por parte da população. Assim, o vereador que muito atende aos pedidos da população geralmente transforma seu gabinete num espaço extremamente procurado para este fim. Presenciamos este fenômeno diariamente.

Trabalhar metodologicamente com dois perfis de vereadores em Montes Claros foi uma tarefa bastante interessante, uma vez que pudemos identificar formas de trabalho ou visões políticas distintas no que se refere aos pedidos e necessidades das pessoas que lhes procuram. Numa comparação entre dois modelos políticos¹⁰⁴, constatada nos discursos de cada vereador entrevistado, pudemos traçar linhas características de cada uma das partes, sendo, pois, um grupo com um perfil mais direcionado ao que entendemos como “assistencialista”, e outro grupo com uma característica mais fiscalizadora, geralmente de oposição em relação ao prefeito:

Tabela 02 - Comparativo entre as posturas dos vereadores frente às demandas.

Idéias	Vereador 1	Vereador 2	Vereador 3	Vereador 4
	Perfil: Assistencialista	Perfil: Assistencialista	Perfil: Fiscalizador	Perfil: Fiscalizador
Forma de trabalho	Trabalha pelo social e comunitário. Trabalha mais dirigido para pessoas mais humildes e principalmente na zona rural e junto às associações.	Tem um mandato popular. Possui intenso trabalho comunitário junto à sociedade civil e às igrejas.	Defende uma construção coletiva dos mandatos. Para ele, o mandato é uma conquista coletiva e não uma conquista do vereador. Trabalha junto aos movimentos sociais: militantes organizados de mulheres, do movimento negro, comunidades religiosas e outras.	Defende um modelo diferente de trabalho no mandato com uma metodologia de trabalho popular. Teve um trabalho de fiscalização e com muitas audiências públicas

¹⁰⁴ Karina Kuschnir também faz uma distinção de dois tipos de vereadores no Rio de Janeiro: os assistencialistas, sendo seus pontos fortes a assistência, a benfeitoria e sua imagem de patrono; e o vereadores ideológicos, visto como um “instrumento”, o porta-voz e visualizado pelo trabalho. Cf. Kuschnir, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. p. 43.

Postura diante das demandas particulares da população	Procurou atender e sempre dar esperança às pessoas, mas sempre dirigir a eles que aqueles pedidos particulares hoje ficam complicados de atender diretamente, mas procurou atender através dos órgãos competentes.	Trabalhou sempre com a pessoa solicitante acompanhando, encaminhando a pessoa onde teria a solução, mas ia junto com ele.	Diferencia as demandas da população: demandas da comunidade ou sociais e demandas pessoais, particulares. Explica para as pessoas que não é o papel do vereador atendê-las nesses pedidos particulares.	Conversava muito com as pessoas. Ele diz: “Trabalhei com muita sinceridade quero dizer o seguinte, ah tem uma vaga em tal lugar assim, assim aí eu digo assim, a vaga pode existir, mas eu não posso te dar uma carta de apresentação porque ela não será atendida”.
--	--	---	---	--

Fonte: Entrevistas com os vereadores

Vale ressaltar que, apesar de notarmos tais características ou modelos de vereadores, estes paradigmas não são fixos e rigidamente estruturados. Isto quer dizer que os vereadores mais combativos, geralmente na situação de oposição, fiscalizadores e com uma forma de trabalho dirigida à conscientização popular, também estes já atenderam a população nas suas necessidades particulares. Da mesma forma, os vereadores que trabalhavam e trabalham com as classes mais pobres e com um intenso trabalho de correspondência aos anseios e demandas particulares das pessoas, estes também apresentaram uma postura fiscalizadora, sem, contudo, ter uma posição de conscientização junto à população. Neste estudo, foi possível essa constatação devido ao fato de presenciarmos muitas atitudes que contrastavam com os discursos de alguns vereadores. Neste ponto, foi-nos essencial uma observação participante criteriosa. Essa forma metodológica de trabalho tem sua origem na antropologia política em que o ver, o ouvir e o escrever formam um conjunto de ações que, na sua totalidade, nos proporciona uma apreensão da realidade que nos é apresentada. Ela nos foi importante porque acreditamos que nos permitiu captar elementos centrais da prática do pedir por parte da população e, também, da prática do atendimento por parte dos vereadores. Nesse processo recíproco em que o voto e o conteúdo dos pedidos são trocados, pudemos perceber dissimulações próprias de uma relação de interesses no campo político que apenas com nossa presença puderam ser constatadas, dando maior inteligibilidade às representações e práticas construídas neste espaço.

Entendemos que tal dissimulação, principalmente no período eleitoral, momento em que este estudo foi realizado, tem suas razões fundadas em leis como a Lei 9.840, criada em 1999, de iniciativa popular e que foi um marco importante para o combate da compra de votos no período eleitoral. A cartilha que traz todas as orientações sobre essa lei anuncia:

Lei 9840 – Vamos combater a corrupção eleitoral. Nós, brasileiros e brasileiras, não suportamos mais nenhum tipo de corrupção. A enxurrada de denúncias a que todos nós assistimos nos últimos anos causa mal-estar. Ao mesmo tempo, ela sinaliza a necessidade de que o povo participe das mobilizações para que se realizem

mudanças urgentes no sistema político. Em tempo de eleição, temos de combater a corrupção eleitoral que oprime e humilha a população ao propor a troca de voto por uma cesta básica, um saco de cimento, uma dentadura. Esta cartilha fala de uma lei que surgiu da iniciativa popular para garantir eleições limpas e justas: a Lei 9840. Por meio dela, muitos políticos já foram cassados. É com ela que denunciamos a corrupção eleitoral nos quatro cantos do País. Convidamos cada cidadão e cidadã a denunciar a compra de voto e o uso eleitoral da máquina administrativa. Denuncie a corrupção eleitoral. Essa é uma maneira de fortalecer a democracia. Basta de corrupção! Vamos acabar com a corrupção eleitoral no Brasil!¹⁰⁵

Analisar o período entre 1996 e 2004 foi importante para notarmos uma mudança de postura quanto às práticas tanto das pessoas quanto dos políticos. De um lado, percebemos denúncias mais apuradas, depoimentos carregados de sentimentos contra a corrupção por parte da população e, do outro, por parte dos políticos, uma postura cautelosa e preocupada, dizendo que o seu atendimento à população sempre está “de acordo com a lei”. No entanto, mesmo com tal discurso, nos corredores da câmara municipal, nos deparamos com pessoas em busca de benefícios como emprego, dentadura, caminhão de terra, encaminhamento para aposentadoria etc., evidenciando que um comportamento cultural e historicamente estabelecido, em alguns casos, não consegue ser controlado ou extinto, em curto prazo, por uma imposição legal.

Questionado sobre o que o eleitorado mais procura nele, um vereador com uma característica mais assistencialista assim respondeu:

É engraçado, antigamente havia muitas pessoas que pediam coisas pra mim, eu quero isso, eu quero aquilo. Hoje não, o eleitor tá mais consciente, o eleitor está pedindo mais coisa no sentido assim global para as suas comunidades. Então o que eles pedem não é pro vereador, eles pedem é que o vereador interfere junto a esses órgãos então o pedido é esse, é a interferência junto a esses órgãos competentes, é sementes, é patrolamentos, interferência junto ao executivo municipal, é canalização de água, abertura de poços artesianos, a interferência junto aos órgãos no caso DNOCS, CODEVASF (...) para que os mesmos tenham condição de sobreviver na zona rural. O que hoje aí, nós temos procurado atender essas pessoas dentro do possível através dos órgãos competentes (...).¹⁰⁶

Interessante é perceber que esse discurso não se conforma com o que foi presenciado em vários momentos da pesquisa, onde percebemos pessoas pedindo emprego e outros benefícios. No entanto, sua visão sobre seu papel de vereador se adequou ao que algumas pessoas entrevistadas pensam: que ele tem uma obrigação de atender a população nas suas necessidades.

¹⁰⁵ SECRETARIA executiva do comitê nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. **Lei 9840 - Vamos combater a corrupção eleitoral**. Cartilha do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Brasília, agosto de 2006.

¹⁰⁶ Entrevista concedida pelo vereador “Manuel Cardoso de Moura” no dia 26 de junho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

Essa parece ser a mesma realidade de outros espaços do Brasil. Ela foi confirmada por um vereador de Araruama, estado do Rio de Janeiro, nos estudos de Felix G. Lopez:

As demandas dos eleitores podem incluir remédios, marcação de consultas em hospitais, emprego, dinheiro para pagar contas, passagem de ônibus, material de construção (...) e diversos outros exemplos: “Aqui, pedem de peruca ao remédio. Eu já tive pessoas pedindo instrumentos musicais, dentadura, óculos, olho de vidro, peruca, tijolo, telha, cimento. Pedem tudo. Tudo que bate na cabeça (do eleitor), eles acham que o vereador tem que atender e é mais fácil vir ao vereador que ao prefeito (...) Com essa carência, nós somos o pára-raios”.¹⁰⁷

Identificamos no depoimento de um vereador de Montes Claros que há um sentimento de obrigação para com a população, visualizada como “patrão” e a quem se tem obrigações que precisam ser cumpridas. A partir dessa concepção política, notamos que há uma idéia de relação contratual, em que uma parte votou e acreditou no candidato e a outra, o vereador, é obrigado a atender aos anseios da população. Numa comparação entre os modelos de vereadores, neste ponto percebemos outra diferença. Se este vereador ressalta que um “não” ao solicitante é algo “muito forte” ou ainda que ele nunca tira a esperança das pessoas que lhe procuram, os outros vereadores em geral não atendem à solicitação das pessoas e buscam explicar as razões da resposta negativa. Procurando explicar essa outra forma de trabalho, de não corresponder à solicitação de benefícios particulares das pessoas, um vereador é incisivo:

Cada vez que eu atendo eu vou aumentando o volume do atendimento, cada vez que eu deixo de gastar um tempo pra explicar é mais uma pessoa que vai estar passando a informação: “oh, fui no gabinete do vereador e ele me deu um real”, a outra vai querer cinco, a outra vai querer dez, a outra vai querer quinze, a outra vai querer cem. Então não é o caminho, não foi a linha que a gente assumiu.¹⁰⁸

Essa realidade, como ressaltamos anteriormente, é algo característico nas relações políticas em que os vereadores atendem à população. Pede-se mais a quem atende mais, numa retroalimentação da prática em meio à população. A expressão do vereador que diz que sua situação econômica era bem melhor do que antes de entrar na política é significativa neste campo dos atendimentos. O que percebemos é que no desejo de atender aos pedidos populares, a própria renda, o próprio salário do vereador é consumado.

Escrevendo em 1997 sobre esse assunto, Jorge Tadeu Guimarães, ex-vereador de Montes Claros, aponta o salário do edil como “maldito”. Ele mostra ainda a realidade vivenciada nos corredores da Câmara Municipal num tempo em que o atendimento

¹⁰⁷ LOPEZ, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. Curitiba. **Revista Sociologia Política**. nº 22, Jun., 2004. p 162.

¹⁰⁸ Entrevista concedida pelo ex-vereador “Roberto Carlos Ferreira da Silva” no dia 15 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

desenfreado de pedidos particulares era uma prática comum, já que não existia uma lei que coibisse a ação por parte dos vereadores.

Os vereadores à Câmara Municipal, sejam abastados fazendeiros, médicos renomados, advogados, comerciantes ou líderes populares se vêem sempre às voltas com uma equação que não conseguem solucionar: Para onde vai o dinheiro que recebem como legisladores. Dinheiro maldito, os recursos dos vereadores, na sua grande maioria, desaparecem no turbilhão do atendimento “varejista”, do qual nenhum deles está protegido de enfrentar. Os saguões da câmara acabam se transformando em ambientes de velhos conhecidos. Frequentadores costumazes, personagens de diversas conotações dão o tom do dia a dia com o qual os parlamentares convivem. O exagerado número de consultas, contas de água e de luz, receitas de medicamentos, pedidos de emprego e tantas outras coisas, que transitam pelos gabinetes, contribuem de modo acentuado para a formação da opinião que a maioria da comunidade faz da figura do vereador. Teoricamente, o vereador tem duas missões básicas ao exercer as suas funções: legislar e fiscalizar as ações do poder executivo da cidade. Com a “cultura” desenvolvida por alguns vereadores, no indiscriminado atendimento popular, fica cada vez mais difícil cumprir as missões básicas. Alguns, que se superam, deixam marcas indeléveis na sua passagem pelo legislativo.¹⁰⁹ (grifos nossos)

Esse relato de Jorge Tadeu é essencial para visualizarmos a realidade daquele tempo e percebermos que tal prática ainda persiste nos tempos atuais, levando à solidificação de uma concepção popular de que o vereador tem a “obrigação” de atender seus pedidos, pois estão “lá” (termo popular para designar o poder ou a Câmara Municipal) é para “fazer alguma coisa” pelo povo. É por tal falta de recursos próprios ou pela falta de propriedade legal para corresponder a tais demandas, já que não lhes cabe tal função regimental, que eles procuram encaminhá-las a outras autoridades, formando uma rede de contatos em torno dessas demandas.

Como percebemos, tanto na Montes Claros da década de 1990, quanto na cidade do Rio de Janeiro também em fins do século XX, ou ainda em outras cidades menores pelo interior do país, os pedidos particulares dirigidos aos vereadores e/ou outros detentores de cargos públicos de destaque se tornaram ponto marcante da vida social e política. Tudo é conteúdo das necessidades dessa população que se “educa” nesta cultura reforçada por representações em que os vereadores podem resolver seus problemas.

Bobbio identifica a origem desse fenômeno:

A partir do momento em que os direitos políticos foram estendidos aos que nada têm e aos analfabetos, tornou-se igualmente natural que aos governantes, que acima de tudo se proclamavam (...) representantes do povo, passassem a ser solicitados empregos, medidas previdenciárias para os impossibilitados de trabalhar, escolas gratuitas e – por que não? – casas populares, tratamentos médicos, etc.¹¹⁰

¹⁰⁹ GUIMARÃES, Op. Cit, p.334.

¹¹⁰ Ibid., p.137.

O autor mostra que, no início do período republicano, quando os direitos políticos se restringiam apenas a um grupo, pelo voto censitário, este buscava no poder público apenas os direitos referentes à manutenção e fortalecimento da propriedade privada e, agora, as demandas se multiplicaram em número e na sua diversidade, incorporando no processo uma imensa parte da população.

Para que possamos investigar e entender outras faces dessa prática do pedir, olharemos com mais atenção para dois aspectos que estiveram sempre implícitos nos pedidos das pessoas. O primeiro era a centralidade que os pedidos por emprego tinham na relação vereador-população. Em termos de incidência, o emprego sempre esteve entre os principais anseios populares. Sobre isso, pudemos identificar diversos elementos que entendemos possuir relevância em nosso estudo, uma vez que torna a casa legislativa municipal uma espécie de agência de empregos. O outro aspecto, que extrapola as demandas por emprego, refere-se ao caráter particularista dos pedidos das pessoas, mostrando que, em geral, os benefícios públicos são colocados num segundo plano, não, porém, deixados de lado.

2.2. Emprego: a complexidade de um atendimento

O recorte que fizemos para este estudo mostra-se bastante significativo se levarmos em consideração algumas transformações ocorridas neste setor da vida municipal. Montes Claros, devido diversos fatores citados no capítulo anterior (crescimento demográfico, migração acentuada, aumento da informalidade etc.), sentiu fortes impactos no setor de empregos, ganhando um sentido central na vida das pessoas e na vida política, como entende Heloísa Helena Pacheco:

O trabalho ou o emprego transforma-se em mito, em algo constantemente buscado, embora em extinção; e o desemprego — sua negação — continua sendo objeto de promessas de solução, principalmente nos projetos de desenvolvimento e nas plataformas políticas.¹¹¹

Como parte do contexto social, os vereadores também vivenciaram (e até hoje vivenciam) uma demanda popular muito grande neste campo, onde a cada dia surgem dezenas de pessoas em busca dos legisladores para que estes as auxiliem na dramática conquista por um emprego.

O artigo 87 da Lei Orgânica do Município, número II, reza que:

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a

¹¹¹ PACHECO, Heloisa Helena. Forrester, Viviane Uma estranha ditadura. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 43, 2002, p. 24.

complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.¹¹²

Com tal regulamentação, que, aliás, está em conformidade com a legislação federal (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990), o atendimento aos pedidos populares por parte dos vereadores quanto a empregos ou vagas no serviço público ficou bastante comprometido. No entanto, estratégias foram e são criadas para que as pessoas que procuram no vereador tal benefício se sintam satisfeitas. Esse é o objetivo dos vereadores, uma vez que esse atendimento pode resultar-lhes num aumento do capital político. O que se percebe é que alguns encaminham os solicitantes a agentes importantes de sua rede política (empresas privadas, amigos, conhecidos, aliados políticos, dentre outros) para que o tão almejado emprego se torne uma realidade; outros seguem a estratégia de procurar explicar que este não é o papel do vereador e que os cargos públicos são disponibilizados apenas por concurso público. Numa e noutra postura, percebemos a preocupação do vereador em manter os laços firmados com o solicitante, que se apresenta como um potencial eleitor.

Investigando as sugestões populares destinadas ao Congresso Nacional anteriormente à elaboração da Constituição Federal em 1988, percebemos que há, desde aquele período, uma noção social bastante sólida e culturalmente presente nos discursos das pessoas de que no Brasil é necessário se ter um “padrinho” para se conseguir um emprego nos diversos setores do serviço público. Isso, mesmo quando há realização de concurso público, no qual supostamente somente seriam aprovados aqueles que possuísem tal apoio.

Se possível gostaria que a mesma fosse endçada (sic) ao presidente da República, José Sarney. Gostaria que a nova constituição assegurasse a todos o direito de conseguir um emprego mediante sua capacidade, e não dependendo de quem os indique principalmente os jovens que iniciam sua carreira profissional sem nenhum conhecimento, com quem ocupa cargos e por isso distribuem cartas que garantam a muitos uma vaga, deixando outros desesperançados (...).¹¹³ (grifo nosso)

Eu acho que país democrático deve ter uma democracia de largo aspecto, acabando com as cartas de apresentações de políticos para se conseguir emprego em repartições públicas estadual e federal. Sou formado em técnico agropecuária, mas como não tenho parente influente aqui no meu estado não consigo emprego. Já escrevi para o governador João Alves e também para o presidente Sarney mais nada consegui. A verdade é que a fome continua sendo a minha conselheira, não sei até quando suportarei. Abraços. Bonfim.¹¹⁴ (grifo nosso)

¹¹² MONTES CLAROS. **Lei Orgânica do Município de Montes Claros**. Estado de Minas Gerais. Montes Claros: Câmara Municipal de Montes Claros, 01 de Fevereiro de 2007.

¹¹³ Sugestão de Marinalva Pereira de Lima (Município de Igarassu-PE) destinado ao presidente José Sarney. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

¹¹⁴ Sugestão de José Antônio Bonfim (Município de Maruim-SE) destinado a Marco Maciel. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

Em muitas cartas destinadas ao Congresso Nacional ou à Presidência da República neste período anterior, identificamos essa concepção popular de que “só consegue emprego quem tem padrinho”. Muitos relatos têm, no seu interior, um caráter de denúncia ou de indignação, mostrando-se como um reflexo do que ocorre no espaço político quanto a esta questão da empregabilidade nos serviços e órgãos públicos. A Lei dos Concursos (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990), como ficou conhecida, que regula o preenchimento de cargos públicos em todo o país, surgiu num momento central em que as intervenções políticas ou as “cartas de apresentação” eram muito comuns. No caso de Montes Claros, a Lei Orgânica, datada de 01 de maio de 1990, em nível local, contrastou com este hábito de se pedir emprego, “uma colocação” ou um “auxílio” neste sentido. Destinada ao vereador Dr. Ivan, presidente da Câmara Municipal, uma carta escrita por um professor da cidade norte mineira de Grão Mogol em 28 de janeiro de 1991 demonstra que tal prática existia neste momento:

Prezado amigo Dr. Ivan, Saúde e Paz. Com muita satisfação, faço estas linhas ao amigo desejando-lhe saúde e felicidades com todos os seus. Dr. Ivan, soube que o sr. atualmente é o presidente da Câmara Municipal de Montes Claros. Peço ao amigo, fazer o possível de arranjar uma colocação para Seyla Passos Simões, minha filha, que é irmã de Júnia que trabalha aí. Como sabe, tudo muito difícil principalmente para duas jovens se manterem hoje em dia, embora os pais as ajudem no possível, como fazemos. Com sem falta, peço ao amigo para me atender. Aqui em Grão Mogol estamos (eu e minha esposa e amigos) ao seu inteiro dispor (...).¹¹⁵ (grifo nosso)

Neste documento, percebemos a mesma estrutura e argumentos semelhantes aos encontrados nos pedidos/sugestões populares ao Congresso Nacional no tempo da criação da Constituição: o tratamento de proximidade e afeição (amigo, ensejos de felicidade), a tentativa de sensibilização do vereador através do relato minucioso sobre as condições difíceis por que passa, e ainda a indicação de uma possível retribuição coletiva ao político (estamos ao seu dispor) assegurada geralmente pelo chefe da casa ou de um grupo. Quanto a essa questão da tentativa da sensibilização do vereador, percebemos ainda, através do estudo de Alessandro de Almeida, que até mesmo a utilização de uma linguagem religiosa mostra-se como legítima e válida para a conquista da adesão do político e nas quais expressões como “pelo amor de Deus”, “que Jesus abençoe seus passos”, dentre outras, são costumeiramente presentes. Segundo o autor, essa linguagem simbólica religiosa funciona como um instrumento para a conquista e a criação de uma cumplicidade e fidelidade que possibilitam o sucesso do

¹¹⁵ Carta de pedido dirigida ao vereador Ivan Lopes em 18 de janeiro de 1991. Fonte: Arquivo Geral Ivan Lopes.

pedido.¹¹⁶ Heymann também percebeu essa característica nas cartas dirigidas ao chefe de Polícia do Distrito Federal na década de 1930, visualizando na linguagem religiosa uma estratégia popular de conquista do benefício. Segundo ele, “vendo-se sem condições de retribuir a uma pessoa tão poderosa (...), o missivista não dispõe de outros recursos para demonstrar reconhecimento, não dispõe de outro contra-dom, além das preces pela saúde e felicidade daquele (...) provedor dos recursos solicitados”.¹¹⁷

Na carta analisada, é importante notar que, lida na sua íntegra, existem ainda expressões como “apareça em Grão Mogol” “ficará em nossa casa”, “quero ser o elo do amigo com a sociedade daqui” e “tudo que for preciso, terei a honra de satisfazê-lo”, evidenciando um compromisso construído nessa relação com o vereador. Além disso, o que parece clara é a obrigação de retribuir sentida pela pessoa. Nesta direção, pedir, receber e não oferecer nada como forma de gratidão e manutenção dos laços entre as partes seria uma prática que não está em conformidade com a cultura política vigente, pois como um vereador disse numa das reuniões de campanha eleitoral em que estivemos presentes, “uma mão lava a outra”.

Geralmente uma lei emerge no meio social como elemento regulador das relações que se tem num determinado espaço. Em outras palavras, entendemos que, ao menos neste caso, a implantação de normas capazes de regular o preenchimento dos cargos públicos parece ter sido uma tentativa de regulação de uma prática culturalmente presente na vida das pessoas. Por outro lado, investigando o período de 1996 a 2004 (e observando as práticas ainda atuais), há quase uma década após o ano em que a Lei dos Concursos passou a vigorar, percebemos algumas práticas que, se não se mostram como resquícios dessa cultura de apadrinhamento presente noutros tempos da história do Brasil, ao menos denota que a prática de pedir emprego através de um padrinho, no caso, o vereador, permanece. Encaminhamento de amigos, potenciais eleitores ou mesmo parentes para uma rede de contatos (empresários, amigos, comerciantes, outros políticos, dentre outros) configura-se como um dos recursos adotados no atendimento da população.

Isso nos leva a pensar, novamente, que nem sempre a institucionalização, através de uma lei, de um comportamento ou de uma prática tida como correta ganha, ao menos imediata ou rapidamente, a devida legitimidade no meio social. Ou melhor, preencher um cargo público através de concurso pode até significar o meio mais justo e legal numa sociedade

¹¹⁶ ALMEIDA, Alessandro de. **“Um voto pelo amor de Deus”**: religiosidade cristã e política. Montes Claros 2000 a 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006, p. 105.

¹¹⁷ HEYMANN, **Op. Cit.**

democrática, em que os direitos devem ser iguais, mas, em meio às representações populares do mundo político, uma lei que defende tal prática não se mostra como garantia de que isso irá ocorrer na prática. Neste sentido, identificamos neste espaço um significativo choque entre o que é legal e o que é legítimo e habitual no que concerne à prática de pedir empregos aos vereadores. Em face das suas funções regimentais, nos questionamos: esta tarefa de atender ou encaminhar pessoas para vagas ou cargos disponíveis é própria da vereança?

Entendemos a visão popular como múltipla e contraditória. Se por um lado alguns se demonstram indignados quanto a tal prática do apadrinhamento ou encomendação política para empregos, fundamentando-se principalmente na legislação vigente, essas mesmas pessoas parecem compartilhar da prática em questão, caso os grandes beneficiados sejam elas mesmas ou algum parente. Neste ponto, a idéia de diferenciação entre público e privado perde seu sentido. Nesta direção, se for para atender a um pedido particular seu, em face de o vereador ser um amigo, conhecido ou “representante” dos seus anseios, há uma noção de que é válido e legítimo o atendimento a que tal pessoa pleiteia.

Em nosso trabalho de campo, ouvimos diversos depoimentos que trazem essa mesma lógica de raciocínio, de que é preciso um intercessor político para se conseguir emprego, inclusive com um ar de ironia e raiva por parte de alguns. Expressões como “é preciso ter um QI – um Quem Indica” ou “estou aqui para ver se o vereador me dá uma forcinha” estavam sempre presentes nos discursos daqueles que procuravam a Câmara Municipal, geralmente munidos de currículo.

Durante as semanas em que estivemos presentes nos gabinetes de alguns vereadores e nos corredores da Câmara Municipal, não foi difícil perceber a grande quantidade de currículos que é direcionada a eles. Apenas em um único gabinete, identificamos três pastas de currículos recebidos, organizando os nomes dos pretendentes por ordem alfabética. Outro vereador, em conversa informal, ressaltava que ele já contava com mais de 2 mil currículos em seu poder, todos para possíveis encaminhamentos. Questionada sobre quantos currículos o vereador possuía em seu gabinete, uma assessora respondeu dando uma caracterização dos pretendentes: “eu fiz um balanço estes dias aqui, tem mais ou menos uns 75 currículos e a média de escolaridade deles é baixa, geralmente quem fez até o fundamental ou que não completou o ensino médio”.¹¹⁸

No seu conjunto, esses relatos nos apontam para alguns elementos importantes sobre essa intensa busca por emprego através dos vereadores. Em primeiro lugar, percebemos que

¹¹⁸ Entrevista concedida pela assessora de um vereador de Montes Claros no dia 24 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

esses políticos, mesmo não tendo consigo a vaga ou o emprego no momento que lhe foi solicitado, eles procuram arquivar o currículo do solicitante para uma possível contratação por parte de outrem, dado que o vereador possui contatos diversos no campo social. Vale ressaltar, neste contexto, o termo “possível”, uma vez que o atendimento em relação ao emprego ocorre dentro do espaço da probabilidade. Este fenômeno nos dá a clara noção do quanto a esperança dessas pessoas pode se traduzir ou em satisfação (gerando aumento do capital político do vereador) ou, na direção inversa, em frustração (gerando hostilização contra o político). “Se aparecer” ou “se alguém precisar” se apresentam como condições para o atendimento, como deixou claro a assessora:

Pessoas que vem pedindo trabalho, alguma coisa assim o que a gente pode fazer, né, é o que a gente tem a opção de fazer, que é encaminhar ou encaminha a pessoa para o PSIU ou então a gente fica com o currículo da pessoa, porque se eu tiver um amigo que souber que está precisando ou o vereador mesmo souber, tem um amigo que chega pra ele “olha to precisando de uma pessoa, sei lá, uma faxineira”, ou outro, “olha to precisando de uma pessoa pra vender na minha loja lá, não to querendo ficar fazendo seleção, eu prefiro uma pessoa mais confiável, e tal”. Então a gente dá uma selecionada naqueles currículos e encaminha. Então quando a pessoa chega aqui eu digo “não, a gente sempre pega os currículos porque às vezes aparece, aparece uma pessoa “tô precisando de uma pessoa pra trabalhar comigo, você não sabe de alguém não?” “Não, a gente tem os currículos aqui, estes aqui estão conforme o perfil que você está querendo. Você vê lá, chama a pessoa, você conversa, faz a entrevista e vê”.¹¹⁹ (grifo nosso)

Essa postura é a geralmente adotada pela maioria dos vereadores. No entanto, outros meios são utilizados. Um dos vereadores da atual gestão (2004-2008) chegou a criar um banco de emprego na rede de computadores da internet, pelo qual a pessoa pode cadastrar seu currículo. No site há os dizeres: “aqui no banco de emprego, nós cadastramos o seu nome e vamos tentar encontrar alguma empresa à procura de alguém com a sua qualificação”.

Se percebemos que este não é o papel do vereador, de ser um “agente social” ou um “funcionário de luxo”, como relata um vereador sobre sua diária rotina no atendimento às demandas particulares da população, podemos notar também que muitos dos vereadores contribuem para a manutenção da prática do pedir por parte daqueles que lhes procuram.

O que fica evidente é que, em face da posição de intercessor popular junto a outros órgãos e serviços públicos; em face de ser o político mais próximo da comunidade, já que sempre está em contato com esta através das associações e organizações não-governamentais (ONGs) e em face de essa demanda por emprego ser um atrativo para o vereador procurar aumentar seu capital político frente à sociedade, aumentando a probabilidade de sua reeleição, alguns vereadores acabam por corresponder aos anseios dessas pessoas, ampliando seu espaço

¹¹⁹ Entrevista concedida pela assessora de um vereador de Montes Claros no dia 24 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

de atuação. Num contexto em que o desemprego foi uma realidade social vivenciada por toda a população, essa relação entre vereador e povo se mostrou como um terreno fértil para a manutenção tanto das práticas do pedir e do atendimento a tal pedido quanto das representações populares em torno da figura do vereador como um benfeitor.

Como toda atitude não pode ser estendida à totalidade dos vereadores, percebemos também outras posições tomadas por aqueles que entrevistamos. Com um relato que vai totalmente contra a elaboração de cartas de apresentação ou de encaminhamento de pessoas para empresas públicas, um vereador aponta para mais um aspecto presente nesse atendimento por emprego:

Eu conversava muito, com o seguinte sentido: “olha, o que a gente defende no serviço público é concurso. E as vagas que existem que são cargos de nomeação ou de exoneração do prefeito são pra ele nomear aquelas pessoas que, tecnicamente, ou pelo menos em tese, cumpririam o objetivo que ele precisa cumprir nos seus cargos”. Então eu falava assim: “ô, se você coloca o seu filho na escola, o seu filho estuda e se esforça, você gasta, seu filho se forma, mas não tem um padrinho político, ele vai ficar fora do mercado de trabalho? É essa a regra?” Aí a pessoa vai acabar se convencendo de que é mais importante investir na formação dos filhos pra estudar e que o poder público cumpra o seu papel, que é cumprir o que a lei manda que se contrata no serviço público é através de concurso, entendeu? Agora com as outras poucas exceções é pra eu sempre trabalhei com muita sinceridade quero dizer o seguinte, ah tem uma vaga em tal lugar assim, assim aí eu digo assim, a vaga pode existir, mas eu não posso te dar uma carta de apresentação porque ela não será atendida. Eu não faria a covardia de te dar uma carta de apresentação pra você chegar lá e não ter a vaga, porque se tivesse a vaga eu não mandava a carta eu iria pessoalmente, ia te acompanhar, até no lugar de tirar xerox do seu documento, entregar e tal e aí ia à sua casa a noite pra fazer um churrasco pra comemorar, porque do jeito que emprego está difícil... Então o que acontece com a maioria dos agentes políticos? Dá uma carta de apresentação pra pessoa que não tem valor, pois que valor vai ter se essa carta chegar lá e “ah que bom, a pessoa me deu a carta” mas não tem a vaga de emprego? “Ah, o pessoal que não quis dar o emprego que é ruim, mas o cara foi bom me deu a cartinha”. Então assim, você se livra de um problema encaminhando para os outros, então a gente conversava muito nesse sentido.¹²⁰

O depoimento desse vereador apresenta uma face das práticas dos vereadores nem sempre claras e aceitas pela população, evidenciando que o encaminhamento para vagas realizado pelo vereador é uma forma de ele se mostrar “bonzinho” para a população, ou seja, uma estratégia para aumentar (ou ao menos preservar) seu capital político diante do solicitante. Se essa prática é a que geralmente ocorre, como citou o entrevistado, isso denota que o emprego, neste contexto em que ele trabalhou na câmara municipal, era realmente uma grande demanda da população montesclarenses. Sua expressão sobre a dificuldade de se conseguir emprego parece o motivo principal para que ele atendesse a pessoa. Mesmo sendo caracterizado por nós como um vereador “ideológico” e fiscalizador, ele próprio parece seguir

¹²⁰ Entrevista concedida pelo ex-vereador “Roberto Carlos Ferreira da Silva” no dia 15 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

a mesma estratégia do outro que se mostra como “assistencialista” ou popular, para quem “o não é muito pesado”. Suas estratégias foram explicar que emprego público se consegue através de concurso público e explicar que é importante investir na formação dos filhos para não depender de padrinhos políticos. Em seu depoimento, o vereador, em nenhum momento, disse não ter atendido a pessoa.

Outro vereador disse ter assumido, no período em que foi vereador, desde 1992, uma postura semelhante daquela de acompanhar o solicitante até o seu possível futuro local de trabalho. Quando alguém o procurava para conseguir emprego, eis a forma de agir que ele afirma ter adotado:

Você podia ver se conseguia um emprego pro meu filho. Isso várias vezes eu atendi e várias eu., porque eu também trabalhava assim, se ele chegava assim tinha condição de arrumar o emprego pra o meu filho, e às vezes ele citava o local. Eu vou dar um exemplo, Minas Brasil. Eu vou dar um exemplo. Como eu conhecia, conheço o pessoal da Minas Brasil, eu sempre trabalhei assim, ta, eu vou verificar, mas eu convidava o rapaz, por exemplo, que tava precisando de emprego pra ir comigo. Eu sempre levei a tira colo aquilo que me solicitava as coisas. Por que isso? Porque, hoje, é lógico, tem muitos políticos sérios, mas em cada profissão tem o bom profissional e o mal profissional e, na política, por, como falei pra você, por a demanda ser muito maior que a oferta, os políticos são muito procurados. Então às vezes vai lá, batalha e realmente faz todo empenho, mas não viabiliza, a pessoa não acredita. Então eu trabalhava sempre com a pessoa me acompanhando. Se fosse uma entidade..o representante, aí o povo ainda falava... ué Fulano, mas você é bom, pois você ensina o povo como é que se trabalha, mas é o contrário, sempre me rendeu o dobro com isso, porque muitas pessoas inclusive que me ajudam até hoje que se tornaram esclarecidos, nessas...nessas empresas, órgão público, exatamente me acompanhando mas nunca desmereceu...ao contrário, me ajuda até hoje. Mas sempre resolvia, e quando não resolvia, através da boa satisfação, com a pessoa me acompanhando, ficava entendido, entendeu? ¹²¹ (grifo nosso)

Da mesma forma que o anterior, este vereador, existindo a vaga, acompanhava a pessoa, visando, como ficou claro no final da resposta, a uma satisfação do solicitante, fazendo com que sua fama ou seu capital político esteja em alta com aquela pessoa.

Depois de analisarmos essas formas de atuação do vereador frente às demandas sociais por emprego, o que percebemos é que, em face da regulamentação dos cargos públicos pela necessidade de concursos, instituída no início da década de 1990, houve uma mudança significativa na forma de pensar de muitas pessoas, principalmente no sentido de minimizar a cultura do “apadrinhamento” como era clara nos depoimentos da década de 1980, antes da constituição. No entanto, parece que muito desse hábito ainda está presente na cultura política das pessoas que buscam nos vereadores (e outros agentes políticos) uma forma de facilitar seu ingresso em algum emprego.

¹²¹ Entrevista concedida pelo vereador “Arnaldo Gomes dos Santos” no dia 10 de julho de 2008 no gabinete de um deputado estadual em Montes Claros.

Apesar de enormes obstáculos legais terem sido criados contra a investidura de cargos públicos sem concurso, o que pudemos visualizar foi a mesma estratégia de intervenção política ou encaminhamento por parte do vereador ao setor privado, no qual se pode identificar uma rede de contatos deste político com amigos, empresários, comerciantes, dentre outros, capazes de dinamizarem uma política de atendimento a essas demandas por emprego. Trataremos sobre como funcionam tais redes no próximo capítulo.

2.3. Pedidos pessoais x pedidos comunitários

Analizando os pedidos, tanto no campo político quanto no religioso, pudemos identificar alguns traços significativos para nossos objetivos e que também eles nos possibilitam entender melhor a racionalidade ou o sentido dessa prática social de buscar nos vereadores e em Deus a solução dos seus problemas.

Nesta direção, visualizamos uma característica relevante desses pedidos: uma significativa presença de pedidos de cunho particularista em contraste com os pedidos para a comunidade. Na construção dos discursos (escritos e orais) é fácil visualizar os pronomes “eu”, “nós”, “meu(s)”, “minha(s)” como elementos estruturantes em torno dos quais os pedidos são realizados.

É importante que distingamos os tipos de pedidos para não cairmos no erro de pensar que eles são todos iguais. Existem os pedidos destinados propriamente para as pessoas que pedem ou suas famílias, sendo, pois, uma forma de satisfação das suas necessidades particulares. Às pessoas que estão associadas a tais pedidos visualizamos uma postura típica dos que não distinguem o bem que é público do que é privado. Neste grupo, existem os que pedem dentaduras, caçambas de terra, dinheiro, emprego, fundamentados numa visão de que os vereadores estão no poder para atenderem mesmo a população nas suas necessidades. Entre eles identificamos a jovem Renata Rodrigues, do bairro Santos Reis, que declarou já ter pedido a um vereador que a ajudasse a construir o muro da casa dela.¹²²

A proximidade junto ao vereador abre espaço para solicitações de auxílios pessoais e, muitas vezes, fazem o vereador distanciar da sua função legislativa ou fiscalizadora. Um vereador, por exemplo, relatando sobre o seu trabalho cotidiano na câmara municipal, é enfático ao dizer que ele se perdia muito no mandato de vereador porque, segundo ele, mesmo que tentasse caminhar numa linha, mais de 90% do seu tempo ele ficava num atendimento personalizado, num atendimento em que a pessoa queria fazer o seu encaminhamento ou

¹²² Entrevista com Renata Rodrigues de Oliveira no dia 16 de agosto de 2008 em sua residência, localizada no bairro Santos Reis.

então uma demanda comunitária. Para ele, os pedidos que lhes chegavam eram tão inusitados que as pessoas já chegaram a pedir a ele até mesmo patrocínio para sua festa de casamento.¹²³

Nesta direção, em busca da satisfação de necessidades puramente particulares, o que percebemos nas pessoas é a visualização do vereador como alguém que tem a incumbência de realizar obras, de “fazer”, de apresentar trabalhos práticos tipicamente restritos ao poder executivo. Muitas pessoas não têm uma noção clara do que faz um vereador. Em carta dirigida a um vereador de Montes Claros no dia 03 de março de 2008, o representante de uma comunidade pede:

Queremos lhe pedir para você ajudar a construir uma fábrica de farinha, rapadura. Que venha também montar um restaurante para servir a população pobre que não tem condições de pagar. Que possa ajudar as pessoas que morram (sic) nas ruas isso ajudaria muito aquelas pessoas e para pessoas que não tem lugar pra ficar. Muito obrigado e que Deus venha iluminar os seus passos.¹²⁴ (grifos nossos)

Identificar certa centralização dos problemas e das demandas particulares no meio social e perceber cada pessoa tentando sanar suas demandas das formas possíveis, existentes ou disponíveis no momento, nos faz pensar sobre o quanto os interesses ditos coletivos se mostram como secundários, mas não excluídos na vivência comunitária.

Dessa forma, o que é comum se mostra pouco atraente aos olhos de muitas pessoas que procuram o vereador. Nesta pesquisa, o que pudemos perceber é que, em geral, o conteúdo dos pedidos das pessoas neste espaço tem como beneficiário apenas um grupo reduzido de pessoas (a família) ou o próprio solicitante. Os compromissos tecidos com o vereador se reforçam no atendimento às demandas almejadas, como no caso de um vereador que conseguiu “encaixar” (termo utilizado por ele mesmo) duas pessoas de uma família no cargo de agente de saúde de Montes Claros. Presenciando uma reunião entre esse vereador e a família em questão, percebemos um laço existente entre eles a partir desse “favor” prestado pelo político, que já anunciava o atendimento a outra pessoa, irmã dos dois jovens beneficiados.

Entendemos que dois fatores coexistem neste contexto de busca de benefícios particulares no setor público: o primeiro é uma certa desatenção às questões públicas ou comunitárias no meio social, em que o embate político ou a luta de todos podiam ser elementos norteadores para satisfação de todos. O segundo, citado anteriormente, é a própria consciência das pessoas de que os políticos devem atender a suas necessidades.

¹²³ Entrevista concedida pelo ex-vereador “Roberto Carlos Ferreira da Silva” no dia 15 de jul. de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

¹²⁴ Carta de pedido endereçada ao vereador Júnior de Samambaia em 03 de março de 2008.

Focando este primeiro aspecto, percebemos que mesmo num contexto em que Montes Claros se encontrava no final do século XX, com problemas como desemprego, violência, falta de estrutura nos bairros, etc., nada disso se mostrava como elemento motivador para a aglutinação comunitária. Zygmunt Bauman, em *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, faz uma leitura semelhante a esta:

As dores que causam aos indivíduos não se somam, não se acumulam nem condensam numa espécie de “causa comum” que possa ser adotada de maneira eficaz unindo as forças agindo em uníssono. A decadência da comunidade nesse sentido se perpetua; uma vez instalada, há cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos e para procurar meios de unir de novo o que foi rompido.¹²⁵

Percebemos em meio aos discursos das pessoas entrevistadas essa falta de interesse pelo que é coletivo ou comunitário, simbolizando, assim, um meio não muito apreciado na conquista de satisfação de suas necessidades. Num depoimento carregado de raiva e incompreensão sobre os motivos que explicam tal indiferença, o senhor Antônio Rodrigues, presidente da Associação de Moradores do Bairro Joaquim Costa, relata alguns fatos nos quais dependeu da união da comunidade e se viu, posteriormente, frustrado:

O que me levou [a participar da associação] foi a maneira que eu achei que se eu entrasse, quando eu fui ser eleito, a gente teve lá 290 votos, falei “opa, vai dar pra trabalhar”, só que quando eu cheguei, o negócio foi diferente. Encontrei um débito com a COPASA de três mil reais que eu também não sei o que eu faço com ele e não tenho condições nenhuma, nenhuma, que eu tirar do meu eu não tenho pra pagar, porque a COPASA, seu Abdias, o presidente da COPASA falou “procura um candidato pra pagar essa dívida pra você porque o trem é estatal, e o Estado não faz ajeito com ninguém”. Foi o que o cara me disse. E tava presente com o vice-prefeito, tava lá comigo na sala do gerente. Não falou mais nada. Então a gente tá aí. Então quando a gente tentamos fazer uns bingozinho pra ver se a gente consegue fazer ao menos o telhado da associação. Mas a minha proposta, quando eu cheguei na época, que foi o ano passado, eu pensei que a gente podia unir mais essa comunidade do Joaquim Costa, o pessoal é desunido demais, é difícil...então infelizmente... não sei porque. É igual a gente acabou de falar, não sei se é porque o pessoal já descreditou de política, às vezes se você insistir muito, o pessoal briga com você, entendeu? Não sei. E acaba você perdendo aquele entusiasmo. Então você, já tive umas quatro reuniões lá no final de semana, no domingo, você já marca por volta de oito e meia, nove horas da manhã, que não atrapalha ninguém nem pra o seu almoço nem pro seu café, eu fiquei lá só eu e o secretário, de nove até onze horas esperando, eu falei “p.m. isso não é vida não cara”. Então você acaba perdendo o entusiasmo também.¹²⁶

Em face desse enfraquecimento do sentimento de comunidade, por conta do qual poucos se sentem atraídos pelas lutas populares, entendemos que a prática do pedir aparece como tática possível e utilizada para resolver todos os problemas, tanto particulares quanto

¹²⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003, p.48.

¹²⁶ Entrevista concedida pelo cidadão Antônio Rodrigues no dia 06 de agosto de 2008, na residência de uma senhora do bairro Joaquim Costa logo após uma reunião de campanha eleitoral de um candidato a vereador.

comunitários. No depoimento acima, até mesmo o diretor da COPASA indicou a solução para o débito da associação: “procurar um candidato pra pagar a dívida”. Na indiferença da comunidade, o próprio presidente disse estar desmotivado, evidenciando que a desmotivação por parte de uns aparece como razão da desmotivação para quem está à frente na busca de soluções para a comunidade. Em outras entrevistas, questionadas por que não participam de movimentos comunitários, algumas pessoas ora mostraram a “falta de tempo” ora “porque trabalhavam” como as razões por que não se envolviam.

No entanto, o surgimento de inúmeras entidades filantrópicas ou Organizações Não-Governamentais (ONG's) nos últimos tempos, mostra que a indiferença quanto às questões sociais não é a única face da sociedade montesclarenses. Talvez as estratégias de conquista de benefícios comunitários tenham mudado, sendo não mais organizadas em torno de passeatas, reuniões, discussões acirradas, mas em torno de atividades desenvolvidas pela comunidade e financiadas por empresas privadas e/ou públicas. Não queremos entrar nesta questão por desviar-nos dos nossos objetivos. Queremos, no entanto, apontar para o diagnóstico de uma realidade em que as pessoas tratam os interesses públicos ou comunitários como secundários, já que dão muita atenção aos pedidos pessoais.

Vale ressaltar que a comunidade também é tratada de modo compartimentalizado, uma vez que os pedidos, as lutas, as reivindicações têm um caráter muito mais paroquial do que universal, para todo o município, por exemplo. Em meio ao arquivo pessoal de um vereador, encontramos os seguintes pedidos escritos, todos com letras diferentes, mas em nome de um mesmo representante, o senhor Onofre Lopes Silva:

Querido amigo vereador, pedimos a vossa selência (*sic*) que você venha reunir os pequenos produtor (*sic*) rural da nossa facela para nós fazer um empréstimo porque queremos comprar uma caroça (*sic*) e um burro para nos vender lenha e também vender verdura porque a felicidade de gente pobre é a caroça (*sic*) porque não temos condições de comprar um. Muito obrigado. Ass.: Onofre Lopes Silva. Sítio Montes Claros.¹²⁷ (grifos nossos)

Quero lhe fazer um pedido que a luz elétrica da Valentina porque as pessoas usam candeia para não ficar no escuro e quero lhe pedir um telefone público para a Valentina e também peço um poço de água para eles porque são muitas dificuldades. Muito obrigado. Responsável: Onofre Lopes Silva. Sítio Montes Claros.¹²⁸ (grifos nossos)

Quero pedir ao senhor para apresentar um projeto ao nossos (*sic*) representantes, que nos favoreça com mudas de café, um emprego para menores aprendizes em limpar os espinhos das gramas de nossas calçadas, a implantação de gramas em nossas praças, em nossos jardins. (...). Onofre Lopes Silva.¹²⁹ (grifos nossos)

¹²⁷ Carta de pedido endereçada ao vereador “João Damasceno” em 24 de março de 2008. O nome deste vereador é fictício.

¹²⁸ Carta de pedido endereçada ao vereador “João Damasceno” sem data expressa.

¹²⁹ Carta de pedido endereçada ao vereador “João Damasceno” em 29 de abril de 2008.

Nestes três casos, entendemos que o solicitante e as comunidades citadas (Facela e Valentina) sentem-se dependentes do vereador para a conquista de benefícios pontuais e restritos a um grupo. Vale ressaltar que o conteúdo de todos os pedidos (luz elétrica, telefone público, poço de água, empréstimo, carroça, mudas de café e emprego) não se conforma como responsabilidade do vereador, mostrando, ainda, que cabe ao vereador encontrar meios na sua posição de intercessor para resolver esses problemas.

Alguns pedidos realizados para benefício de algumas pessoas, seja de uma ou algumas ruas seja de um bairro, são reforçados por um abaixo-assinado, dando maior legitimidade à solicitação. Lembramo-nos novamente aqui da classificação dos pedidos feita por um vereador, tratando alguns, como estes anexos ao abaixo-assinado, como legítimos e outros, como os relativos a benefícios participares ou pessoais, como ilegítimos.

Diversas indicações dos vereadores encontradas no Arquivo da Câmara evidenciaram isso: que a voz do vereador reforça um pedido comunitário, realizado dentro dos trâmites legais (no caso, uma indicação). No capítulo 3 há uma relação das indicações que ocorreram com maior frequência nos anos de 1996, 2000 e 2004, deixando claro que elas foram realizadas em face das demandas de uma cidade que estava (e ainda está) em ritmo acelerado de expansão.

Em geral, em torno da necessidade e do pedido feito num abaixo-assinado dirigido ou ao vereador ou diretamente ao prefeito, o vereador elabora uma indicação, apresentada em reunião na câmara, destacando ao poder executivo, através do presidente da casa, a demanda anunciada. Cabe a ele, prefeito, decidir a pertinência ou não do pedido, o veto ou o atendimento ao que lhe é solicitado.

Apesar de analisarmos espaços temporais distintos, assim como Edi de Freitas Cardoso Júnior, entendemos que muitos habitantes da periferia de Montes Claros fazem suas reivindicações ao campo político por vias associativas, buscando melhores condições de vida para a comunidade a que pertence, diferenciando-se daqueles que intervieram individualmente à procura de benefícios pessoais.¹³⁰ Nesta direção, os abaixo-assinados se mostram como caminhos legítimos na busca de obtenção de benefícios, agora para um grupo específico. Alguns deles, inclusive, se conformam com a originalidade de serem escritos à mão, com uma linguagem não formal (outras, com uma tentativa de formalidade) e ainda com muitos erros ortográficos, assim como percebeu Cardoso Júnior em suas fontes. Sobre esse aspecto da formalidade (ou não) de como os pedidos foram escritos, é interessante notar ora uma postura

¹³⁰ CARDOSO JR, **Op. Cit.**, p. 135-136.

de reverência para com o vereador (“Vossa Selência”) ora uma postura de proximidade e intimidade para com o político (“Querido amigo vereador”). Há, dessa forma, uma pluralidade no tratamento com que o solicitante se dirige ao parlamentar. As regras gramaticais ou formais de tratamento parecem, assim, não seguir um padrão, sendo utilizadas segundo a ocasião.

Tanto por meio de autores como Sérgio Buarque de Holanda¹³¹, que identifica características do “homem cordial”, quanto através de Karina Kuschnir¹³², que tece uma postura do vereador como mediador nos planos material e cultural junto ao povo, percebemos que a valorização da proximidade e das relações pessoais é uma marca característica da vivência política e social no Brasil. Em face do que foi exposto aqui, um dos assuntos que despontam com centralidade em meio ao estudo é o da representação política exercida pelos vereadores na cidade de Montes Claros, bem como a forma com que a população tem sido “educada” neste campo político.

Mesmo entendendo, a partir das fontes e das entrevistas, que muitas pessoas consideram a política ou o poder como algo distante do seu mundo, mostrando-se em outros momentos indiferentes à participação em movimentos ou em círculos de discussão no bairro, entendemos que as pessoas têm uma forma característica de ver a política e seus “representantes” no parlamento municipal: são meios possíveis de beneficiamento próprio. Não que essa relação entre população e vereadores seja tratada como uma relação estritamente comercial entre cliente e consumidor. Compreendemo-la como um espaço da vida social em que, em face das dificuldades de se conseguir emprego ou outros benefícios, são acionadas formas de resolução dos problemas. Neste momento, a representação política é entendida não no interior de uma concepção ideal de sistema político segundo a qual um grupo (vereadores) representa uma comunidade como um todo. Ela se constitui, sim, a partir de um conjunto de ações tanto por parte da população, que despontam com suas demandas, quanto por parte dos representantes, que respondem aos anseios populares de formas múltiplas e diferenciadas.

No entanto, vale perceber que em toda a pesquisa percebemos, a partir de uma confrontação entre os depoimentos dos prefeitos, dos vereadores e ainda da população, que as demandas vão muito além, em quantidade e diversidade, do que a capacidade de atendimento por parte do poder público.

A insatisfação popular, o sentimento generalizado de descrença e distanciamento em relação à política, e ainda a sua hostilização aos “profissionais” da política, denotam que essa

¹³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 145.

¹³² KUSCHNIR, **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**, p. 10.

classe não tem correspondido ao que seus representados anseiam, desejam, esperam e pedem para eles. Nesta direção, assim como Campilongo, entendemos que tem se vivido na sociedade contemporânea uma crise da representação política. O autor ressalta que tal crise deve ser entendida a partir do contexto de uma crise do Estado Social, onde, em face da politização da esfera econômica e de uma mercantilização da esfera política, o Estado se vê em sérias dificuldades para responder satisfatoriamente as necessidades, aos anseios, aos desejos e aos pedidos de uma população crescente.¹³³

A partir dessa constatação, identificamos um elemento central da vivência política em Montes Claros que nos proporciona uma leitura importante sobre a cultura política desenvolvida na região: a aquisição dos direitos políticos, principalmente o direito de votar. Percebemos, nos mais diferentes relatos da população, que o voto é tido ora como uma moeda de troca (“eu voto é para quem trazer minha luz”, dizia Renata Rodrigues), ora como expressão de fé e confiança numa pessoa ou num projeto político (“eu acho que tá na hora da gente partir pra pessoas novas, novas idéias”, ressaltou a Dona Dulce Amorim), ora, ainda, como elemento sem sentido na vida particular (“então eu voto é por votar, porque vontade mesmo não tenho”, constatava a senhora Wilma). Utilizando-se ou não deste instrumento, compreendemos que ele é, ainda, um importante recurso popular principalmente no período eleitoral, em que o contato político-eleitor se dá de forma mais direta e em torno de uma concepção de que um precisa do outro.

Dessa forma, percebemos que a população tem tido uma “educação política” de múltiplos sentidos e facetas, num campo dominado por “políticos profissionais” e com saberes específicos, como entende Bourdieu. A partir dele entendemos que a política é tida como um jogo e que cabe à população duas opções: ou participam do jogo, sendo privilegiada de alguma forma, ou, devido à indiferença à política, ficam excluídos.

Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo, *illusio*, *involvement*, *commitment*, investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição do funcionamento do jogo: todos os que têm o *privilégio* de investir no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de serem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples *prazer* de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitem o contrato tácito que está implicado no facto de participar do jogo, de o reconhecer deste modo como *valendo a pena* ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de *conluio originário* bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos.¹³⁴

¹³³ CAMPILONGO, Op. Cit. p. 50.

¹³⁴ BOURDIEU, Op. Cit. p. 172-173.

Essa noção de política enquanto jogo e, ainda, a idéia de representação política construída no meio social enquanto uma forma de obtenção de benefícios particulares, tornando o vereador, no caso, em “empregado do povo”, nos faz perceber uma fraqueza e uma distorção da figura do vereador e, por consequência, da Câmara Municipal, uma vez que são visualizados pela população geralmente como meio de satisfação de suas necessidades, sem que, com isso, se crie laços de fidelidade duráveis com este ou aquele vereador. Um vereador, inclusive, alude a essa distorção em um dos seus relatos (citado anteriormente) sobre a representação política:

As pessoas (...) muitas vezes apresentam demandas tipicamente oportunistas, pessoas que batem na porta de 5 ou 6 vereadores, prometendo voto a todos os cinco, como se isso fosse possível, e tentando obter um favor pessoal de cada um desses cinco vereadores. É uma forma distorcida de lidar com o papel da representação política.¹³⁵

Essa concepção de eleitor nos traz a imagem do “homem modulado” que Bauman cita a partir de Ernest Gellner. Na vida deste homem, os laços com que ele se une aos outros não são rígidos, mas *ad hoc*.¹³⁶ Neste sentido, não há um sentimento de pertença a um grupo ou a uma comunidade. Aqui encontramos novamente uma chave de interpretação para o fato de a maior parte dos entrevistados não participarem nem se interessarem em participar de movimentos ou grupos de mobilização social. Por outro lado, com os laços sociais flexíveis numa sociedade estruturada em redes, identificamos na prática de “procurar obter favores de cinco vereadores” um comportamento, de certo modo, normal ou habitual na sociedade, já que compromissos rigidamente estruturados praticamente inexistem nessa relação dos “representados” para com seus “representantes”.

2.4. “Na terra como no céu”: pedidos aos Santos e a Deus

Se no campo político existe uma racionalidade inerente à prática do pedir da população, no espaço religioso ela também se faz presente. Durante alguns meses, tivemos a experiência de pesquisar *in loco* manifestações religiosas e de manusear documentos que nos fizeram chegar a algumas conclusões quanto a elementos semelhantes e divergentes aos do campo político. É importante ressaltar novamente que, dentre tantas possibilidades de estudo, optamos por analisar apenas dois espaços religiosos em Montes Claros, sendo estes as manifestações religiosas na **Comunidade de Santo Expedito** e alguns grupos do Movimento

¹³⁵ Entrevista concedida pelo vereador “Guilherme Antunes Braga” no dia 18 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

¹³⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000, p. 162.

da **Renovação Carismática Católica**. Acreditamos que ambos são representativos no imenso campo religioso na cidade de Montes Claros, pois eles apresentam, como característica central, a atenção que devotam às carências pessoais e, por conseguinte, à prática do pedir, comum a outros espaços.

Num universo de aproximadamente 100 grupos de oração, no caso da Renovação Carismática Católica, escolhemos dois grupos que têm crescido bastante nos últimos tempos: o da Comunidade Boanerges, que reúne dezenas de pessoas todas as quintas-feiras às 18 horas, e o grupo de oração Discípulos de Emaús, que conglomerava centenas de pessoas nas terças-feiras às 13 horas, na catedral de Montes Claros. Por estarem localizados no centro da cidade, muitas pessoas que participam não moram exatamente nos seus arredores, sendo sua rotatividade bastante grande.

O grupo da Boanerges está incluído numa comunidade que nasceu em 1997, denominada “Comunidade Católica Boanerges” nascida da Sociedade Fraterna Filhos de São Bento. É uma sociedade formada por “homens e mulheres nos estados de matrimônio e sacerdócio, que consagraram suas vidas inteiramente ao serviço de Deus, da Igreja e da Humanidade”.¹³⁷ Escolhemos este grupo por exemplificar de forma bem intensa a função exercida pela religiosidade no enfrentamento dos problemas sociais na modernidade. Todos os dias, centenas de pessoas procuram a casa de recuperação em busca de elementos que lhes faltam no seu cotidiano, como relata a Irmã Rejane, uma das fundadoras da comunidade. Questionada sobre o que ela acha que as pessoas buscam no grupo com esses pedidos, a irmã é direta:

A maioria das pessoas que vem aqui e que a gente atende, a maioria delas busca mais motivação para viver. Outras buscam algo, por exemplo, alguém ta em busca de emprego, outro ta passando por um problema de relacionamento, de tratamento do filho, ta pedindo ajuda, porque ela sozinha não ta dando conta, então vêm muitas pessoas aqui pedindo ajuda para casamento e para filhos, né, o filho tá dando problema, o filho tá nas drogas, tá na prostituição, pede a gente orientação “como eu posso fazer para ajudar meu filho a sair dessa situação?”.¹³⁸

Neste sentido, o que pudemos perceber nas manifestações religiosas no seu grupo de oração (orações, louvores, pedidos escritos, utilização de símbolos como a cruz, sal exorcizado e água benta, dentre outras) foi uma resposta direta a diversas demandas que a população tem sentido nos últimos anos. Fundamentada no carisma de “Recuperar e

¹³⁷ COMUNIDADE Católica Boanerges: recuperando e promovendo o ser humano. Disponível em <http://www.comunidadeboanerges.com.br/quemsomos/index_apresentacao.htm>. Acesso em: 14 abr. 2008.

¹³⁸ Entrevista concedida pela Irmã Rejane, uma das coordenadoras da Comunidade Boanerges em Montes Claros, no dia 29 de julho de 2008 e realizada na Casa de Recuperação e Promoção Humana Boanerges, no centro de Montes Claros.

Promover o ser humano”, a Comunidade Boanerges, também através do grupo de oração, dimensiona a vivência da religiosidade das pessoas, uma vez que essas vão em busca de solução de problemas socialmente construídos, tais como doenças físicas e espirituais, traumas, jugos hereditários, depressão, estresse, fobias e outros. Em sua página *da internet*, há uma descrição do alcance do trabalho dessa casa de recuperação:

“Um Hospital de Espiritualidade”, Onde se encontra cura e libertação - A Casa de Recuperação e Promoção Humana é um celeiro de bênçãos de Deus para o seu povo, que está sofrendo com os males do mundo moderno. Em meio a tantas doenças, tantos males, dificuldades financeiras, decepções, enfim, tantas pessoas feridas no corpo, na alma e no espírito, na Casa de Recuperação as pessoas encontram a paz, a verdadeira felicidade, o amor de Deus e a cura do seu coração, através da Boa Nova de Jesus que é o amor e o perdão.¹³⁹

O outro grupo de oração, o Discípulos de Emaús, mesmo não possuindo uma comunidade ou uma estrutura que auxilie no seu trabalho, também atende muitas pessoas com as mesmas demandas, como ressalta uma mulher que participa todos os dias de reunião. Em suas palavras, as pessoas buscam no grupo “é um auxílio, é pedido. É por alguém que tá doente ou alguma coisa material. Proteção também, né? Conversão da família, pede cura, pede casa, pede emprego, muitas coisas”.¹⁴⁰ Na mesma direção, a senhora Maria do Carmo, participante também do grupo Discípulos de Emaús, relata que vivencia problemas como a insegurança e timidez nos relacionamentos e na vida social como um todo e que procura Nossa Senhora para interceder, sem deixar de ressaltar o atendimento que recebeu: “eu dou graças a Deus quantas coisas ela fez”.¹⁴¹

Nestes espaços investigados no campo religioso, na Comunidade Santo Expedito e nos Grupos de Oração da Renovação Carismática Católica, há um elemento comum: os pedidos. Em todos esses espaços, identificamos pedidos em diversos momentos ou lugares:

- Nos grupos de oração, existem os pedidos escritos colocados numa caixa nos momentos de oração. De tempos em tempos eles são queimados numa celebração especial. Todo um ritual é realizado para essa queima. Músicas, palestras, louvores e outros elementos compõem o ritual.

¹³⁹ “UM HOSPITAL de Espiritualidade”, Onde se encontra cura e libertação. Disponível em <http://www.comunidadeboanerges.com.br/index_casadereduceracao.htm>. Acesso em: 10 set. 2008.

¹⁴⁰ Entrevista concedida pela fiel Alice Ferreira da Costa no dia 12 de agosto de 2008, na Catedral de Montes Claros, no centro da cidade.

¹⁴¹ Entrevista concedida pela fiel Maria do Carmo Santos no dia 19 de agosto de 2008, na Catedral de Montes Claros, no centro da cidade.

- Nestes grupos ainda existem os pedidos feitos no interior das orações e reuniões que, coordenadas por uma equipe, aglomeram dezenas ou centenas de pessoas semanalmente.
- Na Comunidade Santo Expedito, os pedidos são deixados ao pé da imagem do santo, com maior frequência nas cerimônias festivas.

Vale ressaltar que estes são apenas alguns meios em que os pedidos são visualizados. Há outros¹⁴² ainda que, sem excluí-los, se mostram como legítimas formas populares de procurar soluções para suas necessidades.

No geral, é possível fazer uma analogia desses pedidos com os realizados junto aos vereadores. Se o vereador é tido como intermediador da população junto às fontes políticas de poder capazes de resolver seus problemas imediatos de toda ordem, no espaço religioso a lógica é a mesma. No entanto, ao invés do vereador, a figura que aparece para interceder por cada um junto à fonte de poder (Deus, e não mais o prefeito ou outras fontes) é a dos santos, aspecto que faz alguns pedidos diferirem em relação aos da política.

Na dimensão religiosa da vida das pessoas, percebemos os santos como parte integrante da vida de muitas delas, configurando-se como um elemento significativo e que imprime inteligibilidade à prática do pedir. De acordo com Consorte, “os santos são parte do patrimônio da Igreja Católica”, sendo que a maioria deles data do seu início, na Antiguidade, e da Idade Média, sendo mais raros na Idade Moderna e Contemporânea. Segundo a autora, para ser santo, nos longos processos de canonização da Igreja, é essencial que a pessoa evidencie uma biografia que demonstre, entre outros atributos, a faculdade de operar milagres e conceder graças¹⁴³. A busca por tais milagres e graças, fundamentadas na fé e na esperança das pessoas, é o que geralmente constitui até hoje os pedidos dirigidos aos santos.

Nos mais diversos depoimentos das pessoas entrevistadas, percebemos este anseio latente por soluções rápidas e miraculosas. Observando tais manifestações religiosas em Montes Claros, identificamos tal característica de um modo claro e evidente através da identificação de festas, orações, folhetos, santinhos, velas, terços, promessas, missas de ação de graças, dentre outros elementos que conformavam o universo religioso das pessoas entrevistadas. Essa constatação empírica das manifestações religiosas em Montes Claros

¹⁴² Os pedidos foram identificados na reza do terço (diariamente), nas celebrações eucarísticas, além de alguns fiéis mandarem seus pedidos também para a TV Canção Nova, através de sua programação diária, na qual os pedidos são anunciados na tela do televisor.

¹⁴³ CONSORTE, Josildeth Gomes. *Apresentação*. In: GUTTILLA, Rodolfo Witzig. **A casa do santo & o santo de casa: um estudo sobre a devoção a São Judas Tadeu, do Jabaquara**. São Paulo: Landy Editora, 2006. p.11.

encontra respaldo nas palavras de Consorte, que assim concebe o catolicismo no Brasil: “Muito mais devocional que sacramental, o catolicismo que se desenvolveu no país, sobretudo o catolicismo popular, encontrou no culto aos santos o seu grande espaço de manifestação”.¹⁴⁴

É importante ressaltar que este tipo de catolicismo tem uma razão de ser principalmente quando olhamos para suas raízes européias:

Trata-se na realidade do transporte de instituições eclesiais de Portugal para o Brasil. Não é apenas o catolicismo oficial, mas também o catolicismo popular que se transplanta para o Brasil. É a Igreja lusitana que passa a reviver na colônia. O catolicismo do Brasil é em máxima parte herança de Portugal: a maioria das devoções são trazidas da terra-mãe, bem como o gosto pelas procissões, o hábito das romarias e a crença nos milagres.¹⁴⁵

Neste catolicismo, encontramos no atendimento aos pedidos das pessoas uma das fortes razões para uma postura de gratidão por parte delas. O atendimento, em face da propaganda que se faz em torno dele, gera maior popularidade do santo junto à comunidade, idéia que sintoniza com a noção de Consorte, para a qual “quanto mais o número de milagres, maior a fé no santo e, conseqüentemente, maior o número daqueles que se entregam a sua devoção”.¹⁴⁶ Este aspecto da relação entre atendimento e popularidade, foi citado pela senhora Dulce Amorim Araújo, enfática ao confirmar a intercessão e a fama de Santo Expedito:

Acho que o pessoal, a maioria dos devotos, eles confiam na intercessão de Santo Expedito. (...) várias pessoas dão os depoimentos, cada graça maravilhosa que eles conseguem. Então, só a fé da gente só aumenta cada vez mais, né, diante disso. Diante de todas as coisas bonitas que a gente vê, o pessoal vai, dá o depoimento, fica emocionado, tudo aquilo cativa todo mundo, que mesmo quem não tinha aquela devoção, começa a ter, né. A fé de um vai contagiando os outros.¹⁴⁷

Partindo para compilação das nossas fontes no espaço religioso e procurando entender os pedidos dos devotos (ou não-devotos) dirigidos aos santos católicos tanto no seu conteúdo quanto na sua forma, ressaltamos algumas intenções de missas inscritas numa agenda da Comunidade Santo Expedito em Montes Claros referentes ao período compreendido entre 03 de outubro de 2004 e 19 de junho de 2006. Em torno de tais intenções, conseguimos chegar aos seguintes dados:

¹⁴⁴ Ibid., p.13.

¹⁴⁵ MORENO, Júlio César. **A devoção a Santo Expedito na cidade de São Paulo: Descrição, inventário, manifestações**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 3.

¹⁴⁶ CONSORTE, Op. Cit., p.13.

¹⁴⁷ Entrevista concedida pela devota de Santo Expedito Dulce Amorim Araújo no dia 16 de agosto de 2008, em sua residência no bairro Vila Guilhermina.

Tabela 03 – Relação e frequência de intenções nas missas da Comunidade Santo Expedito entre outubro/2004 e junho/2006.

Intenções e pedidos	Frequência
Pedindo pelas almas	949
Agradecendo por graças recebidas de Santo Expedito	297
Agradecendo pelo aniversário de pessoas próximas	294
Agradecendo por graças recebidas (de outros santos)	275
Pedindo pela saúde, recuperação e sucesso em exames e cirurgias	102
Pedindo intercessão de outros santos	71
Pedindo cura e libertação	65
Pedindo intercessão de Santo Expedito	43
Agradecendo pela vida de pessoas próximas e da comunidade	35
Pedindo conversão de pessoas próximas	26
Agradecendo pela saúde, recuperação e sucesso em cirurgia	24
Agradecendo a aprovação em vestibulares e concursos	19
Pedindo para passar em provas de vestibular e concursos	13
Pedindo emprego	07
Pedindo para proteger a casa/família	05
Pedindo misericórdia	03
Pedindo sucesso na aprovação da aposentadoria (laudo médico)	02
Agradecendo a aposentadoria	02
Pedindo resolução de problemas	02
Pedindo proteção em viagem	02
Agradecendo pela viagem realizada	01
Pedindo para recuperar carro roubado	01
Agradecendo o recebimento de plano de saúde	01
Pedindo a Santa Edwirges para quitar dívidas	01
Pedindo proteção durante auditoria	01

Fonte: Agenda de marcação de missas – Comunidade Santo Expedito (Montes Claros). Elaboração de Roberto Mendes Ramos Pereira.

Esses dados revelam muitos aspectos interessantes para nosso estudo. Um dos primeiros é o da existência de dois grupos de intenções, o dos pedidos e o dos agradecimentos, evidenciando não apenas as necessidades e carências da população, mas também uma postura de gratidão entre essas pessoas e os santos. Neste sentido, mesmo que vereadores e os santos se mostrem como figuras análogas na intercessão da população para que resolvam seus problemas, a aversão que os políticos sofrem por parte da população não ocorre com os santos no espaço religioso. Pelo contrário, o que há é uma confiança paciente e uma certeza de que vão ser ou já foram atendidos em suas necessidades, como evidencia o depoimento da senhora Wilma, de 47 anos, casada, mãe de três filhos, comerciante em Montes Claros e que trata o atendimento de Nossa Senhora como um milagre:

Eu recebi na minha vida uma graça (...) a maior graça que eu já tive em toda a minha vida por Nossa Senhora. Essa pra mim foi um milagre. E além dessa, que eu recebi, quando eu sempre tive dificuldade de trabalho, quando tive dificuldade pra cobrir um cheque, pra pagar alguma coisa e que não tava conseguindo vender eu

sempre pedia, ajoelhava mesmo na loja, e pedia pra Nossa Senhora que eu tava ali querendo era tava ali trabalhando, que eu tava ali não tava roubando, eu tava querendo vender pra poder pagar, pra mim poder cumprir com meus compromissos. E era, assim, impressionante, porque era só a conta de eu rezar, pedir Nossa Senhora, passava pouco tempo tava um cliente comprando justamente o valor que eu precisava. Isso era... fora todas as vezes que eu precisava, que eu sentia esses apertos eu pedia e eu conseguia.¹⁴⁸

É importante ressaltar que os pedidos no campo religioso não ficam restritos a pedidos materiais, sendo uma característica que difere dos pedidos aos políticos. Pedir proteção, pelas almas ou mesmo pra conseguir namorado ou um marido é uma prática presente na vivência religiosa das pessoas, mostrando que a posição de intermediador junto a Deus, ou seja, a uma esfera extraterrena ou a uma dimensão que extrapola a materialidade, ganha sentido nas representações das pessoas, sendo possível requisitar elementos não apenas materiais. Por outro lado, conforme os pedidos elencados acima, percebemos que eles expressam carências e necessidades presentes no cotidiano de cada pessoa que a Deus recorre. A união entre vida espiritual e vida material se dá nestas práticas religiosas que fazem ambas se mesclarem nos pedidos e intenções da população. Desta forma, não é de se estranhar os pedidos relativos às almas, que, aliás, nos fazem perceber o quanto é presente a crença das pessoas numa vida além da morte, e ainda os pedidos associados à misericórdia, à libertação, à conversão e os relativos à proteção das pessoas.

No trabalho de campo, presenciando tanta gente nos encontros religiosos da Renovação Carismática e na Comunidade Santo Expedito, nos vimos intrigados, buscando uma resposta para a pergunta: o que tanto essas pessoas buscam aqui? Como explicar aqueles encontros repletos de pessoas todos os dias? Foi buscando respostas para tais questões, analisando os pedidos, observando a sensibilidade e a reação das pessoas, é que começamos a entender que as carências dessa população não estão apenas na esfera material, mas também são de ordem espiritual e emocional.

¹⁴⁸ Entrevista concedida pela cidadã Wilma Trindade Moreira no dia 08 de agosto de 2008, em sua empresa (Loja Varejista de Máquinas).

10 ② Pedindo a intercessão de
11 Stº Expedito pelo laudo
12 Técnico da sua aposentadoria
a pedido de José Carlos Porto
- Batista.

Imagem 01 - Intenção de Missa na Igreja Santo Expedito

Fonte: Agenda de Marcação de Missa (20/02/2005) – Comunidade Santo Expedito

As pessoas rezam, pedem, buscam em Deus, através dos santos (ou sem a intermediação deles), não apenas casas, empregos, aprovação da aposentadoria, mas também, namorados, maridos, amor, evidenciando que suas carências são inúmeras na quantidade e na diversidade. Fundamentando tal análise, temos vários pedidos dirigidos a Santo Expedito que ilustram bem o alcance das necessidades pessoais de cada um, como este:

Santo Expedito interseda (*sic*) por mim a Deus. Um emprego para mim e para aqueles que ã tem e para que eu possa casar com [nome do pretendente], q possa ficar grávida dele e ser amada. Saúde para minha mãe, cura ela, liberta tende piedade de nós traz o meu amor q ele possa tirar férias que eu possa morar em [nome de uma cidade de Minas Gerais] com meu amor proteja ele, cuida dele que ele possa ser um bom pai um bom marido e eu possa ser o mesmo pra ele. ¹⁴⁹

Assim como nos pedidos aos vereadores, também no campo religioso é possível perceber as mais diferentes demandas pessoais e sociais relativas. No entanto, aqui há uma ampliação das demandas, pois existem pedidos não somente referentes à segurança (do corpo, do emprego, de recursos, da família, da propriedade etc.), mas também ao amor e relacionamentos (família, amizade, intimidade sexual), à estima (auto-estima, confiança, conquista, respeito dos outros) e à realização pessoal.

Um estudo de psicologia social realizado por estudantes de filosofia do Instituto Santo Tomas de Aquino - ISTA, na cidade de Belo Horizonte, tendo como objeto de investigação a Renovação Carismática Católica, reforça essa visão que identifica a multiplicidade e a diversidade de necessidades dos fiéis. Na referida pesquisa, no capítulo referente às “Motivações dos Fiéis e Membros da Renovação Carismática Católica”¹⁵⁰, onde foram analisados quatrocentos e vinte pedidos a Deus, escritos e depositados no “cálice sagrado”

¹⁴⁹ Bilhete de pedido a Santo Expedito.

¹⁵⁰ II PERÍODO DE FILOSOFIA. **Grupos da Renovação Carismática**. Belo Horizonte: Instituto Santo Tomas de Aquino/Disciplina de Psicologia Social. 14 de novembro de 1991. mimeo.

durante as reuniões de diferentes grupos visitados, foi identificado o conteúdo e a quantidade de cada grupo de pedidos, a saber:

1º - Cura de doenças	92 pedidos
2º - Relacionamento familiar: conversão dos filhos, boas companhias para os filhos, união familiar	41 pedidos
3º - Para conseguir emprego	38 pedidos
4º - Para libertar-se da feitiçaria	36 pedidos
5º - Bênçãos para si e para os outros	35 pedidos
6º - Para libertar-se dos vícios (bebida, fumo, etc.)	32 pedidos
7º - Solucionar problemas afetivos	27 pedidos
8º - Ter boa sorte em provas, exames etc.	26 pedidos
9º - Perdão dos pecados: prostituição, aborto etc.	17 pedidos
10º - Pedindo paz e felicidade	13 pedidos
11º - Pedindo proteção no emprego	13 pedidos
12º - Pedindo proteção contra tentações	12 pedidos
13º - Pedindo inteligência e fé	09 pedidos
14º - Agradecendo uma graça alcançada	07 pedidos
15º - Pedindo casa para morar	06 pedidos
16º - Diversos: conseguir emagrecer, conseguir aposentadoria, ganhar na loteria, fazer boa viagem, conseguir pagar as dívidas, pelos mortos, pelo governo do país	16 pedidos.

Júlio César Moreno, em *A devoção a Santo Expedito na cidade de São Paulo: descrição, inventário, manifestações*¹⁵¹, trabalho realizado no final da década de 1990, também explicita essa diversidade de pedidos dos fiéis, destacando os de cunho econômico (44% dos pedidos) e os relacionados à saúde (23,27%).

A análise presente nestes trabalhos evidencia dois aspectos comuns dos pedidos, tanto no caso dos carismáticos quanto no dos devotos de Santo Expedito: o imediatismo e a questão da afetividade. Em muitas requisições, nota-se que se espera sempre uma intervenção milagrosa de Deus no atendimento das necessidades, cancelando o exercício de meios relacionados à providência humana. Sob o outro aspecto, o da afetividade, percebe-se uma

¹⁵¹ MORENO, Op. Cit. p.79.

tentativa de solucionar problemas ligados à carência, complexos, medos, inseguranças e frustrações, dado significativo que abre espaço para interpretações no campo da psicologia ou da sociologia, já que o entendemos como um fenômeno social bastante interessante de ser investigado.

Analisando uma pasta de testemunhos da Comunidade Boarnerges, percebemos um número muito grande de pedidos referentes aos medos, pressões, ansiedade e preocupações sentidas pelas pessoas. Os testemunhos, tanto na Igreja Santo Expedito quanto nos grupos de oração, servem para mostrar que as pessoas foram atendidas e que, por isso, se mostram como um forte poder de atração. Essa idéia fica evidente no depoimento da Irmã Rejane: “aquela pasta de testemunhos é para, não só para nós, pra nos fortalecer na fé, ver que Deus tá agindo, mas também para o povo, para as pessoas verem que Deus age e que essa obra aqui é uma obra verídica, uma obra de Deus”.¹⁵²

Muitos testemunhos mostram que a prática do pedir não se realiza num espaço específico, sendo possível percebê-la, através dos depoimentos, tanto nas missas, quanto no grupo de oração, em casa etc.

Ao participar da missa da cura de quinta-feira, Dona Tereza no momento da oração dos anjos, ela pediu que Jesus concedêce (sic) um emprego p/ o seu marido, que trabalha por conta própria. Rezou com muita fé e hoje seu marido está trabalhando faz duas semanas para a Glória de Deus. 24-04-02 T.B.S.¹⁵³

Com dados e análises referentes a contextos distintos, entendemos uma parte das razões que explicam tantas pessoas procurarem a Deus diretamente ou através dos santos nestes encontros. Como já explicitado, suas carências estão muito além do universo material. Além disso, ao contrário das incertezas, desconfianças e da visão negativa que se tem no campo político, o que ocorre neste espaço da religiosidade é a certeza e a esperança por uma resposta positiva por parte de Deus ou dos santos.

Sobre essa confiança na esfera religiosa, Pierre Bourdieu ressalta:

A religião (...) inculca um sistema de práticas e de representações consagradas cuja estrutura (estruturada) reproduz sob uma forma transfigurada, e, portanto irreconhecível, a estrutura das relações econômicas e sociais vigentes em uma determinada formação social e que só consegue produzir a objetividade que produz (enquanto estrutura estruturante) ao produzir o desconhecimento dos limites do conhecimento que torna possível, e ao contribuir para o esforço simbólico de suas sanções aos limites e às barreiras lógicas e gnosiológicas impostas por um tipo

¹⁵² Entrevista concedida pela Irmã Rejane, uma das coordenadoras da Comunidade Boarnerges em Montes Claros, no dia 29 de julho de 2008 e realizada na Casa de Recuperação e Promoção Humana Boarnerges, no centro de Montes Claros.

¹⁵³ Testemunho de uma fiel disponível na Pasta de testemunhos da Comunidade Boarnerges.

determinado de condições materiais de existência (efeito de conhecimento-desconhecimento)¹⁵⁴.

Isso mostra que a lógica da prática do pedir neste espaço religioso, distintamente do campo político, fundamenta-se em aspectos como a confiança, a fidelidade e a certeza de atendimento às necessidades de cada um que busca a resolução de seus problemas, permitindo a existência (e isso é um dado essencial a ser destacado) do impossível e do inatingível, cristalizados no milagre. Pede-se porque se confia, uma confiança engendradora de certeza e esperança. Mas há outra razão para tais pedidos. Pede-se porque parece haver um sentimento de impotência velado nos discursos em face dos problemas, que crescem aos olhos do solicitante à medida que sua fraqueza aumenta. Deus ou os santos são, assim, o socorro último.

Identificamos nas falas dos entrevistados essa busca no campo religioso como uma prática em que fé e desespero se misturam, como no caso da senhora Maria Suzana Medeiros, diretora de uma escola pública, que teve sua filha acometida por lupus. Num depoimento emocionado, ela relatou o desespero da família, de classe média, pelo fato de a filha ter tido tal doença, principalmente porque esta não tem cura. Relatou várias ações nesta busca por um milagre: procurou o grupo de oração da Rosa Mística, rezou por muito tempo do lado de fora da Igreja Santo Expedito (pelo fato de a igreja não estar aberta todos os dias), levou a filha em vários médicos, realizando aproximadamente dez exames, mas todos confirmando o lupus. Após meses de oração e de promessa a Santo Expedito e ainda depois de todos os exames, fez uma biópsia com a noção de que seria a última tentativa. Ao final, o resultado obtido de que era Leishmaniose Cutânea, fez a família inteira entender tal fato como um milagre, o que levou a filha homenagear o santo no seu dia, 19 de abril de 2007. Sobre este acontecimento, Suzana o resume desta forma: “Pra mim, a solução foi muito visível, porque minha filha obteve a cura de uma doença que já tinha sido diagnosticada por vários médicos, né e, no entanto, ela obteve a cura por causa da minha fé, da minha dedicação”.¹⁵⁵

Se a mãe, no seu relato, coloca sua fé como a razão da cura de sua filha, esta credita tal fato a Santo Expedito, como ficou documentado numa carta dirigida por ela ao padre da Igreja Santo Expedito:

O desespero tomou conta da minha família, minha mãe chorava ao pensar que eu poderia morrer. Foi quando ela começou a fazer a novena de Santo Expedito e eu fui levada em outra clínica médica a qual pediu outros tipos de exames que foram

¹⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3ªed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992, p. 46.

¹⁵⁵ Entrevista concedida pela devota de Santo Expedito Maria Suzana Medeiros no dia 04 de agosto de 2008, em sua residência no bairro Santo Expedito.

feitos em Bauru e em Campinas no estado de São Paulo. Minha mãe sempre pediu para que Santo Expedito me curasse. Aguardávamos ansiosos para saber o resultado dos exames. Foram dias de angústia, mas a fé sempre falava mais alto. Quando veio a notícia surpreendente que eu não estava mais com a doença os médicos não sabiam o porquê, mas nós sabíamos. Por esse milagre, pedi a minha mãe para homenagear a Santo Expedito e o jeito mais prático que encontramos foi levá-lo para nossa casa.¹⁵⁶

Num estudo sobre a Antropologia do Milagre, Mísia Lins Reesink, ressalta:

Fator extremamente importante no imaginário católico e no imaginário cristão como um todo, o milagre é um componente fundamental para se compreenderem as relações, expectativas e crenças na construção da cosmologia católica. Na concepção cristã, o milagre tem presença garantida desde a atuação do próprio Jesus e seus apóstolos.¹⁵⁷

Se por um lado, os pedidos e demandas das pessoas expressos no campo religioso extrapolam o universo da materialidade, podendo até mesmo ser incluídos nos milagres dos santos, eles também mostram e evidenciam necessidades pontuais do contexto em que elas se encontram. Numa análise das intenções das missas da Comunidade Santo Expedito de Montes Claros, percebemos carências relativas ao tempo e ao espaço vivenciados pelas pessoas que fizeram tais intenções, tais como os relativos à saúde, recuperação e sucesso em exames e cirurgias; os associados à aprovação em vestibulares e concursos; os pedidos de empregos e sucesso na aprovação da aposentadoria; os relativos à quitação de dívidas e à proteção durante auditoria. Em todos estes pedidos, existem carências datadas. Isso porque nos faz pensar sobre este contexto no que se refere aos problemas vividos neste tempo e neste espaço. Os pedidos e as necessidades expressas nas entrevistas e fontes coletadas evidenciam a realidade vivenciada por essa população de Montes Claros em fins do século XX.

Apesar de termos condições de avaliar a situação social de Montes Claros entre 1996 e 2004, principalmente a partir do que já foi delineado no capítulo 1 sobre migração, emprego e pobreza neste município e na região norte mineira como um todo, não temos meios para relacionar de forma sistemática tais pedidos à situação do município naquele contexto no que se refere às deficiências em suas políticas públicas de saúde, emprego, educação, aposentadoria, entre outras. Se adentrássemos neste campo sem dados mais contundentes, poderíamos cair num vicioso jogo de especulações. No entanto, é possível enxergar uma possibilidade de análise, a ser realizada talvez em outros estudos. Isso porque através dos pedidos coletados tanto na agenda de marcação de missas quanto nos bilhetes de pedidos ou

¹⁵⁶ Carta dirigida ao Frei Valdomiro Soares pela filha de Suzana, em 15 de abril de 2007.

¹⁵⁷ REESINK, Mísia Lins. Para uma antropologia do milagre: Nossa Senhora, seus devotos e o Regime de Milagre. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 44, p. 267-280, maio/ago., 2005.

ainda nas cartas de testemunhos das pessoas, tudo isso reflete o mundo em que as pessoas viviam naquele momento, deixando documentadas as necessidades e carências de uma determinada população. Entendemos essa relação entre contexto social e vivência religiosa assim como a entende Benedetti:

(...) há um dado fundamental na experiência religiosa hoje: ela aparece cada vez mais destituída de autonomia com relação à situação social que a produz. A religião está cada vez mais 'colada' às condições sociais, cada vez mais ela é reflexo da situação, cada vez mais resposta induzida que opção consciente (BENEDETTI, 1998).¹⁵⁸

Sem pretender impor uma visão moralista sobre tal situação em que se busque mostrar uma realidade outra que não a que se apresenta, conseguimos notar que muitos dos grupos de pedidos realizados pelos devotos e fiéis poderiam ser resolvidos em outros espaços, como o político, o educacional e o econômico. São exemplos desses pedidos os associados à saúde física e mental (cura de doenças, vícios), à conquista de um emprego, aposentadoria ou casa, ao sucesso em provas e exames ou mesmo ao pagamento de dívidas.

Nesta direção, entre os pedidos localizados nas intenções de missas na Igreja Santo Expedito, podemos identificar vários problemas vivenciados pelas pessoas através dos quais apontamos outras possíveis formas de resolução ou ainda as condições normais para que o atendimento pudesse ocorrer. Assim, entendemos que para se conseguir saúde, recuperação e sucesso em exames e cirurgias, é importante que tenha hospitais de qualidade, médicos, qualidade de vida, alimentação etc.; para se passar em provas de vestibular ou concursos, ressaltamos a realização de cursinhos e cursos de qualidade além da dedicação pessoal nos estudos; a aprovação da aposentadoria, muitas vezes depende da legislação vigente, do preenchimento dos critérios exigidos ou mesmo que a documentação esteja completa; o emprego geralmente é conquistado através da capacitação da pessoa, de suas habilidades bem como de outros fatores como a situação da economia em sentido macro, disponibilização de postos de trabalho etc.

O que ressaltamos neste ponto são apenas pistas de formas outras de solução de problemas sentidos pelas pessoas que procuram Santo Expedito e outros santos para sanar suas necessidades. Dizemos que tais problemas poderiam ser resolvidos nestes outros espaços e não que são resolvidos. Neste sentido é que ganha força um de nossos problemas primeiros na fase de projeto: Por que se pede tanto a Deus o que poderia se conquistar na esfera política? Qual a razão de se procurar resolver tais problemas neste espaço religioso? Buscando uma resposta convincente para este nosso questionamento, pudemos entender que a

¹⁵⁸ Cf. MORENO, **Op. Cit.**, , p. 5.

lógica que as culturas populares seguem para resolver seus problemas é outra. A racionalidade que permeia as tentativas de solução dos problemas e das demandas pela via religiosa se apresenta como específica deste universo, geralmente explicada, nos discursos das pessoas, através da própria fé, como relata a senhora Maria Suely, participante do grupo de oração da Comunidade Boanerges:

Diante dos problemas que a gente enfrenta, as dificuldades mesmo, as provações, pois eu tenho passado por muitas provações, desde minha separação, e aí vem, né, e problemas talvez até impossíveis diante dos olhos humanos mas pela minha fé em Deus, a minha busca, o meu alimento é no Senhor, né, minha confiança é no Senhor.¹⁵⁹ (grifos meus)

Parece contraditório, mas é isso que podemos identificar nas práticas e representações das pessoas no campo religioso, quando elas fazem seus pedidos: sua razão de ser está na fé, na confiança, na esperança e na certeza das pessoas de que elas são, serão ou foram atendidas. Sua fé na misericórdia divina é um fim em si próprio, quando não um meio de disciplinar-se. Neste ponto entendemos a visão que a fiel constrói em torno de suas dificuldades cotidianamente vividas: as “provações” enunciadas apontam para a compreensão mística que ela tem de suas dificuldades no mundo. A leitura que fazemos é, pois, esta: que a provação, no universo religioso, mostra-se como uma forma misteriosa a partir da qual o homem pode justificar-se perante Deus, mantendo-se reto em sua fé e perseverante na misericórdia divina.

O pedir neste espaço religioso parece vigorar nos meios populares como uma forma subserviente de resolver os problemas cotidianos. Nessa direção, mescla resignação e resistência quanto à realidade social, mesmo que estes termos sejam contrastantes. Se por um lado, essa prática não interfere na transformação das estruturas que conformam a realidade econômico-política e social do município, apontando para uma postura de aceitação das difíceis condições de vida, vistas como provações pelos fiéis, por outro, entendemos que o próprio pedir se conforma para uma posição ativa e de insatisfação desses sujeitos de demandas, mesmo que seja num sentido de resolver apenas seus problemas mais imediatos e pontuais. Nisso, entendemos essa prática como um elemento de sentido ambivalente no meio social, ganhando significados diferentes nos discursos das pessoas analisadas, com fortes conotações políticas.

A resignação muitas vezes velada geralmente se refere às experiências obtidas de uma situação sem a intenção de mudá-la. Daí o sentimento de impotência ou de que é preciso um auxílio dos santos e de Deus para transformar sua situação pessoal. Esse sentimento, dessa

¹⁵⁹ Entrevista concedida pela senhora Maria Sueli L. Miranda, participante do grupo de oração da Comunidade Boanerges, no dia 05 de agosto de 2008 na Casa de Recuperação e Promoção Humana Boanerges.

forma, parece presente quando uma situação é tanto ruim quanto imutável, ou quando a mudança só é possível a um grande preço ou risco. Assim, o milagre, procurado, desejado e suplicado nas orações, ganha destaque central na vivência religiosa, abrindo, inclusive, espaço para os sacrifícios pessoais. A vontade divina ganha força sobre suas vidas, sendo que até a resolução dos seus problemas particulares torna-se uma responsabilidade dos santos ou de Deus.

Na possibilidade da visualização do milagre, a realização do “impossível” ganha terreno nas representações dos fiéis. “Pra Deus, nada é impossível” é uma mensagem forte e constantemente repetida nos seus encontros. Nesta direção, “os sonhos e as esperanças sociais freqüentemente vagos e contraditórios, procuram cristalizar-se e andam em busca de uma linguagem e de modos de expressão que os tornem comunicáveis.”¹⁶⁰

Sobre essa forma de vivenciar a religiosidade, e configurando-a como um elemento cultural importante na ordem social de uma localidade, compartilhamos a noção de Maria Clara Tomaz Machado sobre cultura popular, que a entende como “todas as práticas e representações culturais vivenciadas no cotidiano de atores sociais específicos, distantes do racionalismo científico, como forma de recriação do seu universo: crenças, hábitos, costumes, conhecimento”.¹⁶¹ A confiança e as práticas populares que extrapolam os limites da probabilidade científica apresentam-se como um elemento cultural bastante interessante de ser analisado, principalmente porque, assim como no caso do pedir aos vereadores, entendemo-la como parte da “astúcia” citada por Michel de Certeau e que se enquadra no campo do dominador como um artifício dos mais fracos em seu cotidiano. Segundo Certeau, “a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como ‘último recurso’: quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais estará sujeita à astúcia”.¹⁶² Esse é um comportamento popular que sai do controle até mesmo da Igreja Católica. “O comportamento dos fiéis em relação aos santos nem sempre se pauta por seguir a ortodoxia por ela ditada. Os fiéis, de modo geral, sentem-se livres para inserir, nas suas devoções, comportamentos que a Igreja nem sempre julga adequados”¹⁶³, como sacrifícios corporais de grande sentido para o fiel.

¹⁶⁰ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.

¹⁶¹ MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura Popular: um contínuo refazer de práticas e representações. In: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire (orgs.). *História e Cultura: espaços plurais*. Uberlândia: Aspectus, 2002, p.335.

¹⁶² CERTEAU, Michel de. Culturas populares. In: _____. *Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 101.

¹⁶³ CONSORTE, Op. Cit., p.14.

Em meio às astúcias populares, se os santos são tidos como intercessores na resolução dos problemas de um povo, um dado significativo é a variedade desses santos conforme o pedido ou a carência dessas pessoas. É possível, desta forma, escolher um santo para cada problema ou necessidade sentida. A diversidade de santos é grande. Cada um com uma “especialidade”. Cada um se mostrando como alvo dos pedidos pontuais das pessoas e cada um intercedendo junto a Deus na resolução de problemas específicos. É nessa variedade de santos com suas especialidades que se abre um espaço para o surgimento da figura do *devoto* que, cultuando um determinado santo, tem uma relação pessoal de fidelidade e confiança com o mesmo, uma vez que tem no santo de sua confiança um meio de solução para suas demandas:

- Santo Antônio – protetor dos namorados e auxílio para se encontrar objetos perdidos;
- Santa Luzia – Protetora dos nossos olhos;
- Nossa Senhora da Saúde – Protetora contra doenças;
- Nossa Senhora da Cabeça – Protetora do nosso cérebro;
- São Camilo de Lellis – Protetor dos doentes, dos enfermeiros, dos médicos e dos hospitais;
- Santa Edwiges – Protetora dos pobres e endividados;
- Santa Paulina – Primeira santa brasileira, protetora dos pobres e dos enfermos;
- São Sebastião – Protetor contra a fome, a peste, as doenças contagiosas e as guerras;
- São Benedito – Protetor dos negros e de todos os cozinheiros e cozinheiras;
- São Judas Tadeu – O santo das causas impossíveis e dos casos desesperados e aflitos;
- Santa Rita de Cássia – A santa dos casos impossíveis;
- São José – Protetor das famílias e de todos os trabalhadores.¹⁶⁴

A prática de cultuar santos, segundo Guttilla¹⁶⁵, foi um dos componentes que, na Antiguidade, contribuíram para a ampla difusão e o enorme sucesso do cristianismo no Ocidente. No meio social, entendemos que até hoje esses santos auxiliam na popularização do catolicismo.

¹⁶⁴ Cf. modelos de santinhos cedidos pela Editora Santo Expedito LTDA.

¹⁶⁵ GUTTILLA, Rodolfo Witzig. **A casa do santo & o santo de casa**: um estudo sobre a devoção a São Judas Tadeu, do Jabaquara. São Paulo: Landy Editora, 2006. p.37.

Mesmo analisando uma comunidade de Santo Expedito em Montes Claros, percebemos que este santo não tem um monopólio na vivência religiosa das pessoas que aí freqüentam. Os pedidos e as manifestações populares estão ligados também a outros santos, como vimos na tabela 3, onde percebemos 275 intenções de missas agradecendo por graças recebidas desses santos e 71 pedidos por sua intercessão. Essa característica no culto aos santos também foi identificada por Júlio César Moreno no seu estudo, em que elencou pedidos dirigidos também a Jesus Cristo, Nossa Senhora Aparecida, Deus, Nossa Senhora, Espírito Santo, São Judas Tadeu, Santa Filomena, Frei Galvão, Anjo da Guarda, entre outros.¹⁶⁶

Atualmente, percebemos na prática de cultuar os santos muitos elementos que retroalimentam sua difusão no Brasil, tais como os depoimentos, testemunhos orais e escritos de que conseguiram graças e milagres em suas vidas.¹⁶⁷

Nas últimas décadas, outro importante fator de retroalimentação tanto do culto aos santos como da prática do pedir é a ação de encomendar a impressão dos “santinhos” sempre quando se tem um pedido atendido, num ato de gratidão ao santo. Por trás dessas práticas há também outras razões que lhe são inerentes e capazes de explicá-las, como a busca de maior interiorização, as orações, a defesa de valores cristãos, entre outros fatores.

No caso da Renovação Carismática Católica, desde o seu surgimento, sem dúvida o elemento que mais bem tem realizada a expansão da sua ideologia no Brasil é a utilização de um grande aparato midiático na difusão do universo cristão, principalmente por meio da televisão e internet através da TV Canção Nova¹⁶⁸. Neste espaço, é possível identificar, até hoje, em sua programação a veiculação de pedidos pessoais com o mesmo teor dos que são nossas fontes.

O que se tem percebido nas últimas décadas é que o mercado tem trabalhado muito bem neste entrelaçamento entre fé e propaganda dos santos e valores cristãos, gerando,

¹⁶⁶ MORENO, **Op. Cit.**, p. 77.

¹⁶⁷ Julio César Moreno identifica em São Paulo outros meios de difusão da figura de Santo Expedito: o rádio, a rua, o jornal, a internet e, ainda, de mão em mão. Cf. MORENO, **Op. Cit.**, p. 88.

¹⁶⁸ “Em 8 de dezembro de 1989, a TV Canção Nova tornou-se uma realidade no Brasil, a qual atualmente conta com 5 produtoras instaladas nas cidades de: Cachoeira Paulista-SP, Aracaju-SE, Rio de Janeiro-RJ e Brasília-DF. A TV Canção Nova atinge todo o território nacional com seus sinais através de antenas parabólicas, 127 operadoras de TV a cabo e 396 retransmissoras. O sinal da TVCN consegue ainda atingir o continente americano, a Europa Ocidental, a África do Norte e Oriente Médio através do sistema de satélites e TVs a cabo. O progresso dessa obra também é viabilizado pela interatividade entre todos os seus sistemas de comunicação. Pois acompanhando os avanços tecnológicos, a Canção Nova reconhece a importância da Internet como um grande meio de comunicação, o qual possibilita essa interação. O Portal Canção Nova - www.cancaonova.com, que conta atualmente em média 5.000.000 de acessos mensais, tem levado através da Internet a “Palavra de Deus” a todas as pessoas do mundo”. MISSÃO CANÇÃO NOVA. Disponível em <<http://www.cancaonova.com/portal/canais/pejonas/textos.php?id=36>>. Acesso em: 02 set. 2008.

inclusive, grande lucratividade para seus atores. Livros, santinhos, *sites*, produtos religiosos, imagens, dvds e cds, tudo se mostra como fonte de riqueza e de difusão de um modo de pensar a vida, tal como Baczko entende:

Os meios de comunicação de massa garantem a um único emissor a possibilidade de atingir simultaneamente uma audiência enorme, numa escala até então desconhecida. Por outro lado, os novos circuitos e meios técnicos amplificam extraordinariamente as funções performativas dos discursos difundidos e, nomeadamente, dos imaginários sociais que eles veiculam.¹⁶⁹

No caso de Santo Expedito, a ação de empresários e “propagandistas” deste santo tem se mostrado como figuras otimizadoras da sua popularidade (e de outros santos) por todo o país. Na reportagem *Os santos da crise: os problemas financeiros levam cada vez mais brasileiros a pedir ajuda aos padroeiros das causas difíceis*, a Revista Época de 17 de maio de 1999 ressalta que o empresário Renato Tadeu Geraldês, dono de uma das maiores gráficas e editoras do país, especializada em imprimir santinhos e confeccionar artigos religiosos, deixou a situação de “falido” a partir do momento em que confiou e pediu ao santo para melhorar sua situação. A reportagem evidencia o impacto econômico em sua vida:

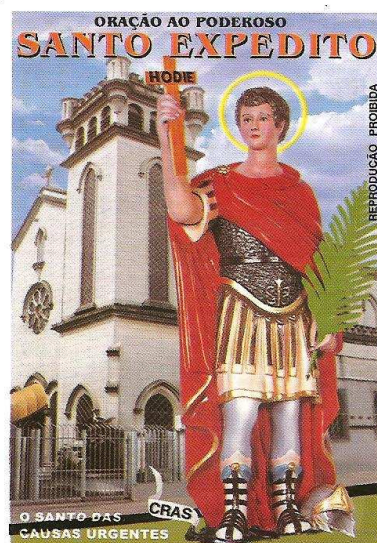
Na mesma proporção que cresce o número de fiéis, aumentam as cifras do comércio em torno de Santo Expedito. Um dos maiores empresários do setor é também um dos maiores devotos do santo romano. Em 1996, falido e com uma dívida de R\$ 1,5 milhão, Renato Tadeu Geraldês fez uma promessa para o santo das causas urgentes. “Consegui um emprego quatro dias depois. Então mandei imprimir 10 mil folhetinhos com a imagem e a oração do santo para agradecer”, diz. O gesto mudou a vida de Geraldês. Com o sucesso de seus santinhos coloridos, montou a gráfica e a editora Santo Expedito, em que trabalham 35 pessoas. No ano passado, vendeu 18,7 milhões de folhetinhos. O futuro é promissor: ele espera superar a marca de 76 milhões neste ano. Cada milheiro é vendido a R\$ 38.¹⁷⁰

Nos santinhos de Santo Expedito, há informações que nos fazem entender o poder de difusão dessa prática de publicá-los. No verso da imagem do santo, uma oração tem como foco central os problemas pessoais da pessoa e, principalmente, um espaço destinado para seu pedido. A idéia de que ela não seja capaz de resolver seus problemas sozinha está incutida no imperativo “ajuda-me”. Finalmente, a difusão da prática do pedir e de cultuar o santo ganha espaço ainda nos dizeres “Em agradecimento, hoje mando imprimir e distribuir 1000 orações, para propagar os benefícios e devoção ao poderoso SANTO EXPEDITO”, conforme a figura 2¹⁷¹.

¹⁶⁹ BACZKO, Op. Cit., p.313.

¹⁷⁰ OS SANTOS da crise. **ÉPOCA**, edição nº 52, 17 de maio, 1999.

¹⁷¹ Júlio César Moreno em seu trabalho sobre a devoção a Santo Expedito na cidade de São Paulo mostra 15 estampas diferentes de Santo Expedito, evidenciando que a diversidade iconográfica é uma marca na propagação da figura do santo no Brasil.



ORAÇÃO A SANTO EXPEDITO

Festa 19 de Abril. Comemora-se todo dia 19.

Se você está com algum PROBLEMA DE DIFÍCIL SOLUÇÃO e precisa de AJUDA URGENTE, peça esta ajuda a Santo Expedito que é o Santo dos Negócios que precisam de Pronta Solução e cuja invocação nunca é tardia.

ORAÇÃO - Meu Santo Expedito das Causas Justas e Urgentes, Socorre - me nesta Hora de Aflição e Desespero, interceda por mim junto ao Nosso Senhor JESUS CRISTO. Vós que sois um Santo Guerreiro, Vós que sois o Santo dos Afritos, Vós que sois o Santo dos Desesperados, Vós que sois o Santo das Causas Urgentes, Proteja - me, Ajuda - me, Dai - me Força, Coragem e Serenidade. Atenda ao meu pedido" **FAÇA O PEDIDO** " Ajuda - me a superar estas Horas Difíceis, proteja - me de todos que possam me prejudicar, Proteja a Minha Família, atenda ao meu pedido com urgência. Devolva - me a Paz e a Tranquilidade. Serei grato pelo resto de minha vida e levarei seu nome a todos que tem fé. Muito Obrigado.

Rezar 1 Pai Nosso, 1 Ave Maria e fazer o Sinal da Cruz.

Em agradecimento, hoje mando imprimir e distribuir 1000 orações, para propagar os benefícios e devoção ao poderoso SANTO EXPEDITO.

Mande imprimir você também logo após o pedido.

IMPRESSOS UNIDOS PELA FÉ - FAÇA SUA ENCOMENDA

R\$ 37,00 o milheiro e ganhe 4 medalhas e 2 imagens de bolso abençoadas

Ligue Grátis: 0800 55 4116 ou (0xx11) 6731-2852

Entregamos em todo o Brasil + taxa de correio

preço sujeito a alteração

Figura 2 – Santinho de Santo Expedito

Fonte: Editora Santo Expedito, s.d.

Acreditamos, entretanto, que, por si só, as características destes impressos não explicam a popularidade e difusão da devoção a Santo Expedito. Há outros elementos que já citamos, de ordem conjuntural, que formam o cenário com que tal popularidade se deu na década de 1990. Crise econômica, necessidades básicas na vida da população, dificuldades de se conseguir emprego, dentre tantos outros problemas, se mostram como fatores importantes para se entender a busca neste santo que trata as causas urgentes como prioridade. A Revista Veja de 17 de março de 1999 traz uma matéria interessante capaz de nos fazer entender essa vinculação existente entre situação econômica (pessoal e do país) e a busca de solução que as pessoas têm nos santos:

Desemprego, juros altos, inflação — quando a crise ameaça empurrar os brasileiros para o abismo, cada um se agarra ao que pode. A tábua da salvação de um número cada vez maior de desesperados é Santo Expedito. *Expeditus*, do latim, disponibilidade, rapidez. O santo da vez é o padroeiro das causas urgentes. Com a mão direita, ele carrega uma cruz, em que se lê a palavra latina *hodie*, hoje. Com o pé direito, esmaga um corvo, a representação do mal, que crocita *cras*, amanhã. A vida tem pressa. As graças têm de ser alcançadas agora. Já. O culto à imagem do militar romano do século IV está por todo o país. Pelas esquinas das grandes cidades espalham-se faixas: "Agradeço a Santo Expedito pelas graças alcançadas". Folhetos impressos com a imagem e a oração ao santo são distribuídos com frequência semelhante àquela com que se entregam panfletos de anúncios imobiliários nos sinais de trânsito. Em dois anos, a produção de "santinhos" mais que dobrou. Dezoito milhões apenas em 1998. Até o final deste ano deverão ser 72 milhões. A última festa de Santo Expedito, realizada todo 19 de abril, reuniu 100.000 fiéis só em São Paulo. Para conseguir um assento na Capela de Santo Expedito, no centro da cidade, foi preciso chegar com mais de uma hora de antecedência. Paróquias com o nome do militar estão sendo construídas em Juazeiro do Norte, no Ceará, e em Brasília. Na editora Loyola, especializada em

títulos religiosos, a biografia de Santo Expedito é uma das campeãs de vendas. Dez mil exemplares em um ano.¹⁷²

Segundo Julio César Moreno, em termos históricos, a popularidade de Santo Expedito, no caso de São Paulo, ocorreu especificamente nas décadas de 80 e 90, sendo sua propagação realizada em especial pelo rádio, de fácil acesso, e ainda por meio do material reproduzido pelas devotas e devotos.¹⁷³

Os fenômenos da busca, da confiança e da devoção neste santo mostram-se significativos na história recente do país, não se restringindo a uma cidade ou a uma região específica. O que ocorre em grandes centros como São Paulo e em Brasília-DF, como a reportagem explícita, também acontece em Montes Claros, onde, a cada ano, um maior número de fiéis participa das festividades no dia 19 de abril e nas quais é possível perceber uma íntima e pessoal relação com o santo, como ressalta a senhora Dulce Amorim Araújo, líder ativa da comunidade Santo Expedito, que reafirma sua familiaridade com o santo, considerado por ela como um parente ou um irmão mais velho.¹⁷⁴

Segundo Roberto Damatta,

Nós, brasileiros, temos intimidade com certos santos que são protetores e padroeiros, nossos santos patrões; do mesmo modo que temos como guias certos orixás ou espíritos do além, que são nossos protetores. A relação pode ter forma diferenciada, mas a sua lógica estrutural é a mesma. Em todos os casos, a relação existe e é pessoal, fundada na simpatia e na lealdade dos representantes deste mundo e do outro.¹⁷⁵

Entendemos que a característica da pessoalidade nessa relação com os santos é análoga, sob alguns aspectos, à presente na relação tecida com os vereadores. Notamos que os pedidos dirigidos a estes são de cunho particularista, numa constante busca da resolução dos problemas pessoais ou do grupo a que a pessoa pertence.

No contato com pedidos escritos feitos a Santo Expedito, visualizamos essa característica em quase todos, como o realizado por uma mulher:

Santo expedito, peço a vós bênçãos p/ toda minha família em especial p/ meu pai, mãe e irmãos e sobrinhos. Peço a vós por mim p/ que o sonho pela intercessão se Jesus me ame e liberte de todas as enfermidades de corpo e alma. Peço também por essa prova que eu e meu irmão iremos fazer que o santo Expedito interceda junto a vós p/ sermos vitoriosos p/ honra e glória do Senhor Jesus. Amém.¹⁷⁶

¹⁷² JUNQUEIRA, Eduardo; CARDOSO, Rodrigo. O Santo da vez: Com a crise econômica cresce a devoção a Santo Expedito, o padroeiro das causas urgentes. **Veja**. n. 589, 17 mar, 1999.

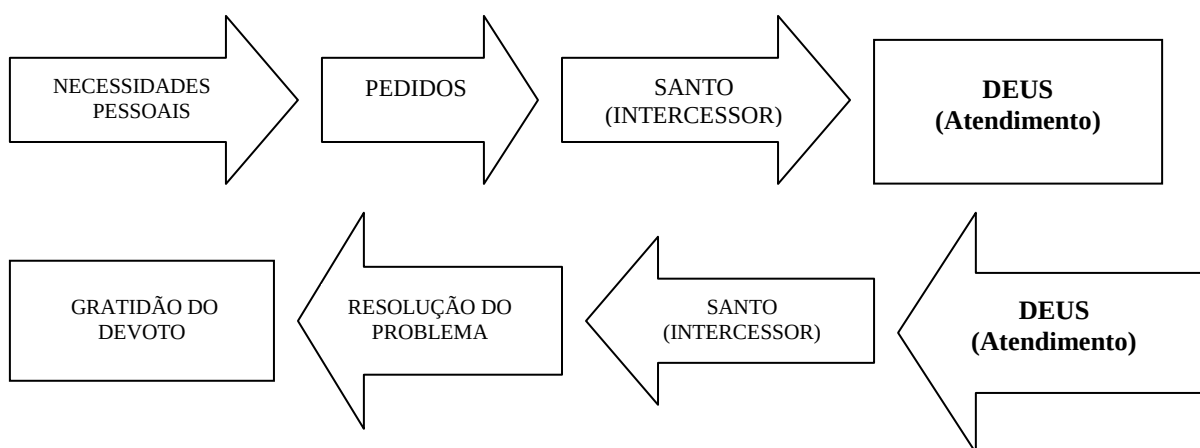
¹⁷³ MORENO, Op. Cit. p. 5.

¹⁷⁴ Entrevista concedida pela devota de Santo Expedito Dulce Amorim Araújo no dia 16 de agosto de 2008, em sua residência no bairro D. Guilhermina.

¹⁷⁵ DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** São Paulo: Rocco, 1986. p.114-115.

¹⁷⁶ Bilhete de pedido a Santo Expedito.

Verificando a dinâmica presente na relação entre as pessoas e os seus santos de confiança (e ainda a fonte do atendimento, Deus), elaboramos o seguinte esquema que traz a idéia de um processo que se inicia nas necessidades ou demandas pessoais, passa pelo atendimento ou solução das mesmas e que finaliza na gratidão daquele que é atendido:



Esquema 01 – Relação Devoto X Santo X Deus

Fonte: Elaboração de Roberto Mendes Ramos Pereira.

Um fator a se destacar é que esse esquema não pode ser tomado como uma estrutura rígida em que todos os passos acontecem sucessivamente de modo ordenado. Nem sempre o santo aparece nos discursos dos fiéis, mostrando que os pedidos são feitos de modo difuso, ora para um santo, ora para outro, ora para vários ao mesmo tempo, ora para Deus diretamente.

É através dessa relação em que a confiança da pessoa se cristaliza no pedido feito e em que a gratidão é uma forma de retribuir a necessidade sanada, resultando, assim, no estabelecimento de um forte vínculo e de uma fidelidade inquestionável por parte do devoto, que podemos compreender o processo descrito por Marcel Mauss¹⁷⁷ no que se refere às dádivas. Segundo ele, a dádiva produz a aliança, seja esta religiosa, política, matrimonial, etc. Compreendemos, a partir de Mauss, que quando se recebe algo, uma pessoa o recebe e tem a obrigação de retribuir, fenômeno que nos faz entender as práticas que envolvem gratidão, reconhecimento e fidelidade em relação a quem oferece.

Essa aliança se mostra claramente no depoimento das várias pessoas entrevistadas que, tanto na entonação quanto no conteúdo das suas falas, ressaltam uma enorme confiança e fidelidade a Deus e aos santos de devoção, através dos quais é possível obter proteção e

¹⁷⁷ MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, p.66.

segurança nesta vida, como percebemos neste relato da jovem Valdinéia Almeida, pertencente ao grupo de oração da comunidade Boanerges, que diz: “Acredito no auxílio dos santos, dos anjos, dos arcanjos, todos, são Miguel, da proteção de todos os anjos que Jesus mandou pra gente, todos os dias rezo pro Divino Espírito Santo pra me sentir segura e protegida”.¹⁷⁸

Se no campo religioso há uma presença bastante significativa da fé e da confiança em relação aos santos e a Deus, elas nem sempre são identificadas no discurso das pessoas em relação ao campo político, como fica claro no relato da senhora Maria Suzana Medeiros:

Olha, eu não me envolvo muito (...). Os políticos de Montes Claros de um modo geral eles não vêem os problemas das pessoas necessitadas, eles não vêem as necessidades, não só as pessoas de nível, né, mas acho também as pessoas de um modo geral. Eles não vêem, assim, eu não tenho perspectiva pra ninguém, não. Lá é eu, eu, eu, eu, só eu. Estão pensando no bem-estar deles e não do povo, não do próximo, não da comunidade, não da sociedade. Se fazem alguma coisa, são poucos que fazem, muito pouco. Eu pelo menos, eu to tendo pouca confiança neles. Eu não confio.¹⁷⁹

É sobre esse embate entre confiança no político (o vereador, no caso) e confiança no santo, que percebemos um contraste bastante significativo que nos faz pensar as representações das pessoas nestes campos. Nas falas das 14 pessoas que entrevistamos, sejam membros de grupos religiosos ou não, coletamos os seguintes enunciados:

Pessoa entrevistada	Relatos sobre os santos (ou Deus)	Relatos sobre os políticos
Irmã Rejane	Eu acredito na intercessão dos santos na resolução dos nossos problemas, mas eu acredito que nada a gente consegue sem esforço, existe a nossa parte (...).	Olha, eu tenho uma visão muito positiva da política. Eu creio que tem muitas pessoas que têm a vocação à política. Porque uma coisa é ter a vocação à política, outra coisa é ter a “aproveitação”, querer aproveitar da situação, né?
Dona Wilma	(...) Nossa Senhora mesmo, que é a que eu mais peço. Graças a Deus, todas as coisas que eu já pedi até hoje eu já consegui alcançar.	Não gosto de política. Eu acho, sabe, que os políticos deviam ter mais vergonha e trabalhar, sabe.
Senhor Antônio	Confio em Deus. Sou católico, apostólico, romano. Confio em Deus. Minha mãe era devota de Nossa Senhora da Aparecida, mas eu mesmo não tinha a fé assim.	(...) hoje se você falar em política, as pessoas tão correndo, as pessoas estão se decepcionando tanto com a corrupção e por incrível que pareça ta difícil sim, você acertar, né?
Maria Suzana Medeiros	E aí quando eu orei pedindo ajuda e obtive resposta, a partir daí eu..., né? Comecei a acreditar	Os políticos de Montes Claros de um modo geral eles não vêem os problemas das pessoas necessitadas, eles não vêem as necessidades

¹⁷⁸ Entrevista concedida pela cidadã Valdinéia Almeida no dia 19 de agosto de 2008, em sua residência no bairro Dona Gregória.

¹⁷⁹ Entrevista concedida por Maria Suzana Medeiros no dia 05 de agosto de 2008, na Casa de Recuperação e Promoção Humana Boanerges.

	mais, a ter mais fé nele.	(...)
Elton Rodrigues Alckmin	Eu procuro em Deus tudo o que Ele puder me ajudar. Acredito porque só Ele pode ajudar a gente de verdade.	Aqui pra mim fica difícil, um chega diz uma coisa, o outro fala outra (...).
Mardeni I. de Cordeiro Neto	Acredito. Nossa Senhora, Santo Antonio, São Sebastião, depende da fé da pessoa. Já consegui muitas graças, de Deus, Nossa Senhora, São Sebastião, Santo Antônio.	Eu não conheço eles direito. Nunca procurei nenhum vereador pra nada. As vezes eles prometem uma coisa e não cumprem.
Alice Ferreira da Costa	Acredito. Quem manda é Deus, mas ele intercede.	Política não rola não, só quer o bem deles só.
Renata Rodrigues de Oliveira	(...) eu tenho muita fé em santa Rita de Cássia. Tudo o que eu peço pra ela, eu recebo a graça.	Aí é igual eu te falei, eu não tô tendo vontade de votar pra ninguém. Pra ninguém mesmo porque a gente ta passando por uma situação difícil, na hora que você precisa você não acha apoio.
Dona Dulce	Acredito em vários santos, né? Tenho muita devoção a São Geraldo, São Judas, Nossa Senhora, né? E as graças eu sei que a gente só consegue através de Deus mesmo, né? Mas eles dão uma forcinha, né? Intercede lá por nós. Agiliza mais um pouquinho.	(...) tem muito vereador aí que tem muito tempo que ta na política e alguns fazem alguma coisa e os outros não fazem nada, né?
Valdinéia Almeida	Acredito no auxilio dos santos, dos anjos, dos arcanjos, todos são Miguel, da proteção de todos os anjos que Jesus mandou pra gente, todos os dias rezo pro Divino Espírito Santo pra me sentir segura e protegida.	Eu acho que a política tem duas faces, acho a política bem suja, porque na época da política você vê muita coisa, todo mundo prometendo, mas depois que passa o período eleitoral, todo mundo some.
Maria do Carmo	Quando vou fazer um curso, sempre tive dificuldades, então eu coloco, às vezes, eu ate procuro o santo para interceder, eu procuro Nossa Senhora ... as vezes eu pego até muito no pé, então acredito por isso muitas graças foram acontecendo na mesma hora que eu pedi (...).	(...) Pelo que a gente vê, as promessas são sempre as mesmas. (...) daqui a pouco a gente perde as esperanças naquele ali (...)
Nádia Vianna de Souza ¹⁸⁰	Acredito em Deus, em Jesus Cristo, na solução dos problemas. Jesus é o caminho, se você tem Jesus, você tem a solução.	A política em si, tem muita gente, tem muitos que vão pra trabalhar mesmo, que estão ajudando a população, e tem aqueles que vão e que não vai com este interesse de ajudar a população, que é um pouco complicado. Tem muita gente que está decepcionada, que você espera algo e esse algo nunca vem.
Maria Suely	Acredito. Em Nossa Senhora, né, a nossa mãe, como ela me carregou nos braços, acho que como ela me carrega, todos os dias eu consagro ele (filho) a ela, que ela cobre com o manto	A política, eu não se falar de política, né, porque eu não entendo quase nada de política, mas pelo que a gente vê (...) hoje em dia o que as pessoas querem é o que? É dinheiro, é ganhar carro, é estar bem com eles mesmos, (...) é corrupção, é desonestidade, o que a

¹⁸⁰ Nome fictício, pois a entrevistada não quis se identificar.

	sagrado (...)	gente vê é isso aí. Eu não tenho mais esperança em político, eu não tenho.
Maria	Acho que acima de tudo tem Deus, e acima de tudo tem que saber o primeiro.	Eles só correm muito atrás nessa época. Passou, eles não fazem muita coisa, assim, não pelas outras pessoas, mas pelos menos favorecidos, entendeu?

Quadro 02 - Comparativo: confiança nos santos e nos políticos

Fonte: Elaboração de Roberto Mendes Ramos Pereira, a partir das entrevistas realizadas.

Analisando os dados elencados no quadro acima, podemos notar duas visões antagônicas sobre a confiança. Em termos gerais, as pessoas não confiam nos políticos como fazem em relação aos santos. A sensação de atendimento na esfera religiosa parece lhes conferir, na visão popular, uma legitimidade fundada na fé e na esperança de que suas orações e pedidos são ouvidos. O teólogo Mario Sergio Cortella faz uma leitura interessante sobre essa busca popular:

Algumas religiões construíram a sua história sobre a idéia da espera. Espere e receberás. Aguarde e alcançará. Portanto, movidos por uma paciência religiosa tecida pouco a pouco. Mas o tempo contemporâneo, especialmente no Ocidente, não tem mais tempo. Deste ponto de vista, não é a toa que várias religiões [acrescentamos aqui as manifestações de devoção aos “santos da crise”, como Santo Expedito] que estejam aparecendo hoje sejam religiões da prosperidade imediata. Aquela em que eu busco não só a salvação da vida eterna, mas eu busco o emprego agora, a obtenção da casa própria.¹⁸¹ (comentário grifado nosso)

No entanto, do outro lado, no campo político, o que se vê é um desânimo e desconfiança popular em relação a vereadores, deputados, prefeitos, todos colocados num mesmo patamar, a classe política. Este é o mesmo desânimo relatado por Pierre Ansart que, percebendo um acirramento dos desejos e das insatisfações pessoais em nossas sociedades pluralistas, identifica em meios às pessoas um mal-estar que se espraia em diversos espaços sociais. Segundo o autor, “os limites, os fracassos tendem a serem experimentados como rejeições, agressões, injustiças”.¹⁸² Acreditamos ser esta a chave de interpretação para a descrença das pessoas em relação aos políticos, já que o não-atendimento gera insatisfação, que por sua vez leva à descrença.

Essa falta de confiança nos políticos foi confirmada numa pesquisa de opinião¹⁸³ realizada pelo Instituto de Pesquisa IBOPE entre os dias 18 e 22 de agosto de 2005, quando

¹⁸¹ CORTELLA, Mario Sérgio. Sacrifício e recompensa: até que ponto vale a pena se sacrificar hoje para ter uma recompensa mais tarde? **Fantástico**. Rede Globo de Televisão. Edição do dia 30.09.2007. Disponível em < <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA1643871-4005-737124-0-30092007,00.html>>.

Acesso em: 20 ago. 2008.

¹⁸² ANSART, **Op. Cit.**, p. 59.

¹⁸³ IBOPE Opinião. **Confiança nas Instituições**. Disponível em <http://www.ibope.com.br/opp/pesquisa/opiniaopublica/download/opp098_confianca_portalibope_ago05.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2008.

foram entrevistados 2.002 eleitores em 143 municípios do país. Como explicitado no quadro a seguir, notamos que a disparidade entre os que confiam e os que não confiam é extrema, dado significativo para nossa análise das representações populares sobre os políticos.

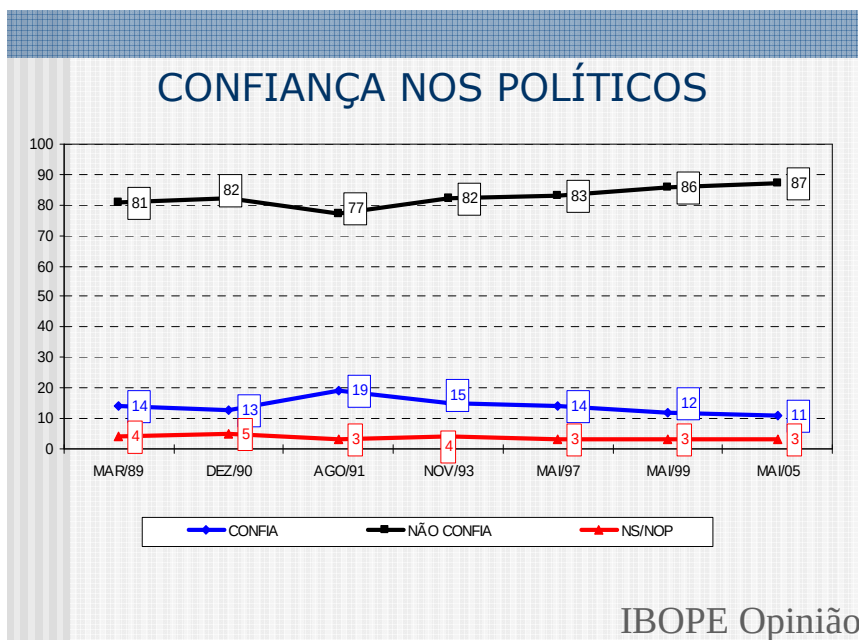


Figura 03 - Índice de Confiança nos Políticos no Brasil

Fonte: IBOPE Opinião

Um Jornal de Montes Claros publicou uma matéria que retrata o mesmo quadro quanto à confiança popular nos políticos. Realizada pelo Instituto Vox Populi entre 27 de junho e 6 de julho de 2008, a pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, essa pesquisa mostra que 82% dos eleitores acreditam que a maioria dos políticos eleitos não cumpre promessas feitas realizadas em campanha e que 85% consideram a política como uma atividade que só beneficia os próprios políticos.¹⁸⁴

Num retorno ao universo religioso, o que percebemos é que tal representação de descrédito não existe. Pelo contrário, a esperança de que o atendimento do pedido vai ser realizado é tão enraizada no imaginário das pessoas, que o que se percebe nas manifestações religiosas é a constância e a insistência de se pedir para o santo ou a Deus o que elas anseiam. Foi o que ficou evidente no depoimento da senhora Suzana que, questionada sobre a sua desistência se seu pedido não fosse atendido por Santo Expedito, disse: “Mesmo se eu não

¹⁸⁴ JORNAL DE NOTÍCIAS. **Maioria dos eleitores não acredita em eleições limpas**. Montes Claros. Ano XIX. n.5262. 14 ago. 2008.

conseguisse, eu ficaria ainda com aquela esperança, sabe, nunca iria desistir. (...) Se eu obtive a cura, foi que Deus achou que através dele, Santo Expedito, eu merecia”.¹⁸⁵

Neste discurso, há, pois, uma noção clara de que Deus é infalível e de que o não atendimento do pedido é por demérito do pedinte, jamais de Deus ou do Santo. No caso dos vereadores, não se questiona méritos, mas, no oportunismo do jogo político, a demanda não atendida explica-se por demérito ou por má vontade do intercessor, gerando raiva do solicitante. De certa forma, confiar em Deus mostra-se como uma necessidade para quem busca confiar nos seus próprios méritos como cristão. Confiar no político, contudo, é ingenuidade de quem já está em alerta para o “jogo impuro” das trocas de favores.

Sobre tal confiança, fizemos algumas considerações sobre as idéias coletadas através das entrevistas realizadas. Um primeiro dado que achamos relevante na visão popular em relação aos santos ou a Deus foi a sensação de certeza da pessoa sobre o atendimento de sua necessidade. Em outras palavras, percebemos que a explicação dada ao atendimento é direcionada ao santo ou Deus, e não por outro meio. Expressões como “Graças a Deus, todas as coisas que eu já pedi até hoje eu já consegui alcançar”, “quando eu orei pedindo ajuda e obtive resposta”, “acredito porque só Ele pode ajudar a gente de verdade”, “tudo o que eu peço pra ela, eu recebo a graça”, “e as graças eu sei que a gente só consegue através de Deus mesmo, né?”, revelam um traço comum na forma de se dirigir aos santos ou a Deus e que se mostra significativo para compreendermos vários fatores presentes nas práticas religiosas observadas: a frequência das visitas e dos pedidos feitos a eles, a esperança de que uma hora seu pedido será atendido, a fidelidade e os sacrifícios feitos como formas de provar a veracidade de seu pedido e da sua necessidade, dentre outros.

Outras expressões coletadas também trazem um sentido no discurso dessas pessoas. A idéia de que o santo “agiliza mais um pouquinho” um atendimento, por exemplo, evidencia uma visão clara de como o devoto enxerga o santo, intercedendo junto a Deus o atendimento de um pedido. Noutro ponto, enquanto uma pessoa acredita na responsabilidade de ela também ter um papel ou uma função para que o pedido se realize, argumentando que “nada a gente consegue sem esforço, existe a nossa parte”, outra pessoa coloca os problemas nas mãos dos santos e mostrando que “às vezes pega até muito no pé”.

As representações sobre o atendimento dos pedidos no campo religioso são variadas e diversas nas suas formas, mas traz consigo essa concepção de um atendimento pontuado e

¹⁸⁵ Entrevista concedida por Maria Suzana Medeiros no dia 05 de agosto de 2008, na Casa de Recuperação e Promoção Humana Boanerges.

certo por parte dos santos e Deus, mesmo que este demore. Eis a razão de ser da esperança nesta esfera.

No mesmo quadro em que essas representações são expressas, a visão negativa das pessoas em relação aos políticos é exposta em expressões carregadas de sentido e que, de certa forma, explicam a distância que a população tem para com aqueles que poderiam ter mais credibilidade enquanto representantes populares. Neste sentido, visualizamos expressões com o sentido comum da descrença: “os políticos de Montes Claros de um modo geral eles não vêem os problemas das pessoas necessitadas”, “às vezes eles prometem uma coisa e não cumprem”, “na hora que você precisa você não acha apoio”, “tem muita gente que está decepcionada, que você espera algo e esse algo nunca vem”, “eu não tenho mais esperança em político”.

O poder que tais representações possuem no meio social parece ter reflexo direto na transformação das práticas sociais. Analisando como uma idéia pode resultar num comportamento, vemos que tais representações negativas em torno do político fazem as pessoas até mesmo a abrirem mão do direito de votar¹⁸⁶, como expressam a senhora Wilma e a jovem Renata Rodrigues:

Mas hoje em dia, eu fora de brincadeira, eu vou lá votar por votar, porque não vou com um pingão de vontade de votar, porque eu acho que todos os que entram, não adianta, eles acabam caindo assim, não é, na tentação (...) eu não sei o que é que acontece, que não vê um que...um prefeito, vamos supor, se ele entra, que ele não rouba.¹⁸⁷

Como diz mãe, é só dando murro em ponta de faca mesmo. Vai atrás de um, nada, atrás de outro, nada. Então acaba deixando pra lá, né? (...) Aí é igual eu te falei, eu não to tendo vontade de votar pra ninguém. Pra ninguém mesmo porque a gente tá passando por uma situação difícil, na hora que você precisa você não acha apoio.¹⁸⁸

Interessante foi notar isso: que os políticos são constantemente associados à corrupção, à apropriação indevida dos recursos públicos, numa visão em que todos os políticos são colocados num mesmo patamar e por meio de expressões que revelam um sentimento de raiva e de impotência por parte do cidadão comum:

¹⁸⁶ Esse assunto abre espaço para a polêmica da obrigatoriedade do voto, analisada pelo ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Walter Costa Porto. Para ele, a obrigatoriedade do voto só é estabelecida no Brasil na constituição de 1934 (e apenas para mulheres e homens com função pública remunerada), não sendo possível identificá-la nas cartas magnas anteriores. Já a constituição de 1946 obriga o voto para os brasileiros de ambos os sexos, sendo reiterada pelas constituições seguintes. PORTO, Walter Costa. **O voto obrigatório no Brasil**. 17/ 08/ 2006 - ELEIÇÕES 2006. Disponível em <<http://www.secom.unb.br/artigos/at0806-05.htm>>. Acesso em: 9 set. 2008.

¹⁸⁷ Entrevista concedida por Wilma Trindade Moreira no dia 08 de agosto de 2008, em sua empresa (Loja Varejista de Máquinas).

¹⁸⁸ Entrevista concedida pela cidadã Renata Rodrigues de Oliveira no dia 16 de agosto de 2008, na sua residência localizada no bairro Santos Reis.

Acho que minha maneira de pensar tá quase que em geral, porque hoje se você falar em política, as pessoas tão correndo, as pessoas estão se decepcionando tanto com a corrupção e por incrível que pareça tá difícil sim, você acertar, né? Os políticos estão conversando tão bem, mediante a frente com você, mas tá parecendo que tá tendo tipo um espelho e você tá ficando tão descrente que tá... entendeu...o pessoal não tá tendo mais aquele interesse. Antigamente o pessoal gritava “é fulano, é sicrano”. É igual a gente acabou de falar “uma andorinha bagunça o negócio todinho”. Porque se um faz, talvez você coloca todo mundo é quase num quadro. Ou às vezes o trem vai pegando e vai puxando aquela cordinha, você vai comigo, se você não vai, você fica, se você não for, você é gelado, deixa o cara pra escanteio, então você é obrigado. É igual nós tivemos aqui na nossa cidade, aqui na câmara, teve um caso, não vou dizer diretamente, teve um caso¹⁸⁹ que me parece que a Polícia Federal teve que pegar até nego, os vereadores saltando muro, de um problema que teve no correio, então vê se pode acontecer isso? Sei lá. A cidade chegar a esse ponto. Tô dizendo aqui, pra não dizer mais, né, porque de Brasília pra lá nós não podemos nem.... e tá chegando ao ponto que você, a gente tá vendo as coisas acontecer e vamos dizer que, a nossa justiça não sei o que está acontecendo: “tá tudo bem, eu não vi, eu não sei, até que, a lei nos revela, até que prove o contrário, eu não posso estar te julgando”.¹⁹⁰

É nesta junção de dados que notamos uma ligação quase imperceptível entre essas duas formas de atendimento, pela via política e religiosa: a co-existência das duas num mesmo espaço social mostra que elas não se excluem, mas compartilham e são alvo das necessidades, anseios e pedidos populares. No entanto, a forma como cada um destes campos atende (ou não) a eles é que resultam na construção social de representações distintas que se reafirmam historicamente no discurso e nas práticas das pessoas no cotidiano.

As diversas práticas religiosas percebidas no contato com as pessoas, dentre elas citamos as orações, rezas de terços e rosários, escrita de pedidos, cerimônias de queima de pedidos, procissões, missas, dentre outras, mostram-se, como entende Roger Chartier, como formas de representação que uma sociedade faz de si mesma, fator que permite conhecê-la.¹⁹¹ Isso nos possibilita entender que a Montes Claros da década de 1990, que pouco mudou em relação aos dias atuais, apresentou sua razão de ser não apenas pelos fatores econômicos, sociais e políticos, também através pelas ações desenvolvidas neste campo cultural, que é o espaço em que a religiosidade do povo toma forma. Rezar, escrever pedidos a Deus e aos santos, criar rituais em torno desses pedidos, tudo isso compõe a realidade deste espaço investigado e que diz muito sobre a história da sociedade analisada.

¹⁸⁹ O entrevistado refere-se ao fato ocorrido em Montes Claros em 2006, assim propagado pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal no seu site: “Operação Pombo Correio: Vereadores presos em Montes Claros – A Polícia Federal prendeu na manhã de ontem oito dos 15 vereadores de Montes Claros, no Norte de Minas, na Operação Pombo Correio. Eles são suspeitos de usar notas fiscais frias e documentos adulterados no desvio de recursos públicos para receber verba indenizatória de gabinete. (...)”. Disponível em < <http://www.adpf.org.br/modules/news/article.php?storyid=14732>>. Acesso em: 09 set. 2008. (A matéria foi publicada no Jornal Estado de Minas em 06 de julho de 2006).

¹⁹⁰ Entrevista concedida pelo senhor Antônio Rodrigues no dia 06 de agosto de 2008, na casa de uma senhora moradora do bairro Joaquim Costa, após a reunião de campanha eleitoral de um vereador.

¹⁹¹ CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1998.

Após todas essas análises, somos capazes de responder ao questionamento sobre qual o sentido da força desses fenômenos religiosos onde as demandas populares são os elementos centrais dos encontros, no caso, estes fenômenos ligados ao culto de Santo Expedito e à Renovação Carismática Católica.

O fato de nem sempre os campos político e econômico proporcionarem satisfação às pessoas fez com que estas buscassem, a seu modo, na esfera religiosa, uma solução para seus problemas, na qual inclusive emana a possibilidade do imponderável, do impossível. Mais que isso: o sentido da força dessa busca pessoal nos santos e nos encontros religiosos está numa lógica que está além da racionalidade humana. Os pedidos feitos a Deus e aos santos ganham razão de ser na fé, na confiança e na esperança do atendimento. Esses elementos geram fidelidade e cumplicidade entre o fiel e o santo, entre o fiel e Deus, importantes fatores para a propagação e a difusão da mesma prática no tecido social. Fundamentando-nos num autor para melhor explicarmos o que dissemos aqui, apoiemo-nos nas palavras de Maria Clara Tomaz Machado:

Crer numa ordem superior pode, muitas vezes, não significar apenas aceitação, sublimação ou alienação do real vivido. A fé no imponderável pode tanto revelar uma forma de sobreviver à exploração, à espoliação, quanto pode ser uma tática de recusa à ordem estabelecida, às estratégias impostas. A graça que se obtém pela fé pode significar no imaginário popular apenas uma maneira encontrada pelo Criador para amparar a criatura em suas aflições terrenas, como pode, também, ser um estratagema, quem sabe inconsciente, dos dominados, numa tentativa de inverter as regras do jogo.¹⁹²

Numa comparação ao campo político, percebemos que os pedidos dirigidos ao campo religioso são, em muitos aspectos, os mesmos. Diferenciam-se, no entanto, no poder deste espaço responder mais diretamente às necessidades das pessoas e, principalmente, ao poder extremo de reforçar os laços entre aquele que tem uma necessidade (o fiel) e o que o atende nas suas demandas (santos ou Deus). Esse dado nos faz confirmar uma hipótese central neste estudo, que é a de que as demandas e o atendimento a elas geram a devoção e muitas formas de laços afetivos, capazes de reproduzir noutras pessoas a mesma prática do pedir, uma vez que pedidos atendidos reforçam a imagem de bem-feitor.

¹⁹² MACHADO, Maria Clara Tomaz. Religiosidade no cotidiano mineiro: crenças e festas como linguagens subversivas. **História & Perspectivas**. Uberlândia: EDUFU. n. 22, Jan/Jun, 2000, pp.217-218.

CAPÍTULO 3

AS REDES DE CONTATO

Após discutir a prática do pedir na relação entre a população e os vereadores do município de Montes Claros, válida é a tarefa de procurar entender o alcance desses pedidos, basicamente no seu poder de gerar e reforçar laços entre as partes envolvidas, além de se estender a outros personagens que compartilham da mesma lógica, formando-se, assim, uma rede de contatos entre vereadores, prefeito, deputados estaduais, deputados federais, entidades públicas, empresas privadas e membros do Governo Federal.

Os pressupostos dos quais partimos é que os vereadores não possuem nem um capital financeiro capaz de dar conta da totalidade das petições oriundas da população nem a competência legal de, ele mesmo, sanar as demandas que lhe são propostas, como confirmamos no capítulo anterior.

Apesar de essa dificuldade no âmbito financeiro existir, entendemos, a partir das próprias falas dos vereadores, que uma resposta negativa tende a não ser utilizada nesta relação com as pessoas que lhes procuram. Acreditamos que esta postura é adotada porque seu capital político depende fundamentalmente da manutenção desse contato, reforçado pelo atendimento. Nesta direção, notamos que um “não” dado pelo político poderia significar uma quebra da relação entre o pedinte e o vereador ou, na pior das hipóteses, que aquele recorra a outro vereador e que a este se alie, após a satisfação do seu pedido. Em termos de impacto político, isso significaria a perda de um eleitor de fato, ou no mínimo, em potencial.

Bezerra traduz bem o que ocorre no meio político quando trata do atendimento aos pedidos pessoais entre lideranças políticas locais e deputados e senadores:

Se as mediações são efetuadas, sobretudo, em favor daqueles com os quais já se tem um compromisso, atender a um pedido de uma liderança com a qual não existe um vínculo político pode ser uma oportunidade para o estabelecimento de novos laços. O atendimento do pedido torna-se uma estratégia de aproximação e, inclusive, de limitação das ações do inimigo.¹⁹³

Mas, se é evitada a resposta negativa àquele que lhe vem em busca de auxílio, como, então, atender aos seus pedidos? Encontramos um sinal para uma resposta condizente com a realidade no depoimento de um vereador, o qual confirma o encaminhamento do pedido a outras pessoas que podem lhe ser úteis dentre aquelas de sua rede de contatos, principalmente

¹⁹³ BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”**: Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1999. p. 112.

às que integram os ditos “órgãos competentes”, com satisfação do solicitante¹⁹⁴ Analisando a procura de prefeitos e lideranças locais junto ao Congresso Nacional, Bezerra também identificou essa postura política na prática de deputados e senadores que fazem de tudo para que as pessoas que os procuram saiam com a impressão de que foram atendidas ou que ainda vão ser.¹⁹⁵

Como vimos anteriormente, apesar do impasse devido à implantação de uma lei que inibe a doação de benefícios particulares por agentes políticos à população, a tendência em atender ao pedido ainda persiste. No contato com alguns vereadores, o que percebemos é que o vereador busca outros meios para satisfazer as necessidades da população. Nesse atendimento, o que está em jogo é a sua própria imagem de político benfeitor ou que se preocupa com a população.

Bezerra, citando Palmeira (1996), ressalta que há, entre os políticos, essa preocupação de manter sua reputação diante das pessoas. Em face disso, mostra que são priorizadas, no atendimento dos seus pedidos, aqueles considerados como “eleitor de voto múltiplo”¹⁹⁶, ou seja, aqueles que também tem relações firmadas e que, portanto, possuem também sua rede de contatos, sendo capazes de resultar em mais votos para o candidato. Identificamos no transcorrer do capítulo 2, em vários momentos, pessoas que se enquadram neste grupo e que se viam com capital simbólico a partir da sua posição de liderança familiar ou comunitária e, pela qual, poderia conseguir mais votos ao político.

A partir do atendimento à população, nota-se que há, por parte do vereador, uma esperança de que o beneficiário de sua ação lhe retribua com seu apoio, cristalizado no voto no período eleitoral. Nessa relação personalizada em que se visualiza a definição do papel de cliente político, percebemos uma outra lógica que difere do ideal de prática política, onde se deveria ter em vista o atendimento de toda a população (e não somente de alguns).

Nesta trama, nota-se que aqueles vereadores que possuem em suas mãos um número maior de instrumentos (aliados políticos, contatos, capital financeiro, influência social, amizades), capazes de lhes propiciar atender às demandas populares que lhes chegam, apresentam-se numa posição privilegiada tanto para um aumento do capital político quanto na corrida eleitoral rumo ao voto da população. Bezerra percebe essa realidade na política nacional. Segundo ele, o atendimento de um pedido particular de alguma liderança depende

¹⁹⁴ Entrevista concedida pelo vereador “Manuel Cardoso de Moura” no dia 26 de junho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros. .

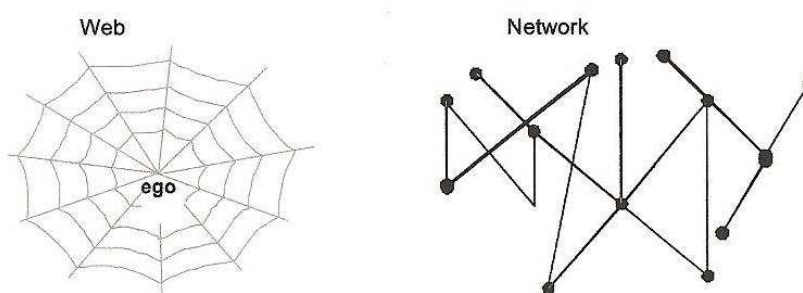
¹⁹⁵ Bezerra, **Op. Cit.** p. 115.

¹⁹⁶ Ibid, p. 113.

de sua efetiva possibilidade de intervir em seu favor, ou seja, depende dos contatos que ele é capaz de mobilizar tanto direta quanto indiretamente.

Determinados pedidos podem exigir do parlamentar que ele atue junto a órgãos das administrações públicas federal, estadual ou municipal nos quais ele não possui contatos ou que estão sob a administração de adversários políticos. Nestes casos, o pleito¹⁹⁷ dificilmente pode ser atendido, uma vez que o parlamentar não tem acesso aos órgãos. O que permite afirmar que esses contatos são essenciais, por um lado, para definir o poder social do parlamentar de atender aos pedidos, e, por outro, para determinar o seu campo de ação. Essa situação – que traz à luz os limites do poder do parlamentar – coloca em jogo o seu prestígio junto aos demandantes.¹⁹⁸

Nisso entendemos quão fundamentais e determinantes são os contatos e as relações construídas no meio social pelos vereadores. Conceito importante para clarear esta discussão sobre as ligações dos vereadores com outros membros do campo político é o referente às “redes”. Trazendo-o de outra área do conhecimento, a informática, acreditamos que este conceito é apropriado para tratarmos das redes políticas tecidas pelos vereadores. A definição de rede, segundo Félix G. Lopez, pode ser utilizado no sentido de “*network*” ou de “*web*”. Para ele, enquanto a “*network*” expressa a idéia de ligações mútuas entre díades (que envolvem dois elementos que atuam de maneira intercambiante) em toda a sociedade, não havendo um ego; a “*web*” refere-se ao conjunto de relações pessoais que um indivíduo (ego) possui e utiliza para alcançar fins determinados. A imagem correspondente é a da teia de aranha, como a própria palavra inglesa *web* já indica.¹⁹⁹



Esquema 02 - Conceito de Rede: Web ou Network

Fonte: LOPEZ, 2004, p. 159.

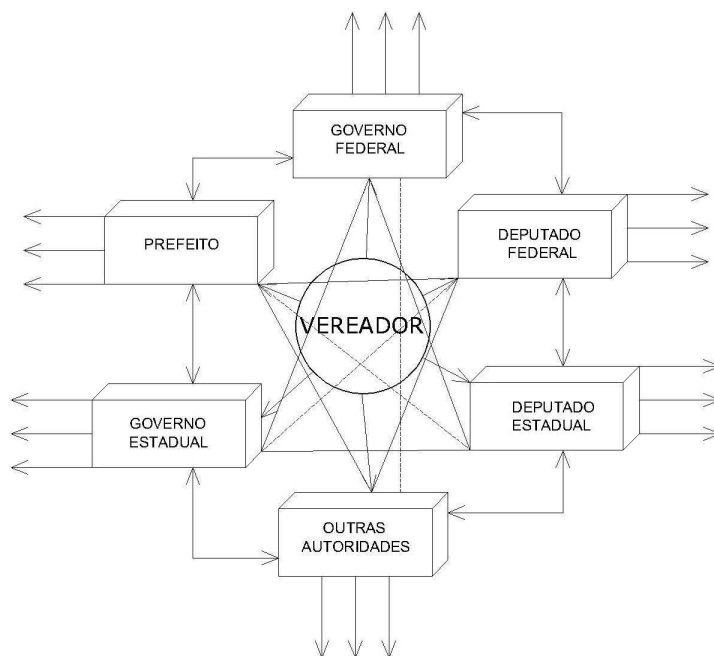
A partir desses conceitos de rede, procuramos traduzir o que ocorre no meio político no qual o vereador se encontra. Entendemos que as duas idéias anteriores se complementam

¹⁹⁷ Ibid, p. 101. Bezerra associa o termo pleito à dimensão política e particularista de um pedido encaminhado a uma autoridade política, sendo, pois, uma espécie de tradução do pedido de caráter pessoal para a linguagem política.

¹⁹⁸ Ibid, p. 113.

¹⁹⁹ LOPEZ, **Op. Cit.**, p. 158.

para este nosso objetivo. Evidenciando um emaranhado de possibilidades de ligações e relações construídas em torno do vereador, assim dispomos graficamente suas principais ligações no meio social.²⁰⁰



Esquema 3 – Rede política em torno do vereador²⁰¹.

Fonte: Elaboração de Roberto Mendes Ramos Pereira.

Pelo disposto, entendemos o edil como um político em contínuo contato com a figura do deputado estadual, do deputado federal, membros do governo federal e estadual, com o prefeito (os vereadores de oposição tem menos acesso a esse), bem como outras autoridades em nível municipal, estadual e federal. Vale ressaltar que entre eles, tece-se também uma complexa rede de contatos, pelos quais acordos políticos se firmam.

O geógrafo Milton Santos, citando N. Curien (1988), retrata que uma rede se define como toda infra-estrutura que permita trocar, entre outras coisas, informação, caracterizando-se pela tipologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação²⁰², como os que mostramos pelo esquema 2. Seu

²⁰⁰ Vale ressaltar que o foco neste estudo é a figura do vereador, por isso o tratamos com centralidade. No entanto, entendemos que cada ponto, ou nó, desta rede tem seus contatos diversos que são acionados quando necessário, e é isso que nos faz entender que as possibilidades de atendimento do vereador junto à população aumenta gradativamente à medida em que mais um elemento é adicionado à rede.

²⁰¹ “Outras autoridades” refere-se a militares, diretores de escolas, gerentes de entidades governamentais (CEMIG, COPASA, TELEMIG), dentre outros.

²⁰² SANTOS, Milton. Por uma geografia das redes. In: ____ **A natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p.262.

entendimento de que a rede também é social e política através das pessoas, mensagens e valores que a freqüentam nos auxilia no nosso intento de compreender o aspecto político dos contatos existentes entre pessoas que ocupam posições específicas no gráfico em questão.

Através das redes tecidas por esses agentes políticos, passamos a entender seus acordos, seus projetos, suas alianças, entre outras práticas inerentes ao seu trabalho no meio social; isto porque essa rede é necessária para que o próprio membro da câmara municipal consiga dispor de meios de atendimento às demandas que lhe chegam. Mas não apenas para esse objetivo. Se uma de nossas metas é compreender a racionalidade presente nas relações tecidas entre população, os vereadores e a rede política construída em torno destes, é preciso que percebamos primeiramente que a prestação de favores ou sua solicitação numa rede de agentes políticos reforçam os vínculos entre os mesmos. Essa rede supõe a construção de canais de fidelidade, apoio e ajuda recíprocos entre os seus integrantes nos mais diversos momentos, sejam estes em períodos eleitorais ou não.

A antropóloga Karina Kuschnir, analisando a realidade da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, também percebe a centralidade do vereador no interior de suas redes políticas, mas acrescenta às tais redes a própria população, estendendo-as para além dos limites do poder institucional. Segundo a autora,

O vereador é personagem central de uma ampla e diferenciada rede de relações, constituída por diversos grupos e numerosos indivíduos. Essas redes de relações podem ser classificadas em três eixos distintos, sendo que cada um corresponde a um tipo de interação e atuação específico. Grosso modo, esses eixos seriam o da relação do vereador com a população em geral da cidade (eleitores em potencial), com outros vereadores da mesma legislatura e com o Poder Público, mais especialmente, com o Executivo municipal.²⁰³

Entendemos a forma de visualização da rede política em torno do vereador que Kuschnir desenvolve. No entanto, além da categoria população, temos uma outra leitura sobre tal questão, percebendo os contatos dos vereadores se estendendo para outras esferas de poder, chegando ao âmbito estadual e federal. Nesta direção, as redes se espalham pelos mais diversos espaços e de modo difuso e crescente, de acordo com os elementos que se aglutinam à teia de contatos.

Além disso, pensamos a população não apenas como parte da rede de contatos do vereador, mas como o ponto de partida de onde se originam as demandas que chegam ao vereador. Assim, antes de ser pertencente à rede política do vereador, entendemos essa população como um elemento importante para que tal rede ganhe sentido. O vereador contata

²⁰³ KUSCHNIR, **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**, p. 85.

outros agentes políticos geralmente buscando soluções para questões que ele não se vê em condições de solucionar sozinho.

Por outro lado, a própria existência dessa população abre espaço para novas redes também no meio social, onde aparecem outros elementos relevantes, tais como presidentes de associações comunitárias, representantes ou líderes populares, entre outros.

Cada ligação nesta rede política simboliza campos livres de atuação. No caso do esquema 3, percebemos que o contato amistoso (ou não) entre vereador-prefeito, vereador-deputados estaduais, vereador-deputados federais, vereador-governo federal, vereador-estadual e vereador-outras autoridades pode determinar sua atuação no meio político. Acreditamos que estar ligado a um prefeito, a um deputado ou outro membro da classe política é uma importante (mas não a única²⁰⁴) condição para a perpetuação do próprio vereador na política, uma vez que tais contatos possibilitam alcançar seus objetivos através do encaminhamento de suas solicitações, originadas das demandas sociais que lhes chegam.

Entendemos ainda que o que prevalece entre esses políticos é uma espécie de monopólio sobre o campo político, o que torna os eleitores, em consequência disso, um grupo consumidor dos produtos gerados neste espaço. Em outras palavras, quanto mais próximos e aliados estiverem em relação a outros agentes políticos – hierarquicamente situados numa posição mais privilegiada e economicamente mais próximos das fontes de poder, seja esta na dimensão municipal, estadual ou federal, e das quais pode se dispor para realização dos seus próprios projetos –, mais os vereadores se mostram com potencial de atender às demandas sociais. Mais à frente, tentaremos explicar que o que está velada nessas relações é uma ética própria entre tais agentes políticos e que determina as características entre os aliados dentro de suas redes políticas, apontando para condutas que envolvam fidelidade e reciprocidade por parte dos beneficiários, uma vez que é cobrada por aqueles que os atendem.

Na rede política, em que posição o vereador se encontra? Em nossa pesquisa, percebemos que o vereador se mostra como um agente político bastante acessível, sendo encontrado não apenas no seu gabinete, mas também nas ruas, nas reuniões com as associações de moradores, dentre outros espaços, figurando-se simbólica e concretamente num elemento presente na vida de boa parte da população.

No entanto, é preciso entender que o vereador também se apresenta como uma autoridade, investida de uma legitimidade vinda da aceitação popular caracterizada pelos

²⁰⁴ Há outros meios que influenciam na manutenção do vereador neste posto político, tais como sua habilidade política, seu capital financeiro para custear suas campanhas eleitorais, a eficácia de sua ação parlamentar, o prestígio junto à população, dentre outros.

votos obtidos nas eleições. Assim, entendemos que ele fica numa posição simbólica fixada numa fronteira entre o povo e outros agentes políticos nos quais há possibilidades de se encontrar o objeto das demandas sociais. Daí a tendência de ele ser procurado para intermediar na busca de soluções para os problemas do povo.

Etimologicamente, a palavra “interceder” é originada do latim (*intercedere*) e significa “pedir por outrem, rogar, suplicar”²⁰⁵. Neste sentido, sua função de intermediar, interceder, “dar uma força” ou um “apoio” para que as pessoas consigam o que elas querem aponta para uma postura semelhante à dos santos, como mostramos no capítulo anterior; ou seja, como os santos, esses políticos intercedem no atendimento das necessidades daqueles que os procuram, sejam tais necessidades centradas no emprego, na assistência para se conseguir saúde, na vaga em uma instituição de ensino etc.

Essa busca por um auxílio na pessoa do vereador não é nova e há indícios de sua existência em Montes Claros também em meados do século XX, conforme apontam os estudos de Laurindo Mékie. Segundo ele, “por ser o político com cargo eletivo mais próximo do eleitor, eram os vereadores os intermediários freqüentes das reivindicações. A eles eram dirigidos os mais diversos pedidos”.²⁰⁶ Em tempos mais recentes, identificamos também fontes que mostram que a prática perpetua-se no tempo, como retrata a carta abaixo, de uma jovem a um vereador:

Moc, 31/01/08

Oi vereador? tudo bem?

Vereador, sou J. filha de P. Olha eu estou precisando de um grande favor seu.é o seguinte eu fiz um teste prático na santa casa aí eles contratarão outra pessoa nesta vaga; ai eles me chamarão p/ fazer outro teste já tem 15 dias, a moça do R.H. me disse que está dependendo do Provedor. Aí eu gostaria muito que você entrasse em contato c/ ele e me desse uma força, vou ficar muito agradecida se você fizer isso, pois estou precisando muito. Vou ligar p/ você amanhã de manhã p/ saber. Muito obrigada. J. R. ²⁰⁷

A complexa trama envolvida neste quadro que pretendemos descrever sobre as redes encontra maior clareza em outras situações reais. No segundo capítulo vimos que os pedidos da população chegavam (e chegam) aos vereadores cotidianamente. No entanto, muitos desses pedidos não encontram no vereador uma resposta ou solução definitiva, sendo encaminhados para outros agentes capazes de resolver tais necessidades. Os vereadores, assim, acabam por repassar esses pedidos, denominados “pleitos”, aos membros de sua rede de contatos e influências.

²⁰⁵ CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.440.

²⁰⁶ PEREIRA, Laurindo Mékie. **Op. Cit.** p.164.

²⁰⁷ Carta de pedido de J. R. ao vereador “João Damasceno” em 31 de janeiro de 2008.

Um exemplo dessa situação encontra-se num ofício dirigido por um vereador ao então Ministro do Tribunal de Contas da União, no ano de 1996, em que faz um pedido de vaga no Colégio Militar para uma amiga sua. Neste caso, a prática do pedir perpassa outra esfera de poder, não ganhando um fim ou uma solução no próprio vereador. No ofício, chamam atenção as justificativas utilizadas em todo o corpo do texto, que apontam ou para sua relação de amizade que tem com a solicitante e sua família ou para o fato de ela ter um irmão que estuda no colégio, apelando ainda para o prestígio que o ministro possui e para a costumeira atenção dada ao vereador (grifo nosso).²⁰⁸

Caso semelhante a este foi veiculado por um jornal local em 1997, no qual se publicou, na íntegra, o ofício de um deputado estadual dirigido a uma mulher para a qual fez o “favor” de intermediar, junto à Universidade Estadual de Montes Claros, a conquista de uma vaga para sua filha em um dos seus cursos por processo de transferência²⁰⁹. Sem o objetivo de avaliar ou emitir um juízo de valor sobre tal ação, já que não nos cabe esta tarefa, queremos apenas mostrar que a prática de buscar atender as demandas sociais, por meio de uma postura de intermediário, existe no meio político, seja na esfera municipal, estadual ou federal.

Uma questão que podemos pensar a partir destes exemplos de práticas no meio político refere-se ao poder que o atendimento dos pedidos possui em gerar sua reprodução na sociedade, servindo-se como um elemento de perpetuação da prática do pedir. Na correspondência, o deputado finaliza dizendo: “satisfeito por ver atendida a nossa solicitação, desejo sucesso para ela em sua vida acadêmica, colocando-me sempre ao dispor de vocês (...)”, pensamos que a continuidade da prática do pedir ganha força quando se tem uma postura de complacência ou de aceitação por parte dele, que atende ao pedido. No capítulo anterior, vimos a mesma tendência nas palavras de um vereador, para quem se ele atendesse uma vez, iria ser procurado outras vezes.

Outras considerações são importantes em torno dos exemplos citados. No primeiro caso, relativo ao vereador, entendemos que a relação de amizade com a solicitante se mostra como valor apreciado e fator explicativo da ação do edil de intermediar junto a uma figura política hierarquicamente superior pela vaga na instituição citada²¹⁰, sendo que o apreço e a estima junto ao ministro também parecem respaldar o seu pedido. Em momento algum aparece uma justificativa técnica ou legal para validar o pedido ou o seu atendimento. É

²⁰⁸ Fonte: Caixa de Correspondências Expedidas – 1996. Arquivo Geral Ivan Lopes.

²⁰⁹ JORNAL DO NORTE. Cidades. nº. 954, ano V, 5/6 de abr, 1997, p. 3.

²¹⁰ Note que como membro do Tribunal de Contas, o ministro não traz consigo a autoridade ou um direito legal de intervenção no Colégio Militar, subentendendo que ele, aos olhos do vereador, também deverá “usar de seu prestígio” para alcançar a vaga pretendida.

importante que nos atentemos, ainda, para a forma cerimoniosa com que o vereador dirige-se ao ministro, atribuindo-lhe “prestígio”, e tratando este atributo como um fator que possibilita a resolução do seu problema. O capital pessoal e político tido como fundamento na relação entre as partes envolvidas aponta, de certo modo, para o que Pierre Bourdieu trata como Poder Simbólico, que, em suas palavras, “é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia, pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”.²¹¹

Entendemos que tal relação é uma relação basicamente fundada na confiança e que remete à fidelidade (*fides*, conforme explica Bourdieu), sendo um elemento capaz de reforçar os laços entre o solicitante e o atendente. Este poder em questão, em nossa análise, existe não apenas entre os políticos envolvidos, no caso, vereador e ministro, mas também entre a solicitante e o vereador, fazendo-se presente nas relações tipicamente clientelistas em que, como se refere Carlos Eduardo Sarmiento, há uma posição assimétrica entre os atores que controlam recursos desiguais.²¹²



Foto 03 – Cerimônia de entrega de títulos honorários em Montes Claros²¹³
Fonte: Arquivo Geral Ivan Lopes.

²¹¹ BOURDIEU, O poder simbólico, p. 188

²¹² SARMENTO, Carlos Eduardo. **No balanço das redes: o indivíduo e o coletivo nas relações clientelistas**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2001. fl.1. O autor, citando Luigi Graziano e George Simmel, faz uma caracterização das relações clientelistas como uma relação essencialmente diádica e que é ao mesmo tempo, assimétrica, particularista (pressupondo envolvimento afetivo) e na qual os atores auferem benefícios mútuos, reciprocidade.

²¹³ Cerimônia de entrega de títulos honorários realizada em 03 de Julho de 1997. Na foto (da esquerda para a direita): Arlindo Porto (Ministro) Alisson Paulinelli (Secretário Estadual da Agricultura), Marco Maciel (Vice-presidente da República), Ivan Lopes (Presidente da Câmara), Jairo Ataíde (Prefeito municipal), Humberto Souto (Ministro da União), Carlos Pimenta (Deputado Estadual) e Francelino Pereira (Senador).

A função de intermediar a solução dos problemas pessoais ou coletivos de sua clientela ganha bastante sentido quando se tem clara essa visão popular sobre o prestígio ou a posição privilegiada do vereador em relação a elas, mostrando-se, pois, o vereador como agente capaz de resolver os mais variados problemas. Novamente percebemos sua função de intermediário na solução das demandas que lhes chegam. O próprio pedido das pessoas, analisado enquanto objetivação de uma relação clientelista, emitido para que o vereador as ajude ou interceda junto a outras fontes de poder, mostra que elas mesmas sabem que no vereador não se encontra toda a solução desejada, mas um instrumento prático e “autorizado” (*auctoritas*, no sentido que explica Bourdieu) para o alcance do objetivo final.

Vemos que até na relação entre o vereador e o ministro isso se manifesta, sendo, no caso, o ministro o intermediário para que o vereador consiga ser atendido. Assim, o pedido que é originado de uma pessoa da sociedade civil, é repassado nos seguintes pontos da rede: Solicitante → Vereador → Ministro → Direção do Colégio Militar. Já no segundo caso citado, o processo se dá na relação entre a filha (beneficiária) → a mãe (solicitante e intermediária) → deputado (intermediário e solicitante) → diretor da universidade.

Outro dado interessante coletado no arquivo da Câmara Municipal é a grande quantidade de documentos, correspondências e cartões de felicitações quando alguém de renome recebe um título de cidadão honorário ou outro semelhante. O fato mobiliza uma enorme quantidade de políticos, empresários, diretores de entidades, dentre outros, todos no sentido de felicitar a pessoa que recebeu a comenda. Entendemos que esta cerimônia de entrega de títulos honorários (Cf. FOTO 03) constitui não apenas um meio de homenagear pessoas ilustres e que serviram ao município, mas também uma forma de reforçar vínculos, manter compromissos e assegurar alianças no interior das redes. Um caso típico que identificamos foi a escolha de Severino Balesteiros, presidente do Grupo Aymoré, em 1996, para receber o título de Cidadão Honorário de Montes Claros. Em meio às correspondências recebidas neste ano salta aos olhos a grande quantidade de cartas, telegramas e cartões parabenizando a Câmara Municipal pela escolha, tais como a do reitor da Universidade Estadual de Montes Claros, empresários parceiros do Grupo Aymoré, o presidente da SUDENOR, o prefeito de Contagem, deputados, dentre outros. É interessante notar que, no mesmo ano, um deputado estadual escreve para Severino Balesteiros no sentido de ele viabilizar a implantação da Indústria Aymoré em Montes Claros, o que nos faz pensar que, entre congratulações e troca de homenagens compromissos e acordos são firmados no interior da rede de contatos.

Em entrevista com um vereador, ele ressalta essa facilidade de atendimento quando se tem um bom trânsito no meio político a partir de uma rede política:

Na área municipal, por exemplo, no executivo, eu vou dar um exemplo que funcionou muito a meu favor e eu consegui multiplicar pra a coletividade, para a população. Chegou em Montes Claros, no meu primeiro mandato, um diretor da COPASA, chama Doutor Rodrigues, e numa reunião da COPASA no Gabinete do Prefeito com os demais vereadores, terminou a reunião e eu fiquei lá conversando, na época era o Tadeu (prefeito) e Dr. Rodrigues. Aí Tadeu falou assim: Ó...este homem aqui eu quero que você dê uma atenção especial para ele, ele é muito trabalhador e quero que você dê uma atenção especial pra ele”. E eu passei a ter uma atenção especial da COPASA neste sentido e resolvi multiplicá-la pra a população, que aí integrado ao legislativo estadual, que é o deputado estadual e também ao federal, aos deputados federais.²¹⁴

Se essas redes são tão importantes e necessárias no meio político, uma investigação sobre seu sentido para a construção simbólica e prática da autoridade do vereador torna-se essencial para a compreensão da racionalidade em torno delas. O que mantém essas redes políticas? O que as torna sólidas e, inversamente, o que as faz desaparecer? Que postura ou que *ethos* de comportamento existe entre os membros de uma rede política? Buscando respostas para tais questionamentos, enveredamo-nos na análise sobre as práticas e representações tecidas na relação entre os vereadores e população, identificando no edil a figura de intermediário.

3.1. Redes políticas: suas características e alcances

Para se entender como se constroem as redes de contato em torno dos vereadores, é preciso que entendamos não somente os fundamentos nos quais elas são construídas, mas também que compreendamos algumas regras próprias do jogo político.

Percebemos, como citado anteriormente, que o vereador é uma figura importante no meio político, dada sua proximidade da população e ainda seu papel de intermediário entre essa população e outros agentes políticos situados em posições estratégicas de poder e influência. Segundo um assessor de um deputado estadual, o vereador tem uma importância central por sua proximidade da população. Para ele,

O vereador, por ser uma autoridade legislativa local, ele tem grande importância. Por quê? Ele que corre, ele que tá presente no dia-a-dia da comunidade, ele que realmente sabe o que é que a comunidade vai necessitar. Diante dessa necessidade, de acordo com essas necessidades, ele vai procurar o parlamentar no sentido de criar leis ou interagir junto ao governo estadual ou a outros órgãos estaduais.²¹⁵

²¹⁴ Entrevista concedida pelo ex-vereador “Arnaldo Gomes dos Santos” no dia 10 de julho de 2008, no gabinete de um deputado estadual.

²¹⁵ Entrevista concedida por “Serginho”, assessor da Deputada Ana Maria Rezende, no dia 24 de julho de 2008, na Assembléia Legislativa de Belo Horizonte.

Visão semelhante sobre os vereadores tem o prefeito de Montes Claros entre os anos de 1997 e 2004, Jairo Ataíde:

São os reais representantes do povo, dos diversos segmentos da comunidade desde as mais simples, a mais humilde, até as mais importantes. Então é ele que leva esse sentimento, essa sensibilidade da população nas discussões das leis, nas discussões dos problemas da comunidade.²¹⁶

Na visão de deputados e senadores, o vereador se apresenta como uma referência (dentre outras) junto à comunidade, tratada como “base eleitoral”. Numa entrevista realizada por Marcos Otávio Bezerra junto a um deputado federal, notamos a importância dada a este espaço no qual o vereador se encontra, considerado central na sua ação parlamentar e que revela o sentido dado às relações pessoais no campo político:

Base eleitoral é aquela rua que você mora, o bairro que você mora, a cidade que você mora, é aquela cidade onde você tem o vereador que é seu conhecido, que é seu amigo, tem o líder da igreja que é seu amigo, o presidente da associação de moradores, da associação de bairro que é seu amigo. Aquele lugar onde você chama a pessoa pelo nome, aonde você tem o compadre, tem a comadre. É aquele lugar onde você vai à festinha, à festa junina, você vai à festa da igreja, vão ao campo de futebol. Essa que é a base eleitoral propriamente dita. É aonde, naturalmente, você volta e direciona sua atividade parlamentar.²¹⁷

No município, o vereador e outras lideranças locais, como o prefeito, têm suas imagens dimensionadas aos olhos dos deputados, representando aliados importantes para seu capital político. Isto porque um parece depender do outro para realizar seu trabalho político. Nas palavras de um assessor de uma deputada estadual de Montes Claros, a relação entre vereador e o deputado “é uma relação de troca”. Segundo ele, “É parceria. É parceria mesmo, porque o vereador tem no parlamentar o seu braço direito, e a parlamentar, é vice-versa”.²¹⁸

Se é essencial para os deputados estarem próximos à população, para o vereador essa postura é tida como uma obrigação, pois tal posição, próximo das pessoas na comunidade e intercedendo por ela junto a outras esferas de poder, dá sentido à sua função de representar. Kuschnir identifica nesta situação um fenômeno de grande significado: os vínculos culturais com a população. Segundo ela,

A garantia da representatividade é dada pela manutenção de certos vínculos culturais com os eleitores. Não basta estar no gabinete, trabalhando em seu nome; é preciso continuar, de alguma forma, participando do mundo de seus eleitores. (...) reunir-se para conversar com os eleitores depois da posse é uma prática muito comum em todos os mandatos, pois é uma forma de estimular a manutenção de uma aliança mais ampla, cultural, entre os envolvidos.²¹⁹

²¹⁶ Entrevista concedida pelo ex-prefeito Jairo Ataíde Vieira no dia 28 de agosto de 2008, em sua residência em Montes Claros.

²¹⁷ BEZERRA, Op. Cit. , p. 102. Entrevista com um Deputado Federal do PMDB do estado do Espírito Santo.

²¹⁸ Entrevista concedida por “Serginho”, assessor da Deputada Ana Maria Rezende, no dia 24 de julho de 2008, na Assembleia Legislativa de Belo Horizonte.

²¹⁹ KUSCHNIR, Karina. **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**. p. 45.

Entre os vereadores entrevistados neste estudo, notamos que aqueles que apresentam um trabalho fundado no atendimento às carências e demandas das pessoas, geralmente de classe mais baixa, estes são muito bem vistos pela população, contando com um capital político crescente. No outro grupo, os vereadores tidos como ideológicos e fiscalizadores, estes têm o ônus de explicarem suas funções reais e convencerem à população de que nem tudo o que lhe é pedido ele pode atender, já que não lhes cabe tal papel.

Junto a estes vereadores, identificamos três critérios que fundamentam os laços e alianças políticas criadas entre eles. O primeiro deles é o referente ao partido político, incluindo aqui as alianças partidárias formais ou coligações, com ou sem coerências programáticas no que se refere às suas filosofias de cada partido. A filiação numa mesma sigla partidária mostra-se como um dos critérios mais naturais para se firmarem alianças pessoais. Em entrevista com um vereador, percebemos o quanto dependeu do apoio de um deputado estadual do mesmo partido para orientação na sua função parlamentar, uma vez que exercia sua primeira legislatura. Através de correspondências encontradas no Arquivo da Câmara Municipal, percebemos um constante contato (através de convites, cartas, reuniões etc.) entre membros do legislativo municipal, estadual e federal do mesmo partido.²²⁰ Para exemplificar tal realidade, em ofício destinado ao senador Francelino Pereira dos Santos, então presidente do Diretório Estadual do Partido da Frente Liberal – PFL, em 09 de janeiro de 1998, o vereador Ivan José Lopes, buscou firmar laços de apoio à sua candidatura para deputado federal, evidenciando, inclusive que o prefeito o apóia, também do mesmo partido:

Senhor Presidente, é com satisfação e entusiasmo que vimos colocar o nosso modesto nome à disposição do nosso partido, como pretendo candidato ao honroso cargo de Deputado Federal, nas eleições que se realizarão no corrente ano. A nossa disposição de concorrer ao referido cargo prende-se não apenas à possibilidade que vislumbramos de podermos servir ainda mais à nossa região e ao nosso PFL, como seu representante na Câmara Federal, mas também pelo incentivo e apoio que estamos recebendo de amigos e companheiros, a exemplo do nosso Prefeito, Dr. Jairo Ataíde, através de manifestações espontâneas que muito nos estimulam e encorajam para esta caminhada cívica. Esperamos igualmente contar com o decisivo apoio do nosso eminente Senador e grande Presidente. Com a expressão de nossa estima e grande apreço, subscrevo-me. Cordialmente, Vereador Ivan José Lopes.²²¹

Essa rede de contatos não se reduz à ligação entre legisladores, mas também entre esses e o poder executivo nas suas diversas esferas, determinando, inclusive, o atendimento de demandas locais. Segundo Bezerra, na relação entre parlamentares do Congresso Nacional e prefeitos, o vínculo partidário ou o pertencimento ao mesmo grupo político é um dos pontos

²²⁰ Fonte: Arquivo Geral Ivan Lopes. Caixas de Correspondências recebidas.

²²¹ CÂMARA Municipal de Montes Claros. Ofício ao senador Francelino Pereira dos Santos. Montes Claros, 09 de janeiro de 1998.

avaliados no atendimento dos pleitos dirigidos aos parlamentares²²², evidenciando-se, assim, uma prática presente nos meandros da política. Questionado sobre a relação tecida com um ministro da mesma sigla partidária, se isso auxilia na obtenção de recursos junto ao governo federal, um vereador ressaltou que

Quando se tem ocupando determinados postos pessoas com quem você tem uma vinculação política e ideológica mais intensa e mais forte isso facilita. Claro que o governo central, o Ministério, não atua voltado para esse tipo de orientação, atender a quem é meu correligionário, nenhum ministério pode atuar assim, porque a responsabilidade é com o governo e com o país, né, (...) mas a facilidade de acesso e a possibilidade maior de contato com ele permite que você, estando mais próximo, consiga determinadas facilidades.²²³

Essa face das relações tecidas entre agentes políticos de esferas diferentes de poder pode auxiliar no trabalho do vereador, principalmente no sentido de atender às demandas sociais. Relevante é o fato de que, em geral, o poder legislativo em outras esferas de poder, também é levado a extrapolar sua função legislativa e fiscalizadora, fazendo o pedido ao vereador ser transferido para outros agentes políticos. Em ofício dirigido ao deputado Alberto Pinto Coelho, um vereador da cidade de Jaíba, norte de Minas Gerais, escreve em sua epígrafe: “Estou à procura de um deputado humano, solidário, capaz de exceder a sua função de legislador e sensibilizar com esta causa e me ajudar a ajudar!!!”. No mesmo ofício, o vereador relata que seu forte é filantropia e a amizade e que foi amigo de um dos fundadores da cidade. Segundo ele, a filha deste encontrava-se numa situação de extrema fragilidade, precisando de uma ajuda que estava acima das posses dele, vereador. Neste caso, também há um compromisso do vereador para com o deputado, uma vez que lhe agradece “como se este benefício fosse para sua pessoa”, finalizando com uma indicação de que a solidariedade do deputado “não passará despercebida”.²²⁴

Essa tendência de extrapolar ou procurar atuar em campos da sua alçada ou da sua responsabilidade é presente em outras cidades também. Nos arquivos de uma deputada estadual em Montes Claros, encontramos um documento que caracteriza isso. Nele, um vereador da cidade norte mineira de Itaobim faz uma solicitação de um “kit educação” para atender as necessidades dos alunos da Escola Estadual Sebastião Soares de Carvalho.²²⁵ Vale

²²² BEZERRA, **Op. Cit.**, p. 112. Para o autor, a decisão sobre o atendimento dos pedidos dos prefeitos aos parlamentares depende do cruzamento de uma série de variáveis: se o prefeito é da mesma região, se o parlamentar teve votação expressiva neste espaço, se o prefeito é do mesmo partido e ainda se, com ele, tem relações pessoais.

²²³ Entrevista concedida pelo vereador “Guilherme Antunes Braga” no dia 18 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

²²⁴ Ofício dirigido ao Deputado estadual Alberto Pinto Coelho a um vereador de Jaíba-MG, sem data expressa.

²²⁵ Câmara Municipal de Itaobim. Ofício 059/2008, de 24 de abril de 2008.

lembrar que a atuação em torno das escolas públicas estaduais não são de responsabilidade do vereador, parlamentar municipal.

Um segundo critério para a criação de redes ou alianças políticas é o seguimento de uma mesma direção quanto à postura frente ao executivo (municipal, estadual ou federal), fazendo os vereadores compartilharem com os deputados e prefeitos de um mesmo objetivo. Jorge Tadeu Guimarães ressalta o caso do vereador²²⁶ José Hélio Guimarães que, dependendo do prefeito que esteve no poder, sua ação foi totalmente contrária em duas legislaturas consecutivas, conformando-se ora em oposição, ora em situação.

Este quadro, nas palavras de um vereador entrevistado²²⁷, mostrou-se como uma das grandes dificuldades para exercer seu papel, pois, sendo oposição ao prefeito, alega que teve dificuldades em ter aprovadas suas indicações dirigidas ao executivo e em ter acesso a informações de posse da prefeitura sobre contas e órgãos administrativos. Esta alegação é idêntica à de outro vereador de oposição neste período. Ele diz: “o fato de ser de oposição criava dificuldades pra poder assegurar certas necessidades que a população trazia pra nós. Então trabalhávamos compreendendo a legitimidade das demandas procurando encaminhá-las pra quem pudesse resolver”.²²⁸

O que percebemos pelas entrevistas junto aos vereadores foi que estar ou não do lado do prefeito determinava, e muito, o acesso de vereadores a bens e serviços públicos. Suas solicitações²²⁹, através de requerimentos e indicações ao poder executivo referentes a asfalto, instalação de postes de energia elétrica, dentre outros benefícios para suas localidades de atuação, eram encaminhadas de modo mais freqüente quando se era do mesmo lado do prefeito, como mostram os dados abaixo²³⁰:

²²⁶ GUIMARÃES, **Op. Cit.** p. 358. Refere-se a um vereador que ficou conhecido com “fiscal do povo”, ferrenho opositor ao prefeito Luis Tadeu Leite numa legislatura, e aliado político do sucessor, prefeito Jairo Ataíde. Jorge Tadeu Guimarães ressalta ainda a incomoda posição que ficou o vereador neste período, ficando entre ser o fiscal do povo ou fazer parte do bloco governista de sustentação.

²²⁷ Entrevista concedida pelo ex-vereador “Roberto Carlos Ferreira da Silva” no dia 15 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

²²⁸ Entrevista concedida pelo vereador “Guilherme Antunes Braga” no dia 18 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

²²⁹ Classificamos os pedidos dos vereadores junto ao Poder Executivo como “solicitações”. No entanto, é preciso ressaltar que o Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, instituído pela Resolução nº 39, de 03 de setembro de 1991, faz uma diferenciação dos pedidos, tratando a Indicação como uma preposição em que o vereador sugere à autoridade competente medidas de interesse público (art. 193); o Requerimento como uma proposição dirigida por vereador ou comissão ao presidente da Câmara ou de comissão, que verse sobre matéria de competência do legislativo (art. 194); e Moção, como qualquer proposta que expressa o pensamento da Câmara em face de acontecimento submetido à sua apreciação (art. 196). MONTES CLAROS. Câmara Municipal de Montes Claros. **Regimento Interno**. Resolução nº 39. “Regulamenta o funcionamento da Câmara Municipal de Montes Claros”, 03/set/1991.

²³⁰ Vale ressaltar que a classificação dos vereadores em “situação” ou “oposição” foi colhida junto a alguns vereadores que participaram das legislaturas entre 1996 e 2004. Foi um assunto polêmico. Se para uns um vereador fazia oposição ao prefeito, para outros, ele era a favor. Neste sentido, em face da diversidade de

Ano	1996	Qtd	1997	Qtd	1998	Qtd	1999	Qtd	2000	Qtd
1º	Ademar Bicalho (Situação)	109	Ademar Bicalho (Situação)	141	Ademar Bicalho (Situação)	93	José Geraldo (Oposição)	109	José Geraldo (Oposição)	101
2º	Sebastião Pimenta (Situação)	92	Antônio Soares (Situação)	131	José Geraldo (Oposição)	93	Ademar Bicalho (Situação)	90	Valdivino (Situação)	94
3º	José Geraldo (Oposição)	81	Raimundo (Situação)	126	Antônio Soares (Situação)	81	Sebastião Ildeu (Oposição)	81	Ademar Bicalho (Situação)	89
4º	Henrique Borén (Oposição)	77	Sebastião Ildeu (Oposição)	103	Tarcísio (Situação)	68	José Gonzaga (Situação)	78	José Vicente (Oposição)	51
5º	Antônio Eustáquio (Situação)	48	Tarcísio (Situação)	94	Raimundo (Situação)	59	Valdivino (Situação)	67	Antônio Soares (Situação)	43

Quadro 03 – Vereadores que mais fizeram indicações/requerimentos

Fonte: Resultado de análises de documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Elaboração de Roberto Mendes Ramos Pereira.

Ano de Referência	1996	Qtd	1997	Qtd	1998	Qtd	1999	Qtd	2000	Qtd
1º	João Hamilton (Situação)	03	Ivan (Situação)	15	José Vicente (Oposição)	03	José Marcos (Situação)	03	José Marcos (Situação)	-
2º	Vital (Oposição)	03	Paulo G. (Situação)	18	Kátia (Situação)	04	José Hélio (Oposição)	05	José Hélio (Oposição)	01
3º	Geraldo Corrêa (Situação)	04	José M. (Situação)	25	José Marcos (Situação)	05	Kátia (Situação)	06	Kátia (Situação)	02
4º	Antônio Carlos (Situação)	05	João Hamilton (Situação)	26	Aldair (Oposição)	07	Aldair (Oposição)	16	Antônio Carlos (Indeciso)	09
5º	Cosme Soares (Oposição)	11	Tancredo (Situação)	28	José Hélio (Situação)	12	Geraldo C. (Situação) e Ivan (Situação)	16	Aldair (Oposição)	13

Quadro 04 – Vereadores que menos fizeram indicações/requerimentos

Fonte: Resultado de análises de documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Elaboração de Roberto Mendes Ramos Pereira.

Ser ligado ao governo facilita, em princípio, o encaminhamento das questões de seus “clientes”, ressaltava Kuschnir, mostrando que, também no Rio de Janeiro, tal prática é semelhante à de Montes Claros²³¹. Confirmando esta configuração nos trâmites de solicitações e encaminhamentos de demandas pelos vereadores ao poder executivo, um vereador de oposição à época, em entrevista, ao ser questionado por que contou com tão poucas indicações/requerimentos, afirmou que: “requerimento no processo legislativo, ele é uma mera solicitação do parlamentar à administração pública ou a quem quer que seja, de

opiniões, avaliamos uma predominância de respostas dentre os vereadores consultados para determinar a posição de cada vereador.

²³¹ KUSCHNIR, Karina. **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**. p. 87.

atendimento a determinadas demandas. Então, assim, uma das primeiras dificuldades era porque a gente não era atendido “.²³²

Numa análise sobre a Câmara Municipal de Montes Claros que vigorou na legislatura entre 1997 e 2000, percebemos dois grupos nitidamente formandos e estruturados em torno de interesses que se chocavam, formando o que comumente entendemos como o grupo da situação e o de oposição.

Este quadro não é específico de Montes Claros nem de um tempo determinado de sua história. Na legislatura anterior (1992-1996), por exemplo, existia um grupo de oposição ao prefeito municipal que ficou conhecido com “Grupo dos Onze”. Tal característica também encontra-se na política de outros municípios, estados e ainda na política nacional, sendo uma marca da prática política no país. Karina Kuschnir, nesta direção, identifica situação semelhante na realidade carioca, mostrando que “quanto mais equilibrado o número de vereadores em ambos os grupos, maior a necessidade do governo de negociar e ampliar seu número de aliados”.²³³

Entendemos que é muito difícil, se não impossível, um vereador atuar de forma independente e isolada. Geralmente age junto a outros vereadores, deputados estaduais e federais, ao prefeito, evidenciando uma dependência em relação a outros atores políticos para desenvolver suas tarefas (as regulares de um legislador e aquelas ligadas aos atendimentos de pedidos de seus eleitores/clientes). Do contrário, sendo oposição, sofre com as dificuldades de não ter acesso aos recursos do executivo, tendo com esse uma relação conflituosa e não harmônica. Apesar de a Constituição Federal no seu artigo segundo²³⁴ defender que os poderes devem ser harmônicos entre si, o que percebemos é que tal harmonia ocorre mais nitidamente entre vereadores de situação e o prefeito.

Identificamos um terceiro critério nas relações de amizade tecidas pelo vereador, que possibilitam e reforçam as suas redes políticas tanto dentro como fora do município. Félix G. Lopez, tratando da realidade do município de Araruama, no Rio de Janeiro, mostra que os vereadores utilizam da rede de relações pessoais e de amizade, inclusive dentro da administração pública, para que sua capacidade de atendimento das demandas da população seja maximizada.²³⁵

²³² Entrevista concedida pelo ex-vereador “Roberto Carlos Ferreira da Silva” no dia 15 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

²³³ KUSCHNIR, Karina. **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**, p. 67.

²³⁴ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

²³⁵ LOPEZ, Op. Cit. p. 163.

Ora, se o vereador aciona seus contatos com outros agentes políticos para realizar suas funções ou mesmo para atender as demandas populares que lhes chegam cotidianamente, é importante notar que esse processo possui uma dinâmica própria. Dívidas e compromissos são gerados nesses contatos, tanto entre população – visualizada como ponto de origem das demandas – e os vereadores como entre esses e outros políticos, como prefeitos e deputados, todos e cada um colhendo os benefícios que tal rede propicia, de acordo com os interesses de cada parte. Assim, como argumenta Bezerra, “no universo político, a idéia de compromisso remete, mais frequentemente, ao vínculo moral estabelecido entre políticos ou entre estes eleitores em virtude de troca ou promessa de troca de ajudas, serviços e apoio”.²³⁶

O antropólogo Marcos Otavio Bezerra, escrevendo em 1999 e tratando das relações que o Congresso Nacional tem com as lideranças políticas locais em todo o país, ressalta que a expectativa parlamentar é que os favores e serviços prestados aos prefeitos, vereadores ou outras autoridades municipais contribuam para a consolidação de sua reputação e sejam retribuídas sob a forma de apoio político.²³⁷

Essa realidade realça o poder que as alianças têm no campo político local, principalmente no que tange às relações entre vereadores e prefeitos. Se aqueles dependem da decisão do prefeito para atender seus requerimentos, solicitações e indicações, o próprio prefeito, visto como agente detentor tanto do poder econômico da máquina administrativa quanto do poder de decisão sobre quais pedidos atender ou vetar, também se mostra como elemento ativo na rede política. Num estudo sobre as câmaras municipais brasileiras, onde se buscou traçar um perfil da carreira e da percepção sobre o processo decisório local, Maria Teresa Miceli Kerbaui, da Universidade Estadual Paulista, cita Souza (2004), mostrando que

As pesquisas sobre o legislativo local, surgidas no final da década de 1990, apontam para uma instituição clientelista por excelência e homologadora das decisões do prefeito, nas quais as transferências de recursos individualizados garantem a reeleição dos vereadores e a permanência de um círculo vicioso da política local, regido pelo clientelismo, pelo mandonismo, pelo paternalismo e pela hipertrofia do poder executivo, com relações de dependência político-partidária dos governos locais para com os governos estaduais.²³⁸

Algumas considerações devem ser feitas a esse respeito, pois apontam para características importantes do legislativo municipal e que não se restringem à realidade montesclarenses. Uma delas se refere à postura de paternalismo do chefe do executivo aos vereadores aliados. Se o autor mostra que a reeleição destes é favorecida pelas facilidades de

²³⁶ BEZERRA, **Op. Cit.** p. 118.

²³⁷ *Ibid.*, p. 130.

²³⁸ KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**. v..11, n.2, Campinas, out./2005.

acesso do vereador aos bens e serviços públicos concedidos pelo executivo, é possível, de certa forma, identificar, em Montes Claros, a razão de a maioria²³⁹ dos seus vereadores conseguirem o terceiro mandato (alguns já no quarto mandato) por estarem aliados ou terem uma relação amistosa com o(s) prefeito(s). Na cidade de Araruama, Lopes, em entrevista com um ex-chefe de gabinete do prefeito, mostra uma situação bastante significativa nesta trama. Ele identifica na fala do funcionário que o critério de atendimento é um dos principais instrumentos de controle do executivo sobre o legislativo, ressaltando que 80% do atendimento são pautados por critérios políticos e 20% por critérios técnicos.²⁴⁰

Essa proximidade aponta para a importância das alianças firmadas entre os poderes executivo e legislativo. No entanto, como ressaltado, isso não é característica específica da política local. Em âmbito nacional, escrevendo o texto *O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil*, Carlos Pereira e Lúcio Renno ressaltam que, para serem reeleitos, são significativos, o envolvimento e a proximidade que os parlamentares têm com o executivo. Ainda que esses não se mostrem como únicos fatores explicativos para as reeleições, para eles

Evidências apresentadas mostram que a capacidade do executivo de influenciar eleições legislativas varia e depende fundamentalmente das características particulares das eleições presidenciais. A conexão eleitoral brasileira é condicionada pelo executivo, mas o impacto deste último varia de acordo com as características daquele que exerce o cargo: Presidentes populares e diretamente envolvidos no processo eleitoral aumentam as chances de reeleição de seus aliados na Câmara. Na ausência de um Presidente com essas características, outros fatores, principalmente referentes à competitividade das eleições legislativas, passam a ser ainda mais influentes no sucesso eleitoral dos parlamentares candidatos à reeleição. Portanto, uma teoria sobre reeleição para Deputados Federais no Brasil deve também levar em consideração as características das eleições presidenciais.²⁴¹

Não temos um estudo que trate da mesma questão especificamente em Montes Claros a fim de exemplificar tal quadro na política local, mas percebemos, através das entrevistas realizadas nesta pesquisa, a importância que os vereadores dão à posição de serem aliados do executivo, mostrando, por outro lado, as dificuldades encontradas, principalmente para sua reeleição, quando se é oposição ao prefeito, inclusive tratando da importância de ter outros vereadores aliados. Num depoimento bastante representativo, um vereador define com

²³⁹ Vereadores que alcançaram o terceiro mandato a partir da década de 1970 e sua relação com o poder executivo municipal: Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (1977-1982 (situação) / 1983-1988 (oposição) / 1989-1992 (situação)), Geraldo Correia Machado Filho (1977-1982 (situação) / 1993-1996 (sem referência) / 1997-2000 (sem referência)), Ademar de Barros Bicalho (1993-1996 (partido aliado) / 1997-2000 (situação) / 2001-2004 (situação) / 2004-2008 (situação)).

²⁴⁰ LOPEZ, Op. Cit. p. 158.

²⁴¹ PEREIRA, Carlos; RENNO, Lúcio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 4 (108), out-dez/2007, p. 682.

propriedade o que viveu nos anos em que foi parlamentar municipal entre 1992 e 2000. Questionado sobre suas dificuldades na função de vereador, ele diz:

A primeira é dentro da própria, do próprio serviço público. Vamos dizer assim, nós éramos 21 vereadores na época. Na realidade, sete eram homens íntegros, trabalhadores, envolvidos com a questão pública e social e o resto, não, na minha forma de analisar e de conviver com eles lá. Então, a maior dificuldade era essa, porque a gente era minoria, sempre foi minoria e o executivo sempre ditou as regras do poder legislativo, porque nós éramos apenas sete, to dando um exemplo, sete que idealizavam realmente cumprir nosso mandato, os outros 14 não tinham interesse, eram interesses, assim, pessoal ou então de servir bem o prefeito, ou os prefeitos, eu trabalhei com dois prefeitos. A maior dificuldade era essa, você sentir, querer cumprir a sua função, e os próprios colegas te impediam ou às vezes eles davam total cobertura ao executivo para impedir que você consiga executar. E não era quem ficava prejudicado, a gente ficava sentido, porque quem estava prejudicado era o contribuinte, era o eleitor. Essas foram as maiores barreiras. [...] É a maior tristeza é exatamente esse trelamento (sic) do legislativo com o executivo e a subserviência da maioria, é lógico que não é todos, dos legisladores com o poder executivo.²⁴²

No caso do estudo de Pereira e Renno, estes mostram que “quanto maior a execução orçamentária, bem como o fato de ser membro de um partido da base de sustentação do governo, tiveram impacto positivo e estatisticamente significativo nas chances de vitória eleitoral do Deputado Federal candidato à reeleição.”²⁴³

Através dos pedidos entre vereadores e demais agentes políticos, visualizamos uma clara dependência entre eles. Mais que isso. Percebemos que a construção desses laços é importante à sua sobrevivência política, uma vez que dessas relações originam acordos e possibilidades de atendimento às demandas daqueles que estão na outra ponta da rede, a população, da qual ele se considera representante e junto à qual o seu capital político é construído.

É importante notar que os pedidos se multiplicam na reciprocidade com que ocorrem no interior das redes políticas. Tanto são dirigidos a estes agentes como também se originam deles, com outros objetivos. Os pleitos têm, dessa forma, uma dimensão difusa, partindo de vários pontos e indo para várias direções. Bezerra, num capítulo específico sobre os pleitos e as redes políticas locais, mostra o quanto os parlamentares do Congresso Nacional também se beneficiam dessas redes políticas construídas com os vereadores e demais lideranças políticas locais, apontando, inclusive a importância dos vínculos pessoais para seu capital político:

Os vínculos com prefeitos, vereadores, líderes de igrejas, presidentes de associações e profissionais são canais pelos quais o parlamentar cria e se faz presente em suas bases. Ademais, pode-se ver nessas relações o modo como o político constrói sua liderança. A relação com as bases efetua-se também por meio

²⁴² Entrevista concedida pelo ex-vereador “Arnaldo Gomes dos Santos” no dia 10 de julho de 2008, no gabinete de um deputado estadual de Montes Claros.

²⁴³ PEREIRA; RENNO. **Op. Cit.** p. 679.

da participação em atividades coletivas, isto é, que mobilizam e agregam os moradores como o futebol, as festas e a igreja. A presença do político nestes eventos mostra a conexão da atividade política e outras formas de sociabilidade. De modo geral, dois aspectos, portanto, são utilizados pelo parlamentar para caracterizar as bases: os vínculos pessoais e a integração à comunidade.²⁴⁴

Estar em sintonia com as pessoas em espaços próximos de convívio apresenta-se como estratégia política de construção/manutenção da liderança que se possui nas bases eleitorais. Nesta direção, alguns agentes se mostram como elementos essenciais na rede de contatos para a sustentação política do vereador: seus assessores e os presidentes de associações de moradores de bairros.

A figura do presidente de associação dos moradores, em nossa pesquisa, apresenta-se como um importante agente na construção do capital social do vereador frente aos moradores. É ele quem faz a ligação de uma comunidade ou entidade com o vereador, servindo-se de *link* entre essas partes e, em alguns casos, acaba se tornando um funcionário do gabinete do vereador. Se o vereador procura manter seu capital político frente à comunidade, o presidente da comunidade, eleito por ela, é quem está investido de legitimidade e, portanto, apresenta-se como seu representante legal para resolver os problemas do bairro. Assim, ele se faz presente cotidianamente nos corredores da câmara municipal, pedindo melhorias acordadas nas reuniões da associação. Foi isso o que percebemos durante todo período em que estivemos nos corredores da Câmara Municipal.

Alguns momentos da pesquisa mostraram-se significativos em torno dessa importância do presidente da associação de moradores ou do representante da comunidade. Um deles foi o relato dado pela irmã de um entrevistado, Elton Rodrigues, que, em face da pergunta se eles participavam de algum movimento comunitário, ela disse que “não” e que é o presidente que geralmente resolve os problemas do bairro, como se ele ficasse encarregado para tal fim. Por outro lado, noutro bairro, o próprio presidente da associação de Moradores do bairro Joaquim Costa se dizia inconformado pela falta de interesse e desunião da comunidade. Tanto num quanto noutro caso, a figura do presidente da associação carrega o ônus da busca, quase solitária, por melhoria para o bairro, uma vez que a população do bairro não se disponibiliza para um maior envolvimento com os problemas da comunidade.

Um dado que nos faz perceber o significado deste agente social, que também faz parte das redes políticas do vereador, são os inúmeros abaixo-assinados anexados aos requerimentos dos vereadores e dirigidos ao prefeito municipal. Neles, as demandas por melhorias nos seus espaços de moradia representam interesses coletivos e particulares

²⁴⁴ PEREIRA; RENNO. **Op. Cit.** p. 103.

simultaneamente, uma vez que não representam uma necessidade de toda a cidade nem tampouco de uma pessoa apenas. O abaixo-assinado, sendo um instrumento legal utilizado para expressar as demandas de um grupo, é assinado por um representante, geralmente o presidente da comunidade, sendo subscrito por cada um do grupo. O vereador, fazendo o papel de intermediador, reescreve o pedido da população, transformando-o numa indicação, apresentada em reunião junto aos seus pares. Exemplo disso foi o abaixo-assinado dos moradores do Bairro Alterosa, em agosto de 1996. Nele encontra-se o seguinte pedido:

Montes Claros, 16 de agosto de 1996.
Ilmo. Sr. Prefeito Luiz Tadeu Leite,
Os abaixo-assinados, moradores do bairro Alterosa vem solicitar do Ilmo. Sr. Empenho para pavimentação poliédrica nas seguintes ruas Vila Nova, Cruzeiro, Fraternidade.
Pedimos também a complementação do asfalto da rua Bela Vista, totalmente destruída após a obra da rede de esgoto.
O tráfego de veículos é constante e a quantidade de poeira tem causado danos à saúde dos moradores.
Por tratar-se de providência que beneficiará numerosa população, solicitamos o vosso empenho e a especial atenção de V. Sa..²⁴⁵
Esperamos com fé e esperança.

A finalização do pedido, expressando a forma de como se vai esperar o atendimento (“com fé e com esperança”) evidencia que estes elementos não são monopólio das relações do campo religioso, em que o fiel espera no santo ou em Deus a graça solicitada. Não podemos excluir sua existência também do universo político, principalmente na relação entre cidadão e político, eleitor e candidato. No entanto, como ressaltamos, é válido indicar que tal confiança não tem a mesma intensidade nos campos religioso e político. No primeiro, ela ocorre de forma muito mais vívida, uma vez que, mesmo não sendo atendido, o solicitante não desiste da sua busca, fato que não ocorre no universo político.

Uma semana após a escrita do abaixo-assinado, um vereador expõe ao prefeito as seguintes palavras numa de suas indicações:

O vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta a seguinte indicação: que se oficie ao Exmo. Prefeito Municipal de Montes Claros, Dr. Luiz Tadeu Leite, solicitando-lhe atender reivindicações dos moradores do bairro Alterosa conforme abaixo-assinados em anexo.²⁴⁶

Tanto neste exemplo, quanto em outros, como o do pastor de uma igreja evangélica que escreve para um vereador solicitando a colocação de um poste de iluminação pública em frente ao templo em que realiza o culto, percebemos a importância do líder, que também tem

²⁴⁵ Abaixo-assinado dos moradores do bairro Alterosa, de 16 de agosto de 1996, dirigido ao prefeito Luiz Tadeu Leite. Fonte: Arquivo Geral Ivan Lopes.

²⁴⁶ Indicação nº 16, de 27 de agosto de 1996, do vereador Ademar Bicalho. Fonte: Arquivo Geral Ivan Lopes.

um papel de mediador na solução dos problemas do seu grupo, mostrando, assim, que interceder não é função exclusiva no vereador. Ela existe em vários níveis.

As associações ou entidades filantrópicas, independentemente da área social em que atuam, têm se mostrado como grandes beneficiárias do poder público, no interior do qual se destaca o vereador como figura central na intermediação de suas conquistas. Uma das formas de beneficiamento às associações ou entidades comunitárias que se conformam como aliadas ou parceiras do vereador ocorre através de sua institucionalização pela Lei de Utilidade Pública²⁴⁷, reconhecimento que ocorre na esfera municipal apenas através da proposição do vereador junto aos seus pares nas reuniões. Esta modalidade também existe nas esferas estadual e federal, sendo uma condição mínima para que a associação possa receber, legalmente, doações de diversas origens, subvenções sociais ou ser beneficiária de programas governamentais.

Esse atrativo parece ser uma motivação para o surgimento de entidades sociais e filantrópicas na cidade e na região. Numa rápida consulta junto ao Cartório de Registro, Títulos, Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Montes Claros, onde ocorre o registro dessas associações, notamos a existência de mais de mil entidades em toda a região que circunda o município. Este campo de atuação junto a tais entidades filantrópicas é bastante freqüentado pelos vereadores, uma vez que dá mais legitimidade às suas ações.

Se o representante da associação de moradores tem papel fundamental na construção da imagem do vereador junto à comunidade, uma vez que traz o vereador para o interior do bairro e leva àquele os anseios dos moradores, o assessor do parlamentar do legislativo municipal também se mostra como essencial na construção do prestígio do edil. Segundo Marcos Otávio Bezerra, o trabalho do assessor se torna importante para o político, pois consiste em saber conduzir os contatos, sobretudo aqueles que envolvem eleitores e autoridades.²⁴⁸ Dessa forma, notamos que sua função para a solidificação da rede política em torno do vereador é extremamente central se este tem interesse em aumentar ou manter seu prestígio e popularidade.

²⁴⁷ “A Lei Estadual nº 12.972, de 27 de julho de 1998, dispõe sobre o reconhecimento de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como entidades de utilidade pública. Tal norma faz parte de um arcabouço jurídico antigo e de uma visão já ultrapassada de que as entidades assim reconhecidas são complementares à ação do Estado e, por isso, devem ser financiadas e tuteladas por ele. A mera existência da organização ou a validade da sua causa é tida como suficiente para justificar doações a fundo perdido. Até hoje ocorrem, no Estado, repasses de recursos a essas instituições a título de subvenção social”. Texto extraído de uma informação técnica elaborada pela consultora da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Vânia Lúcia Baltar Bastos. Disponível em <<http://www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tecnico/UtiPub.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2008.

²⁴⁸ BEZERRA, Op. Cit. p. 105.

Questionada sobre o que ela mais ouve das pessoas na sua função de assessoria a um vereador, uma entrevistada disse:

Geralmente, a grande maioria das vezes os que vêm aqui reclamam de infraestrutura no bairro com relação a ruas, a chuva, lama, falta de iluminação. Têm pessoas que pagam taxa de iluminação pública e não tem luz na porta de casa, né, este tipo de coisa. Infra-estrutura principalmente. A segunda coisa é, vêm sempre pessoas pedindo emprego, à procura de emprego, oferecendo curriculum, tal, e às vezes vem muita gente pra pedir, mas é pra pedir um gás, pedir um dinheiro, tal, e aí eu tenho que sentar com a pessoa, tento explicar que aqui não é, o vereador trabalha em função do coletivo, que por lei isso é proibido a dar esse tipo de ajuda em dinheiro, né. Então é complicado.²⁴⁹

Dessa forma, percebemos que o assessor também faz um papel de intercessor entre a população e o vereador. Sendo um auxiliar bastante visado pela população, o assessor, muitas vezes, consegue resolver muitos problemas antes mesmo de chegar ao parlamentar. Em tempo de campanha eleitoral, sua importância aumenta. Neste período, segundo Kuntz, o trabalho do assessor extrapola a função de atendimento ao público:

À assessoria política do candidato cabem as tarefas políticas da campanha, tais como: administração das alianças, recepção e encaminhamento das reivindicações, controle da agenda do candidato, supervisão e organização de comícios, roteiro e cronograma de viagens do candidato, trabalho de aliciamento político junto a lideranças sindicais e sociais, participação na elaboração estratégica de nível político do candidato, articulações intrapartidárias e extrapartidárias, supervisão e análises dos efeitos da campanha junto ao eleitorado, arregimentação, seleção, cadastramento e orientação de cabos eleitorais e inúmeras outras atividades nitidamente políticas, capazes de absorver o tempo integral dos assessores.²⁵⁰

Um atributo que Bezerra percebe que o assessor deve ter é o que ele chama de “jogo de cintura” neste contato com eleitores e autoridades, tomando cuidado para não “chatear”, “aborrecer”, “agredir”, “rejeitar” ou “constranger” quem procura o parlamentar.²⁵¹ Essa constatação confirma novamente o que um vereador entrevistado percebe quando ressalta que o que ele procura fazer é “atender e sempre dar esperança às pessoas”, não dizendo “não” aos pedidos das pessoas. Entendemos que aí se encontra um ponto crucial entre as preocupações do vereador, que é o de construir e reforçar seus contatos com a população e outros membros da sua rede política.

Uma prática comum entre os vereadores analisados é a do cadastramento das pessoas que recorrem aos gabinetes, anotando-se nomes, endereços, data de aniversário, para que nos momentos propícios sejam enviadas cartas, malas diretas, cartões de aniversário ou

²⁴⁹ Entrevista concedida pela assessora de um vereador de Montes Claros no dia 24 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

²⁵⁰ KUNTZ, Ronald A. **Marketing Político: Manual de campanha eleitoral**. 8ª ed. São Paulo: Global, 2000, p.17.

²⁵¹ BEZERRA, **Op. Cit.** p. 105.

correspondências gerais²⁵² sobre as ações do vereador, tudo para que haja um contato constante com cada um.

Na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Kuschnir relata que todos os vereadores têm esse cadastro de potenciais eleitores, uma listagem que pode chegar a mais de 50 mil nomes.²⁵³ Na esfera federal, Bezerra percebeu uma forma mais aperfeiçoada de registro quando as pessoas (particulares, prefeitos, vereadores, lideranças locais, dentre outros agentes políticos) vão pedir algo aos deputados. Nestes registros são anotados: o nome do solicitante, telefone, fax, data de aniversário, endereço, empresa, cargo, data do pedido, descrição do pedido, sem contar que há espaço para descrição do andamento do mesmo.²⁵⁴ Tal prática se mostra como consensual entre os políticos como uma das formas de manter as pessoas que lhes procuram sempre em contato, não se desligando desses eleitores ou aliados em potencial.

É importante ressaltar que o assessor é tanto a pessoa que faz a função de manter os contatos com a população, como também é aquele que faz a intermediação entre o vereador e outros agentes políticos, como prefeitos, secretários, deputados, autoridades e empresários. Nesta função, vale apontar um fator citado por Félix G. Lopez como importante na pessoa do assessor: este, além de possuir uma gama de contatos e facilidades nesta função de expandir os vínculos do edil, tem que ter também conhecimento técnico sobre as atividades diárias do parlamentar, principalmente no que se refere ao trabalho parlamentar de criação de leis, projetos, etc. No entanto, o autor, analisando a realidade de Araruama, ressalta que, na escolha de um assessor, tendo como opções o critério técnico e o critério dos vínculos pessoais tecidos pelo vereador (amizade, parentesco, inserção na comunidade, retribuição de favores prestados em campanha), neste espaço do Rio de Janeiro o critério técnico é quase desprezível, mostrando que os vínculos do parlamentar são primordiais na escolha daqueles que lhe vão assessorar.²⁵⁵

Voltando às redes, o que se percebe na relação entre vereadores e os demais membros da sua rede política é uma dependência caracterizada pela confirmação de compromisso e de uma fidelidade de apoio que nos faz perceber uma forma de como os vereadores entendem a política, ou seja, apoiar alguém é desejar receber apoio. Ajudar é buscar ser ajudado. Atender significa desejar também ser atendido.

²⁵² Em Montes Claros, essa prática foi de envio de correspondências, cartões e comunicações gerais como mala direta foi extinta nesta legislatura, sendo possível apenas as comunicações via e-mail.

²⁵³ KUSCHNIR, Karina. **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**. p. 38.

²⁵⁴ BEZERRA, Op. Cit. p. 110.

²⁵⁵ LOPEZ, Op. Cit. p. 160.

Vale ressaltar que o atendimento dos pedidos realizados nesta rede política é um aspecto a mais sobre o que vimos no capítulo anterior sobre as dídivas trocadas. Isto porque ele parece combinar-se a uma lógica complementar e que se funde à do mercado político, em que clientes compram e trocam seus produtos, mas exigem o retorno. Isso é diferente da lógica da dádiva no seu sentido mais “puro” ou “original”, em que a retribuição não é uma exigência para quem dá ou oferece o benefício. Nas relações políticas isso é praticamente impossível. Neste universo, quando o vereador recebe um apoio, favor ou benefício de algum deputado ou prefeito, com certeza espera-se dele um retorno. Do contrário, logo é qualificado como infiel ou traidor. Esta realidade não ocorre no campo religioso, na relação entre fiel e santo, uma vez que existem elementos como a esperança, a paciência e a fé no atendimento futuro como fatores fundamentais nessa relação e que reforçam os vínculos.

Essa face dos compromissos no campo político foi analisada por Bezerra junto ao Congresso Nacional. Segundo ele, entre os deputados há a idéia de que “as acusações de traição são dirigidas, sobretudo, àquelas lideranças que não retribuem o apoio e os favores recebidos, isto é, não reconhecem que possuem uma dívida com o parlamentar”.²⁵⁶ Em Montes Claros, percebemos a mesma lógica e forma de representar tal situação, quando identificamos nos discursos dos entrevistados um sentimento de revolta quando falam que os políticos (sejam estes vereadores, prefeitos ou deputados) só os reconhecem no período de eleição, mostrando que eles entendem que o vereador, por exemplo, após eleito, também possui uma dívida para com ela e a população em geral.

Diante do exposto, percebe-se nas trocas de apoio no interior dessas redes políticas uma forma de comportamento, uma ética na conduta de cada um daqueles que as compõem. Isto quer dizer que, se um vereador atende a uma pessoa nas suas necessidades, ele pressupõe que esta é uma eleitora sua em potencial. Não que isso seja uma regra geral, mas entendemos que o atendimento e, conseqüentemente, a satisfação da pessoa em relação à atenção recebida pelo vereador, gera um compromisso e, muitas vezes, uma obrigação para com o mesmo. Repetimos: essa não se conforma como uma regra geral, pois algumas vezes o que ocorre é a pessoa atendida não mais ter compromissos com o vereador, uma vez que entende que a “dívida” foi paga com o seu voto. Além disso, vale a pena lembrar que os laços que os ligam não se conformam como duradouros e rígidos, mas flexíveis e indefinidos.

²⁵⁶BEZERRA, Op. Cit, p. 140.

3.2. Vereadores x Prefeito: entre a dependência e a autonomia

A relação entre os vereadores e o prefeito dentro do quadro das redes tecidas por eles é complexa e repleta de contradições. Ambas as partes ficam no impasse entre ficar na dependência (fortalecendo seu capital político) ou numa posição de autonomia (fragilizando seu capital político) em relação ao outro poder. A Constituição Federal preconiza que os três poderes, executivo, legislativo e judiciário são autônomos.²⁵⁷ Mas, perguntamo-nos: na prática, ou melhor, no interior da cultura política que temos tentado analisar, principalmente no que se refere a esta relação entre os poderes legislativo e executivo municipal, essa autonomia é possível?

De um lado, encontramos o vereador, visto como um representante do povo e que busca agir em conformidade com os anseios daqueles que o elegeram. Assim, como já vimos, procura ter uma postura de intermediário na busca de soluções para as necessidades da população.²⁵⁸ De outro, está o chefe do poder executivo, também eleito democraticamente, mas com a função de dar execução aos projetos elaborados para a melhoria do município.

Apesar de estarem agindo nos seus respectivos campos, ambos os lados compartilham de uma sensação comum: a de estarem continuamente dependentes um do outro. Esta é a idéia com a qual trabalhamos, principalmente porque no centro de tudo está a necessidade de atendimento das demandas da população. Caso uma das partes não corresponda às pressões ou solicitações do outro poder, sua ação fica um tanto limitada e prejudicada. Daí, duas opções são disponíveis ao vereador: ou se é situação, aliado ao prefeito, ganhando um importante apoio na sua tarefa de atendimento às pessoas que lhe procuram, ou se é oposição, sofrendo as pressões e encargos inerentes ao trabalho de fiscalizador.

Essa dupla dependência é evidenciada no período eleitoral. Numa reunião de campanha eleitoral à prefeitura e à Câmara Municipal de Montes Claros em 11 de agosto de 2008, no bairro Morrinhos, tivemos a possibilidade de ouvir repetidamente pedidos para a população votar em candidatos a vereador, mas que fossem ligados ao prefeito, para trabalharem juntos e aprovarem os projetos de lei de interesse do executivo.²⁵⁹

Para o vereador, muitas vezes, o apoio do prefeito se mostra como um fator determinante para sua reeleição, como ressalta uma nota no Jornal de Notícias de 29 de julho

²⁵⁷ BRASIL. Constituição Federal. Art. 2.

²⁵⁸ Essa realidade já fez parte da história política recente de Montes Claros, no período do coronelismo. Segundo Laurindo Mékie, quando os indivíduos apelavam para o poder público, o favor era o mecanismo mais utilizado, sendo que o vereador geralmente era o intercessor junto ao prefeito municipal para resolver as demandas da pessoa.

²⁵⁹ Discurso político realizado na reunião de campanha do candidato Luiz Tadeu Leite, no bairro Morrinhos em 11 de agosto de 2008.

de 2004, exatamente um ano de eleições municipais: “Depois de ouvir reclamações dos vereadores que correm atrás de mais apoio em busca da reeleição, o prefeito deixou claro que a situação é complicada, porque se preocupa basicamente em administrar a folha de pagamento”.²⁶⁰

Essa preocupação em evidenciar seus trabalhos em anos eleitorais também ficou nítida num ofício dirigido por um vereador ao presidente da Câmara solicitando da mesa diretora a convocação dos vereadores para que trabalhassem num período de recesso, expondo como única justificativa de que “trata-se de ano eleitoral, sendo possível a reeleição”.²⁶¹ Tal concepção que une a realização de obras à reeleição do político pode ser entendida pela idéia de Bezerra que entende que as obras têm a propriedade de ser algo que “aparece” para a população, sendo, pois, um elemento de distinção daquele que as realiza, sobressaindo dentre os demais agentes políticos.²⁶²

Entendemos que o vereador, para que possa ver seus projetos sendo concretizados e ver seu capital político ganhar notoriedade, além de ter que contar com a aprovação dos seus colegas de câmara (que aponta para uma dependência mútua no interior dessa instituição), na maioria das vezes precisa do respaldo do chefe do executivo para que suas propostas sejam executadas. Do contrário, seus projetos são arquivados, ignorados ou vetados. Kuschmir, analisando essa relação entre o legislativo e o executivo municipal no Rio de Janeiro, ressalta que o vereador muitas vezes se vê impotente frente ao executivo. Ela relata que:

Em graus variados, os vereadores acham que o executivo tem mais poder que o legislativo. Além da dificuldade de aprovar projetos, derrubar vetos e fazer prevalecer suas propostas de um modo geral, os parlamentares também não conseguem exercer plenamente sua função de fiscais do governo. Em diversas ocasiões, vereadores falam da preocupação de que, normalmente, “o executivo tudo pode, pois tem um poder de fogo muito maior que o legislativo. A gente (os vereadores) fica muitas vezes com um papel só decorativo”.²⁶³

O vereador, então, fica numa posição bastante delicada, pois ele tem sua ação e, principalmente, sua capacidade de atendimento às demandas que lhes chegam diariamente, condicionada por suas escolhas em relação às alianças ou acordos feitos com outros agentes políticos, capazes de oferecer-lhe meios concretos de corresponder aos pedidos da população.

Essa realidade foi identificada por Lopes em Araruama, no Rio de Janeiro. Segundo ele,

A maior parte das demandas que o vereador recebe tem sua solução condicionada ao atendimento por parte do Executivo e de suas secretarias. O vereador é

²⁶⁰ JORNAL DE NOTÍCIAS. Política. Ano XV. Nº 4049. Quinta-feira. Montes Claros. p. 3.

²⁶¹ Ofício do vereador Ademar Bicalho. Fonte: Arquivo Geral Ivan Lopes.

²⁶² BEZERRA, **Op. Cit.** p. 125.

²⁶³ KUSCHNIR, Karina. **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**, p. 68.

permanentemente confrontado com uma escolha, que confere inteligibilidade à dinâmica relacional entre Executivo e Legislativo: apoiar o governo e o Prefeito e ter maior possibilidade de eles corresponderem aos seus interesses, ou ser oposição e ter sua capacidade de atendimento cerceada.²⁶⁴

O que pudemos perceber nesta relação entre vereadores e prefeito em Montes Claros é que parece haver uma supervalorização do poder executivo, com o qual se encontram os recursos necessários para atender a população, e uma minimização do poder legislativo municipal, que, em busca de um aumento do capital político na sociedade, acaba por enveredar-se no campo dos atendimentos pessoais e comunitários.

Num sentido específico, o prefeito parece sofrer do mesmo problema que o vereador: a falta de recursos. Tanto o prefeito no mandato entre 1992 e 1996, senhor Luiz Tadeu Leite, quanto o prefeito entre 1997 e 2004, o senhor Jairo Ataíde Vieira, reafirmam que a grande dificuldade que o poder executivo municipal vivenciava era a incompatibilidade entre as demandas sociais e os recursos da prefeitura. Para Luiz Tadeu Leite,

As dificuldades que os prefeitos sempre tiveram é a demanda de obras que muito maior do que a possibilidade financeira de qualquer município. Todos os prefeitos de todas as prefeituras sempre tiveram a verba menor do que a necessidade. O grande problema que você tem é priorizar, porque nunca tem verba quando não é prioritário, e sempre terá verba quando é prioridade. Então você saber distinguir aquilo que é prioritário daquilo que não é uma arte muito importante pra o prefeito executar, e a gente as vezes quer fazer, o prefeito tem vontade de fazer, de beneficiar o maior número possível de populares, do povo da nossa cidade, mas se esbarra na questão da falta de verbas.²⁶⁵

O ex-prefeito Jairo Ataíde complementa tal concepção:

Prefeito, eu te disse aqui também, ele é visto como um pai. E como uma pessoa capaz de resolver todos os problemas. E ninguém é capaz de resolver todos os problemas de uma comunidade nem de um povo. É capaz de resolver alguns. Mas a maior dificuldade que todos os prefeitos enfrentam é a falta de recursos, a falta de dinheiro. (...) Eu costumo dizer que o prefeito não administra o dinheiro, ele administra a falta de dinheiro. Vontade, a gente, o prefeito tem muita, de realizar, de fazer, de buscar solução nas diversas áreas, ter a melhor educação é o que o prefeito quer, ser exemplo na educação para o Estado, o país, a saúde, nessas áreas básicas, na segurança, mas ele esbarra sempre no problema dos recursos. É dinheiro. Dinheiro é o maior problema para que ele possa realizar o trabalho que ele sonha e pretende fazer.²⁶⁶

Apesar da falta de recursos por parte do vereador, mas analisando o espaço ocupado por ele no campo político, percebemos a importância das redes para a construção de sua imagem pela população. Estar constantemente em sintonia com o executivo, assim, pode ser

²⁶⁴ LOPES, **Op. Cit.** p. 156.

²⁶⁵ Entrevista concedida pelo ex-prefeito Luiz Tadeu Leite no dia 01 de agosto de 2008, nas dependências da Rádio Terra, em Montes Claros.

²⁶⁶ Entrevista concedida pelo ex-prefeito Jairo Ataíde Vieira no dia 28 de agosto de 2008, em sua residência em Montes Claros.

uma posição vista como uma postura conveniente do ponto de vista político e eleitoral. Significativo, nesta direção, é o depoimento de um vereador de Montes Claros:

Eu sou vereador e o meu partido, o meu prefeito é o povo, eu procuro sempre estar ao lado do prefeito atual, não pelo fato de ser totalmente partidário, é pelo fato que eu sei que aonde eu busco a solução do povo é no município, então quem tá aqui hoje defendendo a prefeitura é aquele que realmente vai reivindicar algo aqui por eles. Então através desse trabalho que eu estou ao lado dessa administração sempre eu fui governista porque entendo que mesmo não atendendo totalmente as comunidades o pouco que a gente consegue é através do município. Mas existe, por exemplo, administrações que procuram atender melhor do que outras inclusive a atual administração, mas neste momento, por exemplo, o atual prefeito como os demais prefeitos anteriores sempre conseguiram atender muito bem dentro das reivindicações das comunidades.²⁶⁷ (grifos nossos)

Como indicamos, dentre tantos caminhos de solicitar e conquistar os meios necessários junto ao poder executivo para atender sua clientela, os requerimentos, as indicações e as solicitações dirigidas ao prefeito diretamente ou por intermédio do presidente da câmara, são comumente utilizados pela maioria dos vereadores.

Numa análise sobre esses pedidos realizados nas reuniões da câmara municipal, identificamos o teor e o conteúdo de cada um, o que nos fez perceber o alcance e a importância desses instrumentos para a consolidação política de cada um. Os pedidos investigados dirigidos ao executivo municipal foram os relativos aos anos de 1996, 2000 e 2004, referentes aos vereadores abordados nas entrevistas. Esse trabalho foi importante para percebermos uma significativa diferença, qualitativa e quantitativa, entre aqueles vereadores considerados “assistencialistas”, sempre de situação, e outros identificados como vereadores de oposição, com uma postura mais fiscalizadora.

Em termos qualitativos, os pedidos que mais se repetem são os relacionados a benefícios de infra-estrutura de urbanização para a comunidade, sejam estes associados a asfalto, redes de esgoto, água e energia elétrica, patrolamento e cascalhamento de estradas, calçamento, telefones públicos, policiamento, entre outros. Não nos preocupamos aqui se tais indicações são atendidas ou não, até porque muitas delas não dependem do prefeito, pois são de responsabilidade de empresas estatais como a CEMIG, a COPASA, DNER, entre outras.

O que visualizamos aqui é que tais instrumentos (requerimentos, indicações e solicitações) se mostram como meios de respaldar a postura do vereador enquanto intermediário ou representante popular, mesmo que o atendimento não se concretize. O valor do ofício, do requerimento, da solicitação, visualizado na sua objetividade material, está na

²⁶⁷ Entrevista concedida pelo vereador “Manuel Cardoso de Moura” no dia 26 de junho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

“prova” de que o parlamentar se interessou pelo caso do solicitante ou dos solicitantes, já que muitos deles se apresentam por meio de abaixo-assinados.

Outro fator interessante de análise é que o município parece ser regionalizado, tendo uma atuação mais forte deste ou daquele vereador em cada bairro (ou zona) da cidade. Além disso, tal divisão pode ser percebida de acordo com os ramos de atuação de cada um. Assim, é interessante perceber que, dependendo da região atendida pelo vereador, os pedidos também se diferenciam. Desta forma, nota-se entre os pedidos daqueles vereadores que trabalham junto à zona rural solicitações típicas deste meio, como o cascalhamento de estradas ou construção de pontes.

Comparando requerimentos e indicações dos vereadores de oposição e situação, percebemos um contraste qualitativo e quantitativo dos pedidos. Enquanto os vereadores de situação solicitam, em geral, melhorias para as suas localidades de trabalho, os de oposição fazem suas solicitações não para requerer tais benefícios. Isto fica claro nas palavras de um vereador que diz que não fazia indicações porque sabia que não iria ser atendido, mas fazia solicitações com um caráter mais de fiscalização, ou seja, requeriam documentos, informações sobre as contas públicas do município, agendamento de reuniões e tribunas livres para debates, etc.²⁶⁸ Essa caracterização, no entanto, não se mostra como regra geral. É apenas um aspecto que identificamos no contato com o conjunto de indicações. Vale ressaltar, além disso, que a maioria fica sem atendimento, seja por parte do executivo ou das entidades governamentais à quais foram dirigidos os pedidos.

A prática de fiscalizar, realizada por parte de alguns vereadores, se apresenta legitimada nos períodos eleitorais. Percebemos isso pela aceitação popular nas urnas, espaço em que esses vereadores se mostram também com uma significativa votação. Assim, é enganosa a possível hipótese de que vereadores com atitude de fiscalização saem prejudicados na preferência dos eleitores, comparando-os àqueles que adotam uma postura de corresponder às demandas populares numa lógica clientelista.

Identificamos uma posição bastante constrangedora para muitos desses vereadores com perfil mais fiscalizador, pois, em face da cultura política historicamente centrada no atendimento clientelista, eles ficam numa fronteira de conflito entre o atendimento à população e a fiscalização junto ao prefeito, este visualizado como um dos principais e possíveis aliados se o vereador quiser atender a população nas suas demandas.

²⁶⁸ Entrevista concedida pelo ex-vereador “Roberto Carlos Ferreira da Silva” no dia 15 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

Analisando o conjunto de indicações e solicitações em geral (QUADRO 05) dirigidas ao executivo municipal de Montes Claros, pudemos identificar alguns elementos interessantes de discussão. Primeiramente, percebemos que o conteúdo das indicações ou requerimentos dos vereadores, em sua maioria, aponta para uma caracterização da cidade como um espaço em constante crescimento. Os objetos das indicações são típicos de uma cidade em contínua expansão geográfica, fator demonstrado no primeiro capítulo desta dissertação. Montes Claros, por tal caracterização, faz sua população sentir falta de determinados benefícios sociais que se tornam objetos de demandas, ao passo que a população aumenta e seus limites territoriais ganham maiores proporções. Assim, não é de se estranhar que asfalto, patrolamento, instalação de rede de energia elétrica e de esgoto se mostram como elementos geralmente solicitados pelos vereadores junto ao prefeito.

No quadro, outros objetos de indicações aparecem e apontam para o grande alcance que as intervenções que o vereador faz entre população e poder executivo. Além das indicações relativas às demandas sociais por infra-estrutura nos diversos bairros, percebemos pelo menos mais dois tipos de indicações: as solicitações associadas a um trabalho de fiscalização numa busca de esclarecimentos sobre as ações do poder público (solicitações de reuniões com o comparecimento de chefes de órgãos municipais ou tribunas livres, prestação de contas, esclarecimentos sobre ações do poder executivo ou pedidos de documentos emitidos pelo prefeito e suas secretarias) e os relativos a congratulações, parabéns a pessoas de destaque social ou pesar por morte. Sobre este segundo tipo de indicação identificamos que na relação entre população e vereadores não há apenas uma busca por satisfação de demandas materiais ou de serviços, conferindo bem-estar aos moradores da cidade. Há uma transferência de outros elementos como atenção, pêsames, expressão de sentimentos por parte do vereador dirigidos às pessoas com as quais tem contato. Isto mostra mais uma vez que os vínculos pessoais construídos pelo vereador têm um significado muito mais amplo do que a simples troca recíproca de apoio.

Em face das diversas abordagens traçadas neste capítulo, pudemos compreender com maior clareza um importante aspecto que permeia o atendimento do vereador junto à população, nos seus anseios e demandas diárias. O vereador, apesar de não contar com um capital financeiro capaz de dar conta das inúmeras carências da população, preocupou-se bastante com um outro capital, o político, buscando atender das formas possíveis e disponíveis a população. Dessa forma, estratégias diversas foram utilizadas. Uns admitiram jamais dar uma resposta negativa às pessoas; outros tentaram explicar que essa não é tarefa do vereador, numa busca pela conscientização do solicitante. Em comum, esses vereadores têm a

busca por uma construção e manutenção de redes políticas capazes de lhes dar sustentação política para que eles consigam oferecer uma resposta satisfatória às pessoas que lhes vêm fazer suas solicitações. Nesta posição de mediador, tanto no plano material quanto no cultural, o vereador se mostrou ao povo como uma pessoa dotada de prestígio capaz de resolver seus problemas. Esse processo dialético em que o pedido popular, o atendimento do vereador e a multiplicação daqueles pedidos se sucedem, parece levar a um círculo vicioso na vivência popular da política, sendo, portanto, uma marca da cultura política no meio social.

CARACTERIZAÇÃO DO PEDIDO	Vereadores aliados ao prefeito						Vereadores opositoristas do prefeito					
	Manoel Cardoso de Moura			Arnaldo Gomes dos Santos			Guilherme Antunes Braga			Roberto Carlos F. da S.		
	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004
	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
Asfalto/capeamento asfáltico	23	38	7	9	36	Não se elegeu	0	2	0	Não era vereador neste ano	0	1
Energia elétrica	14	8	4	16	20		1	1	1		0	1
Patrolamento/cascalhamento	10	2	1	8	5		1	1	1		0	0
Calçamento	9	2	0	0	0		0	0	0		0	0
Telefone público/orelhão	9	6	3	12	8		1	1	0		1	0
Outros	8	13	1	6	4		3	4	2		0	3
Limpeza/entulho/roçar	7	5	0	9	7		2	0	0		0	0
Rede de água	6	0	0	4	1		0	0	0		0	0
Rede de esgoto	6	1	0	3	2		0	0	0		0	0
Ponto/linha de ônibus	5	2	0	6	3		0	1	1		0	0
Quebra-molas	2	1	0	0	0		1	0	0		0	0
Ponte/passarela	2	0	0	0	1		0	0	1		0	0
Atend. médico-odont.	2	0	0	1	0		0	0	0		0	0
Construção/reforma escola	1	1	0	0	0		0	0	0		0	0
Sinalização	1	1	0	0	0		0	3	0		0	0
Caixa coletora correios	1	0	0	1	0		0	0	0		0	0
Construção quadra	1	1	1	1	1		0	0	0		0	0
Pesar por morte	1	7	2	1	0		0	0	0		0	0
Limpeza campo futebol	1	0	0	0	0		0	0	0		0	0
Doação de terreno	1	0	1	0	0		0	0	0		0	0
Policimento	1	0	0	1	0		3	0	0		0	0
Pedido -Reunião/Tribuna Livre	0	0	0	1	5		2	2	2		3	7
Negociação/redução de taxas	0	0	1	0	0		0	0	0		0	0
Meio fio	0	0	0	0	0		0	0	0		0	0
Doação cesta básica	0	0	0	0	0		0	0	0		0	0
Prestação de contas	0	0	0	1	3		0	1	0		1	4
Congratulações / Parabéns	0	1	0	1	1		0	1	1		0	1
Drenagem de terreno/manilha	0	0	0	0	1		0	0	0		0	0
Informações sobre o governo	0	0	1	0	3		4	4	0		8	0
Total	109	89	22	81	101		18	21	09		13	17

Quadro 05 – Indicações realizadas pelos vereadores: quantidade e caracterização

Fonte: Resultado de análises de documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Elaboração de Roberto Mendes Ramos Pereira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a prática de pedir benefícios particulares para agentes políticos investidos de poder, referindo-nos diretamente à figura do vereador, constituiu neste estudo uma tarefa de grande complexidade em face da diversidade de aspectos presentes neste fenômeno social. Vimos que ela não se explica apenas pelo prisma ou através de conceitos do campo político. Nela, existem elementos das mais variadas denotações, sejam culturais, econômicas ou sociais. Além disso, não se mostra como um fenômeno específico de Montes Claros e de um determinado tempo. Espraia-se, na história, sobre diferentes contextos sociais fundamentando-se sob infindáveis motivações e interesses.

Esta investigação nos apontou espécies diferenciadas de pedir, fossem elas legítimas ou ilegítimas; destinadas ao bem-estar social ou ao favorecimento meramente pessoal/particular de um indivíduo ou família. Ora mostrando-se como expressão de descontentamento quanto à realidade social, permeada pela pobreza, pelo desemprego e outros determinantes sociais, ora significando uma forma deturpada e alienada de conceber o papel que deve desempenhar o vereador, a ação de pedir parece revelar condições sociais muitas vezes veladas ou sem evidências.

Primeiramente, pedir pressupõe uma diferenciação sobre a posse de recursos necessários à manutenção material. Ele expõe o fato de uma pessoa ter algo que o outro não tem. Quando visto sob o olhar das relações pessoais que são traçadas entre os políticos e os grupos populares, tal prática revela ainda um estrangulamento do Estado de Direito. Isto porque a forma que geralmente os pedidos acontecem configura mais uma estratégia pessoal de conseguir benefícios para si, mesmo que tratada com a conotação de resistência em face às dificuldades vivenciadas socialmente, do que uma expressão de cidadania, fundada na luta por direitos e por uma sociedade mais justa.

A relação entre representante e representados se configura numa tensa trama que entrelaçam os pedidos por uma parte e seu atendimento por outra. A representação política exercida pelos vereadores, dessa forma, parece conformar-se no meio social somente quando pedidos são feitos e respostas são dadas às demandas de cada solicitante. Levando em consideração que os pedidos não são dirigidos aos vereadores a todo momento e de forma contínua por toda a população, dando-se, ao contrário, mediante interesses pontuais e cotidianos das camadas populares, questionamos a validade da missão dos edis, que lhes

confere a “representação democrática e plural da sociedade para o bem comum”.²⁶⁹ Isso porque nos perguntamos: e quanto àqueles que não procuram os vereadores para solucionar seus problemas? A representação política também ocorre nesse caso? O “bem comum”, citado no quadro, tem realização na prática dos vereadores, sendo que nem todos precisam ou acreditam neles?

Cristalizada no imaginário popular como papel do vereador, a função de atender o povo nas suas inúmeras necessidades sobrepõe-se às de legislar e fiscalizar. Neste quadro, ter elementos ou condições para manter a logística desse atendimento desponta como uma necessidade para o político. Entendemos, a partir daí, a razão de ser dos acordos, encontros e redes de contato tecidos no campo político. Os interesses são diversos, múltiplos e oriundos de todos os lados: das pessoas que os procuram, dos próprios vereadores, daqueles que auxiliam estes edis na sua tarefa do atendimento. Disso, vemos que tanto o pedir quanto sua retroalimentação através do seu atendimento contínuo, mesmo não sendo função regimental do vereador, mostram-se como práticas vigentes na cultura política do espaço analisado.

Compreendemos tal característica como uma das vertentes do clientelismo historicamente consolidado na política do país, principalmente quando levamos em consideração as relações personalizadas e verticais (quem tem poder e renda e quem não tem), que são construídas entre vereador e as pessoas que lhes procuram. A partir disso, percebemos que as próprias instituições neste campo político também se conformam ou se adaptam à cultura vigente. Coligações partidárias, eleições determinadas por acordos políticos, votos sendo condicionados por atendimentos particulares, apoios mútuos entre os agentes da rede política, entre outras estratégias, se mostram como fenômenos marcantes da complexa trama na qual a política se dá.

Conforma-se como elemento determinante da prática do pedir a necessidade de as pessoas verem resolvidos seus problemas. Neste sentido, não só uma cultura política é construída e reforçada no meio social, mas também uma cultura religiosa. Religião e política têm na necessidade humana um elo de ligação, respondendo, cada um do seu jeito, aos anseios e carências vivenciadas numa sociedade na qual a desigualdade econômica entre seus membros mostra-se como característica marcante.

Nesta direção, buscam-se, também no campo religioso, meios possíveis para alcançar a solução dos problemas diários. A cultura desenvolvida aí é a da confiança, inclusive no imponderável. Um quadro que associa a fé das pessoas, uma visão de que seus problemas são

²⁶⁹ Inscrição presente num quadro do hall da Câmara Municipal de Montes Claros.

ouvidos e atendidos por Deus ou pelos santos de devoção, uma diversidade de manifestações de fé cristalizadas nos depoimentos, missas, orações, rituais, tudo isso reforça no imaginário popular a passagem bíblica do livro de Lucas “Também eu vos digo: Pedi e vos será dado; buscai e achareis; batei e vos será aberto. Pois todo o que pede, recebe; o que busca, acha; e ao que bate, se abrirá”²⁷⁰ Nos espaços em que estivemos presentes durante o período de pesquisa, presenciamos pessoas que se encorajavam mutuamente na busca junto ao divino no que se refere às suas necessidades e carências. Eram pessoas que cantavam, choravam, escreviam bilhetes com seus pedidos, rezavam, levantavam os braços e a voz na ânsia por um atendimento direto ao seu problema. Nos depoimentos e na experiência da alteridade junto a essas pessoas, tivemos a oportunidade de dar atenção a um aspecto que nem sempre o historiador costuma ter: o aspecto das motivações e interesses pessoais na conformação das representações sobre o mundo que o cerca, sobre os políticos, sobre suas vidas, seus problemas, suas condições vivenciadas no dia-a-dia.

Mais do que uma pesquisa de história, entendemos que “Demandas e Representações populares na vivência político-religiosa em Montes Claros (1996-2004)” configura-se como um estudo sobre uma dimensão humana das mais sensíveis e desafiadoras à investigação científica: a dimensão da necessidade. Na falta de recursos, nas carências vivenciadas diariamente e que somente quem as vive sabe e consegue expressar seu significado e dimensão, o ser humano busca, a seu modo, caminhos, meios, elabora táticas, muitas delas até ambivalentes, mas que no seu conjunto são capazes de fazer compreender a capacidade que temos de lutar por realidades diferentes da que a vida nos coloca.

²⁷⁰ BÍBLIA. Lucas. **A Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Edições Paulinas, 1973, p. 1951.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alessandro de. **“Um voto pelo amor de Deus”**: religiosidade cristã e política. Montes Claros 2000 a 2004. 2006 125f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos? **História & Perspectivas**. Uberlândia. n.25 e 26. jul/dez 2001 jan/jul 2002.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003.

_____. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”**: Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1999.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1998, v.2.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3ªed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. **Industrialização na área mineira da SUDENE, um estudo de caso: Montes Claros**. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 1985.

BRASIL, Henrique de Oliva. **História e Desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A., 1983.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Representação Política**. São Paulo: Ática, 1988.

CARDOSO JR., Edi de Freitas. **Experiência e poder na urbe em expansão**: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964. 2008 204f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. *In*: _____. **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. Culturas populares. *In*: _____. **Invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1998.

_____. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n.5, 1991.

COLOÊTE, Emanuel Malta Falcão; RODRIGUES, Luciene. Fatores determinantes do emprego formal na região norte-mineira: uma comparação com o Brasil e o estado de Minas Gerais – 1986 – 1997. **Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira**, 2000, v. 2, pp 1031-1054. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em < <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/EMANUEL.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

CONSORTE, Josildeth Gomes. *Apresentação*. *In*: GUTTILLA, Rodolfo Witzig. **A casa do santo & o santo de casa**: um estudo sobre a devoção a São Judas Tadeu, do Jabaquara. São Paulo: Landy Editora, 2006.

COSTA, Luciana M.; MAIA, Maria de Fátima R. Caracterização setorial da mesorregião de Montes Claros via método de análise estrutural e quociente locacional considerando-se os efeitos da abertura econômica. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v.3, n.3, jun./2002.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** São Paulo: Rocco, 1986.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ªed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984.

GUTTILLA, Rodolfo Witzig. **A casa do santo & o santo de casa**: um estudo sobre a devoção a São Judas Tadeu, do Jabaquara. São Paulo: Landy Editora, 2006.

HABERMAS, Jürgen. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n.7, Set./Dez., 1989.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Quem não tem padrinho morre pagão**: Fragmentos de um discurso sobre o poder. Disponível em <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/273.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

II PERÍODO DE FILOSOFIA. **Grupos da Renovação Carismática**. Belo Horizonte: Instituto Santo Tomás de Aquino/Disciplina de Psicologia social. 14 de novembro de 1991. mimeo.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, v.11, n.2, Campinas, out./2005.

KUNTZ, Ronald A. **Marketing Político**: Manual de campanha eleitoral. 8ª ed. São Paulo: Global, 2000.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

_____. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política. 1999.

LESSA, Simone Narciso. Montes Claros – Uma cidade nas principais vias do sertão. **Caminhos da História**. Montes Claros, v.4, n.4, p.83-110, 1999.

LOPEZ, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. Curitiba. **Revista Sociologia Política**. n. 22, Jun., 2004. p.153- 177.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura Popular: um contínuo refazer de práticas e representações. In: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire (orgs.). **História e Cultura: espaços plurais**. Uberlândia: Aspectus, 2002.

_____. Religiosidade no cotidiano mineiro: crenças e festas como linguagens subversivas. **História & Perspectivas**. Uberlândia: EDUFU. n. 22, Jan/Jun, 2000.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Na trama do cotidiano. **Cadernos CERU**. n.5, série 2, 1994.

MATTOS, Marcelo Badaró. Políticas nacionais e poder sindical: uma perspectiva comparada. In: MENDONÇA, S.R; MOTA, M.M. **Nação e Poder: as dimensões da história**. Niterói: EDUFF, 1998.

MORENO, Júlio César. **A devoção a Santo Expedito na cidade de São Paulo: Descrição, inventário, manifestações**. 2000. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

PACHECO, Heloisa Helena. Forrester, Viviane Uma estranha ditadura. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

PAULA, Andréa M. N. R. de; CLEPS JR., J. As migrações campo-cidade: os diferentes enfoques interpretativos. **Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Disponível em
<<http://www2.prudente.unesp.br/agraria/Trabalhos/Artigos/Andrea%20Maria%20Narciso%20Rocha%20de%20Paula.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2007.

PAULA, Hermes A. **Montes Claros e sua história, sua gente, seus costumes**. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1979.

PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: ____; ALMEIDA, Maria I. S. (orgs.) **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004.

____; SOARES, Beatriz R. Tendências e problemas da urbanização de cidades médias: o caso de Montes Claros. **Anais do II Simpósio Regional de Geografia**. Perspectivas para o Cerrado no século XXI. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/2srg/5/5-122A.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2007.

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lúcio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4 (108), pp. 664-683 out-dez/2007.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor**: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Editora Unimontes, 2002.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. **Performance Musical nos Ternos de Catopês de Montes Claros**. 2005. Dissertação (Doutorado em Etnomusicologia) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

REESINK, Mísia Lins. Para uma antropologia do milagre: Nossa Senhora, seus devotos e o Regime de Milagre. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 44, p. 267-280, Maio/Ago., 2005.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: ____ (org.). **Por uma História Política**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Milton. Por uma geografia das redes. In: ____ **A natureza do Espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p.261-279.

SANTOS, Stela Daiane Ramires. **Desmistificação das causas do fechamento de indústrias incentivadas em Montes Claros**. (Monografia). Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2006.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **No balanço das redes: o indivíduo e o coletivo nas relações clientelistas**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2001. fl.1.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVEIRA, Áurea Viviane Fagundes. **Desenvolvimento local e o processo de territorialização de elite:** os condomínios como fator de segregação espacial em Montes Claros – MG. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, 2006.

TEIXEIRA, Gilmara Emília. **Pobreza e desigualdade de renda: um estudo comparativo entre as microrregiões de Montes Claros e Uberlândia.** Disponível em <www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A100.pdf>. Acesso em: 21 maio 2008.

TRIGUEIRO, Maurício Marques. Organização e competências do Poder Legislativo Municipal. In: _____; NORONHA, Leonardo Henrique. **O vereador e a agenda municipal 2005:** Organização, competência e funcionamento do Legislativo Municipal. Belo Horizonte: Escola do Legislativo ALMG. mar/jun., 2005.

VIANNA, Urbino de Sousa. **Monographia do Município de Montes Claros:** Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1916.

FONTES:

A) Escritas

AGENDA de marcação de missas de outubro/2004 e junho/2006 – Comunidade Santo Expedito (Montes Claros).

BÍBLIA. Lucas. **A Bíblia de Jerusalém.** São Paulo: Edições Paulinas, 1973.

BRASIL. Constituição Federal, de 05.10.88. Atualizada com as Emendas Constitucionais Promulgadas.

CÂMARA Municipal de Montes Claros. Ofício ao senador Francelino Pereira dos Santos. Montes Claros, 09 de janeiro de 1998.

CARTA dirigida ao Frei Valdomiro Soares pela filha de Suzana, em 15 de abril de 2007.

CARTAS de pedidos aos vereadores.

GERALDES, Renato Tadeu. **Santo Expedito**: um show de graças. 4ª ed. São Paulo: Editora Santo Expedito, 1997.

GUIMARÃES, Jorge Tadeu. **As Faces do Legislativo**. Montes Claros: Sociedade Educacional Arapuim, 1997, p. 172.

INDICAÇÕES dos vereadores nas legislaturas entre 1996 e 2004. Fonte: Arquivo Geral Ivan Lopes – Câmara Municipal de Montes Claros.

MODELOS de “santinhos” cedidos pela Editora Santo Expedito LTDA.

MONTES CLAROS. Câmara Municipal de Montes Claros. **Regimento Interno**. Resolução nº 39. “Regulamenta o funcionamento da Câmara Municipal de Montes Claros”, 03/set/1991.

_____. **Lei Orgânica do Município de Montes Claros**. Estado de Minas Gerais. Montes Claros: Câmara Municipal de Montes Claros, 01 de Fevereiro de 2007.

OFÍCIO da Câmara Municipal de Itaobim-MG, ofício 059/2008, de 24 de abril de 2008.

OFÍCIO dirigido ao Deputado estadual Alberto Pinto Coelho a um vereador de Jaíba-MG.

PASTA de testemunhos da Comunidade Boanerges, Montes Claros, MG.

SECRETARIA executiva do comitê nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. **Lei 9840 - Vamos combater a corrupção eleitoral**. Cartilha do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) Brasília, agosto de 2006.

B) Revistas

OS SANTOS da crise. **Época**, edição nº 52, 17 de maio, 1999.

JUNQUEIRA, Eduardo; CARDOSO, Rodrigo. O Santo da vez: Com a crise econômica cresce a devoção a Santo Expedito, o padroeiro das causas urgentes. **Veja**. n. 589, 17 mar, 1999.

C) Jornais

JORNAL DE NOTÍCIAS. **Eleitores de olhos abertos**. n.5262 , 14 de agosto de 2008.

_____. **Maioria dos eleitores não acredita em eleições limpas.** Montes Claros. Ano XIX. n.5262. 14 de agosto de 2008.

_____. Política. Ano XV. nº 4049. Quinta-feira. Montes Claros. p. 3.

JORNAL DO NORTE. Cidades. nº 954, ano V, 5/6 de abr, 1997. p. 3.

D) Sites

BASTOS, Vânia Lúcia Baltar. **Declaração de Utilidade Pública.** Disponível em <<http://www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tecnico/UtiPub.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2008.

CARTAS AO PAÍS DOS SONHOS. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/tv/cartas/>>; . Acesso em: 02 set. 2008.

COMUNIDADE católica Boanerges: recuperando e promovendo o ser humano. Disponível em <http://www.comunidadeboanerges.com.br/quemsomos/index_apresentacao.htm>. Acesso em: 14 abr. 2008.

IBGE - Censos Demográficos e Contagem Populacional; para os anos intercensitários, estimativas preliminares dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popmg.def> >. Acesso em: 15 abr. 2008.

IBOPE Opinião. **Confiança nas Instituições.** <http://www.ibope.com.br/opp/pesquisa/opiniaopublica/download/opp098_confianca_portali_bope_ago05.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2008.

MISSÃO CANÇÃO NOVA. Disponível em <<http://www.cancaonova.com/portal/canais/pejonas/textos.php?id=36>>. Acesso em: 02 set. 2008.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal de Montes Claros. **Coletânea de Informações sobre o Município de Montes Claros.** Junho, 2006. Disponível em <www.acimoc.com.br/docs/montesclaros.PDF>. Acesso em: 15 abr. 2008.

MONTES CLAROS: 1857 – 2007. 150 anos. Disponível em < <http://www.sesquicentenario.blogspot.com/>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

OPERAÇÃO Pombo Correio: Vereadores presos em Montes Claros – A Polícia Federal prendeu na manhã de ontem oito dos 15 vereadores de Montes Claros, no Norte de Minas, na Operação Pombo Correio. Disponível em <<http://www.adpf.org.br/modules/news/article.php?storyid=14732>>. Acesso em: 09 set. 2008.

OS INVESTIMENTOS das multinacionais no Brasil. Disponível em <http://www.observatoriosocial.org.br/portal/index2.php?option=content&do_pdf=1&id=347>. Acesso em: 10 mar. 2008.

PORTO, Walter Costa. **O voto obrigatório no Brasil**. 17/ 08/ 2006 – Eleições 2006. Disponível em <<http://www.secom.unb.br/artigos/at0806-05.htm>>. Acesso em: 9 set. 2008.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **Globalização: notas sobre um conceito controverso**. Disponível em <www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/17.pdf>. Acesso em: 10 maio 2008.

SUGESTÃO da população brasileira à Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

UM HOSPITAL de Espiritualidade, Onde se encontra cura e libertação. Disponível em <http://www.comunidadeboanerges.com.br/index_casaderecuperacao.htm>. Acesso em: 10 set. 2008.

E) Oraís

Depoimento da secretária do ponto de moto-taxi (antiga Associação dos Moto-taxistas Autônomos do Município de Montes Claros – AMAMC) Shirley Lopes.

Entrevista concedida pela cidadã Nádia Vianna de Souza no dia 15 de julho de 2008, na sua residência localizada no bairro São Judas I.

Entrevista com Renata Rodrigues de Oliveira no dia 16 de agosto de 2008 em sua residência, localizada no bairro Santos Reis.

Entrevista concedida pelo cidadão Antônio Rodrigues no dia 06 de agosto de 2008, na residência de uma senhora do bairro Joaquim Costa logo após uma reunião de campanha eleitoral de um candidato a vereador.

Entrevista concedida pela fiel Alice Ferreira da Costa no dia 12 de agosto de 2008, na Catedral de Montes Claros, no centro da cidade.

Entrevista concedida pela fiel Maria do Carmo Santos no dia 19 de agosto de 2008, na Catedral de Montes Claros, no centro da cidade.

Entrevista concedida pela cidadã Wilma Trindade Moreira no dia 08 de agosto de 2008, em sua empresa (Loja Varejista de Máquinas).

Entrevista concedida pela devota de Santo Expedito Dulce Amorim Araújo no dia 16 de agosto de 2008, em sua residência no bairro D. Guilhermina.

Entrevista concedida pela Irmã Rejane, uma das coordenadoras da Comunidade Boanerges em Montes Claros, no dia 29 de julho de 2008 e realizada na Casa de Recuperação e Promoção Humana Boanerges, no centro de Montes Claros.

Entrevista concedida pela senhora Maria Sueli L. Miranda, participante do grupo de oração da Comunidade Boanerges, no dia 05 de agosto de 2008 na Casa de Recuperação e Promoção Humana Boanerges.

Entrevista concedida por Elton Rodrigues Alckmin, no dia 21 de agosto de 2008, em sua residência no Bairro São Judas I.

Entrevista concedida por Mardeni I. de Cordeiro Neto, no dia 11 de agosto de 2008, na Catedral de Montes Claros.

Entrevista concedida pela cidadã Valdinéia Almeida no dia 19 de agosto de 2008, em sua residência no bairro Dona Gregória.

Entrevista concedida por Maria Suzana Medeiros no dia 05 de agosto de 2008, na Casa de Recuperação e Promoção Humana Boanerges.

Entrevista concedida pelo ex-prefeito Luiz Tadeu Leite no dia 01 de agosto de 2008, nas dependências da Rádio Terra, em Montes Claros.

Entrevista concedida pelo ex-prefeito Jairo Ataíde Vieira no dia 28 de agosto de 2008, em sua residência em Montes Claros.

Entrevista concedida pelo ex-vereador “Arnaldo Gomes dos Santos” no dia 10 de julho de 2008, no gabinete de um deputado estadual de Montes Claros.

Entrevista concedida pelo vereador “Guilherme Antunes Braga” no dia 18 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

Entrevista concedida pelo vereador “Manuel Cardoso de Moura” no dia 26 de junho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

Entrevista concedida pelo ex-vereador “Roberto Carlos Ferreira da Silva” no dia 15 de julho de 2008, na Câmara Municipal de Montes Claros.

Discurso político realizado na reunião de campanha do candidato Luiz Tadeu Leite, no salão comunitário do bairro Morrinhos em 11 de agosto de 2008.

ANEXOS

Anexo 01 – Carta de pedido de emprego ao vereador Ivan Lopes

Prezado amigo Dr. Ivan

Saúde e Paz

Com muita satisfação, faço estas linhas ao amigo desejando-lhe saúde e felicidade com todos os seus.

Dr. Ivan, soube que o sr. atualmente é o presidente da Câmara Municipal de Monte Claro.

Peço ao amigo, fazer o possível de arranjar uma colocação para Scyla Passos Simões, minha filha, que é irmã de Júnia que trabalha aí.

Como sabe, tudo muito difícil principalmente para duas jovens se manterem hoje em dia, embora os pais as ajudem no possível, como faremos.

Como saber faltas, peço ao amigo para me atender. Aqui em São Miguel estamos (em muitas outras coisas) ao seu inteiro dispor.

Espero que o amigo apareça por aqui a fim de mais se relacionar com a Comunidade de São Miguel como também ao presidente da Câmara de Vereadores do Município (mais importante do ponto de vista). Ficará em nossa casa; aparece breve.

Quero ver o elo do amigo com a sociedade daqui e tudo que for preciso, terei a honra de satisfazê-lo, embora com algum trabalho.

Ficamos, por enquanto, por aqui.

Desde já os meus agradecimentos, assim falamos em nome de nossa Comunidade.

Do seu e amigo em Xto

Prof. Oswaldo Simões

São Miguel, 28-01-91

Anexo 02 – Primeira carta de pedido (abaixo-assinado) de três postes feita pelos moradores da Vila Telma.

Vila Telma, Rua Augusto Teixeira de Freitas
Cruzada Com a Rua João Alves Veloso.
Vós moradores desta Rua, pede Com urgência.
Os órgãos Competentes, Prefeitura, Cemitério,
Por favor, lembre de nós aqui, mas dois
anos nós fizemos o Pedido, de ^{três} Postes para
esta rua. e até hoje não lembraram de nós!
É hoje nós estamos de uma abaixo assinado,
queremos que lembre-se que este Benefício não
é de graça, que nós estamos esperando estes
~~Postes~~ Três Poste desde mil novecentos e noventa e
quatro. É isso não é de graça nós pagamos
a vida inteira, só lembra de nós quando
for o voto. É hoje nós já combinamos
só votarmos na Candidato que colocar estes
Três Poste. Somos dez moradores e é trinta votos.
Desde já agradecemos
Moradores de Vila Telma

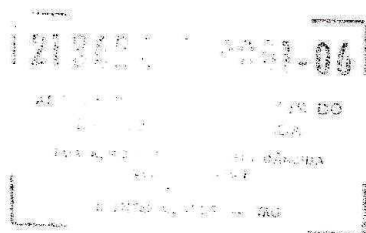
Anexo 03 – Segunda carta de pedido (abaixo-assinado) de três postes feita pelos moradores da Vila Telma.

Nós moradores da Rua Augusto Teixeira de Carvalho
cruzamento com a Rua João Alves Veloso, vem por meio deste abaixo -
assinado solicitar dos órgãos competentes, Prefeitura e Cemig. Por
favor, lembre-se de nós moradores, porque há "2" (dois) anos fize -
mos o pedido de "3" (três) postes para a referida rua e até hoje
não lembraram de nós, sendo que este benefício será para atender
mais de "10" (dez) famílias que moram na rua e desde do ano de 94
estamos esperando estes postes.

Sendo o que temos para o momento, subscrevemos.

Atenciosamente,

Moradores da Rua Augusto Teixeira de Carvalho.



José Roberto Gomes
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Zona Rústica
1º. Tesoureiro Assoc. Mor. B. Maria Cândida

Anexo 04 – Indicação do vereador Gêra do Chica solicitando ao prefeito os três postes para os moradores da Vila Telma.



Câmara Municipal de Montes Claros

INDICAÇÃO Nº 20

O(s) Vereador (es) infra assinado (s), na forma regimental, apresenta (m) a seguinte indicação:

que seja encaminhado ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Luiz Tadeu Leite, solicitando de S. Exa., todo empenho e providências no sentido de viabilizar a instalação de "3" (três) postes de luz na Rua Augusto Teixeira de Carvalho no cruzamento com a Rua João Alves Veloso, conforme solicitação dos moradores do referido bairro ~~de Associação de Moradores em abaixo-~~ assinado anexo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 21 de maio de 1996


Vereador
GÊRA DO CHICA



Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

Montes Claros, 09 de janeiro de 1998

Exmo. Sr.

Senador Francelino Pereira dos Santos

M.O. Presidente do Diretório Estadual do Partido da Frente Liberal

BRASILIA - DF

Senhor Presidente,

É com satisfação e entusiasmo que vimos colocar o nosso modesto nome à disposição do nosso Partido, como pretendemos candidatar ao honroso cargo de Deputado Federal, nas eleições que se realizarão no corrente ano.

A nossa disposição de concorrer ao referido cargo prende-se não apenas à possibilidade que vislumbramos de poderemos servir ainda mais à nossa região ao nosso PFL, como seu representante na Câmara Federal, mas também pelo incentivo e apoio que estamos recebendo de amigos e companheiros, a exemplo do nosso Prefeito, Dr. Jairo Abaide, através de manifestações espontâneas que muito nos estimulam e encorajam para esta caminhada cívica.

Esperamos igualmente contar com o decisivo apoio do nosso Eminentíssimo Senador e grande Presidente.

Com a expressão de nossa estima e grande apreço, subcrevemo-nos

cordialmente,

Vereador Ivan José Lopes

Anexo 06 – Carta de pedido ao vereador Júnior de Samambaia

Para o vereador Júnior da
Samambaia 03.03.08

Queremos lhe pedir para você ajudar
a construir uma fábrica de farinha,
capacidade que venha também montar
um restaurante para servir a
população pobre que não tem
condições de pagar. Que possa ajudar
as pessoas que moram nas ruas
isso ajudaria muito aquelas
pessoas e para pessoas que não tem
lugar pra ficar.

Muito Obrigado e que Deus
Venha iluminar os seus passos.

Ass: Manoel Lopes Silva.
Sítio Montes Claros

Anexo 07 – Carta de pedido de vereador da cidade de Jaíba-MG ao deputado estadual Alberto Pinto Coelho.

Câmara Municipal de Jaíba

Estado de Minas Gerais

Tel.(38) 3833-1492 / fax: 3833-1256

Rua Amândio José de Carvalho, 371 – centro comunitário - cep 39508-000- Jaíba/MG

Estou a procura de um deputado
Humano solidário, capaz de exceder a
sua função de legislador e sensibilizar
com esta causa e me ajudar a ajudar!!!

Exmoº deputado

Alberto Pinto Coelho

Meu nome: Osvaldo silva, sou vereador do município de Jaíba, e candidato a reeleição sempre fiz política baseada nos princípios éticos e humano. Meu forte e a filantropia e a amizade. Fui amigo de um homem que foi um dos fundadores de Jaiba. Um grande fazendeiro que tem o seu nome em uma das ruas de Jaiba. O sr Mauro de Matos. Sua filha; Marisa de Jesus Matos se encontra numa situação de extrema fragilidade. Precisando de uma ajuda que esta um pouco acima de minhas posses. Mas sensibilizado com a sua situação tomei a iniciativa de fazer uma campanha silenciosa de um humilde legislador para os grandes legisladores, convidando-lhe para ser solidário á esta causa. (veja sua historia contada por ela mesma)

de antemão coloco-me a inteira disposição do nobre deputado, e agradeço como se este beneficio fosse para a minha pessoa.

Certo de que o meu apelo a sua solidariedade não lhe passara desapercibido; finalizo agradecendo e renovando os meus protesto de elevada estima e consideração

Anexo 08 – Pedido de emprego de um cidadão ao deputado federal Carlos Alberto.

Bases Históricas do Congresso Nacional

Detalhes de Documento

Base selecionada: Sugestões da população para a Assembléia Nacional Constituinte de 1988 (SAIC)

IDENTIFICAÇÃO

ORIGEM: L012 DATA: 29/08/86 FORMUL: 288 DV: 5 TIPO: 60 14/05/87
NOME

MIRACI DE MOAES SALGADO RODRIGUES

ENDEREÇO

R MONSENHOR GURGEL, 66 ABOLIÇÃO I

LOCALIZAÇÃO

MUNICIPIO: MOSSORO

UF: RN CEP: 59600

DADOS PESSOAIS

SEXO : 02 - FEMININO

MORADOR : 02 - ZONA URBANA

INSTRUÇÃO : 06 - SUPERIOR INCOMPLETO

ESTADO CIVIL: 02 - CASADA

FAIXA ETÁRIA: 03 - 20 A 24 ANOS

FAIXA RENDA : 01 - ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

ATIVIDADE : 02 - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

DESTINATÁRIO

CARLOS ALBERTO

CATÁLOGO

SUGESTÕES NÃO PERTINENTES.

INDEXAÇÃO

PEDIDO PESSOAL.

TEXTO

Fugindo um pouco do assunto, desejaria solicitar um emprego, aqui no município ou em qualquer outro lugar do estado. Por não ter mais condições de continuar no atual, além da remuneração mínima, tenho dois filhos, 02 anos e outro 06 meses, que por eu passar 10 horas do dia fora de casa, a educação que eu possa lhes dar é insignificante, além de ser criado pelos outros.

Não sei, a que isto pode me levar, mas acho minha solicitação muito fácil de ser atendida, pois são inúmeras as escolas e os centros de saúde aqui em Mossoró, onde eu poderia ser aproveitada, com a liberdade de anexar um pequeno curriculum.

Voce que recebeu, dê uma força por favor...

Sobre a Constituinte, que seja rica em cidades realmente humanas e inteligentes, que possam ver os problems dos cidadãos por um mesmo nível e não por cima deles.

Fonte:

Secretaria-Geral da Mesa

Dúvidas, reclamações e informações: SSINF - Subsecretaria de Informações
(311-3325, 311-3572)

Anexo 09 – Pedido pessoal de uma geladeira feita por um cidadão ao deputado Epitácio Cafeteira.

Bases Históricas do Congresso Nacional

Detalhes de Documento

Base selecionada: Sugestões da população para a Assembléia Nacional Constituinte de 1988 (SAIC)

IDENTIFICAÇÃO

ORIGEM: L009 DATA: 21/02/86 FORMUL: 223 DV: 1 TIPO: 60 04/11/86

NOME

Nilton dos Reis Andrade

ENDEREÇO

Av. Dulce de Caxias n. 2589

LOCALIZAÇÃO

MUNICIPIO: CODO

UF: MA CEP: 65400

DADOS PESSOAIS

SEXO : 01 - MASCULINO

MORADOR : 02 - ZONA URBANA

INSTRUÇÃO : 05 - SEGUNDO GRAU COMPLETO

ESTADO CIVIL: 02 - CASADO

FAIXA ETÁRIA: 04 - 25 A 29 ANOS

FAIXA RENDA : 01 - ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

ATIVIDADE : 04 - OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

DESTINATÁRIO

EPITACIO CAFETEIRA

CATÁLOGO

SUGESTÕES NÃO PERTINENTES.

INDEXAÇÃO

PEDIDO PESSOAL.

TEXTOS

Caro Deputado

O meu caso não é sugestão, mas sim um pedido que quero fazer ao senhor.

Sabe, e ganho muito pouco, então eu queria que me ajudasse a conseguir uma geladeira. Mesmo sendo usada serve.

Pois o senhor sabe, tenho uma filha que foi operada de uma doença que não posso discriminar. Então o médico falou que ela tem que tomar muito leite puro, coisa fresca se for possível o senhor conseguir tirar-me desta situação, eu lhe retribuirei em qualquer campanha sua.

Anexo 10 – Bilhete de pedido a Santo Expedito

Meu glorioso Sto Expedito
marte protetor das causas
urgentes e impossível
interceda a Deus por nos
pela nossa saúde e por
esta grande graças que
vos peço para que
consegua o emprego que
ele esta tão necessitado
vos peço hoje e proteja a
e proteja. livre-o
de todo mal que ele só
tenha amigos e pessoas de
bem na sua vida.
proteja a sua carreira profissional
e proteja esta mulher e seus filhos
que esta do lado dele dirigindo Sto Expedito

Anexo 11 – Bilhetes de pedidos a Santo Exposito

Santo Expedito Interceda
por mim a Deus. E em
prego para mim e para
aqueles que têm
que eu possa voltar a
casa e possa ficar
e a família dele
que se amada
em

Saudade e liberdade
mãe, curia ela, liberta
tendo pudade de nós
O teaz o meu amor
que ele possa ter fêcos
que eu possa moer em
curvelo com meu amor
prote fo-ell, curia oie
que ele possa ser um bom
pai um bom marido e
eu possa ser o mesmo
pra ele.

Querido Ggedito, peço que
benedicção pl toda minha família
em especial pl meu pai
mãe e irmãos e sobrinhos.
Peço a vós por mim pl que
o senho pela intercessão
se possa me cur e liberte
de todas as enfermidades
de corpo e alma.

Peça também pa
essa prova que eu e meu
irmão iremos fazer que o
Santo Espírito interceda
junto a vós p/ sermos vitoriosos
p/ honra e glória do Senhor
Jesus. Amém.

Meu glorioso Sto Espedito
 marte protetor das causas
 urgentes e impossível
 interceda o Deus por nos
 pela nossa saúde e por
 esta grande graças Deu
 vos peço para que
 Concessão o emprego que
 ele esta tão necessitado
 vos recottofe e proteja o
 e proteja livre-o
 de todo mal que ele só
 tenha amigos e pessoas de
 bem na sua vida.

proteja a sua carreira profissional
nos proteja esta mulher e seus filhos
que esta do lado dele com o rosto fechado.

1ª PROTEGAS a todas as
pessoas que fazem parte
da minha vida, vitória
profissional e muito amor
em nossas vidas. Amém

Preciso encontrar um namorado que seja sincero, trabalhador, honesto e que me ame e ame também os meus filhos.